



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

PAULO CÉSAR DOS SANTOS

**PRODUTOS DA TERRA: TEMPO, ESPAÇO E TÉCNICA NAS EXPOSIÇÕES
INDUSTRIAIS (1861-1922)**

FORTALEZA

2016

PAULO CÉSAR DOS SANTOS

PRODUTOS DA TERRA: TEMPO, ESPAÇO E TÉCNICA NAS EXPOSIÇÕES
INDUSTRIAIS (1861-1922)

Tese apresentada ao Curso de
Doutorado em História do
Departamento de História da
Universidade Federal do Ceará,
como parte dos requisitos para
obtenção do título de Doutor em
História.

Área de concentração: História
Social.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Kênia Sousa
Rios.

FORTALEZA

2016

FICHA CATALOGRÁFICA

S237p

Santos, Paulo César dos

Produtos da terra: tempo, espaço e técnica nas exposições Industriais (1861-1922) / Paulo César dos Santos. 2016
298 f.: il.

Orientador : Profa. Dra. Kênia Sousa Rios

Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Ceará. Departamento de História. Programa de Pós-Graduação em História.

2016

1. Brasil – História – Exposições industriais (1861-1922).
2. Exposições industriais (1861 -1922) – Ceará – História.
3. Exposições industriais (1861-1922)
I. Título.

CDD 981

PAULO CÉSAR DOS SANTOS

PRODUTOS DA TERRA:

TEMPO, ESPAÇO E TÉCNICA NAS EXPOSIÇÕES INDUSTRIAIS (1861-1922)

Tese apresentada ao Curso de Doutorado em História do Departamento de História da Universidade Federal do Ceará, como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutor em História.

Área de concentração: História Social.

Aprovada em: ___/___/____.

BANCA EXAMINADORA:

Prof^a. Dr^a. Kênia Sousa Rios (Orientadora)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof^a. Dr^a. Meize Regina de Lucena Lucas
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dr. Antônio Luiz Macêdo e Silva Filho
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof^a. Dr^a. Ana Isabel Ribeiro Parente Cortez Reis
Universidade Regional do Cariri (URCA)

Prof. Dr. Francisco Carlos Jacinto Barbosa
Universidade Estadual do Ceará (UECE)

AGRADECIMENTOS

Agradeço à CAPES, pela bolsa de estudos a mim concedida, o que permitiu dedicação exclusiva à pesquisa.

Para Edinaldo Vasconcelos... “Me quedo aquellos años del encanto/los otros llegaron y te los cuento/si hemos sido parte de um error/a veces fuimos también algo mejor”... “O céu estrelado vale as dores do mundo” (Adélia Prado).

A Airton Baquit. Baquit, meu amigo. “O que dá a um amigo a certeza da amizade do outro é o reconhecimento da sua integridade. Tem como garantias sua bondade natural, sua constância. Não pode haver amizade em que encontrem a crueldade, a deslealdade, a injustiça” (La Boétie)... Apesar de ter alguns grilos na cabeça, você carrega um imenso tragal no coração.

A Ana Amélia, minha anaporrnca. Somos duas pessoas agoniadas correndo pelo mundo e sempre de mãos dadas. Obrigado pelas revisões feitas no texto.

A Aline, minha pequena Aline. Ter sua amizade é um dos meus orgulhos e, apesar de seus “abusos”, você deixa sementes por onde passa.

A Glauber. Depois de mais de quinze anos de amizade quase todos os pudores já foram perdidos e até hoje sua mão está lá estendida, não para me afagar, mas para me dar uns tapas e fazer com que eu me recomponha.

A Paula Cleidiani. depois de mais de vinte anos de amizade já temos muitas memórias e todas elas belas, afinal nascemos para começar e esse começo somos cada um de nós.

A Priscilla Régis. Sempre falei que com seu talento e minha autoestima poderíamos implodir o mundo e iluminar todos os nossos sonhos. Eis aqui mais uma concretização de nossas ideias. Eu sou o ritmo e você a melodia.

A Afonsina, pela companhia escandalosamente agradável.

A meu ator/artista Otacílio Alacran... não me interessa a verdade e eu nem quero perguntar... e o que tiver de ser florescerá!

A Fran Alavina, meu pensador... há algo maior que o ser humano: a lealdade.

A Luciana A. Cavalcante. Obrigado pelas ajudas e boa acolhida de sempre na secretaria do Programa de Pós-Graduação. Entre tantas ajudas e pedidos há também espaço para um café e bons risos.

Aos professores do departamento de História: João Ernani, Ana Carla Sabino, Ana Rita Fonteles, Frederico de Castro Neves, Euripídes Funes, Antonio Gilberto e Antônio Luiz Macêdo. A este último, agradeço pelas sugestões feitas durante a qualificação do trabalho e boas conversas que travamos desde minha graduação, quando nos conhecemos através dos projetos de pesquisas realizadas no Museu do Ceará.

À professora Meize Lucas. O que dizer para aquela professora que te acompanhou desde a graduação, seleção de mestrado, qualificação de mestrado, seleção de doutorado; qualificação de doutorado e defesa de doutorado? Só há uma resposta: você faz parte da minha formação pessoal e intelectual!

A Régis Lopes, meu orientador de mestrado. Nunca sabemos até onde vai a influência de um professor sobre seus alunos, mas para você que já formou uma geração de bons historiadores já é possível fazer um balanço. Agradeço pela amizade e o cuidado a mim dispensado desde a graduação.

A meus amigos da graduação que estão começando a trilhar o campo historiográfico: Dávila Oliveira, Antônio Ferreira, Kalil Tavares, Élyssan Frota.

A Daniel Alencar, meu querido Alencar. O que dizer de uma pessoa tão ética e intelectual? Agradeço ao mundo sua amizade.

Aos meus amigos de Doutorado (Joaquim, Ítalo, Rafael, Jofre, Raquel, Marylu, Karol e Antônio). Uma turma igual a esta não passará mais pelo Programa, pois unir ética e intelecto é cada vez mais raro.

À minha avó Dona Odete, pela presença firme e materna de sempre.

A Kênia Rios. Sempre soube da força política da amizade e da capacidade criadora da generosidade, mas com você aprendi que isso só faz sentido quando aplicado de forma radical. Tenho eterna gratidão, pois graças a sua generosa amizade eu pude continuar a continuar. Você sempre estará em meu livro de canções, pois o que acontece é para sempre!

“O que faz andar a estrada? É o sonho.

Enquanto a gente sonhar a estrada permanecerá viva.

É para isso que servem os caminhos, para nos fazerem parentes no futuro.”

(Mia Couto, Terras sonâmbulas)

“Qual é a resposta à pergunta?

O problema.

Como resolver o problema?

Decodificando a questão.”

(Foucault)

“A paisagem imaginária de uma Pesquisa sempre tem algum valor, mesmo que destituída de rigor.”

(Michel De Certeau, A invenção do cotidiano).

RESUMO

Esta pesquisa tem por objetivo investigar as Exposições Universais enquanto dispositivo de propagação de um determinado modelo de modernidade, do qual o Brasil pretendia partilhar. As Exposições Industriais, tanto em nível nacional quanto regional, que eram preparatórias para os eventos realizados na Europa e/ou Estados Unidos, buscavam criar mecanismos que permitissem ao país estar em sintonia com a ideia de progresso propalada no século XIX e inícios do XX. Ao buscar se comparar com os países de capitalismo mais avançado, o Brasil, ao mesmo tempo em que mostrava suas particularidades enquanto nação tropical, realçava seus descompassos tecnológicos. A pretensa unificação das diversas economias dentro da lógica do capitalismo liberal, e depois do imperialismo, praticado nas décadas finais do século XIX, levou para dentro de uma estrutura política países das mais variadas matizes culturais e dos mais variados tempos produtivos. Buscamos entender como o Brasil, usando das Exposições Universais, participava e se diferenciava nesse cenário político.

Palavras-chave: Regime de historicidade. Técnica. Exposições industriais. II Reinado brasileiro. Ceará.

ABSTRACT

This research aims to investigate the Universal Exhibitions as a spreading device of a particular modernity model in which Brazil wished to share. The Industrial Exhibitions in national and regional levels were preparatory to the Europe and / or the United States ones. The searched for ways that would allow the country reached an agreement with the progress idea announced in the nineteenth and early twentieth centuries. While Brazil tried to compare itself with more advanced capitalist countries it showed its characteristics as tropical nation, emphasized its technological mismatches. The alleged unification of many economies within the liberal capitalism logic, and then the imperialism practiced in the last decades of the nineteenth century. It led into a political structure countries of the most varied cultures and the most varied productive time. We try to understand how Brazil using the Universal Exhibitions participated and was differentiated by political scene.

Keywords: Regime historicity. Technique. Industrial exhibitions. II Brazilian Reign. Ceará.

RÉSUMÉ

Cette thèse propose une recherche sur les Expositions Universelles en tant que dispositif de diffusion d'un certain modèle de modernité auquel le Brésil avait la prétention de s'insérer. Les Expositions Industrielles, soit au niveau national soit au niveau régional (dans les deux cas, ces expositions fonctionnaient comme une préparation aux événements internationaux qui se passaient en Europe et/ou aux États-Unis), s'engageaient à la création des mécanismes qui permettaient le Brésil d'être en accord avec l'idée de progrès en vigueur pendant le XIXe siècle et le début du XXe siècle. En se comparant aux pays au capitalisme plus avancé, le Brésil mettait en évidence ses particularités en tant que nation tropicale, mais aussi finissait par rehausser ses difficultés en termes de technologie. La logique du capitalisme libéral et ensuite celle des empires coloniaux, pendant les dernières décennies du XIXe siècle, avaient le but d'amener plusieurs pays avec ses multiples caractéristiques culturelles et temporalités vers un seul système d'économies unifiées. On a essayé de comprendre comment le Brésil, à partir des Expositions Universelles, s'insérait et se différençait dans ce scénario politique et économique.

Mots-clés: Régime d'historicité. Technique. Expositions industrielles. Il Reinado brésilien. Ceará.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	11
2. O TEMPO DAS COISAS.	
2.1. As Exposições Universais	26
2.2. A Província e a ciência nacional	58
2.3. Instituinto as exposições: SAIN e MACOP	87
2.4. Instrumentalizando a natureza: as patentes	115
2.5. O tempo das exposições	131
3. A NAÇÃO ENTRE LETRAS E NÚMEROS.	
3.1. Quantificando o social	152
3.2. Catalogando a nação	171
3.3. A Província por escrito	198
4. A NAÇÃO EM COMPOSIÇÃO.	
4.1. A guerra e a exposição	224
4.2. Um museu para as exposições	247
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	272
FONTES	280
BIBLIOGRAFIA	287



(Foto da participação do Brasil na Exposição Internacional da Filadélfia, 1876)

INTRODUÇÃO

O mundo está quase todo parcelado e o que dele resta está sendo dividido, conquistado, colonizado. Penso nas estrelas que vemos à noite, esses vastos mundos que jamais poderemos atingir. Eu anexaria os planetas se pudesse. Entristece-me vê-los tão claramente e ao mesmo tempo tão distantes (Cecil Rhodes, 1895).¹

O industrial inglês Cecil Rhodes lamentava, em fins do século XIX, o “desperdício” de tantas terras sem dono espalhadas pelo universo à espera de serem mapeadas e integradas ao império britânico. Naquele mesmo momento, as potências imperialistas da Europa disputavam cada pedaço de terra nos mais variados continentes. Na impotência de anexar o universo, elas anexavam o próprio planeta Terra, dentro de um processo totalizador e imperialista que acabaria em guerras desastrosas.²

Mas o desejo insatisfeito de Cecil Rhodes ecoaria século XX adentro. Na década de 1960 foi assinado um tratado ratificando que nenhum planeta poderia ser posse de nenhum país, pois isso poderia interferir nas pesquisas espaciais que até então se davam entre duas potências rivais: Estados Unidos e União Soviética. O tratado afirmava que nenhum planeta poderia virar propriedade privada de qualquer país, mas não falava nada sobre as estrelas e outros astros, e foi usando deste argumento que a espanhola Angeles Dúran compareceu em 2010 a um cartório de seu país para registrar a patente do sol. “Sou proprietária do Sol, estrela de tipo espectral G2, que se encontra no centro do sistema solar, situada a uma distância média da Terra de aproximadamente 149.600.000 quilômetros”, foram as palavras de Dúran após o registro. “Eu não sou estúpida. Eu conheço a lei. Eu fiz isso, mas qualquer outra pessoa poderia

¹ HUBERMAN, Leo. *História da riqueza do homem*. Rio de Janeiro: Zahar Editora, 1976, p. 270.

² Hannah Arendt, em seu livro, *Origens do Totalitarismo*, levanta uma série de reflexões sobre o fenômeno do imperialismo. Para ela, antes da era imperialista, não existia fenômeno da política mundial, e sem ele a pretensão totalitária de governo local não teria sentido. Ainda segundo Arendt, entre os anos de 1871 e 1900 houve um movimento de expansão e anexação de colônias sob a órbita de países europeus sem precedentes na história: as possessões britânicas cresceram em 11,5 milhões de Km² e 66 milhões de habitantes; a França ganhou 9 milhões de Km² e 26 milhões de habitantes; os alemães formaram um novo império com 13 milhões de nativos; e a Bélgica adquiriu 25 milhões de Km² com uma população de 8,5 milhões. ARENDT, Hannah. *Origens do Totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p. 151 e 154.

ter feito: simplesmente me ocorreu primeiro”. O mais cômico, segundo a nota que noticiou o fato, foi que:

A senhora espanhola se reuniu com o Ministério da Indústria da Espanha a quem explicou querer cobrar uma taxa pelo uso da energia solar – o mundo inteiro, no qual metade da renda seria entregue ao governo, 20% para pensões mínimas, 10% para investimentos na saúde e pesquisas, 10% para o combate a fome e 10% para o bolso dela. Nada boba, não? Logo seremos processados por estar tomando banho de Sol na praia. Será que teríamos indenização se pegarmos uma insolação?³

Vale ressaltar que até a Lua já foi patenteada e pertence ao norte-americano chamado Dennis Hope. Mas a Lua, antes de ter um dono registrado em cartório no século XX, já havia sido investida de tentativas de posse no século XIX. Em 1865 Júlio Verne escreveu seu livro intitulado *Da Terra à Lua*, onde o homem, através dos avanços científicos, sai da terra em busca da conquista do universo.

Na citada obra, Júlio Verne narra a ideia de uma viagem à Lua que surgiu logo após o fim da Guerra da Secessão (acontecida nos Estados Unidos entre os anos de 1861-1865).⁴ Com o fim da guerra, os desenvolvimentos técnicos e balísticos que dela resultaram acabaram por gerar a fundação da Sociedade do Canhão, que aglutinava pesquisadores e inventores dos Estados Unidos. Um mês depois de sua fundação, o clube possuía “mil oitocentos e trinta e três membros efetivos e trinta mil quinhentos e setenta e cinco sócios por correspondência”.⁵

Resolvidos os problemas astronômicos, mecânicos e topográficos, restava a questão do dinheiro, pois não havia ninguém nos Estados Unidos disposto a arcar sozinho com os milhões necessários para tal empreitada. O presidente Barbicane decide então que, embora o empreendimento fosse americano, o mundo todo deveria participar do evento, pois a Lua era interesse de todos. Foram abertas subscrições em várias cidades dos Estados Unidos e em vários países, e entre seus colaboradores estavam a Áustria, França,

³ Disponível em: <http://misteriosdomundo.com/voce-sabia-que-o-sol-ja-foi-patenteado>. Acesso em: 13 de março de 2013.

⁴ O livro foi publicado no mesmo ano do fim da Guerra da Secessão e a história também se passa no mesmo ano, 1865.

⁵ VERNE, Julio. *Da Terra à Lua*. São Paulo: Editora Melhoramentos, 2008, p.7.

Suécia, Alemanha, Suíça, Turquia, Bélgica, Brasil, Uruguai, México, Peru e outros.⁶

Depois de muitos trâmites burocráticos e técnicos, o canhão foi construído e o projétil lançado ao espaço com três passageiros: Barbicane (o presidente da Sociedade do Canhão); Nicholl (um rico americano) e Miguel Ardan (aventureiro francês). Em um dado momento do percurso da viagem, desenrola-se o seguinte diálogo:

- Agora – disse Nicholl em tom sacudido -, agora que já sei que temos de regressar da Lua, desejo ser informado do que vamos lá fazer./ - Que vamos lá fazer? – Volveu Barbicane, batendo com o pé como se estivesse numa sala de esgrima - Não sei?/ - Não sabes! Exclamou Miguel, com um uivo que produziu no projétil sonoro eco (...)/ - Para quê? – Exclamou Miguel dando pulos de metro – Para quê? Para tomar posse da Lua em nome dos Estados Unidos! Para ajuntar mais um aos trinta e nove Estados da União! Para colonizar as regiões lunares, para as cultivar, para as povoar, para transportar para lá todos os prodígios da arte, da ciência e da indústria! Para civilizar os Selenitas, a não ser que já estejam mais civilizados do que nós, e para fundar lá uma república, se é que já não está fundada!⁷ [Grifo nosso].

Para tomar posse, para colonizar, para cultivar, para povoar e principalmente para civilizar! O projeto e as propostas elencadas pelos viajantes revelam traços marcantes do imperialismo que se estruturava em meados do século XIX e que se impunha de forma categórica como as várias exclamações que aparecem nas falas dos personagens. O “para isso e para aquilo” dá a exata dimensão de que se tratava de um “movimento”, um deslocamento que se alargava na medida em que integrava “isso e aquilo”, tal como o “liberalismo”, “nacionalismo” e também “desenvolvimentismo”. O “ismo” sugere novamente a ideia de movimento sem medida que marcou o vocabulário na virada do século XIX para o XX.

Dentre as palavras que mais delimitaram o campo de experiência política do oitocentos, civilização, progresso e melhoramento podem ser elencadas no topo da lista. Elas conformaram todo o léxico de ação, a exemplo da palavra civilização, que seria a justificativa de toda a empreitada dos viajantes de Verne. Além, ou junto, ao cultivar, colonizar e civilizar estava a

⁶ Idem, 2008, p. 96.

⁷ VERNE, Julio. *À roda da Lua*. Lisboa: Livraria Bertrand, s/d. p. 85-86. O livro *Da terra à Lua* se divide em duas partes, sendo a primeira homônima e a segunda *À roda da Lua*. Algumas editoras publicam a obra em volume único e outras em dois volumes. Nesta pesquisa se utilizou de edições em volumes diferentes.

fundação da República, como se a fundação desta fosse o fator social justificador de tais empreitadas, o futuro do mundo.

Jean Starobinsk, estudando o conceito de civilização, fornece-nos elementos interessantes. A palavra *Civilizar* é usada no século XVI com o sentido de “levar à civilidade, tornar civis e brandos os costumes e as maneiras dos indivíduos”.⁸ Ainda segundo Starobinsk, a palavra designava em primeiro lugar o processo de civilizar, sendo o processo cumulativo. O *cumulativo* nos levaria à segunda palavra que seria progresso. Ou seja, a palavra civilização estaria onde houvesse progresso, sendo que o progresso aconteceria onde ocorresse acumulação e melhoramentos. Mas não seria qualquer acumulação que denotaria o progresso, e sim onde houvesse melhoramentos em vários aspectos sociais, tornando as pessoas polidas e civilizadas.

Podemos entender a forma breve e simples de como o universo é representado por Júlio Verne justamente porque o espetáculo por ser novo ainda carecia de recursos linguísticos. A dinâmica de conquista do espaço trazia a vontade de primeiro conhecer para depois denominar e dominar. Por outro lado, uma dimensão do que seria o absoluto do universo já estava sendo disseminada, pois na Exposição de Dublin, em 1853, havia “um telescópio do Sr. Grubl; uma criança pôde dirigi-lo para o ponto que quizer.”⁹

A luneta e o universo estiveram na base da revolução científica moderna. Foi a partir do momento em que Galileu usou de um objeto chamado telescópio para olhar o cosmo que ele rompeu com toda uma tradição de pensamento. Agora não seria mais nossas sensações do cotidiano a nos guiar e sim o uso de objetos fabricados pelo homem. Daí em diante o homem deixou de confiar em seus sentidos e buscou nas ciências a comprovação da verdade, redimensionando a Ciência Natural que, voltando-se para o experimento, encontrou na natureza forças ilimitadas para a conquista do universo.

Outro aspecto interessante na narrativa de Júlio Verne é a forma como o empreendimento é pensado em termos de parceria. Embora o evento fosse americano, pedia-se colaboração internacional. Ora, isso nada mais representa

⁸ STAROBINSKI, Jean. *As máscaras da civilização: ensaios*. São Paulo Companhia das Letras: 200, p. 11.

⁹ *O Auxiliador da Industria Nacional*, 2 agosto de 1853, p. 65. Este periódico que circulou no Rio de Janeiro entre os anos de 1837-1891 foi um dos maiores divulgadores dos eventos expositivos, tanto nacionais como internacionais.

que o velho núcleo de poder dos países centrais do capitalismo articulando-se sobre os demais. Os países praticantes do capitalismo liberal em meados do século XIX articularam arranjos econômicos com os países fornecedores de matéria-prima, ou seja, os países ditos civilizados acabavam por dialogar e se sobrepor aos “atrasados”.

E como se deu o processo de integração e diferenciação entre os países dos mais variados continentes? Karl Marx, talvez o mais arguto observador e polemista do século XIX, deixou-nos uma gama de análises e reflexões que nos ajudam a entender a integração da economia mundial sob a égide de um projeto burguês. Marx já havia observado em 1848, quando publicou o *Manifesto do Partido Comunista*, que a anexação do planeta portava energia para implodir o universo:

Através da exploração do mercado mundial, a burguesia deu um caráter cosmopolita à produção e ao consumo de todos os países. Para grande pesar dos reacionários, retirou debaixo dos pés da indústria o terreno nacional. As antigas indústrias nacionais foram destruídas e continuam a ser destruídas a cada dia. São suplantadas por novas indústrias, cuja introdução se torna uma questão de vida ou morte para todas as nações civilizadas – indústrias que não mais empregam matérias-primas locais, mas matérias-primas provenientes das mais remotas regiões, e cujos produtos são consumidos não somente no próprio país, mas em toda as partes do mundo. Em lugar das velhas necessidades, satisfeitas pela produção nacional, surgem necessidades novas, que para serem satisfeitas exigem os produtos das terras e dos climas mais distantes.¹⁰

Ainda segundo Marx e Engels:

Com o rápido aperfeiçoamento de todos os instrumentos de produção, com as comunicações imesamente facilitadas, a burguesia arrasta para a civilização todas as nações, até mesmo as mais bárbaras. Os baixos preços de suas mercadorias são artilharia pesada com que derruba todas as muralhas chinesas, com que força à capitulação mais obstinado ódio dos bárbaros aos estrangeiros. Obriga todas as nações, sob pena de extinção, a adotarem o modo de produção da burguesia; obriga-as a ingressarem no que ela chama de civilização, isto é, a se tornarem burguesas. Numa palavra, cria um mundo à sua imagem e semelhança.¹¹

Poucos anos depois da publicação do *Manifesto* houve um evento que de forma concreta realizou as observações feitas por Marx. Em 1851 aconteceu em Londres a *The Great Exhibition of the Work of Industry of All Nations* (Grande Exposição de trabalhos da indústria de todas as nações).

¹⁰ MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Manifesto do Partido Comunista*. São Paulo: Martin Claret, 2004, p. 49.

¹¹ Idem, p. 49.

Embora fosse um inglês, contou com a participação de vários outros países e das colônias britânicas. Como uma das várias memórias deste evento temos como documento o *Official Descriptive And Illustred Catalogue*. Trata-se de um catálogo descrevendo os produtos enviados pelos países expositores e dando a conhecer não apenas novas geografias, mas as riquezas espalhadas pelo globo. Se o mundo não cabia nas mãos era possível tê-lo descrito em muitas e muitas páginas do *Catalogue*. No catálogo citado constavam os mais variados países com suas mais variadas economias, tais como Áustria, Turquia, Bélgica, México e Brasil.¹²

A Exposição Industrial de 1851 não foi a primeira tampouco a última do gênero. Seria a partir desta data que se começaria de fato a história das Exposições Universais. Embora a palavra *Universal* não estivesse contida no catálogo do evento de 1851, este seria o primeiro de caráter internacional e que serviu de modelo para toda a sequência de exposições que a sucederam nas mais variadas cidades europeias e nos mais diversos países.

A proposta central desta pesquisa é entender como se dá e no que implica a participação do Ceará e do Brasil neste encadear de eventos expositivos (internacionais, nacionais e provinciais), e em que medida a realização desses eventos e sua dinâmica entre as províncias corroborou para a liberação de “energias” necessárias ou desejadas para se entrar no *hall* dos países ditos civilizados. Ressaltamos que a palavra “energia” aqui se vale de um sentido que elabora tanto uma experiência sensitiva quanto material do que seria a experiência moderna.¹³

O tema ora tratado nos permite uma multiplicidade de problemáticas a serem trabalhadas, tais como política, ciência, natureza, trabalho etc. Escolhemos para esta pesquisa uma abordagem transversal das questões

¹² *Official Descriptive And Illustred Catalogue, 1851*, Tomo III, p. 1000.

¹³ Segundo Marshall Berman “nossa visão da vida moderna tende a se bifurcar em dois níveis, o material e o espiritual: algumas pessoas se dedicam ao ‘modernismo’, encarando como uma espécie de puro espírito, que se desenvolve em função de imperativos artísticos e intelectuais autônomos; outros se situam na órbita da “modernização”, um complexo de estruturas e processos materiais – políticos, econômicos, sociais – que, em princípio, uma vez encetados, se desenvolvem por conta própria, com pouca ou nenhuma interferência dos espíritos e da Alma humana. Esse dualismo, generalizado da cultura contemporânea, dificulta nossa compreensão de um dos fenômenos mais marcantes da vida moderna: a fusão de suas forças materiais e espirituais, a interdependência entre o indivíduo e o ambiente”. BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar: aventuras da modernidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p. 158.

elencadas nas Exposições Universais. Dada a vinculação das exposições com um projeto ideológico de uma classe burguesa em franca expansão de criatividade, tentaremos dar aqui uma leitura mais abrangente e interligada de uma gama de questões que, aparentemente díspares, compõem apenas outra faceta do mesmo objeto de estudo. Por outro lado, seremos obrigados a selecionar temas particulares.

Escolhemos o título *Produtos da terra* por acreditarmos que uma reflexão sobre os objetos expostos nos daria, de início, uma forma de compreensão dos eventos em questão; mas ressaltamos que é no subtítulo *Tempo, espaço e técnica nas Exposições Industriais (1861-1922)* que encontramos as principais problemáticas a serem esclarecidas nesta pesquisa. Entendemos a relação entre *produtos* e *técnicas* como um mote para reflexões mais gerais, sendo que a produção e o consumo levam em conta a técnica e o espaço da produção, e tanto um quanto o outro serão pensados em escala cada vez mais globais e estruturados nos moldes da sociedade capitalista que se forjava na segunda metade do século XIX. “Para uma sociedade que pretendia se incluir no mundo burguês, a idealização de seu progresso estaria pautada, inclusive, nos elementos da natureza que ela poderia transformar em produtos para o consumo, por uma intervenção na esfera da produção”.¹⁴ Essa produção se daria através do uso de novas tecnologias, que seria um dos vetores de unificação mundial. E esta é a nossa hipótese de trabalho: as Exposições como eventos que se queriam universais difundiam ideias e projetos do tipo unificador entre diversos países através da economia capitalista, sendo a técnica o maior deles e o que caracterizaria a civilização ocidental. A História Universal, ao incluir todos os povos, os mais variados espaços e sua diversidade política comporia aquilo que chamaríamos de Humanidade. E para participar dessa “humanidade” era preciso entrar na racionalidade do mundo moderno, onde a técnica acelera e ultrapassa o tempo da natureza.

O movimento das exposições que se realizou na segunda metade do século XIX era o movimento da economia burguesa devido ao rápido progresso

¹⁴ OLIVEIRA, Almir Leal de. *O Instituto Histórico, Geográfico e Antropológico do Ceará: memória, representação e pensamento social*. Tese (Doutorado em História Social) – PUC-SP, São Paulo, 2001, p. 195.

alcançado nas tecnologias de transporte e comunicação, que levou os países ditos civilizados e “bárbaros” a estabelecerem relações cada vez mais desiguais e violentas, pois um mundo que tinha como meta o progresso burguês acabaria por compor uma imagem burguesa de si, e este autorretrato seria o da revolução constante dos meios de produção e exploração, seria o momento da aceleração temporal. Essa rápida expansão tecnológica e do domínio sobre as forças produtivas seria a marca característica da primeira metade do século XIX. A partir da segunda metade, a questão como manter esse ritmo constante de produção, ou seja, seria necessário o escoamento do excedente para áreas periféricas. Para tal fim seria necessário criar canais de circulação entre vários países, sendo que a produção de informações seria o mecanismo utilizado: conhecer para dominar seria a tônica do momento. O tempo do mundo seria ordenado a partir da administração gerenciada pelo capital excedente.

Mas esse movimento de expansão e anexação, além de ambíguo, era também dialético. Ambíguo porque o projeto de modernização que se alardeava universal ficava cada vez mais restrito aos países de capitalismo avançado (Europa e Estados Unidos); e dialético porque a anexação, ao inserir novos sujeitos no mercado mundial, não se fazia sem novos equilíbrios de poder e tensões sociais. Em seu livro *Dialética da colonização*, Alfredo Bosi afirma que “contraditória e necessariamente, a expansão moderna do capitalismo comercial, assanhada com a oportunidade de ganhar novos espaços, brutaliza e faz retroceder as formas mais cruentas o cotidiano vivido pelos dominados”.¹⁵ A dialética do progresso mais excluía que incluía, e se o movimento do comércio provocava desajustes constantes, o *mapa mundo* era reajustado e repensado com mais velocidade ainda. A inclusão de novos países no sistema econômico industrial se dava, digamos, pela porta dos fundos. Não houve uma união entre os países e sim uma unificação. Os termos são reveladores de como se estabeleceram as relações entre as nações envolvidas no processo.

Partindo de aforismos do “Também na totalidade do mundo abre-se para nós uma comunidade” e “o sol da ciência nasce para todos”, o Brasil buscou a

¹⁵ BOSI, Alfredo. *Dialética da colonização*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 21.

partir das Exposições Universais aparecer e conquistar seu lugar ao sol e seu quinhão tecnológico. Cristina Araripe Ferreira, em sua tese de doutorado intitulada *Difusão do conhecimento científico e tecnológico no Brasil na segunda metade do século XIX*, estuda a produção e a circulação do conhecimento tecnológico e como o país tentava, através das exposições, absorver e aplicar as descobertas científicas. Segundo a pesquisadora, “para que houvesse uma política industrial, mesmo incipiente, era necessário que se desenhasse um projeto de estruturação do mercado interno. Da aquisição de maquinário à aquisição de trabalhadores”.¹⁶ Ou seja, seria necessário que houvesse melhoramentos da estrutura produtiva do país para que se constasse os acúmulos da civilização. No caso, o progresso viria com a aquisição de novas tecnologias que, sendo universais, daria ao Brasil a possibilidade de trilhar novos caminhos. Entendemos as exposições e seus discursos como parte de uma série de dispositivos usados no século XIX, tais como a educação, o magistério, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) e outras instituições como sendo parte integrante e simultânea de uma tentativa de delimitar e formatar o espaço brasileiro, mapeando a riqueza nacional. Nesse processo, as exposições da indústria nacional faziam parte desse discurso, mas elas próprias também geraram discursos próprios com particularidades outras.

Na verdade a produção de um discurso moderno nos levaria a pensar as próprias práticas sociais mobilizadas neste intento. Ao levar a cabo um “projeto modernizador” o Brasil e suas instituições mostrariam as suas particularidades e suas fragilidades. Não que o país simplesmente estivesse atrasado em relação aos outros, ou melhor, aos europeus, mas aqui as coisas ainda aconteciam de outra forma, ou seja, era-se um outro. Essa será uma das grandes contradições travadas nas Exposições Universais: ao se compararem nações tão diferentes, que se buscavam iguais, acabava-se por ressaltar a diferença. O Brasil, ao desejar compartilhar da boa “companhia das nações mais cultas”, tentava apagar suas marcas de originalidade, mas o espelho que se mirava era um espelho viciado, onde o olhar fora educado para ver de certa maneira. O

¹⁶ FERREIRA, Cristina Araripe. *Difusão do conhecimento científico e tecnológico no Brasil na segunda metade do século XIX: a circulação do progresso nas exposições Universais e Internacionais*. Tese (Doutorado em História das Ciências e da Saúde) - Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2011, p. 27.

espelho da sociedade europeia não reluzia o Brasil do século XIX. Daí em diante se dariam os descompassos entre o que se era e o que se desejava ser.

As exposições acabavam por expor as demandas internas do país, desde a parca força produtiva às tensões sociais, como a escravidão e a questão do trabalho, sendo que uma questão reforçava a outra. Ao se expor as riquezas da nação se dizia muito mais de suas fragilidades do que de suas reais promessas de progresso. Os produtos da terra exibiam as diminutas forças produtivas e o fraco uso do solo devido à carência de instrumentos e tecnologias atrasadas que vigoravam no país. Essa outra forma de trabalho (o escravo), esse outro uso da terra (parcas tecnologias) e as mal delimitadas ligações internas (uma questão estrutural) daria ao Brasil uma outra relação com seu espaço geográfico e suas forças produtivas. Aqui o tempo também era outro.

O recorte cronológico desta pesquisa se destinava a segunda metade do século XIX. Há neste período certa lógica que rege todos os eventos expositivos, sendo que após a I Guerra Mundial eles teriam um outro caráter. Mas quando da investigação do “tempo” inerente às exposições, ou seja, pensando sobre o regime de historicidade elaborado nestes eventos, deparamo-nos com os centenários que a elas se juntaram. No caso do século XIX as grandes exposições de 1876 (nos Estados Unidos) e 1889 (na França) ainda estariam no recorte inicial, mas no caso do Brasil as exposições comemorativas (de centenários) em 1908 e 1922 nos levou a ampliar o recorte até o século XX, ficando aqui a discussão entre essas duas datas. As Exposições (comemorativas), ao tratarem a questão do tempo, não apenas faziam um apanhado do que se havia passado, mas do que se poderia fazer. Esse pensamento utópico e ativo demarcava uma experiência moderna de se relacionar com o tempo.¹⁷ Tal pensamento perpassava os próprios eventos, mas a partir de 1876 comemorava-se o próprio tempo.

Não estudaremos uma exposição específica, tampouco uma ordem cronológica e linear das mesmas (internacionais, nacionais e provinciais). Interessa-nos tornar o tema *Exposições Universais* mais inteligível a partir de

¹⁷ Tomamos o conceito de “regime de historicidade” de François Hartog. Para este autor, o regime moderno adviria da experiência europeia onde, a partir do final do século XVIII, o tempo passaria a ser percebido como aceleração. HARTOG, François. *Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo*. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

uma reflexão interna do seu próprio acontecer, pois entendemos que “a conexão entre o problema do conhecimento e essa construção reside no fato de a análise dessa construção conduzir a uma combinação de realizações assim que se tornam acessíveis por meio de uma dissecação à investigação epistemológica”.¹⁸

Em *O tempo das coisas*, primeiro capítulo deste trabalho, propomos uma abordagem mais detalhada sobre as Exposições Universais, uma apresentação do que seriam esses eventos e seus impactos sociais e culturais. Se os eventos expositivos se caracterizavam pelo progresso material, suas ideias se propagavam para o campo social, causando novas formas de sentir e pensar o mundo. Seguindo este pensamento incluímos, ainda neste capítulo, discussões de temas nacionais que estavam em sintonia com o “projeto burguês” da economia-mundo. As reflexões giram em torno da ciência nacional, o progresso material desejado pelo país e suas instituições. Um projeto de modernização se mostrava possível para o Brasil. Como se deu esse intento e suas particularidades são as questões levantadas.

A primeira exposição industrial realizada no Brasil se deu em 1861, organizada pela Comissão Científica de Exploração que, de volta à Corte após uma viagem de mais de dois anos pelo Ceará, expôs os resultados da primeira exploração científica nacional. Esse ensaio já previa envios de produtos para a Exposição Universal a ser realizada em 1862. Mas para a promoção das exposições nacionais, provinciais e participação nos eventos internacionais duas instituições se destacaram: A Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional (SAIN) e o Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas (MACOP). A união de uma instituição voltada para a industrialização do país e outra que zelava principalmente pela agricultura sugere que a industrialização do país passava pela modernização da natureza e que a ideia de progresso nas exposições se pautava no domínio de técnicas sobre a produção agrícola do país.

O tempo linear do progresso, tão em voga no oitocentos, se manifestava de forma mais acurada nas exposições de cunho comemorativo, tanto nas exposições internacionais de 1876 (na Filadélfia se comemorava centenário da

¹⁸ DILTHEY, Wilhelm. *A construção do mundo histórico nas ciências humanas*. São Paulo: Editora Unesp, 2010, p.70.

independência americana) e 1889 (em Paris se celebrava o centenário da Revolução Francesa) como no Brasil nas exposições de 1908 e 1922 (centenários da abertura dos portos e da independência, respectivamente). Os temas elencados neste capítulo são discutidos e tornados inteligíveis numa perspectiva de propostas que se voltam para a ideia de nação. A ideia de nação também se fazia numa continuidade temporal, num passado compartilhado.

Em *A nação entre letras e números*, segundo capítulo, nos deteremos de forma mais detalhada nos catálogos produzidos para as exposições, verdadeiros inventários das forças produtivas, das condições sociais e políticas. Eles eram confeccionados em várias esferas, desde o catálogo oficial da exposição até os mais especializados (e espacializados), por países e províncias. Interessa-nos pensar os catálogos, relatórios e uma vasta gama de documentos produzidos por causa destes eventos como sendo aquilo que Nelson Senra chama de “tecnologia de distância”.¹⁹ Ou seja, os catálogos são o que fica da exposição, não apenas como memória, mas como suporte que dá estabilidade e permite um acúmulo de informações que, segundo Senra, atrela saber e poder. Os catálogos não são apenas um saber sobre a geografia. Eles mostram, na verdade, uma geografia do saber, no qual a confecção dos catálogos era necessária não só intelectuais e instituições mas, principalmente o domínio do saber estatístico. Interessa-nos entender como a produção e circulação desses dados, ou seja, como a constante atualização do país era assegurada pelos números “científicos” e através deles se descortinavam o nível de “melhoramentos” realizados. Matematizavam-se em escalas o progresso dos países e ao paginá-lo nos catálogos era possível a comparação.

Os catálogos eram confeccionados nos moldes da ciência estatística e se propunham a ser a soma de todo um território, tal como os edifícios montados nas Exposições Universais, onde cada país edificava um pavilhão síntese (com vários temas). A proposta central deste capítulo é entender as publicações que se enquadravam também nos moldes da ciência política do século XIX e como a produção deste saber circulava nos eventos expositivos. Mas para além de números e tabelas, neles se vislumbravam as mais diversas

¹⁹ SENRA, Nelson. *O saber e o poder das estatísticas: uma história das relações estatísticas com os Estados Nacionais e com as ciências*. Rio de Janeiro: IBGE, 2005.

paisagem do Brasil e de suas províncias em suas mais variadas dimensões sociais e temporais.

A nação em composição, terceiro capítulo, busca fazer uma reflexão e conexão entre eventos envolvendo as exposições industriais e como estas acabaram por compor uma camada discursiva sobre a nação brasileira. Estabelecemos uma relação entre a Guerra do Paraguai; a demanda por um prédio para um museu permanente dedicado a exposições nacionais e a dimensão temporal presente nesses eventos. Embora, de início, os temas elencados pareçam díspares, juntos eles compõem um “quadro sobre a nação”.

A Guerra do Paraguai ajudou a centralizar os regionalismos e canalizá-los para um discurso nacional. A demanda por um prédio que também fosse um museu permanente para as exposições nacionais não vingou, mas a necessidade de um ambiente para se expor de forma perene as riquezas das mais variadas regiões do país serviria não apenas como centro de estudo sobre as riquezas nacionais, como ajudaria a conhecer o próprio país. A guerra e o museu não estavam dissociados de um projeto de nação que se propunha a ser um projeto modernizador, ou seja, apostavam para o futuro a redenção nacional. A acumulação dos objetos possibilitaria mostrar o que havia dentro do Brasil e a partir da comparação seria possível dizer sobre os avanços e acúmulos feitos aqui. O progresso seria o próprio acúmulo, que se daria com o passar do tempo.

Para as Exposições Universais uma variedade de documentos era produzidas ou mobilizadas para tal. Se os catálogos eram o que ficavam das exposições temos ainda de dar conta da preparação de divulgação do evento, que também gerou uma quantidade monumental de documentos. Ofícios e relatórios do Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas (MACOP) assim como os jornais da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional (SAIN) serão as fontes que balizam grande parte desta pesquisa, não apenas pela quantidade e sim porque estas instituições não só eram as responsáveis pelas realizações das Exposições Nacionais como pelo fato de que em seus arquivos estão documentados os debates sobre o tema durante toda a segunda metade

do século XIX.²⁰ Outras fontes como jornais, crônicas, imagens, obras literárias ganharam relevância neste trabalho por ajudarem a dar outras dimensões das questões aqui tratadas.

Já os catálogos (provinciais, nacionais e internacionais) e outras tantas obras raras foram encontradas em bibliotecas locais ou em sites institucionais, mencionados no fim do trabalho. Esta tipologia de fonte, junto ao material do MACOP e da SAIN, é a base para qualquer historiador das Exposições Industriais. Trabalhar com estas fontes nos leva necessariamente à problematização de sua produção, circulação e intitucionalização de saberes.

Segundo Certeau, em história tudo começa com o gesto de separar, reunir e transformar em “documentos” certos objetos nem sempre preservados com essa finalidade. Esta nova distribuição cultural é o primeiro trabalho do historiador. Consiste em *produzir* tais documentos pelo simples fato de recopiar, transcrever ou fotografar estes objetos, mudando ao mesmo tempo o seu lugar e o seu estatuto.²¹ Busca-se aqui uma reflexão acerca do próprio conhecimento histórico. A construção do saber através da investigação empírica. “Compreender a ‘coisa’ que surge ali, diante de mim, não é outra coisa senão elaborar um primeiro projeto que se vai corrigindo, progressivamente, à medida que se progride a decifração”.²²

Interessa-nos também compreender como se dava a participação do Brasil e da província cearense nos eventos expositivos. Tentaremos dar um balanço geral dos eventos expositivos dos quais o Brasil e o Ceará participaram, tentando compreender as representações sociais elaboradas nas exposições e os mecanismos usados para este intento. Nossa intenção não será buscar uma prática discursiva homogênea compreendida entre as várias exposições e sim perceber as tensões/intenções que norteavam a participação do Ceará e do Brasil na realização e participação das exposições industriais.

²⁰ Os relatórios do MACOP estão disponíveis em: <http://www.crl.edu/brazil/ministerial/agricultura>
O jornal *O Auxiliador da Indústria Nacional* está disponível em: <http://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/auxiliador-industria-nacional/302295>

²¹ CERTEAU, Michel de. *A Escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002, p.81.

²² GADAMER, Hans-Georg. *O problema da Consciência Histórica*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getulio Vargas, 1998, p. 61.

Buscaremos articular a construção discursiva do mundo social com a construção social do discurso.²³

Pesquisar a participação do Ceará e do Brasil nos eventos expositivos nos é significativo para perceber suas particularidades como parte integrante do processo de construção da nação, onde o discurso sobre o potencial da natureza do país passava pelas riquezas de suas províncias, pelo engajamento dos intelectuais cearenses na tentativa de delimitar um espaço territorial com traços próprios. Na presente pesquisa a valorização/construção das múltiplas memórias/representações da província cearense deixa de ser a razão da pesquisa para tornar-se uma “razão” a ser pesquisada.²⁴

Por fim, entendemos o “movimento das exposições universais” como um processo de expansão global do capitalismo onde, como bem ressaltou Lênin, “o caráter desigual do desenvolvimento econômico, a rápida transformação dos métodos de produção, a enorme concentração de capitais, o desaparecimento de todas as formas de dependência social, a mobilidade da população, a influência nos grandes centros industriais provocaram mudanças profundas nas relações sociais”²⁵ e que “as exposições universais, ao veicularem a mercantilização da vida, criaram uma fantasmagoria que modernizava o universo”.²⁶

²³ CHARTIER, Roger. *Escribir las prácticas: Foucault, De Certeau, Morin*. Buenos Aires: Manantial, 2001, p. 8.

²⁴ RAMOS, Francisco Régis Lopes & RIOS, Kênia. O cultivo da lembrança no multiculturalismo: além da memória, mas aquém da história. In: *Africa-Brasil-Portugal*. História e ensino de história. /Euripedes Funes, Francisco Régis Lopes Ramos, Franck Ribard, Kenia Sousa Rios (Organizadores). Fortaleza: Editora da UFC, 2010, p. 216.

²⁵ LÊNIN, Vladimir Ilitch. *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia: o processo de formação do mercado interno para a grande indústria*. São Paulo: Abril Cultural, 1982, p. 375.

²⁶ PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Exposições Universais: espetáculos da modernidade do século XIX*. São Paulo: Hucitec, 1997, p. 231.

2. O TEMPO DAS COISAS.

2.1. As Exposições Universais.

Em inícios do século XX, um observador olhando de forma retrospectiva para as exposições industriais do século XIX, faz um balanço que nos lembra a máxima hegeliana onde “a coruja de Minerva v^oa apenas no crepúsculo”. Em 1901, o francês Geralt elaborava suas ideias em *Les expositions Universelles au point de vue économique* onde apresentava sua síntese sobre os eventos denominados Exposições Universais:

A primeira vantagem e a mais importante que se tira das exposições, segundo seus defensores, consiste em um crescimento formidável de nosso comércio exterior. As exposições são o meio prático oferecido aos industriais de revelar os progressos que atingiram e de afirmar sua superioridade (...). As exposições oferecem um meio de propaganda excelente: bem mais que os prospectos, bem mais que os anuários, mais mesmo que os viajantes de comércio, elas são capazes de agir sobre o espírito da clientela possível e de produzir uma profunda impressão sobre o comprador do estrangeiro, que é posto em contato com o produto, permitindo-lhe examinar e comparar os produtos que ele ignorava e ignoraria sempre sem elas.²⁷

Geralt apresentava o “ponto de vista econômico” como sendo uma questão central a ser percebida nos eventos expositivos, mas ele também enumera outra série de elementos que servem para entender as exposições. Anuários, viajantes, comparações e propagandas serviam como discursos que objetivavam e diziam sobre produtos, riquezas e objetos reunidos e mostrados ao público. Mostrava-se nestes eventos o progresso industrial e a superioridade das potências imperialistas, reservando assim um lugar para todas as nações do globo onde o ato de conhecer também era um fator político. Basta lembrar que na virada do século XIX para o XX as potências imperialistas da Europa disputavam mercados consumidores e fornecedores de matérias-primas para suas indústrias, e nessa busca se fez um processo totalizador onde os países considerados mais avançados industrialmente dominavam nações menores.

Entre os anos de 1815 e 1914 o domínio colonial direto dos europeus expandiu-se de 35% para cerca de 85% da superfície da Terra. Todos os

²⁷ GERALT *apud* TAKEYA, Denise Monteiro. *Europa, França e Ceará*. Origem do capital estrangeiro no Brasil. Natal: Editora Universitária UFRN, 1995, p. 27.

continentes foram afetados, principalmente África e Ásia.²⁸ O avanço imperialista exigia uma administração racional de seus territórios com relatórios constantes da situação política e das riquezas naturais de cada possessão. A expansão do sistema de produção europeia, o capitalismo, se deu graças a motivos econômicos. A segunda metade do século XIX conheceu um acúmulo de riquezas sem precedentes que havia resultado em um excesso de poupança, sendo que a melhor forma de usar esse excedente seria na própria expansão do sistema. A posse de territórios em outros continentes possibilitou que o lucro se alargasse de forma exponencial. As distâncias entre colônias e metrópoles e o gerenciamento das novas terras passaram a compor o cenário político europeu desde então.

Partindo do pensamento administrativo/acumulativo e imbuído do espírito iluminista de conhecer, as Exposições Universais se configurariam como um meio vantajoso para reunir num único lugar as riquezas espalhadas em muitas colônias e em milhões de quilômetros quadrados. As nações eram não apenas mostradas, mas representadas. Objetos e pessoas de diferentes continentes cruzaram-se no mesmo espaço e com o mesmo intento: ver e mostrar, inventariar e avaliar.

A Exposição de Londres de 1851 entrou para a crônica destes eventos por ter sido a primeira exposição de caráter “internacional” e por ter sido capaz de criar e modelar todo um imaginário de modernidade. Muitas exposições menores e regionais já haviam sido realizadas na primeira metade do século XIX, mas a exposição de 1851 parecia estar em sintonia com os eventos históricos e as mudanças que se cristalizariam no decorrer das décadas seguintes.

Em 1851 o país que era a primeira economia mundial passaria a ter 51% de sua população vivendo nas cidades, inversão que se propagaria e mudaria não apenas a relação do campo com a cidade, mas estabeleceria novas dimensões entre a cidade, o consumo e as invenções, sendo que as exposições ocupariam parte significativa neste novo ambiente social.²⁹ De forma sintomática a cidade de Londres parecia estar anunciando os novos

²⁸ SAID, Edward W. *Orientalismo: o oriente como invenção do ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p. 74.

²⁹ HOBBSBAWM, Eric. *A era do capital (1848-1875)*. São Paulo: Paz e Terra, 2005, p. 243.

hábitos da modernidade, onde a cidade e o consumo se articulavam como sinônimos. Segundo Hobsbawm, 14 mil firmas exibiram seus produtos na exposição londrina de 1851; 24 mil em Paris em 1855; 29 mil em Londres em 1862 e 50 mil em Paris na Exposição de 1867.³⁰ O consumo atrelado às forças produtivas geradas por novas tecnologias, o crescimento da cidade, o excedente de capital e a conquista de novos territórios levou a um crescimento gigantesco no comércio europeu. Se entre 1800 e 1840 o comércio mundial não havia nem duplicado, ele chegaria a crescer 260% entre 1850 e 1870,³¹ período esse que o historiador britânico chamou de “a era do capital”. Daí em diante o cenário seria de disputas entre os países europeus na tentativa de manter uma expansão constante do capital dentro de seus impérios.

A periodização proposta por Hobsbawm é significativa para entendermos o “movimento das exposições”, pois até a década de 1870 a Europa praticava o capitalismo liberal (ou industrial). Buscava-se ainda países periféricos consumidores de produtos industrializados europeus e fornecedores de matérias-primas. Após a década de 1870 o cenário econômico muda radicalmente. O excesso de produção exigia um escoamento mais sistemático, a isso acrescenta-se uma crise econômica que se estenderá até o fim do século. A saída encontrada pelas potências europeias foi a invasão e administração de novas áreas. Surgiu aí a “era do imperialismo”.

Diante desse novo cenário com uma multiplicidade de colônias com suas variadas naturezas e riquezas espalhadas pelo globo seria necessário novas formas de inventariar e quantificar o mundo. Talvez agora os viajantes-cientistas obtivessem resultados menos satisfatórios. Cada domínio ultramarino pertencia a determinada colônia, e as fronteiras nacionais delimitavam em muito o percurso dos viajantes. Nesse contexto é ressignificada e ampliada a ideia de se expor num único lugar o que estava “espalhado” pelas mais variadas possessões, levando ao centro das metrópoles o que havia na periferia. A mudança de região significava muitas vezes mudanças também de natureza. Cada lugar era significativo das riquezas que acumulavam, mas cada região também portava diferentes tempos culturais.

³⁰ Idem, p. 58.

³¹ HOBBSAWM, Eric. *A era do capital (1848-1875)*. São Paulo: Paz e Terra, 2005, p.60.

A história das Exposições Universais está ligada à história do consumo e da expansão do capital. Como observou Daniel Roche, as feiras reuniam os requisitos para intensificar a demanda, até mesmo criá-los.³² As feiras se intensificaram com o fenômeno urbano da segunda metade do século XIX, pois eram também parte da experiência urbana atrelada ao aumento populacional vivenciado pela Europa durante todo o século XIX: em 1800 a população do continente era calculada em 187 milhões, em 1900 ultrapassaria os 400 milhões.³³ O ano de 1851 marca de forma sintomática a relação entre cidade, consumo e a ideia de progresso.

As feiras com caráter de exposição e comércio já vinham sendo praticadas desde o fim do século XVIII na França e inícios do XIX na Inglaterra, mas eram eventos locais, com interesses mais regionais de trocas comerciais e incrementos na agricultura e indústria, e não incluíam as técnicas úteis descobertas e usadas nas colônias. Mas em 1851 a Inglaterra resolveu dar um caráter mais cosmopolita a esses eventos reunindo alguns outros países e suas possessões, marcando assim o que se denominou à época de “Grande Exposição de trabalhos da indústria de todas as nações” (The Great Exhibition of the Work of Industry of All Nations), participando desse primeiro evento vinte e cinco países e quinze colônias inglesas.³⁴

A maior lembrança que ficou desta exposição foi o Palácio de Cristal, estrutura em ferro e vidro construído em apenas um ano. O prédio mostrava não apenas os usos de novos materiais como também o de técnicas que permitiam agir sobre o espaço-tempo, criando novas sensibilidades. No decorrer da segunda metade do século XIX outros prédios tão grandiosos foram construídos para sediarem as exposições, mas nenhum deles seria tão recordado como o Palácio de Cristal, com sua estrutura de ferro e vidro mostrando firmeza, maleabilidade e transparência, tudo em apenas uma estrutura. Marshall Berman, em suas reflexões em *Tudo que é sólido desmancha no ar*, analisa o Palácio de Cristal como sendo símbolo da modernidade. A estrutura gigantesca que poderia ser desmontada com a

³² ROCHE, Daniel. *História das coisas banais: nascimento do consumo nas sociedades do século XVII ao XIX*. Rio de Janeiro: Rocco, 2000, p. 73.

³³ REMOND, René. *Introdução à história do nosso tempo: o século XIX (1815-1914)*. São Paulo: Cultrix, 1976, p. 197.

³⁴ LOPES, Ana Patrícia Quaresma. *Exposições parisienses Oitocentistas*. Prova final de Licenciatura em Arquitetura/DARQ/FCTUC/COIMBRA, 2007, p. 14.

mesma facilidade com que foi montada, mostrava a maleabilidade e a transparência do mundo moderno:

O tom do edifício é pomposo e solene; a mensagem que proclama é não somente o ápice histórico, mas também de totalidade cósmica e imutabilidade (...). Em sua relação com a natureza, o palácio antes envolve que oblitera; grandes árvores antigas, ao invés de serem cortadas, são contidas dentro do edifício onde (...) crescem maiores e mais saudáveis que nunca. Além disso, longe de ter sido projetado com árido cálculo mecânico, o palácio de Cristal é, realmente, a construção mais visionária e ousada do século XIX. Apenas a ponte do Brooklyn e a Torre Eiffel, uma geração mais tarde, fariam frente a sua expressão lírica das potencialidades da era industrial.³⁵

Os prédios faziam parte do próprio espetáculo da nova era tecnológica que as exposições pretendiam forjar. A cada nova Exposição, surgia um novo prédio ou monumento para mostrar o progresso material da cultura ocidental. Vale destacar que se o vidro foi o que deu charme à exposição de 1851, seria o ferro a estrutura marcante que daria à Torre Eiffel uma perenidade que resistiu à Exposição Universal de 1889 em Paris. Se o prédio de vidro fôra o primeiro a ser construído apenas por engenheiros e mostrava o que os homens poderiam fazer com o saber sobre a natureza, o segundo já não seria obra de apenas uma ciência, pois em Paris os debates entre engenheiros e arquitetos sobre a construção de ferro se deu entre polêmicas sobre qual a melhor forma que a torre deveria ter.³⁶ Se a dúvida era entre o estético e o funcional, a certeza era dada pelos cientistas e sua capacidade de moldar a natureza.

O Palácio de Cristal ficou no imaginário dos contemporâneos pelo estilo alegórico (ou fantasmagórico) e pela vertigem que o mesmo causava. “Um recinto quase perturbador dos sentidos”, como definiu um observador brasileiro enviado pela Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional³⁷ à Inglaterra para estudar a exposição:

E de veras ainda hoje, depois de decorridas três semanas me sinto confuso do muito que vi. Entrando pela primeira vez no palácio, encantador não

³⁵ BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar: aventuras da modernidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p. 35.

³⁶ LOPES, Ana Patrícia Quaresma. *Exposições parisienses Oitocentistas*. Prova final de Licenciatura em Arquitetura/DARQ/FCTUC/COIMBRA, 2007.

³⁷ A Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional foi fundada em 1827 no Rio de Janeiro com o objetivo de incentivar o processo de industrialização do país. De 1833 até 1892 manteve a publicação de seu jornal “O Auxiliador da Indústria Nacional”. Tal impresso, de caráter científico, se propunha a divulgar as últimas invenções e divulgar novas ideias. A Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional (SAIN) junto ao Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas (Macop) seriam as instituições responsáveis pela promoção das exposições nacionais.

somente aos olhos e aos ouvidos, mas ainda ao coração, pela fraternidade das nações que exemplifica (...). Digo, entrando pela primeira vez nesse recinto quase perturbador dos sentidos, entreguei-me o dia inteiro á algumas das minhas visitas em companhia de recém chegados de longe, para ver também sua admiração. A's impressões geraes deste grande espectáculo, deixei arrastar a minha imaginação pelos objectos de grande gosto.³⁸

Outro visitante exclamaria:

(...) que espetáculo aquele! Nenhum lápis ou pincel podem retratá-lo; a linguagem não pode descrevê-lo adequadamente. Um palácio de ferro e vidro, de magnitude estonteante, como o mundo ainda não havia testemunhado e que pode ser definido como uma das maravilhas da humanidade. Eu estava atônito do lado de fora do edifício, mas ao entrar pela porta do transepto sul deparei-me com uma visão que me deixou perplexo. As melhores criações da arte e da ciência de praticamente todos os povos do mundo civilizado colocavam-se diante de mim. Com a vista estonteada, não sabia que direção tomar.³⁹

As Exposições Universais eram grandes laboratórios exibicionistas. Buscava-se mostrar (e dar a ver) o que as nações haviam feito de progresso industrial, procurando novos maquinários e matérias que pudessem servir de incentivo ao avanço tecnológico e a moldagem do mundo através da produção artificial. O caráter universal do evento se ajustava a um novo projeto político, aliando nacionalismo e burguesia. Esta, desejosa de implantar sua visão de mundo e orgulhosa de si mesma, congratulava-se com o planeta em expansão comercial. Tudo materializado em discursos, prédios e fotos. Os eventos expositivos fizeram com que as pessoas se deslocassem para ver mercadorias. Aos milhares eles se reuniram e viram diante de si “praticamente todos os povos civilizados”. Se antes era necessário percorrer parte do mundo para conhecer as mais variadas culturas e os mais diversos lugares, agora era o globo que se punha em movimento diante dos olhos dos visitantes. As exposições reduziram o mundo e ampliaram o conhecimento sobre o mesmo, mas principalmente, elas excitaram os sentidos. Se em 1851 registrava-se sobre o Palácio de Cristal que “a linguagem não pode descrevê-lo adequadamente”, em 1867 (em Paris) seria mais difícil descrever não apenas o que se via, mas principalmente o que se experienciava como elevação do corpo, pois nesta exposição foi mostrado o primeiro elevador, onde o corpo se

³⁸ *O Auxiliador da Industria Nacional*, 6 dezembro de 1851, p. 198.

³⁹ *Apud* TURAZZI, Maria Inez. *Poses e trejeitos: a fotografia e as exposições na era do espetáculo*. Rio de Janeiro: Rocco, 1995, p. 44.

adaptava ao subir e descer da máquina em suspenso. Segundo um visitante do evento, “estranhos serão as vossas sensações; vos parecerá que todos os objetos fogem a vossos pés, mas bem mais estranho ainda vista que oferecerá a vós do alto do teto”.⁴⁰

Os prédios que sediavam as exposições também podiam circular o mundo através de fotos vendidas durante o evento. A grandiosidade dos prédios que abrigavam as exposições tornara-se parte da documentação sobre o tema, sendo até mesmo objeto de pesquisa.⁴¹ As vertigens causadas diante de tais espetáculos faziam parte das imagens de modernidade gestadas pela burguesia e das novas sensibilidades que estavam sendo formadas, deslocando as antigas formas de perceber o mundo. Walter Benjamin, em suas reflexões sobre a reprodução das obras de arte, lança questionamentos sobre a arquitetura e a recepção tátil e óptica dos edifícios e nos ajuda a entender porque o Palácio de Cristal aparece em certas crônicas como uma fantasmagoria.⁴² Segundo Benjamim, “os edifícios comportam uma dupla forma de recepção: pelo uso e pela percepção. Em outras palavras: por meios tácticos e óticos (...). Pois as tarefas impostas ao aparelho perceptivo (...) se tornam realizáveis gradualmente, pela percepção útil, através do hábito”.⁴³

A questão do prédio expositivo de 1851 era justamente que ele não era um prédio apreendido pelo hábito, e dele veio uma nova forma de pensar e habitar esse espaço. Em 1864 Dostoiévski escreveu em seu livro *Notas do subsolo* uma observação sobre o prédio que bem mostra a dificuldade de se habitar nele:

Os senhores acreditam no edifício de Cristal, para sempre indestrutível, ou seja, acreditam num edifício ao qual ninguém poderá mostrar a língua mesmo às escondidas, nem fazer-lhe uma figa com a mão no bolso. Bom, eu tenho medo desse edifício, talvez porque ele seja de cristal e indestrutível através dos séculos e porque não será possível mostrar-lhe a língua nem às escondidas.⁴⁴

⁴⁰ DE DECCA, Edgar. Colonialismo como a glória do império. In: *O Século XX: o tempo das certezas/ Organização*, Daniel Aarão Reis Filho, Jorge Ferreira, Celeste Zenha. 6ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011, p. 163.

⁴¹ DANTAS, André Dias. *Os pavilhões brasileiros nas Exposições Internacionais*. Dissertação (Mestrado Arquitetura e Urbanismo) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

⁴² BENJAMIM, Walter. *Magia e Técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

⁴³ Idem, p. 193.

⁴⁴ DOSTOIÉVSKI, Fiódor. *Notas do subsolo*. Porto Alegre: L&PM, 2013, p. 46.

O prédio da Exposição Universal de 1851 foi montado no Hyd Park para abrigar as nações e seus produtos. Para a elaboração desse prédio foi realizado um concurso do qual saiu vencedor o jardineiro Jonh Paxton. Com 563 metros de comprimento, 124 metros de largura e 33 de altura o pavilhão foi concebido e estruturado à semelhança de uma estufa, combinando leveza, transparência e novas tecnologias.⁴⁵ O prédio parecia perverter os sentidos, pois “não será possível mostrar-lhe a língua nem às escondidas”. Nele não só todos poderiam ver, mas principalmente tudo poderia ser visto, e isso era o mais importante. Elogiava-se o fato de os objetos poderem ser vistos de todos os ângulos. E “tudo precisa ser visto” no prédio era uma das inovações do edifício, pois o vidro estruturado ao ferro trabalhava mais sobre o visual do que sobre qualquer outro sentido. Podia-se ver sem cheirar, ver sem tocar. A mercadoria aparecia sem rastros dos seus produtores. Ela estava lá sem cheiro e sem marcas de uso, apenas para ser vista. O prédio aparecia como “fantasmagoria” porque parecia “para sempre indestrutível”. O Palácio de Cristal parecia suplantar o tempo e o devir, apesar de ser um artefato produzido pelos homens.

A notícia da estrutura “assustadora dos sentidos” foi divulgada até mesmo pelos jornais da distante província cearense:

Mais de 1:200 contos custou o grande palácio de vidro. Que acaba de abrir-se no 1º de maio contendo os productos da industria de todo mundo. Este immenso edificio feito todo de vidro, e ferro, que é certamente a maior maravilha do nosso século foi construído dentro de um ano (...).O edificio tem 1 848 pes de comprido, 408 de largo, e 66 de altura. A construcção central com abobada de vidraças enormes tem 108 pes de alto, e consiste inteiramente de vidros e de ferro, à excepção de chão de vários andares, o edificio tem 3 230 columnas, 2 244 amarras, 1 128 contrafortes, todos de ferro, 358 sustento de tecto, 900 0000 pes quadrados de vidro pollido. A galeria terá 29 pes de largo. A superfície que o cobre de 18 acres ingleses, o espaço necessário para deposição dos objectos exhibidos é de 21 acres, ficão talvez 6 acres para os passeios dos visitantes ao 1º e 2º andar e as galerias ou 250 mil pés quadrado.⁴⁶

Chamava atenção na construção do Palácio de Cristal tanto a sua estrutura como o tempo gasto na sua montagem. O vidro aliado ao ferro produziu um recinto perfeito para o fetichismo da mercadoria, apagando as

⁴⁵ DANTAS, Op. Cit., 2010, p. 34.

⁴⁶ O Cearense, 27 de junho de 1851.

relações entre produtores e consumidores.⁴⁷ O vidro aparece como uma matéria enganadora dos sentidos, que pode ser vista, mas não tocada. Funda-se uma transparência sem trânsito livre. Esse poder mostrar-se para contemplação, estabiliza o objeto como um desejo a ser realizado. Já o ferro ostentava a própria maleabilidade da natureza ao gosto dos homens. Na Exposição Universal de Paris de 1855 “os productos da industria de ferro achavam-se sob a denominação collectiva de productos das sciencias e artes, e eram representados por bellas amostras de todas as espécies”⁴⁸ O ferro surgia como a “verdadeira novidade e aqui não são unicamente melhoramentos de pouca importância”, pois “é nada menos do que o principio de uma architettura inteiramente nova. E quem não poderá pensar assim à vista do Palácio de Cristal?”.⁴⁹ A novidade era a maleabilidade da natureza ao gosto dos homens. De agora em diante a imaginação parecia sem limites, uma vez que os usos dos recursos naturais deviam se dobrar aos desgnios da sociedade, e se a ciência e as artes eram objetos de civilização, a construção do Palácio de Cristal já mostrava os acúmulos elaborados pelos britânicos, feito este que se espalharia de forma universal.

A estrutura seria desmontada após o evento de 1851, mas sua imagem sobreviveria a todos os demais prédios e eventos. Prédios no estilo do Palácio de Cristal foram replicados pelo mundo, inclusive no Brasil. O edifício que lembrava uma estufa guardava em seu interior, durante o evento, lenitivos para apaziguar os sentidos e o calor, como “a maquina do Sr. Asher para fazer sorvetes e gelo que merece toda a atenção por ser o ácido sulfurico, o mais barato de todos os ácidos, o único ingrediente empregado para produzir a baixa temperatura” e sendo “este instrumento, em dimensões para fazer de uma só operação cerca de 100 sorvetes, custava apenas 4 libras esterlinas”.⁵⁰

⁴⁷ A noção de fetiche da mercadoria é basilar no pensamento marxista, pois ele questiona as relações de produção e de exploração. Segundo Peter Stallybras “o problema para Marx era, pois, não o fetichismo como tal, mas antes, uma *forma* específica de fetichismo que tomava seu objeto não como objeto animado do amor e do trabalho humano mas o não-objeto esvaziado que era o local de troca. No lugar do casaco havia um valor transcendental que apagava tanto o ato de fazer casaco quanto o ato de vesti-lo. O *Capital* representava a tentativa de Marx de devolver o casaco ao seu proprietário”. STALLYBRAS, Peter. *O casaco de Marx: roupa, memória, dor*. Belo Horizonte: Autêntica, 1999, p. 63 (grifos no original).

⁴⁸ *O Auxiliador da Industria Nacional*, 15 de novembro 1855, p.195.

⁴⁹ *O Auxiliador da Industria Nacional*, 24 de julho 1855, p. 77.

⁵⁰ *O Auxiliador da Industria Nacional*, 8 de fevereiro de 1852, p. 295.



Palácio de Cristal. Exposição Universal de 1851 em Londres.⁵¹

Entre os anos de 1851 e 1900 seriam realizadas dez grandes exposições universais e cada uma pretendendo ser mais universal que a outra. Observando as informações sobre o “progresso” feito por cada Exposição Universal na segunda metade do século XIX, podemos ter uma melhor dimensão dos eventos:

⁵¹Disponível:

<http://www.google.com/search?q=fotos+do+palacio+de+crystal+londres+1851&hl=ptPT&biw=1024&bih=677&tbm=isch&prmd=imvns&ei=cAcsUMZn6NHqAbOGgOgE&start=0&sa=N>. Acesso em: 15 de agosto de 2013.

ANO	LUGAR	NÚMERO DE VISITANTES	NÚMERO DE EXPOSITORES	SUPERFÍCIE DE EXPOSIÇÃO
1851	LONDRES	6.039.195	13.937	8,4 hectares
1855	PARIS	5.162.330	20.839	9,9 hectares
1862	LONDRES	6.211.103	28.653	9,5 hectares
1867	PARIS	11.000.000	43.217	14,9 hectares
1873	VIENA	7.254.687	25.760	16,2 hectares
1876	FILADÉLFIA	10.165.000	60.000	30,3 hectares
1878	PARIS	16.032.725		22,5 hectares
1889	PARIS	32.250.297	61.722	21,2 hectares
1893	CHICAGO	27.800.801		81,0 hectares
1900	PARIS	50.800.801		46,0 hectares

FONTE: WERNER PLUM. *Exposições Mundiais no Século XIX*, 1979, p. 61.

Os números da tabela vão quase sempre em sentido crescente (ora no tamanho da área ocupada, ora no número de visitantes), e embora os Estados Unidos com sua mania de grandeza fizessem exposições com os maiores espaços, era na Europa onde o público era maior. Talvez as grandes cidades já estabelecidas no velho mundo tenha sido um fator importante. As dez maiores exposições realizadas num espaço de 50 anos mobilizaram aproximadamente 172 milhões de visitantes e eram cada vez mais voltadas para o entretenimento. Cada evento trazia para seus pavilhões um lugar do mundo para ser visto e conhecido, apresentado e mapeado dentro da nova ordem capitalista em formação. Werner Plum as percebe como tramas de fenômenos sociais interdisciplinares:

As exposições industriais foram cenários da história social interdisciplinar. Tornaram transparente a complexidade de fenômenos sócio-culturais, já que nas exposições entretciam-se em estreita interconexão, informações industriais, formação técnica, comunicações, congressos e movimentos internacionais, artes plásticas, assim como também manifestações de colonialismo.⁵² [Grifo no original].

Werner Plum nos oferece não apenas uma complexa visão do que seriam as exposições industriais no século XIX como também oferta uma perspectiva de estudo: como história social interdisciplinar. Para explicar o

⁵² PLUM, Werner. *Exposições no século XIX: espetáculos da transformação Sócio-Cultural*. Bonn: Friedrich-Ebert-Stiftung, 1979, p. 60.

emaranhado de fenômenos sociais envolvidos nos eventos expositivos, tais como informação técnica, produção de estatísticas, comunicação e colonialismo faz-se necessário um olhar interdisciplinar dentro dos parâmetros teórico-metodológicos da história social. Para Sandra Jatahy as exposições eram carregadas de um teor enciclopédico:

Como missão manifesta, elas objetivavam informatizar, explicar, inventariar e sintetizar. Partilhando da preocupação enciclopédica vinda do século das luzes, de tudo catalogar, classificando segundo critérios científicos, as exposições receberiam ainda os influxos de uma proposta comtiana, nascida no século XIX e que identificava a difusão dos saberes, como um dever positivista. Catálogo do conhecimento humano acumulado, síntese de todas as regiões e épocas, as exposições funcionavam para seus visitantes como uma “janela para o mundo”. Ela exibia o novo, o exótico, o desconhecido, o fantástico, o longínquo. Nelas se exibiam as mais complexas máquinas, os mais recentes inventos, classificados cuidadosamente e organizados segundo preocupação didática e enciclopédica.⁵³

Sandra Jatahy Pesavento, assim como Plum, percebe as exposições em sua busca pela totalidade do saber, sendo elas parte integrante de um discurso advindo do pensamento iluminista, mas também sendo elas próprias geradoras de discursos do tipo positivista. Congregando a vontade de catalogar as riquezas espalhadas pelo mundo e instrumentalizar este saber para o progresso da humanidade através das intervenções na sociedade e na natureza, as exposições têm cada vez mais seu caráter cosmopolita arregimentado. Informatizar, sintetizar e inventariar são palavras que necessitam do “acúmulo” para que possam se efetivar, e este veio com os congressos que ocorriam em paralelo às exposições. Tais congressos objetivavam e divulgavam novas noções de tempo, seja pelo discurso ou pela prática. O tempo deveria correr apressado, no ritmo dos inventos originais, das observações diárias e do maquinário tecnológico. Para o homem de ciência do século XIX, a prática dos laboratórios era uma constante, assim como a divulgação dos resultados e a comparação dos mesmos entre seus pares, ou seja, nos congressos científicos tão comuns na segunda metade do oitocentos.⁵⁴ Os objetos advindos dos laboratórios, através de novas tecnologias, eram resultados de experiências modernas, mas a própria ideia de

⁵³ PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Exposições Universais: espetáculos da modernidade do século XIX*. São Paulo: Hucitec, 1997, p.45.

⁵⁴ SILVA, Joelma Tito da. *Nina Rodrigues: os naufragos do tempo e a esfinge do futuro*. Tese (Doutorado em História Social) - Universidade Federal do Ceará: Fortaleza, 2015, p. 45.

acumular esses objetos dava novos sentidos ao tempo, uma vez que se acumulavam experiências e criavam-se expectativas.

A partir da Exposição Universal de Paris em 1878, os congressos especializados aconteceram em número de 32, sendo ampliado para 69 na Exposição Universal de 1889, também em Paris, que reuniu neste ano 20.000 pessoas.⁵⁵ Os congressos eram dos mais variados temas e iam desde educação à fotografia. Importava a divulgação das novas descobertas em todos os ramos da ciência. O aforismo “Também na totalidade do mundo abre-se para nós uma comunidade”, escrito na medalha de premiação da grande exposição de 1851, parece sintetizar a política colonialista, onde o avanço das potências europeias abria para si comunidades consumidoras de seus produtos; como também para os países colonizados, que buscam através de suas metrópoles mecanismos para receber o sol da ciência e do progresso que nasce para todos. Essa dialética se mostraria perversa no decorrer da história, pois foram nas exposições mundiais que se mostraram facilmente as diferenças entre os países. Se por um lado expunha-se as diferentes estruturas das nações e suas variadas forças produtivas, acabava-se também por reforçar a comunicação internacional, as trocas comerciais. Esse novo “internacionalismo” fez as contradições entre o “capital” e o “trabalho” se dilatarem.

As diferenças aumentaram através de conflitos ligados à questão das estruturas produtivas, pois os países mais industrializados (e depois colonialistas) impediram que suas colônias seguissem caminhos iguais aos trilhados pela metrópole. Em 1750 o Parlamento Britânico proibiu aos americanos a instalação de qualquer tipo de indústria. Logo após a independência americana, os ingleses ditaram leis que proibiam a emigração de mecânicos e mão-de-obra especializada da indústria de ferro. Não se permitia expor máquinas nem desenho de construção. Assim os americanos tiveram que encontrar caminhos outros para desenvolver sua indústria.⁵⁶ No Brasil, o Alvará de 1785 também proibiu a instalação de indústrias no país.

⁵⁵ KOSMINSK, Doris Clara. *O olhar inocente é cego: a construção da cultura visual moderna*. (Tese em Artes e Design), PUC – Rio, Rio de Janeiro, 2008, p. 85.

⁵⁶ PLUM, Werner. *Exposições no século XIX: espetáculos da transformação Sócio-Cultural*. Bonn: Friedrich-Ebert-Stiftung, 1979, p. 118.

Embora integrados em um mesmo sistema, havia projetos e tempos distintos entre colônia e metrópole.

A Exposição de Londres de 1851 difere das anteriores e se mostraria como exemplo para as posteriores porque, como já havia se mostrado aos contemporâneos, ela elaborava um novo discurso e moldava assim um novo cenário político:

A exposição universal da industria em Londres tem de ser assignalada como um marco importante na historia das relações internacionaes. Estão fechadas as portas de Jano, todas as nações vem exhibir á porfia suas armas, suas munições para um novo combate, em que o clarim da victoria é substituído pelo ruído do vapor, e o estado febril excitado por um novo gênero de pólvora - a concorrência.⁵⁷

A exposição de 1851 foi o primeiro ensaio de uma série de eventos expositivos que a cada “edição” arrastaria para o centro dos países europeus em desenvolvimento o desejo de expandir seu comércio e travar contato, não apenas com consumidores, mas com produtos até então desconhecidos. Geralt associava as exposições ao aumento do comércio, mas ele não deixa explícito como se daria o funcionamento entre uma coisa e outra, principalmente porque esse “funcionamento” não se dava de forma harmônica. Karl Marx, ao escrever o *Discurso sobre o livre comércio* em 1848, já assinalava que a economia burguesa, ao se pretender mundial, trazia para seu centro um mundo de diferenças. “Resumindo: o que é afinal o comércio livre no estado atual da sociedade? é a liberdade do capital”, dizia Marx.⁵⁸ Mas a liberdade do capital mexia com questões de protecionismos e questões nacionais, deslocando projetos e ações que tornavam cada vez mais complexas as relações internacionais. Mas as tensões advindas daí eram inerentes ao próprio movimento de acumulação produtiva do capital, que se baseava na incorporação de áreas coloniais e “atrasadas” para os centros europeus. Havia também o movimento das nações em formação, que reclamavam do Estado um controle sobre as riquezas nacionais, que no século XIX significava protecionismo.⁵⁹

⁵⁷ *O Auxiliador da Industria Nacional*, 10 de março de 1851, p. 89.

⁵⁸ MARX, Karl. *Crítica do nacionalismo político*. Lisboa: Antígona, 2009, p. 135.

⁵⁹ HOBBSAWM, Eric. *Nações e nacionalismo desde 1780*. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1998, p. 40.

Para que as Exposições Universais cumprissem seu projeto “mercantil” era preciso que elas fossem também internacionais, sendo necessário, portanto, a integração de várias nações de continentes diversos, naturezas diferentes e em estágios de desenvolvimento industrial variado. Não é por acaso que em toda a segunda metade do século XIX os termos *Universais* e *Internacionais* correriam em paralelo. Os franceses apresentavam as exposições com o primeiro termo e o mundo anglo-saxão com o segundo. A contenda parece sem sentido, mas uma tipologia das palavras e seus usos podem esclarecer melhor a discordância entre os termos usados. O termo *internacional* aglutinava a ideia de uma exposição composta por vários países do globo. Esta união entre as nações já sugeria também uma divisão/separação. *Universal* sugeria a união entre as nações numa humanidade única. Esta contenda apenas seria resolvida na virada do século quando em Paris, em 1900, e Bruxelas, em 1910, passou-se a adotar o termo *Exposição Universal e Internacional*.⁶⁰

Se foi na Exposição de 1900, na França, que a questão da palavra Universal foi resolvida, foi neste mesmo país onde o problema foi posto. Para Hannah Arendt, no livro *Sobre a Revolução*, a questão do universal estava intimamente ligada à Revolução Francesa e Americana. A História Universal seria uma das descobertas da Revolução, ou seja, a liberdade humana pertencia ao homem enquanto homem em qualquer lugar e em qualquer data e esta proposta deveria abarcar o mundo inteiro. As duas revoluções (americana e francesa) pregavam que o homem nascia livre e que essa lei era universal. A partir daí o homem (ou melhor, o homem europeu) se sabia livre e buscava essa liberdade em todos os lugares do globo. A consciência universal do homem livre era nada mais que uma ideia europeia que se julgando livre deseja libertar aquele que ainda não era. A ideia era mais humanista na teoria do que na prática. Ainda segundo Arendt, a proposta de um história mundial nasceu junto à ideia de uma política que se articulava de forma mundial.⁶¹

A contenda entre os termos se fez presente desde a Exposição de 1851, em Londres, pois esta, ao realizar uma exposição dos “trabalhos industriais de

⁶⁰ LOPES, Ana Patrícia Quaresma. *Exposições parisienses Oitocentistas*. Prova final de Licenciatura em Arquitetura/DARQ/FCTUC/COIMBRA/ 2007, p. 13.

⁶¹ ARENDT, Hannah. *Sobre a Revolução*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011, p.85.

todas as nações”, distribuiu os artigos expostos em quatro grupos: matérias-primas, produtos manufaturados, maquinaria e “artes liberais” ou “mecânicas”, não incluindo uma seção dedicada às artes, o que causou reclames por toda a Europa. Na Exposição francesa de 1855 o caráter *Universal* se manifestava ao se expor “todos os campos da atividade humana”, incluindo a pintura, havendo um pavilhão só para as belas artes, ressaltando que as artes são um dos instrumentos civilizadores.⁶² O importante mesmo era a realização do evento e seu alcance, pois já em 1873 os Estados Unidos haviam demonstrado que o que importava era o mapeamento de todos os “produtos naturais e artificiais da natureza”. No catálogo que este país enviou para a Exposição Universal de Viena constava o que os motivava a participar do evento:

Esta exposição deverá ser internacional e universal – internacional porque todas as nações serão convidadas a participar; universal porque incluirá a representação de todos os produtos naturais e artificiais, todas as artes, indústrias e manufaturas, bem como todos os vários resultados da habilidade, do pensamento e da imaginação.⁶³

Se houve discordâncias iniciais entre a iniciativa inglesa e francesa essa discordância semântica mais unia do que separava, posto que também havia pontos de convergências nas exposições, pois elas compartilhavam de um projeto em comum: a internacionalização dos produtos industriais e a comunhão/relação entre os diversos países que compartilhavam, através dos eventos expositivos e num mesmo lugar, as naturezas espalhadas pelo planeta Terra. Esse desejo de integração entre as várias regiões do globo, entre as potências europeias e o “restante” do mundo acabou por acelerar a concentração de capitais e de poder de decisão entre poucas nações.⁶⁴ É fato que as exposições também classificavam os países e de certa forma não poderia ser diferente, pois as nações encontravam-se em níveis diferentes no que diz respeito às suas forças produtivas. O cenário mostrava mais as diferenças que a igualdade: enquanto em 1851 a Inglaterra mostrava sua máquina de fazer envelopes que conseguia produzir até 2.700 unidades por

⁶² Apud TURAZZI, Maria Inez. *Iconografia e patrimônio: o catálogo da Exposição de História do Brasil e a fisionomia da Nação*. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2009, p. 86.

⁶³ Catálogo dos Estados Unidos para a Exposição Universal de Viena em 1873 apud TURAZZI, Maria Inez. *Poses e trejeitos: a fotografia e as exposições na era do espetáculo*. Rio de Janeiro: Rocco, 1995, p. 68.

⁶⁴ HOBBSAWM, E. J. *Da revolução industrial inglesa ao imperialismo*. Rio de Janeiro: Forense, 2011, p. 2.

hora - até então os mesmos eram dobrados manualmente, e uma boa produção rendia apenas 2000 por dia - o Brasil exibia suas velas de cera e muitos outros artesanatos em 1862.⁶⁵ Também em 1862 reaparece a máquina de envelopes, dessa vez mais elaborada na produção, a ponto de merecer as observações de Marx em *O Capital*: “Uma máquina americana para fazer cartuchos de papel, exibida na exposição industrial de Londres de 1862, corta, cola, dobra e apronta 300 peças por minuto”.⁶⁶ Em Londres, na mesma Exposição, o Brasil exibiria, devido ao espaço ocupado pelo país, apenas estampas fotográficas das máquinas aqui existentes.⁶⁷ As diferenças de poder entre as nações se faziam até mesmo no espaço ocupado, pois em 1851 metade do Palácio de Cristal fora ocupado pela Inglaterra. O evento todo, na verdade, era não só um grande inventário e sim uma forma de diferenciação. Os eventos expositivos tornaram-se um meio de contato entre os países “avançados” e os “atrasados”, entre países industriais e fornecedores de bens primários, entre metrópole e colônia.

Para Reinhart Koselleck, em *Futuro Passado*, as comparações entre os países passaram a compor a história do mundo. A busca por um “progresso compartilhado” se dava na possibilidade da equidade, ou seja, na busca de se medir os avanços tecnológicos entre as várias regiões do globo, e para tal as comparações davam a medida dos avanços. Ainda segundo o historiador alemão:

O progresso reunia, pois, experiências e expectativas afetadas por um coeficiente de variação temporal. Um grupo, um país, uma classe social tinham consciência de estar à frente dos outros, ou então procuravam alcançar os outros ou ultrapassá-los. Aqueles dotados de uma superioridade técnica olhavam de cima para baixo o grau de desenvolvimento dos outros povos, e quem possuísse um nível superior de civilização julgava-se no direito de dirigir esses povos. Na hierarquia dos estamentos via-se uma classificação estática, que o impulso as classes progressistas deveria ultrapassar.⁶⁸

⁶⁵ KOSMINSK, Doris Clara. *O olhar inocente é cego: a construção da cultura visual moderna*. (Tese em Artes e Design), PUC – Rio, Rio de Janeiro, 2008, p. 223.

⁶⁶ MARX, Karl, *O Capital*. Livro I, Tomo II, São Paulo: Editora Nova Cultura, 1996, p. 14.

⁶⁷ NEVES, Margarida de Souza Neves. A “Machina” e o indígena. O Império do Brasil e Exposição Internacional de 1862. In. *Ciência, Civilização e Império nos trópicos*/ [Organizaçã, Alda Heizer, Antônio Augusto Passos Vieira]. Rio de Janeiro: Acess, 2001, p. 205.

⁶⁸ KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto/Ed. Puc-Rio, 2006, p.317.

Os próprios termos usados para designar o estágio de desenvolvimento entre as nações esboça o preconceito que havia dos países ricos em relação aos pobres, ou melhor, dos “avançados” e dos “atrasados”, pois eram essas as designações correntes até a primeira metade do século XX. A sensação de determinados grupos estarem relacionados a um “coeficiente de variação temporal” remete à própria consciência histórica que esses grupos ou países possuíam. Era possível ter consciência do grau de “evolução histórica” trilhado, quem estava na “frente” busca dominar quem estava “atrasado” e os “atrasados” buscavam seguir em frente sem abrir mão dos atrasados internos. Uma dialética cruel, mas típica do ideal progressista ocidental.

Olhando de forma mais detalhada o número de exposições que se seguiram a de 1851 podemos fazer uma relação mais clara entre as exposições e os anseios em busca de mercados. A tabela citada anteriormente contemplou apenas as dez maiores exposições. Ela foi elaborada por Werner Plum e desde então a historiografia segue sua delimitação. Muitas outras exposições de “porte menor” aconteceram em todo o século XIX seguindo-se ainda nos séculos XX e XXI.

EXPOSIÇÕES UNIVERSAIS		
ANO	CIDADE	PAÍS
1851	Londres	Inglaterra
1853	Nova York	EUA
1853	Dublin	Irlanda
1855	Paris	França
1862	Londres	Inglaterra
1867	Paris	França
1873	Viena	Áustria
1874	Dublin	Irlanda
1876	Filadélfia	EUA
1878	Paris	França
1883	Amsterdã	Holanda
1884	Nova Orleans	EUA
1885	Antuérpia	Bélgica
1886	Londres	Inglaterra
1886	Melbourn	Austrália
1888	Glasgow	Escócia
1889	Paris	França
1893	Chicago	EUA
1894	San Francisco	EUA
1895	Atlanta	EUA
1897	Bruxelas	Bélgica
1900	Paris	França

1901	Bufallo	EUA
1904	Saint Louis	EUA
1905	Liège	Bélgica
1906	Milão	Itália
1907	Dublin	Irlanda
1907	Hampton Roads	EUA
1909	Seattle	EUA
1910	Bruxelas	Bélgica
1911	Turim	Itália
1913	Ghent	Bélgica
1915	São Francisco	EUA
1922	Rio de Janeiro	Brasil
1924	Wembley	Inglaterra
1925	Paris	França
1926	Filadélfia	EUA
1929	Barcelona	Espanha
1930	Sevilha	Espanha
1930	Antuérpia	Bélgica
1930	Liège	Bélgica
1931	Paris	França
1933	Chicago	EUA
1935	Bruxelas	Bélgica
1937	Paris	França
1939	Nova York	EUA
1939	São Francisco	EUA
1958	Bruxelas	Bélgica
1862	Seattle	EUA
1964	Nova York	EUA
1967	Montreal	Canadá
1968	San Antonio	EUA
1970	Osaka	Japão
1974	Spokane	EUA
1975	Okinawa	Japão
1982	Knoxville	EUA
1984	Nova Orleans	EUA
1985	Tsukuba	Japão
1986	Vancouver	Canadá
1988	Brisbane	Austrália
1992	Sevilha	Espanha
1992	Genova	Itália
1993	Taejon	Coréia do Sul
1998	Lisboa	Portugal
2000	Hanover	Alemanha
2005	Aichi	Japão
2008	Zaragoza	Espanha
2010	Xangai	China
2012	Yeosu	Coréia
2015	Milão	Itália

FONTE: André Dias Dantas: *Os pavilhões brasileiros nas Exposições Internacionais*, 2010, p. 23.

Uma abordagem geral das exposições entre os séculos XIX e XXI nos oferece uma aula de política. Novos países entram em cena e outros nunca aparecem. No século XIX, os Estados Unidos sediaram seis exposições, França, cinco e Inglaterra três. No século XX, os Estados Unidos sediaram quinze exposições e o Japão e a China entram no cenário. A Itália sedia sua primeira exposição já no fim do século XIX, fato que se justifica por sua tardia unificação e a Alemanha, que se destacou no cenário europeu na virada do século XIX para o XX, por conta de sua produção industrial, aparece como sede de uma Exposição apenas no ano 2000.

O aspecto econômico das exposições parece disputar lugar com o nacional. A relação exposição-economia-nação misturava-se, às vezes, de forma curiosa. Enquanto o Brasil em 1922 sediava a Exposição Nacional do Centenário em comemoração a sua emancipação política (que acabou ganhando ares de internacional por contar com a participação de outras nações), na Austrália era o colonialismo que justificava “Exposição internacional em Adelaide, capital da Austrália Meridional”, celebrando em 1887 os seus 50 anos de colônia inglesa. O parlamento e os membros da colônia britânica “entenderão que a maneira mais levantada e mais própria era promover uma exposição internacional” e “sendo a idade da colônia igual á do reinado da rainha Victoria, o dia para a abertura da exposição será fixado a 20 de Junho de 1887, data da coroação da rainha Victoria”.⁶⁹

Seja a emancipação política ou o reconhecimento jurídico de uma colônia, o que esses países buscavam era entrar “na ordem do discurso” aberta pelas exposições. Enquanto os países mais “adiantados” orgulhavam-se de seu grau de civilização, os “atrasados” buscavam simplesmente mostrar-se interessantes e que mesmo ainda não sendo uma nação dita moderna (ou industrializada) não escondia o desejo de vir a ser. O progresso e também o reconhecimento internacional passavam por muitos atos, sendo os eventos expositivos um dos mais importantes.

Embora o caráter imperialista e econômico fossem de fato os aspectos mais marcantes nas exposições, elas iam muito além disso. Nelas se buscava uma validação técnica e científica que permitisse sua entrada na dita

⁶⁹ *O Auxiliador da Industria Nacional*, 6 junho de 1886, p.89.

“modernidade”, onde o convite era dado pela palavra “progresso”. A partir de 1851, as exposições passaram a ser o “espelho” do nível de desenvolvimento alcançado pela humanidade, espelho esse que distorcia mais do que refletia a realidade. Para Hobsbawm, havia uma distinção entre “progresso” e “progressista”. A primeira palavra, segundo o historiador, podia não ser um fato, já a segunda era “uma declaração de intenção política”.⁷⁰ Não bastava ser moderno, precisava ser progressista e isso requeria o uso de uma ação que vinha, geralmente, através do Estado-Nação. Novamente o alcance das ações de cada país determinava seu grau de “evolução”. A expansão do capital se realizava pela expansão dos mercados e necessitava de estruturas materiais. A nação “evoluída” seria aquela capaz de permitir o fluxo comercial através de seu território previamente “arrumado” para tal.

A filósofa Marilena Chaui, em suas análises sobre a formação do Estado, infere que:

A noção de primitivo só pode ser elaborada se for determinada pela figura do não primitivo, portanto daquele que realizou a “evolução”. Isso implica não só um juízo de valor, mas também e sobretudo que se tomem os critérios da escrita, do mercado e do Estado como definidores da essência da cultura. Uma vez que esta era como evolução e progresso, considerou-se que aquelas sociedades que “ainda” estavam sem mercado, sem escrita e sem Estado chegariam necessariamente a este estágio, um dia.⁷¹[Grifos no original].

Entre a Exposição de 1851 e a segunda de 1855 foram realizadas duas outras exposições “mais ou menos internacionais”, a de Nova Iorque e de Dublin, ambas em 1853. “De entre as observações de que pôde ser objecto a Exposição de Dublin, de todas as reflexões que pôde Ella despertar no espirito do observador, a mais preciosa por sem duvida é a que resulta da própria existência dessa Exposição”.⁷² A observação feita pelo jornal da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional ressaltava o fato de a Irlanda realizar uma exposição de caráter “internacional”, redimensionando às exposições nacionais que já se realizavam no país. O país deveria buscar uma sintonia com o externo, redimensionando a ação da nação.

⁷⁰ HOBBSAWM, Eric. *A era do capital* (1848-1875). São Paulo: Paz e Terra, 2005, p. 407.

⁷¹ CHAUI, Marilena. *Cidadania cultural: o direito à cultura*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006, p.130.

⁷² *O Auxiliador da Industria Nacional*, 2 de agosto de 1853, p.50.

Em 1825 a Sociedade Real de Dublin fundou, copiando a França, uma exposição dos produtos das ciências, das artes e da indústria. Essas exposições eram trienais e realizadas no palácio da Sociedade: havendo desde então oito exposições quando, em 1851, o Palácio de Cristal abriu suas portas a todas as nações. Sendo Dublin uma das primeiras cidades a aderir a exposição em Londres, resolveu posteriormente ela mesma ser sede desse novo evento.⁷³

A nona exposição periódica de Dublin devia ter lugar em 1853; mas os membros da Sociedade Real julgaram (e com razão) que depois da solemnidade de Londres acabára-se o tempo das empresas locais, e que uma simples exposição irlandeza, passando quasi despercebida, de pouca utilidade seria para o país: não os assustou o pensamento de convidarem a Europa, o mundo inteiro, para uma festa industrial em Dublin; mas quando de mais perto começaram a examinar a idéia, reconheceram que grandes obstáculos se oppunham á sua realização.⁷⁴

Os obstáculos para sediar e por consequência montar a exposição acabavam por tornar inviável a exposição em alguns países. Olhando o quadro de países que mais sediaram eventos, temos um panorama político e comercial do século XIX, e esse quadro parece ser tão rígido quanto a própria estrutura de poder daquele momento. Não era possível para muitos países sediar esses eventos, uma vez que os custos tornavam-nos quase impossíveis. Em 1876, na sessão de 10 de julho da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, foi discutida o parecer sobre a comissão “nomeada para consultar sobre a proposta do Sr. Dr. Daniel Pedro Ferro Cardoso, para a realização de uma Exposição Universal no Rio de Janeiro em 1880, foi ella adiada a pedido do mesmo senhor”⁷⁵. O assunto de uma exposição universal a ser realizada no Brasil só foi retomado, ao que parece, em 1922. Causou certa inveja ao Brasil a possibilidade de a Argentina ser a segunda nação do novo mundo, depois dos Estados Unidos, a sediar uma exposição universal. Em 1886, a Argentina publicizava que pretendia realizar uma grande Exposição Universal em 1892, sendo que o terreno indicado para “este grande commettimento dispõe de uma área capaz de conceder a mais de 25,000 expositores... Quando o Brazil que

⁷³ O *Auxiliador da Industria Nacional*, 2 de agosto de 1853, p. 51.

⁷⁴ O *Auxiliador da Industria Nacional*, 2 de agosto de 1853, p.52.

⁷⁵ O *Auxiliador da Industria Nacional*, 10 de outubro de 1876, p. 336.

se julga a primeira nação da America do Sul executar o que vai empreender a Republica Argentina?”.⁷⁶

O problema não era apenas realizar uma “exposição internacional”, mas que o evento fosse reconhecido como tal pelos outros países. A tabela mostrada anteriormente elaborada por Werner Plum contendo as dez maiores exposições do século XIX, já aparecia elaborada quando da Exposição Universal de Paris de 1889. O jornal carioca *O Auxiliador da Industria Nacional* realizava um “inventário” das exposições universais realizadas até 1889 e elencava as exposições de Londres, em 1851; Paris, em 1855; Londres, em 1862; Paris, em 1867; Viena, em 1873; Filadélfia, em 1876; Paris, em 1878; e a de 1889 também em Paris que estava em execução. A nota também informava que além dessas exposições universais “derão-se outras de mais ou menos internacionais”, como Buenos Aires (1882), Amsterdam, Antuérpia etc.⁷⁷ O “sol da ciência” que se abria às comunidades não era um terreno tão aberto assim, e os discursos de universalização do conhecimento tampouco o era. Basta lembrarmos que o protecionismo e as leis de patentes resguardando o direito às invenções faziam-se presente de maneira marcante no cenário internacional, que cada vez mais cerrava suas portas.

Desde a “Grande Exposição de trabalhos da indústria de todas as nações”, em 1851, vários países parecem usar das exposições como uma arena onde os Estados-Nação deviam se apresentar dentro da ordem capitalista que pregava a industrialização como via para o progresso da humanidade. Cada evento era oportuno para mostrar-se dentro desta ordem discursiva. Edward Said propõe uma rica reflexão de como os modelos culturais (ou certas ideias de cultura) foram sendo elaborados de forma a “domesticar” o outro. Tanto os interesses dos países participantes como os contrastes entre as nações deixavam as tensões muito evidentes:

As hierarquias resultantes retratavam um mundo onde as raças, os sexos e as nações ocupavam posições fixas a eles atribuídas pelos comitês dos países anfitriões das exposições. As formas pelas quais as culturas não ocidentais eram apresentadas nas fileiras se definiam a partir dos arranjos sociais já estabelecidos na cultura “anfitriã” (...). Assim, é importante descrever os parâmetros, pois eles colocavam os padrões de

⁷⁶ *O Auxiliador da Industria Nacional*, 5 de maio de 1889, p. 106.

⁷⁷ *O Auxiliador da Industria Nacional*, 9 de setembro de 1888, p.5.

representação nacional e proporcionavam os canais de expressão cultural que poderiam modelar o conhecimento produzido pelas exposições.⁷⁸

Se as exposições realizavam o contato entre norte-sul e leste-oeste, cabe-nos indagar como funcionavam os mecanismos que aproximavam e distanciavam países tão diversos, e como essa tensão se apresentava nos prédios das exposições. Os pavilhões das exposições apresentavam-se como sendo territórios dos próprios países participantes. Cores, cheiros e tipos estavam espalhados por espaços que apresentavam partes do mundo inteiro aos visitantes, sendo a própria visita uma sensação de deslocamento pelo globo, porque visitar as galerias era literalmente dar a volta ao mundo (em apenas algumas horas), uma vez que as galerias dos prédios que sediavam o evento eram feitas de forma a dar aos visitantes uma apreensão panorâmica dos diversos pavilhões e os países neles representados. O deslocamento para ver tal diversidade de povos e culturas era enorme e desse período pode se datar a gênese do turismo moderno, pois os europeus, principalmente, faziam desse evento uma oportunidade de lazer, sendo que algumas empresas se especializaram em levar interessados de vários países para a nação que sediava determinada Exposição.

Se as nações eram dadas a conhecer em “tamanho reduzido”, a visita ampliava os conhecimentos sobre os mesmos, no plural, pois aprendia-se a localizar e comparar os mais diversos países no mapa mundi. O prédio da exposição de Viena, de 1873, dispunha os pavilhões nacionais de acordo com sua localização no globo.⁷⁹ Na exposição de Paris em 1867 pensou-se em estruturar na própria arquitetura a comparação entre as nações ao dispor os expositores em galerias concêntricas:

As sete galerias concêntricas foram rasgadas por dezesseis corredores transversais onde se localizavam as trinta seções estrangeiras participantes, expondo produtos de um dado país de acordo com as galerias que intersectavam. E este esquema permitia a um visitante ver todos os produtos de um dado país percorrendo uma galeria transversal desde o centro para a periferia ou comparar produtos do mesmo tipo proveniente de todo o mundo ao andar numa galeria concêntrica. Deste modo, circular numa galeria era literalmente dar a volta ao mundo.⁸⁰

⁷⁸ SAID, Edward W. *Cultura e imperialismo*. São Paulo: Companhia das letras, 2011, p. 200.

⁷⁹ SCHERER, Fabiano de Vargas. *Expondo os planos: as exposições universais do século XX e seus planos urbanísticos*. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002, p. 47.

⁸⁰ LOPES, Ana Patrícia Quaresma. *Exposições parisienses Oitocentistas*. Prova final de Licenciatura em Arquitetura/DARQ/FCTUC/COIMBRA/ 2007, p. 52.

Cada país buscava trazer para o seu pavilhão toda a nação que representava, sendo esse desejo enciclopédico de tudo mostrar maior que o espaço disponível. Os arranjos dos objetos nas exposições, assim como os próprios prédios faziam parte do espetáculo, onde a mercadoria passaria a ser o centro das atenções. Mas na ânsia incansável de expor do industrial ao exótico, caía-se numa estranha arrumação, numa vertigem causada pelos objetos arrumados e ao mesmo tempo amontoados. O engenheiro André Rebouças, enviado pelo governo brasileiro à Exposição de Viena em 1873, reclamava que a “exposição de Viena não tinha caráter algum civilizador; era simplesmente um imenso bazar de todos os povos do mundo”.⁸¹

A Exposição de Dublin parece ter sido restrita a alguns países, mas nessa mesma exposição já ficava clara a relação entre exposição e representação, pois, como observou o jornal da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, “as nações que figuram na Exposição de Dublin, podem dividir-se em duas categorias: as que expõem e as que são expostas: as europeias e as asiáticas. O Novo Mundo, a África e a Oceania estão ausentes”.⁸² Nas exposições seguintes, especialmente a partir da crise econômica europeia iniciada no começo da década de 1870, o cenário iria ampliar-se cada vez mais, englobando todos os continentes nas salas expositoras. A crise econômica que se manifestou da década de 1870 até o fim do século levaria a novos arranjos dentro do sistema capitalista, pois dessa data em diante o protecionismo foi facilmente favorável, mas com ele veio a necessidade de se buscar novos consumidores e daí em diante os conflitos entre as nações europeias iriam se agravar cada vez mais.

A relação entre as nações que expõem e as que são expostas merece uma análise para que não se tome a representação do real como sendo a própria realidade, pois as exposições funcionavam como canais culturais (o que se exibia nos pavilhões nacionais não era necessariamente o que havia de mais “típico” em cada país exposto). Um exemplo interessante da tensão envolvendo a participação dos países nas exposições pode ser percebida na Exposição de Chicago, realizada em 1893. A nota inicial, divulgada na

⁸¹ Apud HARDMAN. Francisco Foot. *Trem fantasma: a modernidade na selva*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988, p. 82.

⁸² *O Auxiliador da Indústria Nacional*, 2 de agosto de 1853, p.68.

imprensa brasileira, apresentava o evento como sendo “um bazar de todas as nações”, sendo destinadas grandes áreas do sítio da exposição para as “mostras culturais”:

Noticias interessantes com respeito á Exposição de 1893 - Um bazar de todas as nações, que se achará na intersecção da Midway Plaisance com o Jakson Park, promete ser uma das maiores attracções da exposição. A administração da exposição concedeu já um terreno de 8 ares (sic) para o bazar. Alli encontrar-se-hão lojas e armazéns de todas as nações do globo, que venderão tropheos e relíquias da Exposição. Negociantes dos differentes paizes tomarão conta destes armazens. Uma sociedade japoneza requereu a permissão de construir uma aldêa japoneza, com as suas ruas pittorescas habitadas por 500 japonezes. Propostas semelhantes forão recebidas de Cairo e de varias cidades do oriente e o comitê tem que fazer em arranjar o espaço pedido. É provável que a maior parte da midway Plaisance será reservada para esse fim.⁸³

A exposição teria uma área gigantesca a sua disposição. Prometia-se uma torre protetora, uma grandiosa construção de aço que “terá uma altura de 1050 pés ou pouco mais ou menos 100 pés mais do que a torre ‘Eiffel’. Subindo até o seu pico, obteremos uma vista geral da Exposição como tambem de toda a cidade”.⁸⁴ A exposição que buscava superar a Exposição de 1889 em Paris, até mesmo na Torre Eiffel, construindo bazares e réplicas de ruas pitorescas, não era tão democrática como se queria a cultura americana, pois fora vedada à Espanha a exibição de suas touradas. A explicação para esta negação era simples, “o americano dellas não gosta”:

Uma noticia desagradável para os afeiçoados de touradas. Aquelles estrangeiros que visitarão a Exposição de Pariz em 1889 tiverão occasião de ver uma tourada, um espectaculo perfeitamente desconhecido fora da Hespanha, de Portugal e do México. Mas decididio-se que na Exposição Internacional de Chicago não houvesse touradas, visto que o Americano dellas não gosta. Uma resposta n'este sentido foi dada ao Sr. Noyez, de Madrid, que havia pedido uma licença para levantar no recinto da Exposição uma praça de touros, offerecendo-se a pagar pelo o privilegio a quantia de \$1,250,000. A delegação europêa da Exposição Internacional de Chicago, composta do Srs. Major Handy, Srs. Butterworth, Lindsay, Bullock e Peck que foi mandada á Europa, para promover os fins da Exposição, chamar a atenção do publico para ella e dar todos os esclarecimentos e informações pedidas, voltou ha dias á Chicago, tendo conseguido os seus fins.⁸⁵

As exposições realizavam a aproximação/filtragem entre vários países, e por trás dessas dicotomias havia muitas expectativas compartilhadas. As

⁸³ *O Auxiliador da Industria Nacional*, 7 de julho de 1891, p. 147

⁸⁴ *O Auxiliador da Industria Nacional*, 6 de junho de 1891, p. 127

⁸⁵ *O Auxiliador da Industria Nacional*, 11 de novembro de 1891, p. 245.

exposições validaram e estabilizaram um discurso de progresso da humanidade, em que o progresso material seria a base para o progresso econômico. Esse discurso se difundiu e contaminou muitas nações em busca de reconhecimento entre os ditos “civilizados”. Trens, portos, telégrafos, apareciam como sendo vetores de mudanças econômicas, e o crescimento do fluxo de mercadorias seria fundamental para a industrialização. A participação nesses eventos funcionava como um processo de inserção no mercado internacional. Mesmo sendo vedada certas particularidades, como as touradas espanholas, o evento abria outras possibilidades. Se os touros não iam a Chicago, muito do que era mostrado e produzido graças à Exposição em Chicago poderia voltar à Espanha, seja de forma direta ou indireta.

Se os americanos vedaram à Espanha o desejo de apresentar seu lado mais “típico”, o mesmo não se deu com os americanos quando na Exposição de Paris de 1889 “Buffalo Bill em pessoa, o famoso Gen. Cody, com seus índios peles-vermelhas, seus cavalos selvagens e seus cowboys, mais búfalos, cervos e coiotes, desembarcaram na Europa para apresentar-se em Paris” com cerca de 300 pessoas e uma verdadeira invasão de um mundo estranho em solo europeu.⁸⁶ Tampouco parecia sinônimo de civilidade “a exótica vitória-régia, conservada num tanque à temperatura de 30°” que o Brasil expôs na referida exposição.⁸⁷ Nas exposições se mostravam as riquezas visíveis e as invisíveis, desde madeira, minerais até as muitas culturas regionais, e ao que parece os eventos eram tanto para mostrar como para representar.

Essa ânsia de tudo catalogar e mostrar para ver quanto vale passou a integrar as Exposições Universais e delas o Brasil também passou a participar desde a exposição de 1862, em Londres. O país participou, ainda, durante o Império, da Exposição de 1867 (Paris), 1873 (Viena), 1876 (Filadélfia) e 1889 (Paris). Ao buscar seu “lugar entre os países civilizados” o Brasil se apresentava como uma nação de um rico e vasto território. Essa universalização do país passava pela diversidade das províncias. Para ser universal o Brasil teria primeiro de resolver sua diversidade interna. Unificação e universalização só poderiam ser efetuadas por um terceiro termo diferente e

⁸⁶ PESAVENTO, Sandra Jatthy. *Exposições Universais: espetáculos da modernidade do século XIX*. São Paulo: Hucitec, 1997, p.199.

⁸⁷ Idem, p. 193.

superior a ambos: o Estado Nacional. Foi através do patrocínio do Imperador Dom Pedro II que o Brasil participou das exposições. A configuração da nação pautava-se na diversificação da natureza, na divisão do espaço nacional e na presença do Estado Monárquico. O Brasil deveria construir um discurso/imagem na totalidade de seu espaço de modo que o particular ficasse subtendido ao todo. O Brasil se mostrava mais como um Estado moderno do que uma nação que compartilhava de um passado histórico. Mas era também no próprio arranjo para as Exposições que esse passado era tematizado. O próprio fato do Brasil ter sido convidado para as Exposições Universais mostra que o país já está visto como um Estado-nação pelos países europeus.

Há na historiografia brasileira uma espécie de “consenso” sobre a participação do Brasil nas Exposições Universais. Para os pesquisadores do tema, o país passou a participar *oficialmente* desses eventos a partir do ano de 1862, na Exposição de Londres, sendo esta a terceira grande exposição. Mas o fato de o Brasil entrar para a lista desses eventos apenas em sua terceira edição não mostra o alheamento do governo imperial aos acontecimentos do velho continente. Desde a Exposição de 1851, o país vinha mandando observadores para os países sedes e talvez tenha sido esse o motivo de se ter atribuído a participação do país no evento de 1851. A pesquisadora Cristina Araripe Ferreira esclarece que essa dúvida surgiu porque o Brasil constava entre os expositores tanto na exposição internacional de 1851 quanto na Universal de 1855. Ela transcreve uma nota do *Jornal do Commercio* de 30 de julho de 1851 onde há um artigo de um correspondente do Brasil em Londres que mostrava que o país estava expondo um par de rédeas, um chicote e um boné gaúcho (Rio Grande do Sul) e um modelo em madeira de jangada indígena (Pernambuco).

O mais interesse é que na página 1.429 do *Official Descriptive And Illustred Catalogue*⁸⁸ da Exposição de 1851 o Brasil aparece exatamente com os produtos citados. Apesar de o Brasil constar nos documentos da Exposição de Londres, os pesquisadores do tema levam em conta a participação oficial do país, o que acontecerá apenas em 1862.⁸⁹ A ausência do Brasil em Londres

⁸⁸ *Official Descriptive And Illustred Catalogue, 1851, Tomo III, p. 1429.*

⁸⁹ FERREIRA, Cristina Araripe. *Difusão do conhecimento científico e tecnológico no Brasil na segunda metade do século XIX: a circulação do progresso nas exposições Universais e*

1851 levou o *Jornal do Commercio* a afirmar na Corte que “com mágoa vimos, o Império do Brasil ser riscado do mapa da América”⁹⁰. Embora no país ainda não tivesse sido realizada nenhuma exposição nacional e talvez nem soubesse como ela se dava, manifestava-se na imprensa brasileira o desejo de descobrir do que se tratava e o que se passava nas exposições.

Em 1855 acontecia em Paris a segunda Exposição Universal, inaugurada em 30 de maio e encerrada em 30 de setembro, realizada nos Campos Elíseos. Percorreram a Exposição 5.160.000 visitantes, entre eles a rainha Vitória e o príncipe Albert, que viajaram para a França após quatro séculos sem que um monarca inglês pisasse em solo francês. Este fato mostra como as exposições de fato “unia o mundo”.⁹¹ Desta exposição o Brasil também não fez parte oficialmente, mas enviou representantes: Raja Gabaglia, Guilherme Capanema e Gonçalves Dias (futuros membros da Comissão Científica de Exploração e também arregimentadores das exposições nacionais). Capanema escreveria, a seu modo, sobre a péssima participação do Brasil na exposição. Segundo o cientista, “velas de cera de carnaúba horríveis”, lenços e guardanapos “remendados”, um chapéu de palha “todo amarrotado”, “uma celebre caixinha de costura intitulada ‘Império do Brasil’, contendo umas meadas de seda, o que no Rio causou tanto assombro e para o que aqui ninguém olha”.⁹²

Para Capanema era melhor apresentar-se pela ausência. Seria menos vergonhoso. O progresso passava pelo reconhecimento, pela imagem que um país criava para si e para o mundo e, segundo Capanema, o Brasil não estava preparado para ingressar nas festas industriais. Gonçalves Dias, tempos

Internacionais. Tese (Doutorado em História das Ciências e da Saúde) - Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro: 2011. No relatório do Ministério da Agricultura de 1862 (apresentado em 1863, p.13) consta: “pela primeira vez foi o Brasil representado nessas grandes lições industriais, instituídas na Europa para fomentar e desenvolver todas as indústrias”. Londres então é tida como a primeira exposição que o Brasil participou pelo fato de o governo do Império do Brasil ter aceitado oficialmente o convite para esta exposição. No correr da segunda metade do século o país participaria de forma não oficial de outras exposições justificando a falta de tempo para organizar-se para este fim, mas estimulava a particulares que a tais eventos desejassem participar.

⁹⁰ *Jornal do Commercio* na edição de 30 de julho de 1951 *Apud* FERREIRA, Cristina Araripe. *Difusão do conhecimento científico e tecnológico no Brasil na segunda metade do século XIX: a circulação do progresso nas exposições Universais e Internacionais*. Tese (Doutorado em História das Ciências e da Saúde) - Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro: 2011, p. 129.

⁹¹ TURAZZI, Maria Inez. *Poses e trejeitos: a fotografia e as exposições na era do espetáculo*. Rio de Janeiro: Rocco, 1995, p. 232.

⁹² *Idem*, 131.

depois, em 1859, ainda reclamava da falta de eficiência do governo em se apresentar nesse evento. Em carta a um amigo, desabafava:

(...) a exposição já tinha começado há meses, o Brasil não tinha concorrido, - a nossa bandeira mesmo tinha sido arriada do palácio da exposição, e nós comissários brasileiros nos achávamos em uma posição singular. Assim mesmo a aceitamos e começamos com os nossos trabalhos, enquanto esperávamos as prometidas ordens do Govêrno para as despesas necessárias; essas ordens nunca chegaram, ou só quando já não eram precisas.⁹³

Os cientistas reclamavam que o progresso material realizado no país ainda não nos permitia participar de forma digna das Exposições. A falta de instituições para fomentar a indústria nacional e até mesmo promover exposições nacionais foram fatores que levaram o Brasil a não participar de forma oficial dos primeiros eventos, que além de tudo exigiam grandes somas de dinheiro e davam pouco retorno financeiro. Apesar do Brasil, desde cedo, ter mostrado interesse em participar desses eventos, recusou os convites feito pela Inglaterra em 1851 e pela França em 1855. A respeito do convite feito pela Inglaterra, o jornal carioca *O Auxiliador da Indústria Nacional* divulgava que o país se sentia lisonjeado e agraciava o evento, mas a falta de tempo não permitia que o Brasil se organizasse para o mesmo. Já em 1855 o governo brasileiro estava em uma contenda territorial com a França pela região da Guiana Francesa. As relações entre os dois países estavam tensas e esse foi um dos fatores que desencorajou o Brasil a participar de forma oficial da exposição francesa.⁹⁴ Além disso:

Alguns tiveram a prudência de não apparécer. O Brasil, o Paraguay e as Republicas da Prata mandaram algumas amostras de matérias primas extrahidas dos reinos mineral, vegetal e animal. Infelizmente o nosso patriotismo é tão cioso que nem consente que se emprehenda um ensaio de exposição nacional, uma vez que não tem o Brasil meios de fazer esquecer pelo grandioso e riqueza de construcção os palácios de Cristal de Londres e de Paris, e que se julgaria humilhado se n'uma Exposição Universal não pudesse o Brasil vencer a França, a Inglaterra e outras nações que tem chegado a alto gráo de riqueza social e progresso industrial. Não comprehendemos assim o verdadeiro patriotismo.⁹⁵

⁹³ DIAS, Antônio Gonçalves. *Correspondência ativa de Antônio Gonçalves Dias*. Anais da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, v. 84, 196, p. 250.

⁹⁴ FERREIRA, Cristina Araripe. *Difusão do conhecimento científico e tecnológico no Brasil na segunda metade do século XIX: a circulação do progresso nas exposições Universais e Internacionais*. Tese (Doutorado em História das Ciências e da Saúde) - Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2011, p. 145.

⁹⁵ *O Auxiliador da Indústria Nacional*, 15 de novembro de 1855, p. 320.

Apesar do Brasil também estar vivendo uma contenda diplomática com a Inglaterra no início da década de 1860 (a questão Christie,⁹⁶ o que levaria os dois países a romper as relações diplomáticas em 1863), o “Império do Brasil” e suas províncias aceitaram o convite britânico para a exposição de 1862 e desta vez apareceram de forma oficial no catálogo. O fato de o Brasil não ter aceitado o convite para as duas primeiras exposições pode ser mais pontuado a partir da dinâmica interna do país que não tinha ainda um inventário de suas riquezas, faltando-lhes instituições engajadas para tal. Na ausência disso tudo, o que o país poderia ofertar? A indústria, o comércio e a agricultura nacional ainda eram incipientes e o progresso material era mais palpável no âmbito discursivo que na real estrutura das províncias. Faltava ao Brasil instâncias necessárias para a expansão das forças produtivas baseadas em conhecimento científico-tecnológico. Métodos antigos atrelados a antigas relações de trabalho (escravocrata) impediam o país de alcançar novos métodos e fazer novos objetos. O sentimento de vergonha já fora denunciado desde a primeira Exposição Universal, em Londres. Em 27 de junho de 1851 o jornal da cidade de Fortaleza, *O Cearense*, estampava a seguinte nota:

Todo mundo mandou objectos raros de sua industria para a exposição, só o misero Brasil nada pôde mandar, a menos que quisesse mandar um modelo de fazer eleições, isto é, um cacete, e baioneta – porque neste gênero de industria o nosso bom governo desafia ao mais propectos do mundo.

De forma irônica e clara, o jornal da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, fazendo uma relação entre as duas exposições europeias e sua importância e como seria uma exposição nacional, no caso do Brasil, a imprensa ainda reiteraria por muitos anos as desvantagens de uma participação efetiva do Brasil nas Exposições Universais. Enquanto as nações europeias e os americanos mostravam suas descobertas e maquinários, o Brasil deveria mandar seu sistema político atrasado. Éramos um Império onde,

⁹⁶ Dois incidentes marcaram esta questão diplomática: o primeiro em 1861, quando o navio britânico *Prince of Walles* afundou no litoral do Rio Grande do Sul. A carga que fora levada para a praia desapareceu, o que causou certo mal entendido entre as autoridades locais e os ingleses. O segundo acaso aconteceu no Rio de Janeiro no ano seguinte, quando a polícia brasileira prendeu três oficiais britânicos, que, à paisana e embriagados, promoviam desordem na região portuária do Rio. As duas situações levaram a uma contenda entre as duas nações. Como árbitro da querela foi escolhido o rei Leopoldo II, da Bélgica, tendo este dado parecer favorável ao Brasil e obrigando a Inglaterra a pedir desculpas. Uma vez que se recusou a fazê-lo, o país rompeu relações diplomáticas com os britânicos em 1863, reestabelendo apenas em 1865.

segundo *O Cearense*, as eleições se faziam com “cacetes e baionetas”. Aqui o tempo das coisas era também o tempo da política. E a nossa política atrasada era também o tempo da nossa economia e da produção:

O que resultou-lhe da exposição Universal de 1851? O conhecer ella o lado por onde as outras nações industriaes poderiam fazer-lhe concurrencia. O que resultou da exposição de 1855? O conhecimento do progresso industrial durante os cinco annos decorridos, a marcha a seguir nas futuras exposições. Qual será o fim de uma tal exposição nacional? Confrontar o estado da industria das diversas províncias; o progresso que fazem, a marcha que seguem, o os melhoramentos de que necessitam a respeito. A par dos productos, expõem-se sempre os instrumentos com que foram obtidos. Que instrumentos se levariam a exposição? A enxada symbolo do nosso atrazo; e como material de rodagem, os nossos carros de eixo fixo, e como motor o braço do escravo.⁹⁷

Mostrar e comparar faziam parte de um mesmo conjunto, mas para mostrar e comparar é preciso primeiro “juntar”, para depois estabelecer princípios de igualdade e diferença. Como saber o nível de desenvolvimento entre as províncias quando os dados não estão disponíveis para tal? Qual o critério válido na tarefa de estabelecer comparações? Uma experiência encontrada no Brasil e que acabaria por propor soluções para resolver essa série de questionamentos foi a criação da Comissão Científica de Exploração, criada em 1859. Tendo como proposta inicial estudar algumas províncias do país, essa Comissão acabou por realizar um primeiro ensaio das exposições nacionais que viriam em seguida. O fato da primeira exposição ter sido realizada a partir de uma experiência científica mostra o papel que a ciência teria dentro do novo regime de visualidade, ou seja, na construção e objetivações de representações sociais. A visibilidade da nação se daria pela ciência, por sua prática efetivada em uma experiência, em uma viagem e numa sistematização do visto e narrado pela escrita científica. Pois vale o visto se narrado e compartilhado. A exposição de produtos industriais da província cearense que os membros da Comissão Científica realizaram na Corte em 1861 mostra a relação entre o saber científico, a construção nacional e as exposições universais e a universalização do saber científico. Afinal era a ciência responsável pela produção e atualização do progresso.

⁹⁷ *O Auxiliador da Industria Nacional*, fevereiro 1860, p. 75.

2.2. A Província e a ciência nacional.

Na segunda metade do século XIX o aumento da urbanização e o avanço da indústria em escala mundial vão acentuar as tensões entre a velha estrutura voltada para a subsistência e a nova ordem econômica capitalista voltada para o excedente. Acentuava-se a questão, mas ela já vinha sendo colocada desde fins do século XVIII. Essa ordem econômica vinha se estruturando dentro de um sistema de pensamento, o iluminismo. Nele se agregava não apenas o desejo de saber, mas o de escrever este saber numa escrita científica que se julgava universal. A relação entre ciência, natureza e escrita embasavam a nova concepção de sociedade que surgia após a revolução industrial e francesa. A nova relação com a natureza não foi apenas resultante dos novos conhecimentos que a sociedade adquiriu sobre ela, mas sim das novas sensibilidades vivenciadas pelas sociedades modernas que passaram a dirigir sobre a natureza outros olhares, sendo a natureza um livro aberto a ser decifrado pela ciência moderna.⁹⁸ A natureza no mundo moderno passaria por uma fase de “desmagificação”, sendo pensada não mais em termos míticos, e sim a partir do conhecimento adquirido sobre o mundo natural. As musas e as deusas da fertilidade não mais seriam as responsáveis pelo provimento dos homens, sendo que estes não mais precisariam realizar culto algum, pois a natureza seria propriedade sua. A categoria de racional passaria a ser o vetor de catalogação do mundo entre “racionais” e “irracionais”, tal como fora proposto pelo inglês Robert Lovell em 1661.⁹⁹

A ciência passou a ser responsável pela administração da natureza e a política pelos assuntos humanos. Essa separação dará início a um longo debate sobre a relação entre cultura e natureza. Bruno Latour, refletindo sobre a suposta constituição do mundo moderno, lança questões provocadoras para o fato de que os pressupostos que marcariam a modernidade nunca se efetivaram, sugerindo que “jamais fomos modernos” tal qual fora proposto.¹⁰⁰ A separação rígida entre cultura e natureza, racional e irracional foram categorias que operaram mais no plano filosófico que no plano concreto, pois tal

⁹⁸ THOMAS, Keith. *O homem e o mundo natural: Mudanças de atitude em relação às plantas e os animais (1500-1800)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988, p. 280.

⁹⁹ Idem, p. 42.

¹⁰⁰ LATOUR, Bruno. *Jamais fomos modernos*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1994.

separação vinha de um sistema de pensamento que tentava ordenar o mundo de forma lógica e racional, eliminando os acasos.¹⁰¹ É verdade que tal separação se deu de forma híbrida, pois as próprias concepções de “processo” e “evolução” que foram adotados pela História eram conceitos originários da História Natural, havendo desde então uma naturalização da História.

O conhecimento que temos da natureza é sempre um conhecimento intermediado, seja pelo romantismo, seja pela ciência. Latour nos convida a não mais pensar a natureza como um conceito atemporal e perceber os mecanismos de produção atrelados a mecanismos políticos e científicos. As ciências vão canalizar, através de diversas disciplinas, discursos sobre a natureza. A História Natural seria a grande responsável pelos avanços feitos no ramo das descobertas científicas. Com seu postulado de “verdade” e “eficácia” ela transformaria e mobilizaria o conceito de utilidade tão característico das ciências do século XIX: o conhecimento do mundo natural buscaria apenas a verdade escondida no reino da natureza, mas seria este descobrimento que permitiria agir sobre o natural. A produção do conhecimento estava inerente ao uso da natureza sob a tutela dos interesses humanos.

Os mecanismos de surgimento, atuação e manutenção dessas disciplinas estarão ligados às demandas políticas de momentos específicos, daí a necessidade de historicizar a natureza em sua produção científica. A produção do conhecimento como delimitação entre as nações no século XIX iria extrapolar para as suas colônias, embora os centros das tensões político-econômicas tenham surgido no velho mundo. A geografia do conhecimento mobilizava a produção e circulação de saberes nas áreas periféricas e o Brasil não ficou imune a essa produção. A “ciência da natureza” seria universal, da mesma forma que universal seriam as leis do mundo natural. Se a razão guiava o mundo, a ciência seria o pilar dessa ação pragmática à serviço do progresso material, como bem ressaltava o jornal carioca *O Patriota* em 1813: “as luzes

¹⁰¹ O que Latour propõe é repensar tais categorias de análise e seus funcionamentos, pois “natureza e sociedade não são mais termos explicativos, mas sim aquilo que requer explicação conjunta”. Essa explicação conjunta se deve ao fato não haver separação total entre cultura e , pois esta é objetivada a serviço da reprodução da vida social. Por outro lado vale destacar que houve também, em aspectos distintos, uma separação entre cultura e natureza e seria na dimensão temporal que se intauraria a ruptura. Enquanto a Natureza ainda seguia em seus ritmos cíclicos o homem vivenciava a passagem do tempo como um caminho a ser trilhado, aberto a todo tipo de aventura.

espalham-se pelo mundo; cumpre aproveitá-las”.¹⁰²A ciência que se colocava como universal dependia de fatores políticos e econômicos, sendo que parte das novas técnicas eram de controle das metrópoles, não sendo transposta em grande parte para as colônias. Basta lembrar que a máquina de descaroçar algodão, inventada por Ely Whitney em 1873, foi conhecida no Brasil somente depois da independência.¹⁰³

Na sessão realizada no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) em 30 de maio de 1856, presidida pelo monarca D. Pedro II, Manuel Ferreira Lagos, sócio efetivo da instituição, terminou seus comentários falando sobre a viagem do Conde Castelnau às regiões Centrais da América do Sul (viagem realizada entre os anos de 1843-1847), cujo fim era estudar a Floresta Amazônica. Castelnau escreveu a obra *Expedition des les parties centrale de l'Amérique de Sud, de Rio de Janeiro à Lima et de Lima au Para*. O relato monumental, publicado em Paris, de 1850 a 1857, compreendia a história da viagem em seis volumes de textos e um atlas, e mais oito volumes em onze tomos sobre geologia, geografia, botânica e zoologia, assim como história.¹⁰⁴ Segundo Lagos, tal obra distorcia a realidade e trazia mentiras sobre o Brasil.¹⁰⁵ Findando sua preleção, Lagos sugeriu que fosse criada uma Comissão Científica Nacional, pois todo país moderno deveria ter uma ciência nacional. Apesar da ciência ser universal, esta seria alcançada através da instrumentalização do Estado, suas instituições e seus cientistas.

A Comissão Científica que se destinava a estudar e conhecer a nação surgiu de uma das mais renomadas instituições brasileiras do século XIX. No IHGB se agregavam os maiores intelectuais da nação, responsáveis por uma escrita sobre a mesma. A criação do IHGB a partir da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional (fundada em 1827) sugere a íntima relação não apenas

¹⁰² DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *A Interiorização da Metrópole e outros estudos*. São Paulo: Alameda, 2005, p. 78.

¹⁰³ Idem, p.113.

¹⁰⁴ MINDLIN, José E. Viajantes no Brasil: Viagem em torno de meus livros. *Estudos Históricas*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 7, 1991, p. 52.

¹⁰⁵ Os olhares europeus sobre os trópicos eram sempre carregados de preconceitos e determinismos, corroborados pelo saber científico. Partindo do pressuposto de que todo país moderno deveria ter suas instituições científicas e ser estudado por intelectuais nacionais e não mais estrangeiros, o IHGB aceitou a sugestão de Ferreira Lagos para formar uma comissão científica composta unicamente por brasileiros na tarefa de conhecer a nação através dos “filhos da pátria”.

sobre a institucionalização da ciência, mas também sobre sua relação com outros saberes, tais como a geografia e a história, todos na busca de uma narrativa comum na delimitação do espaço nacional.¹⁰⁶

A Comissão Científica tinha como principal tarefa descortinar (descobrir/criar) a nação em seus aspectos naturais, políticos e culturais. A integração da natureza brasileira se daria pela união de suas regiões através do olhar científico nacional. Os regionalismos seriam minorados e a Corte seria o centro do país através da integração de suas mais distantes paragens. Um olhar científico é criado na medida em que analisa e integra a natureza brasileira, mostrando sua totalidade e sua potencialidade. A Comissão Científica era composta por cinco seções de estudos, cada uma sob a ordem de um membro sócio do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB): Botânica, sob as ordens de Francisco Freire Alemão, também chefe da Comissão Científica de Exploração; Geologia e Mineralogia, dirigida por Guilherme Schüch de Capanema; Zoológica, liderada por Manoel Ferreira Lagos; Astronomia e Geografia sob o comando de Raja Gabaglia; Etnográfica e Narrativa de Viagem, sob a responsabilidade de Gonçalves Dias. Além dos ajudantes de cada seção, fazia parte dessa experiência o pintor Reis Carvalho.

As referidas seções que formavam a Comissão Científica eram disciplinas que compunham a História Natural, que tinha por meta o progresso científico e sua vulgarização na sociedade, principalmente na indústria e agricultura. Com o intuito de aumentar a “fecundidade da terra” e contribuir para a riqueza da nação, o saber científico se especializava ao mesmo tempo em que se institucionalizava. Foi o caso da Comissão Científica de Exploração e suas sete seções de estudos saídas do IHGB. Este novo saber especializado (ou espacializado) sobre a natureza buscava descobrir os segredos do mundo natural e tornar “esta verdade” à serviço do progresso da humanidade:

As Sciencias Naturaes constituem a parte dos conhecimentos humanos que tem por objecto todas as obras do Creador. Reduzindo-se estas obras em corpos e phenomenos, dahi vem as divisões Historia Natural que trata dos primeiros e Sciencias Physicas dos segundos. A Historia Natural é pois, sciencia vasta e utilissima que em suas minuciosas pesquisas penetra no espaço infinito cheio de uma alluvião de corpos mui diversos, e dirigindo-se para o planeta que habitamos ahi estuda os Continentes, os Mares e tudo o que elles encerrão. A Historia Natural propriamente dita é a

¹⁰⁶ SANTOS, Paulo César dos. *O Ceará Investigado: a Comissão Científica de 1859*. Dissertação (Mestrado em História Social) - Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2011.

divisão das Sciencias Naturaes que trata dos corpos terrestres, e estudando-os encara-os por todos os lados, quer reunidos formando o globo terráqueo, quer, isolados em cada uma de suas espécies: neste ultimo caso notão-se todas as particularidades que os distinguem uns dos outros, não se esquecendo de determinar o proveito que o homem pôde d'elles tirar, ou se elles lhe são nocivos para os evitar.¹⁰⁷

Um efetivo conhecimento do país perpassava sua natureza física e social. A nação se faria pela constituição de seus saberes/poderes. Botânica, Geologia, Zoologia, Geografia e História, todas envolvidas no mesmo projeto político: o domínio do espaço nacional pelo seu estudo científico, escrevendo e dando a ver o país. A História Natural tinha como meta a gestão da natureza e da felicidade pública, na medida em que solucionava a questão da subsistência. A botânica e a zoologia foram as ciências eleitas para dar conta de uma estetização da natureza marcada pelo colecionismo.¹⁰⁸ E como a natureza aparecia como um livro a ser descoberto, as possibilidades de investigação pareciam ser infinitas, como bem observou o historiador Durval Muniz de Albuquerque Júnior:

O saber ocidental e a ciência moderna nascem com esta fome de infinito e de extensão, a tudo quer abarcar, de tudo quer se apoderar, tudo quer revelar, a todos os lugares quer chegar, nenhum território pode permanecer fora de seu olhar. A Etnografia, a antropologia, a história, são discursos que querem colocar em escrito, querem dizer e fazer ver a todos e qualquer desvão da cultura, da sociedade, do tempo, qualquer território antes fora do presente, do processo, do progresso.¹⁰⁹

A fome de tudo ver e a tudo englobar faz parte do processo e de um projeto de integração de várias regiões a algo chamado Nação. A História Natural possuía também o caráter de inventariar, quantificar e utilizar. Essa “função” estava esboçada na Comissão Científica de Exploração. As *Instruções* que norteavam os trabalhos científicos revelam um campo disciplinar ligado à produção de um saber social e utilitarista, sendo a ciência um capítulo da história social a ser explorada em suas implicações culturais. À Comissão Científica caberia, de início, a coleta de materiais para a análise dos mesmos, o que seria feito na Exposição realizada na Corte.

¹⁰⁷ O *Auxiliador da Industria Nacional*, 6 de junho de 1892, p. 130.

¹⁰⁸ KURY, Lorelai. História natural, utilidade e felicidade no iluminismo francês. In: *Natureza e Cultura: capítulos de História Social*. Kenia Rios, Ana Isabel [et al]. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2013, p. 9.

¹⁰⁹ ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. *Nos destinos de fronteiras: história, espaços e identidade regional*. Recife: Bagaço, 2008, p. 70.

Bruno Latour chama a atenção para o fato de não ser possível pensar a natureza separada da história, pois nos encontramos diante de uma história conjunta das ciências e da natureza.¹¹⁰ Cada disciplina científica vem corroborar as novas sensibilidades em relação à natureza. Um saber especializado acaba por perverter a percepção, posto que esta não é um dado e sim resultado da reflexão. O resultado dessa operação intelectual seria a alienação do mundo através da produção artificial da natureza. A “operacionalização” da natureza se daria quando os resultados obtidos em campo retornassem ao “centro” para daí serem sistematizados, no caso da Comissão Científica o acervo colhido se destinava ao Museu Nacional. Essa documentação nos fornece elementos para analisarmos o que cada membro da Comissão Científica estava se propondo como cientista e o que era fazer ciência naquele momento.¹¹¹ Nas Instruções de Trabalhos da Comissão Científica de Exploração, encontram-se trechos que orientavam as Viagens Filosóficas, textos adaptados pelo Museu Nacional em 1819 e que foram preparados inicialmente pelos naturalistas da Academia de Ciências de Lisboa, fundada em 1779. Alguns trechos estão totalmente transcritos nas Instruções do Museu Nacional, mostrando um claro vínculo entre a ciência do II Reinado e o período ilustrado.¹¹²

Elaboradas nos museus de História Natural, as instruções orientavam sobre os produtos naturais e industriais a serem recolhidos e como deveriam ser preparados, os locais a serem percorridos, as observações etnográficas que deveriam ser feitas, a produção de diários de viagens e desenhos. Na tentativa de neutralizar a subjetividade do naturalista, as instruções tinham um caráter otimizador na experiência em campo. Como a Comissão Científica. A metodologia se punha como centro do fazer ciências, mas este “fazer” estava vinculado ao lado de observar, acumular e sistematizar, daí a importância das

¹¹⁰ LATOUR, Bruno. *Jamais fomos modernos*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1994, p. 56.

¹¹¹ As “Instruções da Comissão Científica” foram publicadas na Revista do IHGB em 1856. Em 1862 são novamente publicadas juntamente com os relatórios lidos por Freire Alemão, Capanema e Lagos quando do regresso da Comissão Científica à Corte em 1861. É esta última publicação que será utilizada nesta pesquisa. Cf. Trabalhos da Comissão Científica de Exploração. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1862.

¹¹² “Estas foram denominadas Viagens Filosóficas, designação concorrente ao seu principal objeto, que era a observação e interpretação da natureza nos diversos domínios da filosofia como a física, a química e a história natural”. Cf. PATACA, E. Moutinho; PINHEIRO, Rachel. Instruções de viagem para a investigação científica do território brasileiro. *Revista da SBHC*. Rio de Janeiro: v. 3, n. 1, jan./jun, p.58-79, 2005.

instruções de trabalhos. A experiência em campo sempre sai do planejado inicialmente, sendo marcada pela adversidade. As instruções dadas aos viajantes tinham como meta tanto a objetivação das narrativas como dar ordem ao tempo do passante, ordenando e dando legibilidade ao percurso narrado.

Nas *Instruções* da Seção de Botânica Freire Alemão (1797-1874) escreveu apenas dois tópicos como norteadores de seus trabalhos, nos quais ele se utiliza das possíveis riquezas e usos da natureza a ser observada. O estudo de vegetais que “possão aproveitar na medicina e na industria” mostra que o uso dos recursos naturais passava primeiramente por um inventário dos mesmos, sendo que a necessidade de se catalogar os recursos da natureza fazia parte de um desejo de domesticação dos produtos da terra. Um conhecimento e um domínio sobre a natureza em benefício do homem é um dos traços mais recorrentes em toda instrução de trabalhos (das cinco seções).

O Dr. Guilherme Schüch de Capanema (1824-1906) chefiava a Seção de Mineralogia e Geologia. Era formado pela Escola Politécnica de Viena e doutor em Ciências Físicas e Matemáticas pela Academia do Rio de Janeiro. Em concurso, conquistou o lugar de lente substituto de Mineralogia da antiga Escola Central e regeu por algum tempo a cadeira de Física. Em 1849, foi nomeado diretor adjunto da Seção de Mineralogia do Museu Nacional. Capanema levou como ajudante de sua Seção João Martins da Silva Coutinho, que viria a ser o guia e o conselheiro da expedição de Agassiz ao Amazonas.¹¹³

O saber geológico, em fins do século XIX, envolveu-se em muitas polêmicas ao tratar de estudos relativos não só à terra, mas à sociedade. A ciência geológica, ao realizar estudos sobre os fósseis, acabava indo de encontro a certos dogmas até então reinantes, tais como a evolução da terra e a criação do mundo. O tempo geológico e os fósseis mostravam que o homem veio de uma longa evolução. A história natural passou a exigir mais unidade de tempo para explicar seu próprio objeto de estudo. A temporalização penetra na

¹¹³ Sobre as instruções da Seção de geologia recaíram as maiores expectativas a respeito dos resultados que a Comissão Científica obtería. Acreditava-se na existência de minas de ouro e prata escondidas no interior da nação, e o saber geológico ficava encarregado de confirmá-las. Mas o que se desejava para além de um novo “Potosí” era descobrir minerais úteis à indústria nacional. Buscava-se, através da geologia, mapear e explorar novas matérias-primas a serem utilizadas na indústria nacional e assim tornar o Brasil mais próspero e independente das importações minerais.

natureza através da ciência, que observa, descreve e a experimenta através de objetos técnicos.¹¹⁴

A Seção Zoológica ficou sob a responsabilidade de Manoel Ferreira Lagos (1816-1871). Lagos foi o porta-voz da proposta de formação da Comissão Científica no IHGB. Funcionário do governo na época da partida para o norte, acumulava a chefia da Seção de Anatomia Comparada e Zoologia no Museu Nacional e do posto de oficial-arquivista da Secretaria de Estado dos Negócios. Encarregou João Pedro Villa-Real e Lucas Villa-Real de preparar os animais que seriam coletados pela sua Seção. A definição de Zoologia e sua finalidade aparecem logo nas primeiras linhas das Instruções:

A zoologia não se limita a uma descrição simples e rigososa dos animaes distribuídos sobre a superfície do globo terrestres, grupando-os methodicamente (...), ella occupa-se também, e é o mais essencial, do proveito que as artes, a medicina e a economia domestica podem tirar das numerosas legiões de viventes que povoão o ar, a agua e a terra. Concebe-se assim quão immenso é o domínio deste ramo da historia natural, e as vantagens que resultão do seu estudo, entendido como deve ser.¹¹⁵

A Seção Astronômica e Geográfica foi entregue a Giacomo Raja Gabaglia (1826-1872). Sua Seção recrutava o Capitão Agostinho Victor de Borja Castro e os primeiros-tenentes Antônio Alves dos Santos Sousa, Francisco Carlos Lassance Cunha, João Soares Pinto, Caetano de Brito de Sousa Gaioso e Basílio Antônio de Siqueira Barbedo como ajudantes, formando então a Seção mais numerosa. Isso se justificava pela natureza de seus trabalhos, havendo a necessidade de vários grupos se distribuírem pelo território tomando notas e medições apontadas pelas *Intruções* de trabalho. A acumulação dos dados para futuras análises mostrava-se como um método válido na busca de mapear a natureza e dela tirar benefícios. Mas seria com a produção dos dados e os usos que eles permitiam que os membros dessa seção estavam mais engajados. Enquadrar o espaço geográfico, conhecer seus ritmos e ciclos daria uma norma de ação ou planejamento mais seguro para intervenções científicas.

¹¹⁴ Os seis mil anos de idade que os arautos do velho testamento advogavam não se sustentavam diante das novas “evidências científicas”. Keith Thomas, referindo-se à geologia, argumenta que, entre os anos de 1820 e 1840, os geólogos ampliaram enormemente a idade da terra, e o estudo de fósseis e ossos encontrados em cavernas estabelecia que a vida do homem remontava aos tempos quaternários. Esse novo quadro temporal tornou muito mais fácil aceitar as teorias evolucionistas de Lamarck e Darwin. Uma teoria da ciência, a partir das Instruções. THOMAS, Keith. Op. Cit. p. 159.

¹¹⁵ Trabalhos da Comissão Scientifica de Exploração, 1862, p. XX.

A Seção Etnográfica e Narrativa de Viagem ficou sob a responsabilidade de Gonçalves Dias (1823-1864), formado em direito em Coimbra. Após o início de suas atividades no Norte, teria requisitado um adjunto para sua Seção, Francisco de Assis Azevedo Guimarães. Entre os trabalhos dessa seção havia não apenas a preocupação com a natureza, mas também com os índios, sendo de “grande utilidade indagar qual a opinião em que elles nos tem”, e “quaes suas queixas de receios fundamentais, para estudar os meios de remover este obstaculo com o fim de chamar à industria tantos braços perdidos, e diminuir o numero de inimigos internos”.¹¹⁶ Buscava-se uma certa “homogeneização” entre as populações dispersas pelo país, mas preocupava-se também em ocupar os índios em trabalhos úteis. A questão do trabalho no Brasil seria uma grande pauta durante toda a segunda metade do século XIX, uma vez que o trabalho escravo, aliado a relações arcaicas de produção, seria o grande entrave para a expansão da agricultura brasileira.

Como pintor, veio o tenente José dos Reis Carvalho (1798-1892),¹¹⁷ professor de Desenho da Escola da Marinha. O pintor tinha como função transformar o visto em objeto de análise. O ver era dado como verdadeiro, sendo o sentido da visão e o ato da experiência em campo os dois pilares na sistematização do mundo natural. Os desenhos eram portadores de racionalidade científica, descrevendo e circunscrevendo o objeto analisado, fazendo dele estudo da ciência.

A Comissão Científica de Exploração atuaria na província cearense entre os anos de 1859-1861, depois retornaria à Corte e não mais voltaria à ativa. Essa experiência, primeira sobre a ciência nacional, está relacionada à necessidade de conhecer a nação e a partir disto traçar projetos de desenvolvimento para a agricultura e demais riquezas nacionais. Além do mais, a própria Comissão resolveu, para dar mostras de seus trabalhos, realizar no Rio de Janeiro uma exposição de produtos da indústria cearense. A proposta dessa discussão é tentar entender a mediação feita pelos cientistas na produção de um campo de visibilidade da província cearense através da exposição realizada na Corte, problematizando a relação entre a exibição dos

¹¹⁶ Trabalhos da Comissão Scientifica de Exploração, 1862, p. XLIV.

¹¹⁷ Há poucas informações sobre o pintor. Cf. Rachel Amaro, In: jornal *Diário do Nordeste* (Fortaleza-Ce), 06-12-2009, Caderno Regional, p. 2.

produtos cearenses e a produção científica, ou melhor, como a ciência nacional elaborava discursos sobre a natureza. No caso aqui analisado, ciência e política, cultura e natureza mostravam todas as zonas de interseção, pois a ciência que produzia e elaborava relatórios sobre as riquezas nacionais estavam atrelada às questões políticas do II Reinado brasileiro. Os cientistas estava a serviço da construção de uma imagem positiva e progressista para o Brasil. Esse seria o primeiro ensaio expositivo realizado no país e foi também um dos primeiros resultados dados pelos cientistas nacionais.

O estudo da agricultura estava nominalmente citado como trabalho a ser realizado em três das cinco seções da Comissão Científica (Geologia, Zoologia, Etnografia), mas isso não impediu que todos os seus membros escrevessem sobre o tema. O estudo da terra, da natureza e seu uso permeavam os estudos dos cientistas. Buscava-se uma racionalização do cultivo através do domínio das técnicas agrícolas e do conhecimento das propriedades do solo. Saber quais as culturas que melhor se adaptavam a determinado tipo de solo era uma das preocupações econômicas no país. A agricultura era a principal riqueza do Brasil na segunda metade do século XIX e sobre ela recaía a necessidade de conhecimento e ampliação de seu potencial:

É a historia natural com effeito que fazendo o inventario das numerosas espécies com que o Creador povoara o globo, procura, descobre entre ellas os productos textis por meio dos quaes o homem se preserva das intempéries das estações, ou mais ainda as substancias assimilhaveis próprias para a reparação de suas forças. E é a agricultura que crêa e multiplica sobre nosso solo essas preciosas substancias que a industria depois manipula e o commercio distribue pelas populações.¹¹⁸

Nas *Instruções* elaboradas para a realização dos trabalhos dos cientistas, Gonçalves Dias escrevia sobre a necessidade de se conhecer a nação e suas riquezas. Nas instruções do poeta constava que “se é de boa philosophia que o homem se conheça a si próprio, é de melhor política que qualquer paiz trate de conhecer os seus recursos para saber o que possui, de os catalogar para saber onde existem, e de os aquilatar para saber quanto valem”.¹¹⁹ A ciência da estatística se formava e se reforçava junto ao desejo de quantificar, usar e mostrar a riqueza das nações. O que dificultava a catalogação da natureza brasileira não era apenas a dimensão continental do

¹¹⁸ *O Auxiliador da Indústria Nacional*, 1 de janeiro de 1872, p. 34.

¹¹⁹ *Trabalhos da Comissão Scientífica de Exploração*, 1862, p. IX.

país, mas sua própria diversidade e “austeridade”. A natureza brasileira ainda aparecia como um solo indomável, que tanto encantou os estrangeiros que por aqui passaram. A mensuração da natureza e a decodificação do espaço passava pelo crivo da ciência estatística, cuja finalidade é instruir e administrar através do uso da informação.

Baseado nos pressupostos científicos da estatística de “aquilatar e ver quanto vale” e para servir à administração, o Brasil ensaiou suas primeiras exposições industriais. É possível perceber ao longo dos eventos expositivos realizados na segunda metade do século XIX uma reiterada divulgação das potencialidades da agricultura nacional. Isso nos sugere não apenas que o país de fato tinha na terra a sua principal riqueza, mas principalmente, remete-nos a um projeto de industrialização dessas riquezas, pois se possuía a matéria-prima, mas faltavam os meios de explorá-las de forma mais “racional”. Em todos os catálogos são citados vários tipos de madeira, algodão, árvores, minérios etc. Faltava-nos recursos técnicos para um maior aproveitamento dos recursos naturais e a falta desses recursos impedia a especialização das atividades produtivas, reduzindo o comércio interno.

A exposição dos produtos cearenses organizada por Ferreira Lagos foi pioneira no país e fazia parte dos resultados da expedição da qual ele fez parte. Em 7 de setembro de 1861 se inaugurou no Museu Nacional, no Rio de Janeiro, a “Exposição de produtos cearenses”, aberta ao público até o dia 15 do mesmo mês.¹²⁰ Em 2 de dezembro do mesmo ano, abria-se, na Escola Central, também na capital do Império brasileiro, a primeira “Exposição Nacional”. Coleção e exposição são, portanto, faces complementares de um

¹²⁰ Segundo o escritor Moreira Azevedo: “No mesmo dia que celebrava-se no Rio de Janeiro essa festa industrial, executava-se no monte de Santa Cruz, fronteiro á cidade de Ouro Preto, cerimonia semelhante. Em agosto de 1860 um missionário capuchinho erguera nesse monte uma cruz, e, saudando o povo com três dias de festejo o symbolo da redempção, resolveu levantar alli uma ermida; no anno seguinte, tendo de repetir-se o festejo, propoz um vereador da camará de Ouro-Preto que se estabelecesse alli, junto ao madeiro da cruz, uma feira ou exposição industrial, para ser assim festejado o dia 7 de setembro. A idéa encontrou echo em toda a provincia; construiu-se no monte um edificio para receber os productos agrícolas e outros objectos, e realizou-se a primeira exposição na provincia”. AZEVEDO, Moreira de. *O Rio de Janeiro: sua historia, monumentos, homens notaveis, usos e curiosidades*. Vol. II. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1877, p. 261. Essa Exposição mineira não foi noticiada nos periódicos cearenses e quase nunca é citada quando se fala das Exposições acontecidas em 1861. Apesar de sua importância não ter sido percebida à época, vale ressaltar o evento, pois ele mostra que a ideia de se fazer exposições era corrente no período.

mesmo esforço em que ciência e política caminham juntas.¹²¹ As exposições seriam uma textualização, ou uma grande narrativa sobre a nação, uma vez que técnicas, objetos e histórias espalhadas e dispersas em várias províncias seriam acolhidas pela comissão exploradora e reconvertidas e estruturadas num inventário nacional incorporado ao todo.

Pensar a produção de uma representação para o país e quais as práticas envolvidas nesse processo nos leva a tematizar a nação, ou seja, ao se colocar determinadas questões o país estava elaborando sua própria história e pondo questões de ordem temporal. A própria nação ao englobar o todo de suas regiões envolvia toda a multiplicidade que nelas havia. Pensando na relação entre sociedade e tempo, a filósofa Marilena Chaui discute a produção do passado e do tempo na construção da nação:

Toda sociedade é histórica porque temporal. A sociedade propriamente histórica, porém, tematiza sua temporalidade pondo-a como objeto de reflexão porque incessantemente reposta por suas práticas – não está no tempo, mas é tempo. Isto significa que a sociedade propriamente histórica não cessa de criar internamente sua diferença consigo mesma, pois o tempo não é senão criação da diferença temporal interna pela qual uma sociedade possui seu passado e visualiza seu futuro como seus outros.¹²²[Grifos no original].

O jornal *O Cearense* estampou em letras garrafais as notas sobre a exposição realizada na Corte.¹²³ Notas transcritas dos jornais do Rio de Janeiro foram publicadas para que os leitores cearenses lessem com orgulho o que da província se falava no centro do império. Nas exposições falava-se das riquezas potenciais, da cultura material, da fauna, da flora, mas principalmente falava-se no futuro glorioso da província e do país e dos melhoramentos materiais que seriam possibilitados a partir desses eventos, ou melhor, dos resultados práticos que poderiam ser forjados a partir daí. A ideia era que cada exposição contribuísse e aumentasse o inventário das riquezas do país. A praticidade daí advinda gestaria uma maior administração dos recursos e um “melhoramento” na indústria nacional.

¹²¹ GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. História e natureza em Von Martius. Esquadrinhando o Brasil para construir a nação. História, Ciência, Saúde. *Manguinhos*. Rio de Janeiro, v.7, n.2. Rio de Janeiro, 2000, p. 7.

¹²² CHAUI, Marilena. *Cultura e democracia*. O discurso competente e outras falas. São Paulo: Editora Cortez, 1989, p. 26.

¹²³ *O Cearense*, 01 de outubro de 1861.

Mas tudo o que se expõe passa por uma seleção. O que se daria a ver era o que se achava interessante, naquele momento histórico, de ser visto. As duas exposições realizadas em 1861 buscavam criar uma imagem da nação e da província num mesmo processo de consolidação que passava também pela imaginação, pela construção simbólica de si mesma em relação aos outros. As exposições, embora de curta duração, simbolizavam um trabalho de construção dos possíveis, de tornar real o que se figurava como efêmero. Era uma forma não apenas de mostrar, mas de criar, materializar e canalizar esforços na criação efetiva do que se exhibia. A relação que se estabelecia ao se expor produtos das mais variadas regiões do país buscava não só o diferente, mas a diferença e esta se baseava num ato e numa prática discursiva que visava o domínio através do fato de compreender mais sobre o todo do espaço nacional e assim enquadrá-lo de forma mais eficaz.

O jornal *O Cearense* de 26 de novembro de 1860, data em que os cientistas ainda estavam no Ceará, traça um breve roteiro da Comissão Científica, principalmente de Ferreira Lagos, que buscava uma avaliação das potencialidades econômicas da província cearense, tendo essa busca se efetivado com a realização da exposição dos produtos cearenses na Corte. Sobre as excursões e intenções do zoólogo, o jornal relatava:

Amanhã parte para Sobral, e Serra da Ibiapaba, afim de continuar as suas explorações no arduo ramo da sciencia que lhe foi confiado. Todos sabem que este nosso distincto patricio, além de uma ampla colheita de objectos naturaes, teve a feliz lembrança de reunir na sua primeira digressão quanto pode achar de curioso e comprobativo do estado de civilisação, industria, usos e costumes dos habitantes desta provincia, para que na côrte se conheça que não somos tão barbaros como lá se acredita. Desejando-lhe a mais prospera viagem, estimaremos que obtenha os mesmos satisfactorios resultados na sua segunda peregrinação, e seja acolhido pelos nossos patricios com o bom agasalho que confessa haver sempre recebido, e de que na verdade elle se faz merecedor pelas suas maneiras affaveis e gênio caritativo.¹²⁴

Essa experiência (expositiva) foi a primeira do gênero no Brasil, uma vez que serviu como preparação para a primeira Exposição Nacional. A imaginação do que seria a distante província do Ceará passava pela exibição de suas riquezas, onde sua imagem se materializava em seus próprios produtos. O evento divulgava o Ceará na Corte e tentava melhorar a imagem da Comissão

¹²⁴ *O Cearense*, 26 de novembro de 1860.

Científica, que sofria duras críticas por não obter os resultados esperados. Estava em pauta a imagem do Ceará, a imagem da Comissão Científica, a imagem da Corte e de seus políticos. A materialidade expressa na exposição dos produtos tinha também uma ressonância subjetiva, para além do exposto. Mas a realização de uma exposição não constava nas Instruções de trabalho dos cientistas, que talvez não fosse necessário dada a relação entre o ato de colecionar e de expor. Por outro lado, é interessante ressaltar que Lagos deixou muito de seus afazeres oficiais (das Instruções) para realizar de forma avulsa a sua coleção de objetos, o que gerava certos desentendimentos entre ele e Freire Alemão.

As primeiras notícias sobre o evento chegaram à imprensa cearense em outubro. O jornal *O Cearense* trouxe várias notas e muitas transcrições dos jornais da corte retratando a exposição. Letras garrafais e matérias extensas com o título “EXPOSIÇÃO DE PRODUCTOS NATURAIS E INDUSTRIAIS” chamavam os cearenses para lerem sobre a exposição e sobre a recepção dos produtos de sua província na capital do império. Os artigos aproveitavam o momento para reclamarem pelo incremento e apoio do governo à indústria. Os textos versavam desde produtos industriais, artesanais e curiosidades. Isto se devia ao fato de que o conceito de indústria ainda era pouco definido e envolvia muitas artes (ofícios), e se buscava criar mercados para muitos produtos, industrializados ou não. Caberia ao governo patrocinar as exposições e delas tirar o proveito maior em prol da nação, como relata *O Cearense*:

Qual quer que seja a fisionomia politica do actual ministerio, e de outro qual quer, apesar de órgão do partido liberal da provincia, desse partido proscripto há 13 annos, não deixaremos jamais de applaudir as medidas que tiverem por fim promover os recursos de nosso paiz, desenvolver a sua prosperidade de qualquer maneira que seja, com tanto, que dahi resulte o engrandecimento de nossa terra, e o bem estar de nossos patricios; porque, brasileiro, o que podemos mais desejar, do que a felicidade, e prosperidade de nossso patria? Os paizes cultos da Europa não tem chegado ao grão de desenvolvimento e de aperfeiçoamento de sua industria, em todos os seus ramos, sinão por meio de uma exposição de seus productos, onde se nota o que merece correcção, e aprecia-se o que é bem acabado, recebendo os productores louvores, premios, e animações do publico, e do governo.¹²⁵

Caberia ao governo, suas instituições e associações, fomentar o mercado interno e seu crescimento industrial, dar incentivos a novas invenções

¹²⁵ *O Cearense*, 01 de outubro de 1861.

e promover eventos expositivos. O evento em si já significava que se tinha algo a se mostrar e o caráter exibicionista não esconde as intenções nacionalistas do evento. Na comparação entre as nações, seria “moderna” aquela capaz de otimizar sua produção através de novas técnicas e aproveitamento de suas riquezas, mobilizando a capacidade produtiva existente, sendo as exposições parte desse arranjo na busca de se conhecer e melhorar os diversos produtos que poderiam fazer parte das exportações. Segundo *O Cearense*:

Ainda mais convém que os nossos patricios saibão, que não se trata só de objectos de industria humana, como tambem de todo, e qualquer de producção espontanea da natureza, porque trata-se de por em relevo o inventario de nossa riqueza, ou dos nossos recursos naturaes. É por isso que no cathalogo dos objectos, que se pedem, figurão diversas terras, pedras, mineraes, metaes, madeiras, resinas, fructos, cortiças, batatas (tuberculos de todas as qualidades), diversas plantas medicinaes, legumes, animaes, empalhados, pelles, penna &. Tudo isso importa conhecer-se, e expor-se; porque tudo isso tem um valor no mundo industrial, que pode ser vantajosamente explorado para a riqueza da terra, e dos proprietarios, que possuem taes objectos ¹²⁶

O argumento “Tudo isso importa conhecer-se” fazia parte do projeto de emancipação econômica do país. Buscava-se entrar no *hall* dos países civilizados e para tal seria preciso fomentar a indústria nacional, inventariar e catalogar seus bens e vendê-los no mercado externo. Interessante notar que o jornal faz referência aos catálogos que eram confeccionados para as Exposições Universais e que eram amplamente divulgados durante os eventos, sendo essa passagem do jornal um sinal de que o Brasil estava atento ao acontecer das exposições, posto que até aquele momento o país não havia participado de nenhum evento e tampouco realizado uma exposição nacional, o que ocorreria apenas em dezembro de 1861. Ao se catalogar coisas “objetos da indústria humana como, também de todo e qualquer de produção espontânea da natureza” desejava-se levar para os catálogos objetos de tempos diferentes, ou seja, objetos de natureza natural e não-natural. Registrava-se o que a natureza proporcionava em estado bruto e o artificial que dela também provém.

Para inventariar os produtos da natureza brasileira seria preciso primeiro coletá-los e avaliá-los, saber seus usos e valores, cabendo essa empreitada aos membros da Comissão Científica. Esse inventário também serviria para

¹²⁶ *O Cearense*, 01 de outubro de 1861.

que o governo passasse a utilizar o que antes era comprado no mercado externo. Muito do que se comprava dos países ricos poderia ser feito ou substituído no país se a indústria, sob a égide do governo, soubesse o que a nação possuía e desse bom uso a essas riquezas. Sobre a exposição e o comércio local, *O Cearense* ironizava:

Mensionaremos igualmente a variada collecção de madeiras, apresentando bonitas côres o que as torna apropriadas a diversissimos usos. Vemos, como exemplo, algumas bengalas de violete e duas do tronco da carnaubeira, que são muito mais bonitas do que as do ayri tão usado para este fim na Europa, e muito mais sólidas do que as de outras palmeiras, que têm muita sahida, sobretudo para cabos de chapèu de sol. Vemos o berabú (guarabú) torneado, e o angico, que produzem lindissimo effeito. O primeiro seria muito apropriado para embutir, e o segundo para marcenaria. No norte dão-lhe bastante emprego, mas apesar disso usam mobílias vindas da Europa. Não se supponha que são de madeiras exquisitas, trazidas de terras longiquas; não senhor! São de mogno que è madeira que foi das Antilhas e das Guyanas e volta para o Brazil. A differença está em que pagamos dous fretes e pelo menos quatro direitos de entrada e sahida.¹²⁷

A falta de conhecimento sobre as riquezas nacionais e o atraso técnico em que vivia o país naquele momento levava o Brasil a se sujeitar ao mercado externo, vendendo produtos naturais e comprando manufaturas. Isso colocava o país numa posição secundária no mercado mundial. Nas matérias transcritas pelo jornal *O Cearense* sobre a exposição dos produtos cearenses na Corte parece haver um descontentamento com o “descompasso” da economia nacional. Tanto a província cearense quanto as demais regiões do Brasil aparecem como territórios dotados de riquezas e potencialmente promissores, mas isso não se ajustava ao cenário apresentado. Podemos perceber essas críticas como tentativas de instituir um pensamento de mudança à falta de investimentos do governo no incentivo à agricultura, pois isso acarretava atrasos no mercado interno. Reclama-se da ausência do govvrno imperial na administração da riqueza nacional, pois sabia-se que as dificuldades internas seriam sanadas apenas através do imperadoe e de seus políticos. O Estado era chamado a tutelar “a mão invisível do comércio”.

O jornal continua a transcrição e sua reclamação sobre o papel que o governo deveria ter nos investimentos da indústria nacional e na sua importância para tirar o Brasil da dependência externa. Internamente, as

¹²⁷ *O Cearense*, 01 de outubro de 1861.

regiões brasileiras pareciam quase intransponíveis. Não é de forma gratuita que nas primeiras décadas do século XIX as melhores notícias são dadas pelos viajantes (geralmente naturalistas), porque era mesmo necessário uma aventura para transpor as adversidades de comunicação existentes. Segundo *O Cearense*:

Quando ha necessidade de carvão vai o proprio consumidor queima-lo, porque manda-lo fazer por outros sahe muito caro, e os cobres que elle ganha devem sustenta-lo e servir para comprar o ferro que è fornecido até ao interior do Piauhy pelas fabricas inglezas! (...). A commissão scientifica propoz ao governo que se ensinasse ao povo o meio de tirar proveito dessas minas, produzindo com seus diminutos recursos e como o seu trabalho o ferro de que carecesse para o seu consumo. Parece porem que a proposta não chegou ao Rio de Janeiro!¹²⁸ [Grifo no original].

A nota traz assinalada do original o fato de uma empresa inglesa ser fornecedora de matéria-prima até mesmo no distante interior do Piauí, o que mostra a total ausência do governo sobre seu comércio interno. Para sair desse estado de coisas, a Comissão Científica sugeriu a instrução, não aquela “instrução teórica”, mas sim aquela capaz de ser útil para o povo. A questão da instrução “útil” era uma das questões mais debatidas nos círculos intelectuais do império brasileiro, sendo que destas discussões saíam muitas publicações destinadas a divulgar os melhoramentos materiais que haviam sido feitos no país e principalmente estimulá-los. Essas publicações visavam melhorar a produção da agricultura através de novas técnicas. Dentre as instituições se destacariam a Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional e o Ministério da Agricultura, sendo ambas as responsáveis por grande parte das exposições nacionais que aconteceriam nos anos seguintes a 1861.

Embora a agricultura fosse tida como a “riqueza da nação”, muitas outras culturas chamavam a atenção e preocupação dos produtores e do governo, sendo que o inventário de suas riquezas deveriam analisar e expor os estudos realizados sobre o reino mineral e animal, o orgânico e o inorgânico. Produtos de origem animal foram expostos no intuito de chamar a atenção do governo para a necessidade que a nação tinha de incentivar a indústria e assim produzir excedentes, trazendo riquezas para o país. A apicultura parece ter chamado a atenção de Ferreira Lagos por sua fonte de renda, pelo potencial que o Ceará possuía em sua produção e pela pouca exploração desse recurso

¹²⁸ *O Cearense*, 01 de outubro de 1861.

natural. Em seu regresso à corte, Lagos leu no IHGB seu relatório sobre os trabalhos realizados pela seção de zoologia. Nele dizia que:

A apicultura que tanto podia florescer naquela Província e produzir um bom lucro, não é ali explorada convenientemente, e apenas alguns indivíduos conservam cortiços por curiosidades para o uso domestico (...). Uma monografia das abelhas do Brasil será trabalho curioso e de importância, não só para a ciência, mas igualmente para o comercio, pois a bela cera de muitas além de satisfazer o consumo do País, libertando-nos do imposto que anualmente pagamos ao estrangeiro, poder-se-ia tornar ao mesmo tempo um gênero de subida exportação.¹²⁹

Lagos chamava atenção para aqueles produtos que poderiam ser cultivados em solo nacional, sendo este cultivo benéfico de forma interna e externa. No plano interno a produção poderia tanto gerar valores para os cofres públicos como alimentar o povo. No plano externo o país poderia vender tais produtos e lucrar novamente, estimulando a produção nacional, pois a produção de excedentes, além de gerar divisas para o país, mostrava o uso efetivo da terra, questão de extrema importância para a expansão e circulação do capital. Mas parece que o estímulo à apicultura, como tantas outras observações feitas na exposição de 1861, ficaria relegada. O pesquisador gaúcho Rodolfo Von Ihering, chefe da Comissão Técnica de Piscicultura, em viagens pelo Nordeste entre os anos de 1932-1939, fez os mesmos reclames de Lagos para a necessidade de se incentivar a apicultura. Para Von Ihering, o mel, além de suprir as necessidades alimentares dos pobres, teria sua produção estimulada por condições ambientais. Ainda segundo ele, usando dados de 1920, a produção de mel no Nordeste era de ordem decrescente.¹³⁰

A exposição dos produtos cearenses, embora muito elogiada como promessa de um projeto a ser posto em ação para “melhor conhecer para aquilatar”, mostraria ao mesmo tempo as fragilidades dessas intenções. Os apelos feitos por Lagos podem ter ficado no esquecimento, não por falta de interesse, mas por falta de recursos científicos e tecnológicos para levar as ideias a sua real efetivação. A cultura científica do país ainda estava em formação e não havia uma “rede” de pesquisadores e instituições articulados e, ainda por cima, os poucos espaços de pesquisas que haviam na época

¹²⁹ Relatório da Seção de Zoologia, lido no IHGB em 6 de dezembro de 1861. In: BRAGA, Renato. *História da Comissão Científica de Exploração*. Fortaleza: Imprensa Universitária, 1962, p. 338.

¹³⁰ VON IHERING, Rodolfo. *Ciência e beleza nos sertões do Nordeste*. Fortaleza: DNOCS, 1983 (1ª edição de 1940).

estavam sob a tutela imperial. Capanema, em carta para Gonçalves Dias, descrevia a falta de recursos intelectuais reinante na Corte no momento em que a exposição de produtos cearenses se realizava:

Mestre Lagos sôfrego de se tornar benemérito da pátria arranjou uma exposição de todas as suas rendas redes e bicos que trouxera do Ceará; pediu-me que dissesse alguma coisa fi-lo nos diários de 7 e 9 de setembro por meia dúzia de motivos: 1º algumas pessoas apreciarão aquilo como o mais relevante serviço (como aconteceu) era preciso chamar a atenção; 2º porque era preciso falar da Comissão, porque hoje conheço que a guerra que se nos tem feito não nos deve ofender. Não acharás neste Rio Janeiro 20 pessoas que compreendam o que é a exploração científica; 3º precisei de um ocasião de chegar aos canhões as pontinholas para lhes conhecerem o calibre, e içar o pavilhão para saberem com que metralha se romperia combate quando fosse preciso responder a agressões, obtive maravilhoso efeito... O Jornal do Comercio entornou elogios ao Lagos a valer porém não entrou no assumpto, e para não ficar atrás do Diário tão bem escreveu uma serie de artigos sobre a exposição sabes quem o fez? Um veterinário francês do 1º regimento de cavalaria! Que vergonha.¹³¹

Para Capanema o mau, uso das riquezas minerais e animais denunciavam o fraco caráter científico do país. A ausência de estudos especializados colocaria o Brasil em posição de desvantagens em relação às outras nações. O comércio e a indústria apareciam sempre como sendo as preocupações mais imediatas das discussões atreladas às exposições, vislumbrando também a emancipação econômica do país e a construção de uma outra posição para o império do Brasil no cenário econômico. Falava-se em economia, mas também numa representação social para o país, uma formando-se atrelada a outra. Capanema denunciava a fraca força da ciência nacional em tematizar e agir sobre as questões postas naquele momento, pois, como bem ressaltou o geólogo: “e para não ficar atrás do [do periódico] *Diário* tão bem escreveu [o periódico *O Jornal do Comercio*] uma serie de artigos sobre a exposição sabes quem o fez? Um veterinário francês do 1º regimento de cavalaria! Que vergonha”. A ciência era posta em cena através de um veterinário do regimento de cavalaria.

Os desperdícios do não uso das riquezas pátrias, a falta de tecnologia e a dependência do país ao mercado internacional mostravam os problemas a serem resolvidos, e as exposições, de início, mostravam-se como uma das

¹³¹ Carta de Capanema a Dias, datada de 11 de setembro de 1861. In: Correspondência passiva de Antonio Gonçalves Dias. Anais da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, v. 84, 1971, p. 248-249.

possíveis soluções. A elas caberia (a partir de 1861) inventariar as possíveis riquezas, criar possíveis mercados e divulgar/introduzir as novas tecnologias. As exposições se apresentaram como projetos a serem realizados a cada novo evento, sendo que no futuro, através da acumulação realizada no percurso, o país estaria em melhores condições. Abria-se os trilhos do progresso, caberia apenas segui-lo. Estruturava-se aí uma nova temporalidade nacional, sendo que esse trajeto seria em parte feito pelos eventos expositivos. Poi estes, ao entrarem em contato com outras nações, poderia não só realizar e comparar seu grau de “civilização”, mas ao fazê-lo já estava pondo-se na temporalidade moderna, vendo-se no tempo. Cada nova Exposição daria a dimensão do acúmulo e do esforço realizado. Quantificava-se para poder se comparar.

Em 1861, a exposição de produtos cearenses na Corte era tida como ensaio para se aprimorar o comércio e criar mercados consumidores. Através dessa exposição podemos perceber e historicizar o que se entendia por indústria na segunda metade do século XIX e quais as funções de uma exposição:

Repetiremos ainda uma vez que a maior parte dos productos da exposição não representam industria, porque ainda não crearam mercado. Muitos só se fazem para uso particular; tem elles porem um grande merecimento que è provar a existencia dos principaes elementos para a criação de industrias. E è isso um dos pequenos serviços prestados ao paiz e principalmente à provincia do Ceará, que se deve felicitar pela perseverança e patriotismo do Sr. Dr. Lagos, a cuja incansável pesquisa se deve a preciosa collecção que está exposta.¹³²

Uma breve olhada geral nos produtos expostos nos causaria estranhamento porque quase nada há de maquinofaturas, o que para nós hoje remete ao poder de transformar a matéria-prima em outra coisa. Nesse momento a palavra “indústria” estava associada à capacidade de produção, mesmo que fosse de objetos artesanais. Na exposição cearense e nas que se seguiram a ela o que se destacava eram as manufaturas, basicamente trabalhos artesanais. Diante das poucas invenções tecnológicas no país e sendo industrial as coisas feitas/transformadas pelo homem, tanto os chapéus de palha de carnaúba, objeto constante nas exposições industriais, quanto outros produtos como velas e bordados eram produtos da indústria cearense. A função da indústria seria também a criação de mercados para os produtos

¹³² *O Cearense*, 01 de outubro de 1861.

locais, dando uma nova dimensão de tempo entre produção e circulação dos produtos, quebrando o ritmo das trocas locais entre produtores e consumidores.

As exposições cumpriam também a função de aproximar consumidores e produtores de diversas regiões, dando a ver o que de outro modo se tornaria quase impossível. Juntar em um único espaço de comércio pessoas que antes estariam distantes e criar a partir dessa interação uma troca comercial era a função primordial das exposições industriais. Era essa a lógica da exposição: criar mercado para fomentar a indústria. Em 1862, quando da realização para a primeira exposição realizada na província do Ceará, o jornal *O Araripe* endossava de forma clara a relação entre exposição e comércio. Anunciava o jornal que:

No dia 2 de dezembro vindouro, deve ter lugar na santa-casa de misericórdia da capital, a exposição dos productos da industria cearense, que a Mesa regedora determinou, com o duplo fim de enriquecer aquelle pio estabelecimento e dar um estímulo a industria da província (...). Uma exposição não é somente uma ostentação, uma prova de adiantamento e progresso industrial; mas é também um princípio de commercio, e permuta. Allí se vai procurar comprador a muitos artigos, que são desconhecidos, se vai travar conhecimentos, que para logo servem grandemente. Assim, o que hoje se acha desaproveitado entre nós pode ir achar longe o seu emprego, amanhã será procurado com o maior empenho, constituindo-se o objecto de um trafico muito productivo.¹³³

Outro jornal provincial endossava a relação entre exposição e comércio:

É certo que nem todos por justos motivos poderão acudir o brado da imprensa; nem todos comprehederão o futuro d'esta conquista correndo profioso a este festim, que vae marcar uma epocha de grande desenvolvimento industrial n'sta província. Todavia este ensaio foi para nós uma grande Victoria. Estéril, acanhada, e humilde como soem todos os primeiros ensaios humanos, pela primeira vez para o futuro se elevará as propoções, a que o interesse bem entendido tem levado a industria nos paizes civilizados. Mas tarde em nossa província, como em todo o paiz, a exposição há de ser o campo glorioso aberto ao trabalho do artista, e do industrioso; o fructo da emulação ferida; o vasto celeiro a receber os variados e ricos productos d'agricultura, o tribunal onde ha de receber seu titulo de nobresa e talento; que caminha, lucta e vence; honra que se esforça, o trabalho que nutre o homem e sustenta as nações!¹³⁴

Se “a maior parte dos productos da exposição não representam a indústria, porque ainda não crearam mercado”, as exposições eram momentos

¹³³ *O Araripe*, 30 de agosto de 1862.

¹³⁴ *Gazeta Official*, 10 de dezembro de 1862. Esta nota refere-se à primeira exposição provincial.

oportunos de se criarem mercados e fomentarem a venda dos produtos apresentados, pois quanto maior a circulação de mercadorias, maior a produção de excedentes e a capacidade de se investir em novas tecnologias. Uma das preocupações era a criação de um mercado diferenciado em sua produção e suas relações de trabalho, dando empregos permanentes a parte da população. O comércio aparecia como caráter “moralizador” dos costumes, pois exigia um esforço contínuo do produtor em seu ofício. A ética do trabalho exigia outra relação com o tempo. O que não acontecia com as atividades voltadas para o ritmo sazonal da natureza, que ocupava parte dos cearenses apenas no período da colheita. Capanema registrou as relações de trabalho em relação ao café nas serras do Ceará, onde havia certa “artimanha” por parte do colhedor:

A colheita é feita por braços livres, no que de um lado lucra o plantador, de outro, porém, sai lesado por causa da má organização da polícia a este respeito. O trabalhador que se propõe colher café vai ter com o lavrador, pede-lhe uma quantia de 2\$, 3\$ a 5\$ adiantados para comprar mantimento e deixar alguma coisa a família, e compromete-se a ir no dia imediato para o serviço; - não há nada mais justo, acontece, porém, que no mesmo dia o tal apanhador de café vai oferecer o seu préstimo a outro, ou a mais dois ou três lavradores com as mesmas condições, todos aceitam, porque precisam de gente, quando não, perdem a safra, ou parte dela; o bom do homem que tem prometido o dia imediato a todos aqueles que lhe adiantaram dinheiro, escolhe a resolução que deve tomar; ou some-se, ou vai colher café para um dos credores, ou mesmo para um do qual nada recebeu. Se ele assina contrato, pouco se importa, procede da mesma forma.¹³⁵

Outros trabalhadores ficavam apenas com um contratante, multiplicando suas horas de trabalho. Acontecia que na noite e na madrugada adentro, ele trabalhava “por conta própria”, apanhava e vendia café por sua conta. Ainda segundo Capanema:

Um trabalhador no ponto mais alto da serra e mais afastado de qualquer povoação deu provas de boa indústria: à meia-noite ele levantava-se, tirava do terreiro uma a duas quartas de café, levava-o daí a mais de uma légua por trilhos estreitos, íngremes, escuros, vendia-o em uma taverna e voltava ainda a tempo para acabar de dormir, de madrugada era o primeiro em pé, à noite era o que tinha feito maior colheita. É muito provável que este indivíduo ativo não seja o único desta espécie, principalmente perto das povoações é natural que abundem. Isso é tanto mais certo quanto há sujeitos que com vinte cafezeiros fazem melhor safra que outros com

¹³⁵ CAPANEMA, Guilherme Schüc de. *Ziguezagues do Dr. Capanema: Ciência, cultura e política no século XIX*. Estudo introdutório e notas de Maria Sylvia Porto Alegre. Fortaleza: Museu do Ceará/Secretaria da Cultura do Ceará, 2006, p. 215

duzentos. Há lojistas que ensacam mais café do que os fregueses podem colher de meias.¹³⁶

Não era apenas as relações de trabalho que definiam a economia cearense. Técnicas de produção arcaicas prejudicavam a agricultura e traziam prejuízos devido ao uso não racional da terra. O botânico Freire Alemão observou “que a cultura do algodão tem destruído grandes porções de mata. Hoje com a cultura do café estão também se descobrindo os montantes que dantes se conservavam nas matas”. Seja na cultura do café ou do algodão, o uso do solo era o mesmo: caminhava junto ao desmatamento. Devido a todos esses fatores, não surpreende que uma população numerosa (contando o Ceará em 1862 com cerca de 519.000 habitantes) sofresse inúmeros problemas relativos ao abastecimento, motivados entre outras causas pelo atraso das relações de produção, pelos precários meios de transporte e pelo clima. Muitas vezes precisou-se importar os alimentos de que necessitava a província.

Por outro lado, o mercado interno cearense era vítima de sua própria estrutura social, uma vez que a concentração de terras e o baixo salário do agricultor impedia a elevação do consumo. O mercado interno restrito estimularia o artesanato e a troca entre pequenas localidades, impedindo assim uma maior especialização do trabalho e a circulação de capital. Tal estrutura praticamente impossibilitaria a formação de um mercado interno, uma vez que parte da população supria suas próprias necessidades e buscava no mercado apenas o necessário, havendo a possibilidade de troca de artigos entre vizinhos, diminuindo assim as chances de formação de um mercado consumidor.¹³⁷ Aqui os costumes ainda determinavam o ritmo da produção, pois parte da população estava habituada a trocar mercadorias com seus vizinhos. Pelos produtos expostos no Rio de Janeiro em 1861, ficava evidente que os recursos extraídos da natureza constituíam a força da economia local:

O que tem causado mais furor e admiração na corte estes dias é a exposição que faz o Dr. Lagos dos objectos que trouxe do Ceará relativas a artes, costumes, curiosidades & &. na realidade tem cousas que admira, sendo classificado em primeiro lugar um aparelho de chá de louça preta feita no Icó por uma moça surda, o algodão tecido no Crato e Baturité, 3

¹³⁶ Idem, p.217.

¹³⁷ LEITE, Ana Cristina. *O algodão no Ceará: estrutura fundiária e capital comercial (1850-1880)*. Fortaleza: Secult, 1994, p. 130 (Coleção Teses Cearenses).

enormes queijos de manteiga muitas redes de diversas partes superabundando as de sobral, todas as especies de abelhas com a mostra do mel e cera de cada uma dellas, um pão de sebo e fructo da arvore que o produz, bengalla, chicote (entre estes um d'aquelles feitos no Crato com estoque e pistola) cabeçadas, todas as qualidades de cobras em vidro e em pelles, pelles das diversas especies de onças, camurça feita em Sobral, flores de palha de panno e de pulvilho (gomma) e uma cesta de flores de escama, todos os trabalhos feitos de carnauba, um tronco desta arvore, folhas, cera, goma, &. um homem vestido de vaqueiro com sua competente vara, cachimbo do Inhamuns &. uma figura de uma mulher de lenço ! & & &. será difficil querer aqui innumerar tudo, lavarintos de todas as qualidades, porém o que causou horror foram as disciplinas dos penitentes, entre as que vierão, veio uma ensanguentada. Vê-se também na exposição 38 qualidades de madeira de lei, 23 qualidades de feijão, farinhas, mandiocas, sal de cosinha, vinhos de caju, sapatos, manteiga de piqui, diversas qualidades de arros, de café, uma jangada competentemente aparelhada.¹³⁸

Alguns dos objetos expostos parecem ter despertado o interesse dos cientistas mais por seu caráter exótico do que por sua real utilidade. Muito se catalogou e muito se expôs. Isso foi resultado da passagem da Comissão Científica pelos mais variados lugares. Expôs-se desde louças feitas por moça surda até bacamartes. O aparelho de chá feito por uma surda tem uma trajetória longa antes de ser exposto. O que se destaca nesta peça é que ela foi, desde cedo, motivo de atenção dos cientistas. Em várias passagens do diário de Freire Alemão ele registrou como a coleta de certos produtos foi feita, sendo a maioria doadas ou comprada. O botânico anotou em seu diário as primeiras noticias que ele e Lagos tiveram sobre a moça surda e sua arte:

De noite fui eu e Manoel visitar o juiz municipal, cuja senhora é filha do Icó (...). Soubemos aí que, antes de chegar-se ao Icó, há uma mulher muda que trabalha em louça admiravelmente, fazendo tudo o que se lhe encomenda e segundo o modelo que se dá, que a louça é mui preta e lustrosa.¹³⁹

Quando Lagos chega em Icó, vai ao encontro de tal moça. Em regresso à casa onde estavam hospedados, Freire Alemão escreveu sobre o interesse de Lagos pela “louça preta”:

Depois chegou o Lagos que havia ido de manhã à casa da muda (daqui a quase quatro léguas) para a ver trabalhar uma louça preta de grande perfeição. Diz ela que um acaso a fez descobrir o modo de empretecer a louça, cozinhando-a uma vez com bosta de cavalo (o que não me parece acreditável). Seus pais trabalhavam com em louças (potes, panelas etc, etc.) os instrumentos de que se serve são os mais simples e toscos (e o

¹³⁸ Nota do *Diário do Rio* transcrita em *O Cearense*, 01 de outubro de 1861.

¹³⁹ ALEMÃO, Francisco Freire. *Diário de viagem de Francisco Freire Alemão*. Fortaleza: Secult, 2006, p. 81.

Lagos trouxe-os para amostra) e com eles ela faz tudo (...). O segredo, ao que parece, consiste nisso simplesmente e ela não faz mistério: queimava umas xícaras na frente do Lagos, deste modo fez uma pequena fogueira de banha e à roda do fogo ia queimando a louça. Fez-me um presente de uma jarrinha fazendo-a girar continuamente, até que se achou corada e vermelha, tirou as brasas e tições, assentou as xícaras sobre o lugar da fogueira que estava quente, e depois foi lançada bostas de cavalo até cobri-las, a bosta entrou a arder e continuou até consumir-se, deixando as xícaras empretecidas. Depois passou-lhes por cima cera de carnaúba (a de abelha faz o mesmo efeito), esfregando-os, e deu o negocio por concluído. A explicação que me ocorre é que bosta queimando-se dá um fumo muito carregado de partículas de carbono que se insinua da louça, um pouco aberto em razão do calor; a cera as firma e dá lustre. O Lagos me deu uma jarrinha.¹⁴⁰

Assim, antes de ir para suas posições nas exposições, os objetos passaram por um olhar que os diferenciava dos demais e os classificava como dignos de figurarem, ou não, entre os produtos a serem expostos. A louça feita pela “surda de Icó” chamou a atenção não apenas por suas peças úteis e bonitas, mas por sua técnica que, descoberta ao “acaso”, passaria a ser conhecida e socializada a partir da exposição. Registrava-se saberes dispersos pela nação com o intuito de testá-los, aprimorá-los. A “técnica popular” passaria a integrar um saber nacional, cujo caráter utilitário era sua referência. O modo como a moça fazia suas peças e as dificuldades que a mesma enfrentava em sua produção foi o que despertou a atenção dos cientistas em seu diferencial, agregando valores a sua produção. As viagens de explorações, além de registrar e catalogar plantas e animais, tinha como função coletar técnicas nativas de transformação da natureza. Seu caráter econômico de utilidade também se atrelava a sua capacidade de atuar como etnógrafo, registrando e mapeando o espaço percorrido e o que dentro dele poderia ser explorado. O uso instrumental de objetos sobre mundo natural exigia uma racionalização *a priori*, um esforço de precisão sobre o que se estava produzindo e um domínio durante o processo. Nesse sentido, todo o esforço de se registrar e aprimorar “saberes” diverso era válido.

Vista e registrada, a técnica da muda que fabricava louças seria digna de ser exposta com refinadas descrições nos jornais da Corte:

Desamos das cavallarias para o solo e apanhemos um torrão de barro. É um serviço de chá, todo negro, com fórmas originaes, ás vezes ornatos excavados; è trabalho de uma mulher surda, muda, e de pouca vista; os

¹⁴⁰ Idem, p. 164-165.

aparelhos de que ella se serve para produzir são variados fetios, são os dedos e os instrumentos que estão junto: Duas favas de mucana espetadas em um páozinho são os burnidores, e alguns seixos rio, com que ella grava os enfeites! O forno em que se cozinha essa louça è, ou um buraco no chão, ou um pequeno aparelho de barro simulando parte de uma casa de cupim. E digam ainda que esse bom povo não tem jeito nem recursos!¹⁴¹

A “Exposição de produtos cearenses” apresentava-se de forma inusitada. O que se buscava mesmo era uma apresentação da província cearense na Corte, dando à ver a nação, as particularidades de mais uma de suas províncias. Desejava-se chamar a atenção para uma nova percepção do Ceará e sua inserção nacional, e a exposição se configurava como momento singular. Expunha-se racionalidade econômica, verdade científica e eficiência técnica. Muito do que foi parar na Exposição cearense não representava propriamente a racionalização do comércio nem a verdade científica. Muito do que se expôs passou pelo crivo dos cientistas, tanto em sua coleta quanto em sua arrumação para ser exposta, dando a conhecer o Ceará em seus mais variados aspectos naturais e culturais.

A valorização do particular fortalecia o regional, que conhecido e registrado, passaria a integrar não apenas a nação, mas as suas potencialidades. Configurava-se através da exposição na Corte, um novo desenho do mapa da nação brasileira, mapa este que já havia em forma de rascunho, mas que agora passaria a ser preenchido com novas cores e seus devidos adjetivos. A delimitação territorial do Ceará nas exposições seguintes (tanto provinciais como nacionais) estava pautada em transformar a diversidade da natureza em artefato cultural, que poderia ser progressivo ao longo do tempo no acontecer das Exposições.

A maior contribuição dada por Ferreira Lagos viria logo após a Exposição dos produtos cearenses, quando da realização da I Exposição Nacional. Nela o Ceará foi uma das províncias de maior destaque, perdendo apenas para o Rio de Janeiro em número de produtos expostos. Como já foi mencionado, a Exposição Nacional foi aberta em 2 de dezembro de 1861, aniversário do imperador, e aconteceu no prédio da Escola Central, Rio de Janeiro, futura politécnica. Em seus 25 dias de duração, ela foi visitada por 50.739 pessoas, uma média de 1.127 por dia. A receita com ingressos gerou

¹⁴¹ Nota do Diário do Rio transcrita em *O Cearense*, 01 de outubro de 1861.

15:000\$000.¹⁴² Ensaia-se aqui não apenas uma forma de fomentar a indústria nacional, mas uma participação na Exposição Universal de Londres a ser realizada em 1862, a primeira com participação oficial do Brasil. A Exposição londrina seria visitada por mais de seis milhões de pessoas e contava com 28.653 expositores. E nela figurava o Brasil e suas muitas províncias, todas representando o Império brasileiro.¹⁴³

Na exposição de produtos cearenses bradavam os mesmos desabafos daqueles de 1851, reclamando a participação do Brasil nas Exposições Universais. Sobre a pouca atuação que o país teve, por acanhamento ou despreparo, argumentava-se em 1861 que:

Este sentimento actuou no Brasil, quando se tratou da primeira exposição universal de Londres em 1851, e mesmo na segunda em Paris; mas hoje todos sabem, que mal se comprehendeo o espírito daquela grande funcção, e objectos, que nos parecem menos dignos, terão lá subido acolhimento (...). Muitos destes objectos tem de ir para a exposição de Londres¹⁴⁴.

A capital do império despertava, juntamente com a ciência nacional, para a necessidade de se conhecer e integrar as riquezas da pátria. As palavras, os discursos e os objetos que movimentaram a exposição de produtos cearenses não refletiam a realidade social e política; eram instrumentos de transformação da realidade. A viagem que os cientistas realizaram pela província cearense, resultando em diários, telas e relatórios, daria outra imagem do Ceará e da nação, pois “a viagem interessa sobretudo como um operador discursivo”.¹⁴⁵ A *exposição*, pensada como *coleção*, fazia parte de um discurso científico de cunho universal, sendo o papel dos viajantes o de coletar e deslocar materiais diversos para centros de pesquisa. A cumulação desses objetos e as múltiplas temporalidades neles contidas configurava-se como parte da universalização da ciência, pois “a história das ciências é em grande parte a história da

¹⁴² HARDMAN. Francisco Foot. *Trem fantasma: a modernidade na selva*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988, p. 68.

¹⁴³ Bahia, Ceará, Maranhão, Mato Grosso, Minas Gerais, Paraná, São Paulo, Rio Grande do Norte, Rio de Janeiro, Santa Catarina, Província de São Pedro (Rio Grande do Sul), Pará, Amazonas, Sergipe estão entre as províncias que enviaram produtos para Londres. Catálogo de productos Nacional e Industrial remmetidos para a Exposição Universal de Londres em 1862. Londres: Tipographia de C. Whiting, Beaufort House, 1862, p. 5.

¹⁴⁴ *O Cearense*, 01 de outubro de 1861.

¹⁴⁵ GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. História e natureza em Von Martius. Esquadrinhando o Brasil para construir a nação. História, Ciência, Saúde. *Manguinhos*. Rio de Janeiro v.7, n.2, 2000, p. 4.

mobilização de qualquer coisa que possa ser levada a mover-se e embarcar numa viagem para casa entrando no censo universal”.¹⁴⁶

A política imperial usava de vários dispositivos para operar no plano discursivo que se desejava no plano concreto, a saber, o progresso industrial e científico da nação. O fato de a Comissão Científica ter surgido no IHGB, instituição sob a tutela do imperador, mostra a relação entre política e ciência. Se a segunda se queria objetiva e neutra, era a primeira quem ditava as regras do jogo, e assim se configurava um projeto modernizador custeado pelo Estado e configurando o chamado “arcaísmo como projeto”. Ou seja, a modernização do país se dava dentro das antigas normas. Se por um lado a institucionalização da ciência levava a uma prática modernizadora, por outro esta acabava por legitimar a tradição e reforçava a legitimidade do poder imperial e seu discurso sobre a nação. A contradição mostrava-se evidente quando se falava em um comércio liberal sendo tutelado pelas bases materiais e políticas construídas através do governo central:

Se a acção directa do governo é inconveniente e prejudicial; a indirecta, aquella que a lei lhe faculta e preceitúa, póde ser profícua, quando intelligentemente praticada. A abertura de estradas e canaes, a canalisação dos rios, os melhoramentos de portos, isto é, a promoção fácil, segura e rápida de pessoas e de productos, as exposições provinciaes e gerais, a educação profissional, a diminuição de impostos pella intelligente e severa economia da fortuna publica, são, depois da manutenção da paz pela pratica da liberdade e distribuição imparcial da justiça, e da garantia da propriedade, os únicos deveres cujo cumprimento os agricultores, bem como a nação inteira, tem o direito de exigir de seu governo.¹⁴⁷

Estradas, portos, agricultura e exposições compunham elementos do que podemos chamar de progresso material, sendo este a base para o crescimento econômico do país e sua maturação industrial. Embora o país compartilhasse dos princípios da economia clássica e do liberalismo do século XIX, o governo era chamado a dar o pontapé inicial dessa proposta de progresso material. E foi também sob a égide de duas outras instituições imperiais que se organizou a primeira Exposição Nacional. Sob a tutela das instituições brasileiras, a exposição nacional de 1861 mostrou ser bem

¹⁴⁶ LATOUR, Bruno. *Ciência em ação: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora*. São Paulo: UNESP, 2011, p. 350.

¹⁴⁷ Relatório apresentado à Assembleia Geral Legislativa na Decima Segunda Legislatura pelo Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas Sr. Antônio Francisco de Paula Sousa, 1868, p. 10.

movimentada e cheia “de informações”. O pesquisador Nelson Senra, em estudo sobre história das estatísticas brasileiras, apresenta um quadro geral sobre a primeira exposição brasileira:

Num balanço numérico da Exposição Nacional, de 2 de dezembro de 1861 a 16 de janeiro de 1862 (45 dias menos 3 feriados, 42 dias de funcionamento), teve 50 739 visitantes (sendo 32 286 em dias de visita gratuita). A receita foi de cerca de quinze contos de réis, a despesa montou a trinta contos de réis. Os expositores foram em número de 1 136 pessoas; sendo expostos 9 962 objetos, e escolhidos para serem remetidos à Exposição de Londres, 1 495 objetos. Desses objetos, seis classes deram 1190, a saber: 318 “amostras de madeira”, 225 “produtos químicos e farmacêuticos”, 223 “minerais”, 162 “substâncias alimentícias, inclusive vinho”, 153 “substâncias animais e vegetais usadas nas fábricas”, 109 “vidros e cristais”. O júri conferiu 488 medalhas, sendo 9 de ouro, 110 de prata e 130 de bronze, e, 239 menções honrosas.¹⁴⁸

Ao institucionalizar as exposições o governo acabava por fortalecer suas instituições e também a produção de um discurso voltado para a nação. Mas ao fazer isso, formava uma coesão interna necessária para a manutenção do Estado Imperial. Ao delegar para a Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional e o Ministério da Agricultura o papel de promover as exposições, o governo deixava transparecer que o projeto de industrializar o país passava por uma “industrialização da natureza”. A relação entre essas duas instituições voltava-se para a promoção de um saber técnico-científico que promovia a integração interna do país e sua inserção no mercado mundial, tais como estradas de ferro e portos. Esperava-se que as exposições contribuíssem para a instalação de novas tecnologias na estrutura do país, que promoveriam novas relações com o espaço-tempo.

¹⁴⁸ SENRA, Nelson. *História das estatísticas brasileiras: estatísticas desejadas (1822-1889)*. Vol I. Rio de Janeiro: IBGE, 2006, p. 199.

2.3. Instituinto as exposições: SAIN e MACOP.

Em 11 de dezembro de 1858 o jornal cratense *O Araripe*, em nota assinada pelo nome *Do Monitor Brasileiro*, trás uma análise sobre a situação social da província. A matéria *A Actualidade* versa sobre política, agricultura, indústria, comércio, moral pública e costumes, relatando o futuro pouco brilhante que ia surgindo para o Ceará:

Por entre as constantes ovações, atraves dos encomiásticos artigos do jornalismo ministerial, o espirito pensador procura a realidade dos factos, e eis o que encontra. Os homens politicos de todos os partidos, separados por suas opiniões, ou unidos convenções, procurão resolver o problema de um governo que tem um preterito sem recordações, um presente agitado e despido de interesse nacional, e um futuro envolto em uma nuvem de cor duvidosa, que nada promette de grande, de util a favor do estado. A agricultura conserva-se estacionaria, nos lugares onde os lavradores tem o trabalhador escravo, e em outros lugares definha pela falta de braços, que por muito tempo ainda não serão sufficientes. A industria não progride, porque os manufactureiros não encontram vantagem em favor dos productos nacionaes. O commercio luta com as difficuldades que traz a falta de confiança, que produz uma crise, que se for longa, trará males incalculaveis. Os estabelecimentos de creditos, formigam effectuadas ou em projectos, mas a falta de onerario é por demais sensivel. As promessas e os projectos são grandiosos, mas a realidade é mesquinha. (...). A este estado de politica, de commercio, de desanimo e de miseria, chama-se – Actualidade.¹⁴⁹

A nota do jornal *O Araripe* toca em algumas questões que seriam retomadas durante toda a segunda metade do século XIX na província cearense. Como cumprir as promessas de um futuro de progresso quando a agricultura, o comércio, a indústria e estabelecimentos de créditos eram praticamente inexistentes? Podemos ainda acrescentar na lista outras ausências reclamadas por anos nos periódicos e relatórios dos presidentes da província, como a falta de estradas ligando os centros produtores da província e a melhoria do porto de Fortaleza. Este último só foi reformado no início do século XX.

Geralmente, todos esses reclames apareciam juntos, um sendo extensão do outro, pois para a província aumentar e garantir suas exportações o porto deveria garantir suporte para o embarque e desembarque das mercadorias. Para que houvesse demanda de mercadorias era preciso investir na agricultura e suas tecnologias, o que necessitava de créditos; reclamava-se

¹⁴⁹ *O Araripe*, 11 de dezembro de 1858.

também por estradas, uma vez que o transporte das mercadorias era tão caro que inviabilizava qualquer concorrência. Questionava-se a real competência do Estado a arregimentar as estruturas materiais necessárias para a circulação de pessoas, mercadorias e de capitais. Por outro lado, a própria constituição da produção local acarretaria tal estado de coisas, pois a estrutura produtiva no sertão do Ceará não havia feito grandes avanços e ainda demoraria a fazê-lo, uma vez que a produção do algodão não mudou a forma como a sociedade estava organizada. As permanências eram as mesmas até mesmo após a instalação de casas comerciais exportadoras.

Se a situação não parecia ser promissora para a província cearense, não era das melhores para o restante do país, sendo a agricultura sua riqueza, participando do mercado capitalista como simples fornecedor de matérias-primas. Esta seria, praticamente, a única posição na qual o Brasil poderia atuar entre os países de capitalismo mais avançado. O dilema era: como participar do mercado mundial e competir entre as grandes potências com uma estrutura social e política tão atrasadas, com relações de trabalho escravocrata e o uso irregular da terra? Bradava-se que a província entraria em progresso desde que certos entraves fossem superados. Os discursos sobre o desenvolvimento material parecia mais instituir o desejo de modernidade que ser uma experiência do mesmo. Em 1860 o presidente da província cearense, Antônio Marcelino Nunes Gonçalves, reforçava a relação entre “agricultura e commercio” e o desenvolvimento material na província:

É maravilhoso o phenomeno que se ostenta nesta província do constante e rápido desenvolvimento, que tem adquirido esta duas principaes fontes da riqueza nacional, quando tantas e tão poderosas causas, geraes e especiaes como que conspirão para compril-as. Quando se attenta para as escassez dos braços de que se ressentem os trabalhos agrícolas, para a muito redusida escravatura existente na província, para a sempre crescente carístia dos salários, para a falta de instrução profissional, para a privação e mesmo desconhecimento das machinas e instrumentos aratorios, para o desfavor da natureza, quem nenhum só rio navegável concedeo-nos, quando aliás tão prodigiosa foi com outras províncias, para a irregularidade das estações e frequentes flagelos da secca, para o deplorável estados das denominadas estradas, para as exorbitantes despezas de transporte do mais diminuto volume de carga (...) e finalmente para os outros effeitos da crise financeira, sob cuja pressão se acha todo imperio, não se pode recusar um tributo de admiração ao contempla-se a

prodigiosa fertilidade do solo da província, por si só capaz de superar tão seguida serie de contrariedades accumuladas!¹⁵⁰

Seria possível o progresso dentro de tantas contrariedades acumuladas? Sim, desde que estradas fossem construídas, o porto melhorado e o comércio e a agricultura recebessem mais créditos e atenção do governo. Na ausência dessas prerrogativas ficava não apenas a fala do lamento, mas também as possibilidades de riqueza da “prodigiosa fertilidade do solo da província”, fertilidade que dependia de recursos técnicos para produzir riquezas. Sendo a “instrução profissional” muito deficitária, os conhecimentos sobre a natureza seriam também diminutos.

O que nos interessa nessas notas é que elas chamam atenção para a superação do então estado das coisas. Os reclames seriam retomados nas décadas seguintes, sendo reelaborados a cada exposição provincial e nacional, o que mostra o quanto o progresso material do país se daria de forma lenta e desigual. Essas questões seriam constantes nos relatórios de província e também nos do Ministério da Agricultura, como nos jornais provinciais. Sendo que a natureza dos relatórios, como instâncias do governo imperial, o de denunciar e buscar melhoras para a estrutura material do país, já os jornais locais usavam o “estado de política” para fazer oposição ou propaganda partidária. Apesar disso, a forma reiterada como esses discursos aparecem sugere a pauta constante de determinados temas. Tanto os jornais como os relatórios devem ser problematizados em termos de produção e circulação. Embora os jornais se destinassem a uma maior circulação e os relatórios a uma leitura mais interna, devemos duvidar e problematizar os informes neles contidos, relacionando a construção das informações a demandas do momento. Devemos estar atentos ao que os relatórios e os jornais abordam e o que eles omitem.

Os discursos são instrumentos instituintes daquilo de que falam, objetivam e dão procedimento aos projetos elaborados, sendo o discurso também um ato.¹⁵¹ Apesar da estrutura material da província não ser a melhor para desenvolver a região, mesmo assim, há a fala do progresso e das

¹⁵⁰ Relatório que a Assembleia Legislativa Provincial do Ceará Apresentou no dia da abertura da Sessão Ordinária de 1860 o Excellentíssimo Senhor Doutor Antonio Marcelino Nunes Gonçalves, 1860, p. 23.

¹⁵¹ FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. São Paulo: Edições Loyola, 2011.

promessas de futuro, sendo que a possibilidade de “domesticar a natureza” seria a saída viável para a prosperidade do Ceará. Superar tantas contrariedades acumuladas exigia estudos mais elaborados das reais condições sociais e das forças produtivas da província, e as exposições poderiam ser um bom meio de efetivação das potenciais riquezas espalhadas pelo vasto território nacional.

Os relatórios de presidentes de província e os jornais a partir de 1850, no Ceará, buscavam não apenas um olhar crítico sobre os entraves que embargavam o progresso material da província, mas caminhos para superá-los. Apesar de tantas ausências materiais e muitas contradições, foi a partir da década de 1860 que a economia do Ceará criou seus primeiros mecanismos de entrada no mercado mundial, fornecendo matéria-prima como o algodão. Vale destacar que foi também nessa década que as exportações do Ceará começaram a superar as importações, sendo o algodão o grande responsável pelo saldo positivo e pela estabilidade que a província vivera na segunda metade do século XIX.¹⁵²

COMÉRCIO EXTERIOR DA PROVINCIA DO CEARÁ: 1852-1887		
ANO	IMPORTAÇÃO	EXPORTAÇÃO
1852/3 a 1856/7	798.623	577.378
1862/3 a 1866/7	1.670.172	2.749.423
1872/3 a 1876/7	3.083.470	3.545.990
1882/3 a 1886/7	3.528.907	3.988.378
FONTE: Diretoria Geral de Estatística. Boletim Comemorativo da Exposição Nacional de 1908, p. 108.		

Mudanças no cenário internacional, como a guerra da Secessão nos Estados Unidos (1861-65), levaram este país a buscar em outros lugares matéria-prima para sua indústria, principalmente o algodão cearense. Mas esse arranjo no cenário mundial vinha também do velho continente europeu, que buscava mercado consumidor para seus produtos industrializados. Os países mais “desenvolvidos” do globo faziam de suas embaixadas espalhadas pelo mundo um bom informante de onde e de como “investir” de forma mais lucrativa e segura, sendo que os países em processo de industrialização se mostravam como um ótimo parceiro. Em 1859, o cônsul francês em Pernambuco enviou para seu país informações que também apostavam num

¹⁵² GUABIRABA, Célia. *Ceará: A crise permanente do modelo exportador*. Fortaleza: Edições da Memória do povo cearense, 1989, p. 13.

futuro promissor para a província cearense, apesar dos empecilhos a serem superados. Segundo seu relatório,

Tudo leva a crer que, dentro de alguns anos, quando as grandes vias de comunicação estiverem concluídas, a exportação aumentará em uma proporção notável e com grandes benefícios, pois está provado que uma grande quantidade de açúcar é perdida devido à impossibilidade de transportá-la. Nós acrescentamos que esses trabalhos são encetados com vigor e que a província consagra um quarto de suas rendas para os trabalhos públicos.¹⁵³

As “Obras Públicas” e o conseqüente progresso material da província cearense viraram pautas recorrentes. Mas nenhuma obra foi tão comentada e desejada como o porto de Fortaleza. Ele aparece como sendo o personagem principal da história econômica do Ceará durante todo o século XIX.¹⁵⁴ Uma breve olhada nos periódicos da época é o bastante para encontrar as mais variadas notas com reclames sobre o porto de Fortaleza, tópico também presente em muitos relatórios de presidentes de província. Os reclames sobre o porto eram tão frequentes e de domínio público que em alguns momentos a alusão ao tema já dispensava comentários mais longos. A Capitania do Porto do Ceará, em seu relatório de 1871 ao presidente de província, afirmava que “o estado actual do nosso porto, não é desconhecido a V. Exc., sobre esta parte do serviço publico deixo de estender-me por entender desnecessario”¹⁵⁵.

Em 1873 o presidente de província, na tentativa de pressionar o governo imperial para a causa do porto de Fortaleza, enfatizava em ofício para o Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas que “o porto d’esta capital está actualmente em piores condições do que estava ao descobri-se da a Terra de Santa Cruz”¹⁵⁶. Fortaleza, por ser a capital da província, passava a centralizar o comércio, mas a estrutura do porto parecia não comportar as funções dele exigida, assim permanecendo durante quase todo o século XIX.

¹⁵³ *Apud* TAKEYA, Denise Monteiro. *Europa, França e Ceará*. Origem do capital estrangeiro no Brasil. Natal-RN. Editora Universitária UFRN, 1995, p. 108.

¹⁵⁴ Para uma discussão mais apurada sobre a economia e o progresso material do Ceará na primeira metade do século XIX Cf: VIEIRA JÚNIOR. Antônio Otaviano. *Entre o futuro e o passado: aspectos urbanos de Fortaleza (1799-1850)*. Fortaleza: Museu do Ceará, 2005 (Coleção Outras Histórias, Vol. 31)

¹⁵⁵ Relatório apresentado à Assembléia Provincial do Ceará na Segunda Sessão da Décima Oitava Legislatura no dia 4 de julho de 1871 pelo Presidente da mesma província o Conselheiro Barão de Taquary, 1871. Anexo a6-3.

¹⁵⁶ Relatório com que o Excellentissimo Senhor Commendador Joao Wilkens de Mattos abriu a 1ª Sessão da 21ª Legislatura da Assembleia Provincial no dia 20 de outubro de 1872, 1873, p. 43.

Como integrar Fortaleza ao comércio externo se os portos e os trens eram deficitários?

Para que houvesse circulação de mercadorias e de capitais era necessário criar mecanismos em que o mercado externo pudesse entrar no país pelos portos e os trens realizassem a circulação interna. Não fazia sentido participar das exposições universais se no final de tudo não tinha como dar conta de uma possível demanda, mesmo que de produtos primários.

Talvez na intenção de mostrar que o Ceará tinha como dar conta de um comércio mais avantajado, a Comissão cearense que participou dos arranjos para a Exposição de Chicago em 1893 enviaria uma “synopse histórica da Estrada de Ferro de Baturité”.¹⁵⁷ A estrada de ferro aperecia como uma complexificação da estrutura interna da província, sendo que a circulação de pessoas e mercadorias pelos trilhos sugeria a capacidade de gerar capitais no mercado interno e no investimento de melhorias voltadas para o comércio externo. Em pesquisas sobre a Estrada de Ferro de Baturité, a historiadora Ana Isabel Parente Cortez relaciona o trem a um projeto de modernidade e de integração nacional. Para a autora, as “estradas de ferro” faziam parte do discurso progressista do século XIX, discurso este que se daria em etapas, ou seja, caberia ao futuro receber o final do processo que se daria “graças ao tempo”. De imediato ficava a elaboração de um discurso que falava de uma nova província, pois “à medida que o espaço era reorganizado, surgia um novo Ceará lavrado pelo discurso intelectual, num regime de historicidade moderno, e construído para integrar também a nova nação brasileira”.¹⁵⁸

Mas reclamações em relação ao porto recaíam sobre a realidade desejada. O que se denunciava era o fato de o porto não ter ainda se concretizado de acordo com os projetos que se buscavam dar à província. O “progresso modernizador” concretizava-se na simultaneidade do progresso material, devendo os portos, as estradas e o crédito comercial estarem disponíveis de forma conjunta a permitirem um fluxo contínuo e permanente do

¹⁵⁷ CUNHA, Ernesto Antonio Lassance. *Synopse Histórica da Estrada de Ferro de Baturité para a Exposição Universal de Artes, Indústrias Manufatureiras e Productos do Solo, das Minas e do Mar, Chicago, 1892, 252-272p. (fac-símele)*. In: CAPELO FILHO, José; SARMIENTO, Lúcia. *Arquitetura Ferroviária no Ceará*. Fortaleza: Edições UFC, 2010, Anexo.

¹⁵⁸ CORTEZ, Ana Isabel Parente. Em torno da Estrada de Ferro de Baturité: a construção de um novo Ceará (1870-1926). In. *Natureza e Cultura: capítulos de História Social*. Kenia Rios, Ana Isabel [et al]. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2013, p.83.

progresso. O Brasil compartilhava uma certa ideia de progresso, que chegou aos trópicos, mas de forma fragmentada e descontínua. Havia portos, ferrovias e créditos, mas em diferentes paragens e geralmente sem os seus auxiliares.

O porto também registrou sua crônica na história da ciência nacional. O poeta Gonçalves Dias, ao aportar em Fortaleza em 4 de fevereiro de 1859, junto com outros membros da Comissão Científica de Exploração, relata suas preocupações com o desembarque no porto e os possíveis prejuízos causados aos materiais científicos:

Semelhante desembarque, que não deixava de causar sérias apreensões nas pessoas conhecedoras deste porto, tornou-se ainda mais perigoso com a continuação dos chuueiros e ventanias, principalmente no dia 5, em que vinhão para terra a parte mais importante da carga, os instrumentos da secção astronômica. Erão 3 horas da tarde, quando a lancha carregada com estes objectos, alando á sirga pelos cabos dos navios surtos no ancoradouro, principiava a aproximar-se ao único trapiche da cidade, o vento se tornava cada vez mais rijo, o mar mais alterado, e a resaca mais forte com a enchente da maré; nem era possível pensar-se mais no desembarque a braços da lancha para a terra, como a principio se tencionava.¹⁵⁹

O poeta ainda deixou registrado que apenas às duas horas da manhã seguinte é que o desembarque fora terminado, sem danos aos objetos de trabalho dos cientistas. Desta feita, o porto não foi apenas narrado pelo poeta, com o desembarque foi desenhado pelo pintor da Comissão Científica, Reis Carvalho. O porto da capital cearense tornou-se o primeiro objeto dos cientistas da Corte. Em 1860, Raja Gabaglia, responsável pelas seções geográfica e astronômica, escreveu um artigo para acalmar os ânimos na capital do império, que já exigia resultados dos cientistas. Os ensaios sobre o *Porto da Cidade de Fortaleza ou Ceará* (1860) e *Ensaio sobre alguns melhoramentos tendentes à prosperidade da Província do Ceará* (1877) versam sobre o porto, sua melhoria e o seu possível incremento no comércio local. A preocupação com o porto se agravou a partir da década de 1860, não só porque Fortaleza passou a contar com linha de vapores ingleses, comerciando assim diretamente com a Europa, mas pelo fato de ter seu comércio ampliado com outras províncias.

¹⁵⁹ DIAS, Antônio Gonçalves. Cartas enviadas ao jornal do Comércio do Rio de Janeiro durante sua estadia no Ceará, como membro da Comissão Científica. Revista do Instituto do Ceará, Fortaleza, t 38. 1924, p. 215.

O aumento do comércio na cidade de Fortaleza se fazia patente, sendo criada em 1866 a Associação Comercial do Ceará.¹⁶⁰ Para que as mercadorias circulassem pelo comércio de Fortaleza e do interior do estado era necessário que elas chegassem à cidade, mas o porto continuava a ser um grande entrave. No relatório de 1886 o presidente de província fazia mais um reclame sobre o porto, onde era necessário esperar a maré baixar para poder descarregar as mercadorias. A cidade que pretendia criar uma estrutura urbana e comercial ainda era dependente do sobe e desce da maré para realizar suas atividades “capitalistas”. Segundo o relatório:

O serviço de embarque e desembarque de pessoas e mercadorias continua a ser feito pelo systema primitivo, único adequado ás condições especiais do porto, que não permite os botes e alvarengas chegarem até a praia. As pessoas são carregadas até as jangadas e botes, que as conduzem a bordo, e as mercadorias são transportadas de terra para as alvarengas e destas para terra na cabeça dos carregadores, que penetram no mar até o pescoço. Prejudicial ao comercio por só poder ser feito nas marés baixas e pelas avarias frequentes estão sujeitas as mercadorias e perigoso para os carregadores, a reforma deste serviço não precisa demonstração e, como bem diz um dos meus antecessores, admira que semelhante necessidade ainda esteja por prover-se.¹⁶¹

O desenvolvimento do comércio da província encontrava dificuldades de expansão por vias marítimas e o porto apresentava-se como um entrave secular. Já o transporte terrestre não apresentava melhores condições. Vejamos uma crônica que se passa em 1868, narrada por Rodolfo Teófilo, ao realizar uma viagem de Fortaleza até Pacatuba (hoje esta cidade integra a região metropolitana de Fortaleza). As aventuras e as dificuldades são tantas que as cidades parecem quase intransponíveis:

Em seus dias de prosperidade alguns commerciantes de Fortaleza, que tinham família e interesses naquela Villa [Pacatuba], se lembraram de facilitar as relações com um modo fácil de transporte. Para este fim mandaram vir da Europa um omnibus. Chegou o vehiculo. Sua lotação era de 12 pessoas (...). Os meus patrões eram accionistas da empreza e não me foi difficil obter um lugar na comitiva. O omnibus sahiu ás tres horas a tarde rumo Pacatuba, puchado por quatro possantes burros. Tudo foi muito bem enquanto houve estrada empedrada. Quando chegamos ao banco e areia de Maraponga as rodas se atolaram, e o omnibus parou, mas parou de todo. Baldados foram os esforços para fazel-o seguir. O tempo corria e íamos já ficando em caminho. Estávamos a regressar para Arronches, a

¹⁶⁰ TAKEYA, Denise Monteiro. *Europa, França e Ceará*. Origem do capital estrangeiro no Brasil. Natal: Editora Universitária UFRN, 1995, p. 110.

¹⁶¹ Relatório com que o Exm. Sr. Desembargador Miguel Calmom Du Pin Almeida passou a administração da Provincia do Ceará ao Exm. Sr. Desembargador Joaquim da Costa Barradas no dia 9 de abril de 1886, p.56.

pé, quando passou uma carroça de Pajuçara, que voltava da Capital, puchada por quatro juntas de boi. À vista do veículo teve uma ideia a comitiva: tirar os burros e colocar os bois. Assim se fez. E o omnibus foi marchando ao passo tardo da boiada. O dia se acabou e nós ainda estávamos a caminho de Mondubim! Às oito horas da noite chegamos a Pajuçara em casa do dono da carroça¹⁶².

Não bastava apenas cortar o Brasil e suas províncias com estradas e vias acessíveis, era necessário a racionalização do espaço, uma avaliação, de preferência, feita por cientistas e engenheiros. As estradas, mais do que ligar centros de produção e consumo, contornavam e criavam regiões e facilitavam a circulação das ideias, dando a impressão de um Brasil em movimento. As questões envolviam o uso racional do espaço, sendo que seria a partir daí que se daria uma nova relação com o tempo, uma vez que a cidade fosse modificada através de produtos técnicos aconteceria uma “empiricização do tempo” configurada pela estruturação material do espaço. O Brasil era apresentado, segundo o presidente da província do Ceará, como território vasto, população esparça, indústria nascente, exigindo meios de se suprimirem as distâncias e “ligarem-se os pontos de produção e consumo, facilitarem-se as relações sociais, e com elas a troca das idéias e conhecimentos.”¹⁶³

As palavras do presidente de província resumem o momento histórico que se pretendia melhorar: produção, consumo, ideias e conhecimento. Tais palavras também poderiam ser usadas para simplificar as principais funções que as exposições teriam de cumprir: aumentar a produção e o consumo através de novas ideias e conhecimentos técnicos. Tudo isso de modo cada vez mais rápido e com economia de tempo. Se as exposições se inserem dentro de uma lógica mercadológica, esta se daria apenas dentro de uma

¹⁶² TEÓFILO, Rodolfo. *O caixeiro*: reminiscências. Fortaleza: Museu do Ceará, 2006, p. 45, (Edição fac-similar). Como bom narrador, Rodolfo Teófilo ainda incrementa em sua narrativa que, chegando em Pajuçara, as autoridades conseguiram montaria para terminar o percurso, sendo que ele, em sua epopéia, quase fica sem montaria, sendo esta oferecida por um amigo, chegando ao seu destino “nas ancas de um animal, magro, chotão e sobretudo sem forro que me protegesse as carnes e as ricas calças de gazineta”. Essa experiência de Rodolfo Teófilo deve ter sido muito comum na segunda metade do século XIX, visto o número de reclamações nos relatórios oficiais chamando atenção para as estradas. Estava sendo criticado não apenas o deslocamento pela província e suas dificuldades, e sim o deslocamento de pessoas e mercadorias. Podemos dizer que o Ceará, nesse momento histórico, também clamava por estradas, e vistas como uma questão de integração nacional, como veias que cortavam e formavam o corpo da pátria.

¹⁶³ Falla recitada na abertura da Assembleia Legislativa Provincial do Ceará pelo Excellentíssimo Presidente da Província Dr. Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque no dia 1º de novembro de 1868, 1868, p. 32.

estrutura de melhoramentos urbanos que permitissem a circulação de capitais. Para que houvesse circulação de riquezas era necessário também um aumento no consumo, sendo que pela crônica de Rodolfo Teófilo nem as pessoas poderiam circular, quiçá mercadorias.

Os usos e ligações dos espaços na província cearense se faziam e se justificavam sob várias óticas. No relatório provincial de 1865 expunha-se que:

Não posso deixar de chamar a vossa mais sollicita atenção para a interessante parte do relatório do meu antecessor, que se ocupou da viação da província, e principalmente da estrada de Baturité. Ahi vem traçado com inteiro conhecimento de causa um plano completo das vias de comunicação que devem prender o centro ao littoral, e facilitar a circulação da riqueza, e o movimento da população. N'esse traçado foram devidamente consultadas as condições do solo, os interesses das localidades, as relações commerciaes, as exigências da producção e da troca. Com effeito, três grandes linhas, uma ao norte, outra ao sul e a terceira ao centro, ligando os três portos mais freqüentados, Acaracú, Fortaleza e Aracati as três regiões mais férteis, Ibiapaba, Baturité e Cariry, atravessando as comarcas mais ricas e populosas, devem formar, naturalmente, as grandes artérias de comunicação da província. Ramaes derivados d'essas diferentes linhas, conduzindo todas as localidades, constituiriam um systema completo de viação.¹⁶⁴

A racionalização do espaço, o aumento do comércio e as melhorias do porto se apresentavam como necessidades em um país “onde tudo está por fazer”. Ficava a cargo do governo imperial e suas instituições sanar os entraves para o desenvolvimento das províncias. Como se percebe pelos Relatórios de Presidente de Província do Ceará, os estudos sobre as dificuldades do comércio e da industrialização da província foram sendo efetivados e informados à Corte. Para acompanhar as demandas de racionalização do território nacional, criou-se em 1861 o Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas (MACOP). O Ministério da Agricultura foi cogitado pelo governo e criado pelo decreto imperial 1.067, de 28 de julho de 1860, com o nome de “Secretaria de Estado e Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas”. O novo órgão envolveria-se em questões polêmicas na política do Segundo

¹⁶⁴Relatorio apresentado à Assembleia Legislativa Provincial do Ceará pelo presidente da mesma provincia o Excellentissimo senhor doutor Francisco Ignacio Homem de Mello na segunda sessão da Vigésima primeira Legislatura em 6 de julho de 1865, p.25.

Reinado, tais como a demarcação de terras indígenas e a regulamentação das terras públicas e devolutas, agricultura e trabalho livre.¹⁶⁵

O MACOP seria a instituição responsável por colocar em movimento e em conexão as riquezas que o império do Brasil prometia. Caberia também a esta instituição convencer a sociedade, através da difusão do conhecimento, de que os projetos de progresso material para o país eram possíveis. Quanto maior o poder tecnológico sobre o espaço nacional, maior seria a necessidade de divulgar suas potencialidades.

A pergunta novamente feita aqui é: como efetivar o progresso do Brasil e de suas províncias? Uma das alternativas seguidas pelo MACOP e a Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional (SAIN) foi a promoção de Exposições da Indústria Nacional. Existe uma íntima relação entre as exposições da indústria nacional e as instituições citadas. Afinal de contas, várias instituições estavam engajadas em difundir e estimular as novas técnicas pelo país.¹⁶⁶ Institucionalizar as exposições era a melhor forma de conhecer o país. Mais que isso, seria uma forma de controlar a produção de conhecimento sobre o mesmo, uma vez que as duas instituições promoviam a produção de uma vasta gama de relatórios, tanto nas exposições nacionais como internacionais. O governo imperial divulgava as informações criadas por ele mesmo, e estas, uma vez sistematizadas e divulgadas, contribuíam para um maior conhecimento do país. O problema era que se dispunha de poucos dados sobre as províncias, sendo as exposições um dos veículos para a produção e circulação de informações. A falta de informações sobre as carências nacionais em suas várias regiões eram tão patentes que no relatório do MACOP apresentado em 1862 argumentava-se a importância de

¹⁶⁵PORTO ALEGRE, M. Sylvia. Apresentação. In. *Ziguezagues do Dr. Capanema: Ciência, cultura e política no século XIX*. Fortaleza: Museu do Ceará/Secretaria da Cultura do Ceará, 2006, p. 342.

¹⁶⁶ A SAIN apresentava a sequência de um conjunto de instituições criadas nos anos anteriores: Biblioteca Nacional no Rio de Janeiro em 1810 e Arquivo Nacional em 1837. Vale ressaltar que essas instituições, embora tenham obtido grande destaque durante o II Reinado, suas datas de fundação remetem a períodos anteriores, tais como a Regência e até mesmo a vinda da Família Real (1808), o que mostra como a política do Monarca D. Pedro II soube articular e canalizar a atuação dessas instituições em prol da construção de um campo de saber nacional. A criação desses órgãos tinha como objetivo elaborar um discurso histórico da pátria recriando o passado por meio dos mitos fundacionais. A mais “solene” dessas instituições foi o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (fundado em 1838 por membros da SAIN). A ele caberia descrever e delimitar o “corpo da pátria”. Estava em pauta o conhecimento da nação, sua representação, ou melhor, a escrita de sua História, projeto levado a cabo pelo IHGB, e desenvolvido em articulação com outros órgãos sob a tutela imperial.

“melhoramentos” na canalização de rios, aberturas de canais e na construção de vias férreas e estradas de rodagem, mas na ausência de estudos detalhados por província seria aconselhável, naquele ano, para evitar rivalidade entre as províncias, dividir “quase igualmente” (por vinte) a quantia destinada às obras gerais e auxílios às províncias, no valor 605:681\$806.¹⁶⁷ O MACOP e a SAIN seriam as duas instituições responsáveis pela coleta de dados sobre o país e pela promoção de um conhecimento científico nacional.

A Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional foi fundada em 1827 com a função já estampada em sua própria nomenclatura. A SAIN era algo que mais se assemelhava a um centro literário e aglutinava questões políticas, sendo um vetor na disseminação no que diz respeito à instrução técnica. Ela distribuía sementes, orientava os agricultores e, principalmente, publicava e divulgava manuais com “saberes úteis”. Através de seu jornal *O Auxiliador da Indústria Nacional*, que circulou entre os anos de 1833 e 1892, tentava divulgar os avanços realizados no progresso das sociedades, saudando a indústria como impulsionadora para o desenvolvimento. Se os objetivos da SAIN já vinham em seu nome, o mesmo também era clarividente em seus estatutos:

Artigo 1. He da obrigação, e positivo dever desta Sociedade a aquisição, arrecadação, e conservação de Machinas, e Inventos adquiridos, e de quanto por este meio possa concorrer, para augmento, e prosperidade da Industria Nacional neste Imperio, devendo porem mandar vir com preferencia aquellas Machinas, ou Modellos que forem mais necessarios, e uteis a agricultura, Fabricas, e Artes, com as bases solidas e importantes da prosperidade de hum Paiz. Artigo 2. Cuidará em que as Machinas, Modellos e Inventos se exponhão ao Publico.¹⁶⁸

Divulgar as descobertas úteis da agricultura, premiar invenções e expôr máquinas como forma de incentivar sua disseminação. Não seriam estes também os predicativos das Exposições Universais? A SAIN também propunha em seus estatutos, já em suas décadas iniciais, promover exposições industriais para incentivar o progresso material do país.¹⁶⁹ Apesar das

¹⁶⁷ Relatório da Repartição dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas apresentado à Assembleia Geral Legislativa na segunda sessão da décima primeira legislatura pelo respectivo Ministro e Secretario de Estado Manoel Felizardo de Souza Mello. Rio de Janeiro, Typografia Universal de Laemmert, 1862, p.37.

¹⁶⁸ Estatutos da Sociedade Auxiliadora Da industria Nacional. Rio de Janeiro: Typografia Imperial e Nacional, 1828, p. 9-10.

¹⁶⁹ Em 1844, o jornal da SAIN, sugeriu que se fizesse no Brasil uma exposição semelhante a realizada em Paris naquele mesmo ano. Cf. “Exposição pública de productos brasileiros”. *Auxiliador da Indústria Nacional*, 2ª série, vol, II, n.4, 1847, p. 126.

investidas e apoio dados pela SAIN, o Brasil apenas levaria a cabo a ideia de realizar e participar das Exposições na década de 1860 após a criação do Ministerio dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras públicas. Assim como a SAIN, o MACOP também levava em seu nome e em seus estatutos a sua função. Este Ministério era composto pelas seguintes repartições: Diretoria Central dos Negócios da Agricultura, Comércio e Industria; Diretoria das Navegações e Obras Públicas; Diretoria das Terras Públicas e Colonização; Diretoria dos Correios¹⁷⁰. No regimento da Diretoria Central dos Negócios da Agricultura, Comércio e Indústria constava que:

Funções da Diretoria central: estabelecimentos Industriais e Agrícola; desenvolvimento dos diversos ramos da industria e ao seu ensino profissional; a coleção e exposição dos produtos industriais e agrícolas; a concessão de patentes pela invenção e melhoramento de industria util, e a de premios pela introdução de industria estrangeira.¹⁷¹

O Ministério dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras públicas, assim como a Sociedade Auxiliadora da Industria Nacional, tinha como objetivos disseminar o conhecimento útil e expor os produtos da indústria nacional. Estas instituições se apresentavam como *locus* do pensamento progressista. A palavra “melhoramento” que aparece nos estatutos do MACOP também poderiam ser transpostas para a SAIN. No século XIX, “os melhoramentos” costumavam ser classificados como “materiais”, “morais” e “públicos”, sendo que a efetivação dessas ideias se daria por mecanismos ditos civilizatórios, como exposições de artes, montagens de exposições de cunho científico-tecnológico e a sistematização dos dados daí advindas. Os melhoramentos materiais buscados eram aqueles que permitiriam a velocidade das trocas comerciais, tais como o trem e portos – eram artefatos técnicos. Manuel Fernandes de Souza Neto, em estudo sobre o papel que o MACOP exerceria sobre os projetos/progressos materiais no Brasil, assim sintetiza o papel do mesmo:

A ideia era que o MACOP, ao ser responsável por organizar a materialização do progresso, o era também pela difusão ideológica de novos tempos feitos de aço e velocidade. Por um lado, cabia-lhe gerenciar os melhoramentos materiais do império e, por outro, convencer a boa

¹⁷⁰ *Collecção das leis do império do Brasil de 1861*. Tomo XXII, parte I. Rio de Janeiro, Typographia Nacional, 1862, p. 129.

¹⁷¹ *Idem*, p.131.

sociedade desses melhoramentos, da difusão de uma certa ética do trabalho e realização de um projeto civilizatório.¹⁷² [Grifo no original].

Imbuído pelo desejo de transformar a configuração das forças produtivas do país, de vulgarizar o conhecimento e incentivar a agricultura e o comércio nacional, o Brasil não apenas realizou em 1861 sua primeira exposição nacional como se engajaria, a partir do ano seguinte, para participar ativamente das Exposições Universais (que ocorreriam por todo o século XIX e que ainda persistem até nossos dias).¹⁷³ As duas instituições aqui citadas arregimentaram as províncias do império para a realização de eventos que mostrariam o todo da nação. As vinte províncias mostrariam suas demandas assim como suas possibilidades econômicas. Após e durante cada exposição eram publicados relatórios e catálogos divulgando os recursos naturais das mais variadas regiões do país. Cabe ressaltar que os relatórios geralmente eram escritos por membros da SAIN e os catálogos ficavam a cargo do MACOP. A partir desse inventário geral da nação e a publicação de toda uma gama de documentos gerado por ocasião das exposições, talvez não fosse mais necessário dividir por vinte a verba do Ministério de Obras Públicas, uma vez que os eventos expositivos davam uma dimensão da economia e das necessidades de cada província.

Coube à Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional e ao MACOP a responsabilidade pela promoção da primeira Exposição Nacional. Em ofício de 21 de julho de 1861, o Ministério da Agricultura pedia a organização de exposições em algumas províncias como forma de angariar produtos para o evento nacional, sendo a exposição instituída para “dar somente huma ideia do adiantamento da indústria e dos produtos espontâneos da natureza”.

Tendo de proceder nas Províncias do Pará, Pernambuco, Bahia, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, e na Corte a uma exposição dos produtos naturaes e industriaes não só das mesmas Províncias mas tambem das que lhe ficão limítrofes, nisto que não pode o Governo Imperial, com os recursos limitados de que dispoê, estender desde já esta medida a todas, remmeto a V. Exa., exemplares das instruções que o organizei para regularisar este serviço e do catalogo dos objectos que podem ser expostos, a fim de que V. Exa., faça empenho por toda a província a seu cargo e publicar nas gazetas e periódicos respectivos, convidando a

¹⁷² SOUZA NETO, Manoel Fernandes de. *Planos para o Império: os planos de viação do segundo reinado (1869-1889)*. São Paulo: Alameda, 2012, p. 86.

¹⁷³ Em 2013 três cidades foram as finalistas na concorrência para sediar a exposição de 2020: Dubai, Istambul e São Paulo. Dubai foi a cidade vencedora.

população das respectivas municipalidades a tomar parte nesta festa industrial. Devo prevenis V. Exa, que sendo a exposição instituídas para dar somente huma idea do adiantamento da industria e dos produtos espontâneos da natureza. Convem que os objectos que para ella forem remetidos se limitem a amostra unicamente, porem que de modo que dêem huma idea perfeita do objecto, e que estes sejam acompanhados (...) se forem raros e desconhecidos geralmente, de um directorio por seu uso e applicações, rotulados convenientemente por seu proprietário ou inventor, e de seus preços.¹⁷⁴

Em 1861 faltou não apenas tempo para a organização da exposição nacional, mas também dinheiro. Gonçalves Dias, responsável pela comissão encarregada de coletar e enviar os produtos da província do Amazonas para a Corte, reclamava que “tendo dez dias para colecionar os seus artefatos e produtos naturais, e 200\$000 para a sua Exposição, quando um ano de tempo e meia dúzia de contos de réis e muita boa vontade, seriam apenas suficientes para isso”.¹⁷⁵ Já o Ceará teve que mandar seus produtos para a exposição provincial de Pernambuco, que devido também ao tempo ficou aberta apenas sete dias, sendo as cinco salas da exposição visitadas por mais de 14 mil pessoas de todas as classes, como ressaltava o relatório do presidente da província.¹⁷⁶ A justificativa pela escolha de determinadas províncias para sediarem exposições próprias e outras para enviarem seus produtos não são relatadas nem nos ofícios nem nos relatórios do MACOP, mas não fica difícil de entender tais escolhas. Elas se deram por conta do porte das cidades e de suas possíveis vantagens em enviar os objetos à Corte. Uma vez que não se dispunha de muito dinheiro para esse primeiro evento, seria vantajoso que ele fosse realizado em cidades com melhor estrutura de comunicação com as províncias vizinhas e o Rio de Janeiro.

Mesmo que incipiente e feita em curto prazo de tempo, as mercadorias do norte do país se fizeram presentes na Corte. Este seria um primeiro inventário, que aumentaria a cada nova exposição nacional. A ideia era

¹⁷⁴ Avisos do Ministério da Agricultura, Commercio e Obras Públicas ao Presidente da Província do Ceará em 21/06/1861. Data Crônica: 1861-1862, livro 21. Arquivo Público do Estado do Ceará (APEC).

¹⁷⁵ DIAS, Antônio Gonçalves. Correspondência ativa de Antônio Gonçalves Dias. Anais da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, v. 84, 1964, p. 309.

¹⁷⁶ Relatório do Excelentíssimo Senhor Commendador Douctor Antonio Marcelino Nunes Gonçalves por ocasião de entregar a Presidencia da Provincia ao Doutor Joaquim Pires Machado Portela segundo Vice-Presidente. Typographia de M. F. Faria & Filho, Pernambuco, 1862, p. 47.

também compartilhada pelo presidente de província do Ceará, que ressaltava, em seu relatório de 1862, a importância desse primeiro evento:

Ao actual gabinete coube a gloria de inaugurar no paiz a primeira festa indústriã, á que todas as provincias concorreram com devotado patriotismo. O curto espaço que teve a do Ceará para preparar-se não deu lugar a que ella se fizesse representar com a pompa de suas gallas, e apenas alguns productos naturaes e artificiaes da Capital, Maranguape e Aracaty fóram remettidos á exposição de Pernambuco, já directamente, já por intermedio da commissão de exposição que nomeei na Capital, presidida pelo digno Dr. Thomaz Pompeu de Souza Brazil, que nunca se recusou a prestar ao governo e a provincia o concurso eficaz de suas extensas e variadas luzes. O ensaio foi pequeno, porem a idéa ha-de vingar; e exposições annuaes, annunciadas com tempo, darão lugar á manifestação dos inmensos recursos e da riqueza natural e artificial d'esta parte do imperio. Consigno o facto neste documento como um acontecimento, notavel, e de grandes resultados para o desenvolvimento da prosperidade da provincia, que a olhos vistos progride com passos agigantados.¹⁷⁷

Embora o ensaio tenha sido pequeno e o tempo curto, a exposição de 1861 arregimentou muitas províncias (não todas), sendo encarada desde então como um evento para juntar e mostrar o que havia de “produtos naturais e artificiais” no país.

O presidente de província do Ceará reafirma a “exposição industrial” quando os produtos eram essencialmente agrícolas (o termo indústria tinha elasticidade, como já fora dito) e elenca a exposição “como um acontecimento, notavel, e de grandes resultados para o desenvolvimento da prosperidade da provincia, que a olhos vistos progride com passos agigantados”, quando a estrutura material e econômica da província não era das melhores. Basta listar os produtos enviados pelo Ceará para a Exposição Nacional para se perceber que os “produtos da terra” eram aqueles da “natureza natural”, mas ainda assim se apostava num progresso futuro, pois havia a convicção de que as propostas de mudança vingariam.

Apesar dos entraves em convencer os mais provincianos a participar do evento com coleta e informações dos objetos enviados, o Ceará esteve presente em cinco das seis Exposições Nacionais realizadas no Segundo Reinado. Na Exposição Nacional de 1861 ficou em segundo lugar em número de produtos expostos, perdendo apenas para o Rio de Janeiro, com 34 e 64

¹⁷⁷ Relatório com que o Dr. Manuel Antônio Duarte de Azevedo passa a administração desta província ao quarto vice-presidente da mesma, o Exm. Sr. Commendador José Antônio Machado em 12 de fevereiro de 1812, p.6.

itens respectivamente. A efetiva participação do Ceará na 1ª Exposição da Indústria Nacional deve-se ao fato de que os produtos que estiveram presentes na exposição realizada em setembro de 1861 pela Comissão Científica terem sido deslocados, em grande parte, para a exposição aberta em dezembro do mesmo ano.

A Comissão Organizadora no Ceará foi composta pelo médico Dr. José Lourenço e pelo intelectual Tomaz Pompeu de Souza Brasil, cabendo a eles a coleta e a seleção de objetos para serem enviados à exposição pernambucana. A escolha desses dois intelectuais deve-se a sua destacada atuação na província, o que não descartava a participação de vários outros sujeitos nessa comissão. A escolha dos membros da comissão organizadora local era feita pelo presidente de província e, ao que parece, era bem acolhida pelos interessados no evento. Primeiro porque eram pessoas públicas e segundo porque estes angariavam muitos outros ajudantes, sendo que uma lista enorme de auxiliares acabava sendo composta.

O presidente da província, em resposta ao ofício do Ministério da Agricultura, garantia que iria “fazer o possível para que a província [cearense] figurasse na exposição com a maior somma possível de productos que possa dar uma idea segura de sua industria e da riqueza dos seus recursos naturaes para serem explorados”.¹⁷⁸ O Ceará, através de seus representantes, tentou atender aos pedidos do Ministério da Agricultura, enviando para Recife os seguintes produtos:

Tres differentes amostras de bicos feitos pela família Carmo; Um lenço rico; Amostras com riscado d’algodao de côr fabricado na cidade de Sobral; Um cabresto feito de fio d’algodao; Um par de tinteiro e arieiro de chifre; Uma chicara e pires feitos de madeira; Uma caixa de chifre; Quatro couro curtidos e surrados; Um caixote com 9 caixas de vinhos; Amostra da raiz da Umariseira dá tinta igual à do páo Brasil; existe em abundacia à margem do rio Jaguaribe; Fructa da macaúba vinda do Crato, excellente para comer e que se extrahe oleo magnífico, que serve para diversas applicações e principalmente para temperos; Um pedaço de carnaúba petrificada; Amostras d’algodão em caroços que produz no districto do Jequi, sua qualidade é excelente e pôde revalisar (sic) com a boa qualidade da Geórgia.¹⁷⁹

¹⁷⁸ Ofícios ao Ministério da Agricultura (Data crônica: 1861-1872, livro: 134). Ofício de 05 de outubro de 1861.

¹⁷⁹ O *Sol*, 8 de dezembro de 1861.

A primeira exposição não entusiasmou os pequenos produtores, que não se viam em condições de competir com o grande comércio. Era a primeira contradição das exposições. O segundo motivo que desestimulava as exposições provinciais era o fato de se exigirem produtos raros e bem acabados da indústria local, o que colocava em cheque o próprio evento, uma vez que as exposições visavam divulgar e ampliar o comércio desses produtos, que por serem raros e bem acabados não existiam muitos em circulação. Coube ainda aos membros da Comissão Central chamar a atenção dos provincianos para a importância do evento.

Segundo argumentos usados em periódicos da época, a exposição era importante para a província, pois “tornaria conhecida a riqueza de seu solo e a indústria de seus habitantes”.¹⁸⁰ Esse primeiro evento destinava-se a conhecer previamente “as forças naturais de que se podiam dispor, reunil-as, sujeital-as á critica, e ao julgamento dos homens profissionaes e entendidos: tal era o problema que á este respeito cumpria resolver”.¹⁸¹ Os diversos produtos foram divididos em quarenta grupos (que iam de produtos animais e vegetais, a máquinas e ao reino orgânico e inorgânico). As quarenta classes de produtos foram distribuídas em cinco grupos: 1. Indústria Agrícola; 2. Indústria fabril e manual; 3. Indústria metalúrgica, artes e produtos químicos; 4. Artes mecânicas e liberais; 5. Belas-Artes.¹⁸²

Realizada a exposição de Pernambuco, os produtos foram enviados para a exposição a ser inaugurada na Corte. Nela, o Ceará mostrou o que havia em suas terras: algodão, café, açúcar, borracha, couros, produtos que, naquele momento, eram valorizados no mercado. Buscava-se mostrar que, com o “trabalho” e a “inteligência” e com a riqueza de suas terras, essa província se tornaria “um campo glorioso aberto ao trabalho do artista e do industrioso”.¹⁸³ As exposições mostravam os avanços técnicos em cada arte, mas antes era a própria técnica que determinava os eventos expositivos. Seria

¹⁸⁰ O *Cearense*, 1º de outubro de 1861. Ainda segundo a nota do jornal, compunham a Comissão Geral José Liberato Barroso, Manoel Soares da Silva Bezerra e Antônio de Oliveira Borges.

¹⁸¹ Relatório da Repartição dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas apresentado á Assembleia Geral Legislativa na Segunda Sessão da Decima Primeira Legislatura pelo respectivo Ministro e Secretario Manoel Felizardo de Souza Mello. Rio de Janeiro: Typografia Universal Laemmert, 1862, p.20.

¹⁸² Re latório do MACOP, 1862, ANEXO: AKL2-2.

¹⁸³ *Gazeta Official*, 10 de dezembro de 1862.

a técnica nacionalizada a responsável pelo incremento dos melhoramentos no todo da nação. Se a técnica era universal ela seria antes de tudo nacionalizada.

Na tabela a seguir podemos analisar o engajamento por província nas exposições nacionais:

Províncias	1861	1866	1873	1875	1881	1889	Total
Amazonas	-	7	-	7	1	-	15
Pará	1	10	2	17	-	8	38
Maranhão	-	10	3	7	3	2	25
Piauí	-	1	-	-	-	-	1
Ceará	34	16	2	39	-	14	105
Rio G. do Norte	-	4	-	8	-	-	12
Paraíba	-	-	4	-	-	-	4
Pernambuco	3	14	9	40	27	79	175
Alagoas	-	-	-	21	16	-	37
Sergipe	-	2	-	2	4	2	10
Bahia	7	12	6	40	6	15	86
Espírito Santo	2	1	-	-	4	7	14
Rio de Janeiro (Província)	19	16	12	46	41	14	148
Rio de Janeiro (Município Neutro)	63	73	53	67	178	51	485
São Paulo	7	8	8	60	18	9	110
Paraná	2	9	4	94	11	6	126
Santa Catarina	4	11	1	28	2	13	59
Rio Grande do Sul	6	34	14	80	97	19	250
Minas Gerais	13	9	10	28	41	35	136
Goiás	-	-	2	17	-	-	19
Mato Grosso	2	-	-	4	-	-	6
Total	163	240	130	605	449	274	1 861

Fonte: Prefeitura do Distrito Federal, Exposição Nacional de 1908 (HARDMAN, 1988, p. 86)

O pesquisador Geraldo Nobre, analisando as participações e diplomas recebidos pela província cearense, interroga a razão de o Ceará, que sempre esteve tão bem representado, ter apenas dois produtos no evento de 1873. Ele explica que todas as províncias tiveram seus números reduzidos, pois esta exposição teve regras mais determinadas e exigia produtos mais industrializados, sendo poucos os concorrentes. Mesmo expondo apenas dois produtos, o Ceará foi diplomado com medalha de prata por expor vinhos de caju e de laranja¹⁸⁴. Portanto, é preciso investigar as razões desse novo critério, que parece excluir os chamados “produtos exóticos” que existiam em exposições anteriores. Após a guerra contra o Paraguai (1865-70), as

¹⁸⁴ NOBRE, Geraldo da Silva. *O processo histórico de industrialização do Ceará*. Fortaleza: Senai/DR, 1989, p. 76.

exposições parecem voltadas mais para os produtos industriais e menos para aqueles produtos artesanais de economia local. As exposições, que a princípio receberiam todos os “produtos industriais e naturais”, vão modificando suas regras e sua função.

Os discursos sobre as exposições continuaram em descompasso ainda na segunda Exposição Nacional. No contexto da guerra contra o Paraguai, propalava-se que exposição após exposição se levantaria possibilidades de “modernizar” o país, ideia que estava bem ao sabor do discurso progressista do século XIX. Mas as curvas eram mais acentuadas que as retas. No relatório enviado pela província do Ceará para a exposição de 1866 o que se expôs foi uma província que alardeava os sintomas de modernidade, mas que não condizia com a real estrutura local. O que de mais evidente se expôs foi a frágil economia cearense. No “Relatório da Exposição de productos agrícolas, industriais e de obras d’arte”, que a Comissão do Ceará enviou à Comissão Central no Rio de Janeiro em 1866, constava que:

Do que fica succintamente descripto, vê-se que na província não existe industria alguma, como tal considerada, e de que se faça especialidades. Da exposição resulta o conhecimento pratico de que a província é essencialmente agricultora e criadora por serem os dous ramos da maior renda publica. É digno de nota o indifferentismo de muitos que podião concorrer com suas obras nas diversas classes, uns, porque mesmo não quizerão, e outros por dizerem faltar-lhes tempo e materiais, e outros finalmente porque dizião que nada ganhavão com essa exposição. Somos de opinião que as exposições devem repetir periodicamente debaixo de outro methodo de classificação e instrucção, especialmente a respeito das quantidades; notamos que a classificação é para paiz mais adiantados do que se acha a província do Ceará. Relatar assim na exposição não faz gosto, e nem podia ser relatada de outro modo em vista do que concorreu, e dos productos que seguirão, o que é exacto é que ninguem se prestou a dar infomações, e tudo quase geralmente que appareceu foi comprado com os fundos, que a comissão tinha a seu dispor, se não fosse isto, cremos que nem exposição teriamos.¹⁸⁵

As dificuldades estavam postas de forma clara, uma vez que diante de uma classificação mais rigorosa das instruções o país e suas províncias mostravam suas fragilidades. O rigor metódico e mais sistemático da exposição de 1866 não entusiasmou muito os participantes do evento, até mesmo porque

¹⁸⁵ Relatório da exposição de productos agrícolas, industriais e de obras d’arte da província do Ceará remetidos pela respectiva comissão à comissão central do Rio de Janeiro, p. 431-437. In: Rego, Antonio José de Souza. Relatório da 2ª Exposição Nacional. Vol. 2 Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1869. A Comissão cearense que assinou o texto foi Manoel Fernandes Vieira, presidente, e Gonçalo de Almeida Souto, secretário.

se pedia o que não havia na província. Pedia-se informes sobre máquinas para manufatura, tipografia e litografias, fotografias, instrumentos de música. Sobre essas classes que se pedia nas instruções, gerais o relatório provincial respondeu que “nada há na província a respeito desta classe”. Nas Instruções enviadas constavam todos os procedimentos a serem realizados para a promoção do evento. O documento dava as normas de como funcionaria a exposição e sua organização. Dava-se aos presidentes de província a prerrogativa de formar as comissões locais e a estas cabia a divulgação do evento e a seleção dos objetos a serem expostos. Segundo as Instruções, “todos os produtos naturais e os de industria humana serão admittidos na Exposição, exceptuando os animais vivos, plantas e vegetais frescos sujeitos a deteriorização que não estejam em vasos com espirito de vinho”.¹⁸⁶

Uma discussão mais apurada sobre as seções dos produtos a serem enviados para as exposições nos sugere a relação que se estabelecia entre o processo de industrialização e a natureza. O que estava em pauta era o uso da técnica sobre a natureza. O uso de novas tecnologias alterando o espaço e modificando a geografia quando novas formas de se relacionar com o tempo, essas novas formas de “culturalização do tempo” estavam atreladas ao uso da tecnologia no território. A relação entre a Sociedade Auxiliadora da *Indústria Nacional* e o Ministério da *Agricultura* sugere uma tentativa de “artificialiação da natureza”. Se a filosofia moderna desejou separar cultura e natureza vemos aqui que tal aporia funciona mais no plano filosófico que no da técnica, pois seria esta a nova forma de atrelar “indústria” e “agricultura”. Seria através do uso da ciência que a natureza produziria mais do que o normal, ou seja, a ação humana mudaria a produção natural da natureza. Cultura e natureza se ligariam através da política.

As instruções feitas para as exposições nacionais buscavam inventariar a força produtiva do país e, ao mapear os recursos naturais do vasto território, registravam também os mecanismos pelos quais poderiam modificá-lo. A técnica permitiria vencer o tempo da natureza.

No relatório do MACOP apresentado em 1862 constava que no Brasil as colheitas se davam ao sabor dos ciclos da natureza e que “nos países onde a

¹⁸⁶ Relatório do MACOP, 1862, ANEXO: KL.

lavoura, dirigida pela sciencia, tem conseguido combater, com bastante proveito, as causas naturais, que impedem o desenvolvimento das plantas”.¹⁸⁷ Se a civilização se caracterizava justamente pela emancipação do homem sobre a natureza tal situação nos colocava em estado de “selvageria”, pois até o porto do Ceará, um artefato técnico, dependia da maré baixa para operar.

Em outro relatório aparece de forma mais clara a relação entre ciência e natureza:

Com a multiplicação e aperfeiçoamento das aves e animais, já alguém o disse, acontece o mesmo que com o aperfeiçoamento e multiplicação dos vegetaes, uns como os outros são producções da natureza. Ora, para conhecer os meios de melhorar e de multiplicar as produções da natureza, é necessário estudal-as, observal-as e surprehendel-as nos segredos de suas admiráveis combinações, no processo de propagação, de conservação e de aperfeiçoamento dos seres animados, que Deus pôz a nossa disposição.¹⁸⁸

O “aperfeiçoamento” dos seres que *Deus dispôs* sobre a Terra e do qual o homem poderia usufruir entrava agora numa esfera secular, onde caberia ao homem dar cotinuidade à obra do criador. Essa ótica estava marcada pelo uso “racional” da natureza, sendo sua produção uma operação conduzida a partir de saberes científicos. A ciência moderna busca conhecer a natureza não apenas para dominá-la, mas também para gerenciá-la. Sendo a produção o fim último dessa lógica utilitarista com a natureza, o que de imediato interessava eram os meios de determinar os fins. Mas, como bem ressaltou o filósofo Martin Heidegger, “a técnica não é, portanto, um simples meio. A técnica é uma forma de desencobrimento”, o que levaria ao âmbito da “verdade”. Através do desvelamento da natureza e dos seus segredos seria possível controlar os fins desejados, pois “estabelcer fins, procurar e usar meios para alcançá-los é uma atividade humana, pertence a técnicca a produção e o uso de ferramentas, aparelhos e máquinas (...). o conjunto de tudo isto é técnica. A própria técnica é também um instrumento”¹⁸⁹

O conceito de indústria no Brasil no século XIX envolvia quase todas as atividades ligadas à manufatura e isso justifica, em parte, porque os produtos

¹⁸⁷ Relatório da Repartição dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas apresentado à Assembleia Geral Legislativa na Segunda Sessão da Decima Primeira Legislatura pelo Respectivo ministro e Secretario de Estado Manoel Felizardo de Souza Mello. Rio de Janeiro: Typographia Universal Laemmert, 1862, p. 3.

¹⁸⁸ Relatório do MACOP, 1875, ANEXO A2-3.

¹⁸⁹ HEIDEGGER, Martin. *Ensaio e conferências*. Petrópoles-RJ: Vozes, 2001, p. 12 e 17.

remetidos para as exposições nacionais eram basicamente artesanatos. A indústria e suas tecnologias tinham por tarefa potencializar e agir sobre a produção natural, pois, como ressaltava um adágio de “literatura agrícola industrial”, termo usado pelo jornal *O Auxiliador da Indústria Nacional*, “aquelle que achar o meio de fazer com que um grão de trigo produza duas espigas e uma vacca quatro bezerros, será o maior bemfeitor da humanidade depois do creador”.¹⁹⁰ Usar de novas tecnologias e divulgar novas formas de produzir era uma tentativa de explorar a imensa riqueza natural do Brasil sem ter de revolucionar a estrutura produtiva interna. A proposta misturava natureza, tecnica e tempo, pois buscava-se multiplicar os produtos da natureza na menor medida de tempo possível.

Em inícios da década de 1850, o jornal da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional sintetizava a relação entre indústria e agricultura:

A industria é a acção das forças phisicas e Moraes do homem, applicada á producção. Consiste ella em receber uma cousa num estado e a entregal-a n'outro em que tenha mais valor. Divide-se ordinariamente a industria em trez classes: 1. A industria agrícola, que se applica principalmente em solicitar e provocar a acção productiva da natureza, quer nos vegetaes, quer nos animaes, ou em colher os seus productos; 2. A industria comercial que augmenta o valor das coisas, pondo-as ao alcance do consumidor; 3. A industria manufactureira, que dá valor ás cousas, pela transformação que nellas opera. Na linguagem vulgar, chama-se simplesmente industria, á industria manufactureira, e designam-se os trez modos principaes da producção pelas trez palavras correlativas: Agricultura, Industria, Commercio, é neste sentido que aqui tomamos a palavra Industria.¹⁹¹

Embora o texto não cite o nome de Adam Smith, o que talvez não fosse necessário, seu conceito de indústria e a função da agricultura na riqueza nacional baseiam-se no conceito de economia clássica. Para Adam Smith a agricultura, a manufatura e o comércio aparecem como sendo o conjunto de fatores que possibilitam a industrialização de um país, não sendo necessariamente a ordem destas três atividades o vetor principal. Como o autor mesmo ressaltou, na Europa, o comércio acabou por gerar o capital necessário à industrialização. O comum para o processo de industrialização de qualquer país seria uma estrutura material que permitisse o desenvolvimento interno e externo, tais como estradas, canais, proximidades e acesso a outros

¹⁹⁰ *O Auxiliador da Indústria Nacional*, 5 de maio de 1872, p. 220.

¹⁹¹ *O Auxiliador da Indústria Nacional*, 1 de junho de 1854, p. 13-14.

mercados. Partia-se do pressuposto de que o desenvolvimento da economia passaria pelo tripé agricultura, manufatura e comércio (que exigia por si só uma estrutura de trocas comerciais e, portanto, mudanças estruturais no território), sendo que o Brasil passaria a investir no que de mais imediato ele dispunha, que era a agricultura.¹⁹²

A questão posta para a economia brasileira seria encontrar produtos de exportação em cuja produção entrasse como fator básico a terra, o único fator de produção potencial do país. Daí os produtos enviados para as exposições serem os mesmos já presentes em nossas exportações, como o café, açúcar, algodão etc.

O conceito de agricultura parece não ter mudado muito durante a segunda metade do século XIX, tampouco o aporte teórico, pois no começo da República brasileira os ecos da economia clássica ainda se faziam presentes. O MACOP mudaria de nome. A partir 1893 o termo agricultura sai para dar lugar à indústria e viação (Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas), mas antigas concepções ainda permaneciam:

A industria, não em sua primitiva e restricta accepção, mas alargada e gradualmente ampliada á medida que melhor se foram comprehendendo a importância dos phenomenos que ella recorda e a ligação existente entre os productos e esforços da actividade humana abrange hoje o conjunto de todos os trabalhos, que directa ou indirectamente possam contribuir para a satisfação das nossas necessidades. Como bases fundamentais de sua organização tem a industria, a troca ou a permuta, a divisão do trabalho, segundo os misteres e natureza de cada um; a subordinação, ligação ou mutua dependência desses diversos trabalhos entre si, e por ultimo a moeda que lhes facilita e torna praticavel a troca ou permuta. Como moveis e reguladores tem ella ainda: o interesse pessoal, a offerta e procura finalmente a concurrencia. Comprehende-se, por tanto, a poderosa influencia que deve a industria, por seu desenvolvimento, exercer o progresso, prosperidade e riqueza das nações.¹⁹³

A relação entre indústria, agricultura, tecnologia e comércio aparecem de forma muito na concepção das exposições agrícola-indústriais. Essa relação se

¹⁹² SMITH, Adam. *A riqueza das nações*. Vol. I. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2012, p. 190. Ainda segundo Smith: “Portanto, de acordo com o curso natural das coisas, a maior parte do capital de toda sociedade em crescimento destina-se, primeiramente, à agricultura, depois às manufaturas e, por último, ao comércio exterior. Essa ordem de coisas é de tal maneira que, segundo acredito, foi até certo ponto sempre respeitado, por toda sociedade que dispusesse de algum território (p. 478).

¹⁹³ Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas. Relatório apresentado ao Vice-Presidente pelo General de Brigada Dr. Bibiano Sergio Macelo da Fontoura Cestallat, Ministro de Estado dos Negocios da Industria, Viação e Obras Públicas em maio de 1894. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1894, p. 25.

explica pelo fato de, sendo a agricultura a primeira riqueza da nação, ser necessário usar de novas tecnologias para aumentar a produção do país. Mas como adquirir novas tecnologias? Uma solução possível era a participação do Brasil nas exposições universais, onde os membros integrantes da comissão oficial se informavam e detalhavam sobre as máquinas e outras tecnologias que encontravam nas exposições.

No livro *Primeiros Elementos de Economia Política*, traduzido do italiano para o vernáculo em 1888, constava que “o exercicio da actividade productiva, isto é, a acção combinada dos varios elementos da producção chama-se *industria*” e que “as varias industrias fornecem umas ás outras *materias primas, instrumentos* e outros meios de *produção* e de *venda*”. Cada uma deve por isso desejar o progresso das outras, isto é, “que ellas dêem productos mais abundantes e melhores”.¹⁹⁴ O conceito de indústria aparece mais associado ao conceito de trabalho ou o de fazer alguma coisa ou de alterar o estado natural da natureza. A indústria passa a associar o termo “forças produtivas” justamente pela capacidade de alterar as forças da agricultura, uma vez que esta deriva da palavra cultura, que poderia se traduzir “cultivo agrícola, o cultivo do que cresce naturalmente”.¹⁹⁵ A força da indústria estaria em “combater, com bastante proveito, as causas naturais, que impedem o desenvolvimento das plantas”, interferindo no “desenvolvimento natural da natureza”. O que se propunha era uma produção artificial da natureza, sendo que a produção não depende mais dos ciclos naturais e sim do trabalho intelectual e instrumentalizado sobre a terra. A indústria seria uma ação sobre o tempo na medida em que modificava os ciclos de produção da natureza.

Em 1847 a Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional traz uma matéria intitulada “Exposição pública de productos brasileiros”, propondo que:

A Sociedade auxiliadora da Industria Nacional constante em promover o incremento industrial como já por tantas vezes o tem demonstrado, e convencida que á todas as industrias muito deve aproveitar uma exposição dos seus productos, vae neste anno dar começo a esta útil solemnidade, da qual, é nossa humilde opinião, se colherão saborosos e utilissimos fructos. Este primeiro ensaio circunscripto á capital do Império, tentado em um paiz aonde a industria se acha um pouco em atrazo, e aonde preocupações se opporão certamente a seu completo êxito, será talvez

¹⁹⁴ COSSA, Luigi. *Primeiros Elementos de Economia Política*. Rio de Janeiro: Laemmert & C. 1888, p. 36 e 38. (O autor era professor da universidade de Paiva, Itália).

¹⁹⁵ EAGLETON, Terry. *A ideia de cultura*. São Paulo: Editora Unesp, 2011, p. 9.

acanhado e pouco aparatozo: mas se a sociedade persistir nos annos subsequentes em iguaes exposições, e for para isto coadjuvada pelos supremos poderes do estado como é de esperar, as que se seguirem devem apresentar progressos reaes, e virão com certeza para o futuro a constituírem funções esplendidas e cheias de objectos bellos e preciosos. Tal tem sido o resultado de todas as exposições que se tem feito nos outros povos.¹⁹⁶

O artigo segue esclarecendo que em 1798 o governo francês havia realizado uma exposição de produtos locais e dela participaram 110 expositores, sendo distribuídas 26 medalhas. Outra exposição realizada também na França já contava com 4.590 expositores e quase mil medalhas. Se a proposta de uma primeira exposição brasileira seguisse o modelo francês, o país em breve faria das exposições um evento tão grande quanto o de Paris em 1844. Apostava-se na gestão do Estado sobre suas riquezas na promoção não só das Exposições, mas no progresso real que daí poderia surgir e que é “de esperar, as que se seguirem devem apresentar progressos reaes, e virão com certeza para o futuro a constituírem funções esplendidas e cheias de objectos bellos e preciosos”. Estimulado por esta última exposição, a SAIN sugeriu, em 1847, a realização de uma exposição nacional, o que não aconteceu. A proposta foi novamente posta em discussão em 1855, quando se planejava uma exposição para 1857, ideia novamente rejeitada:

A Commissao reconhece a conveniência das exposições publicas, e a influencia que taes exposições exercem sobre a prosperidade industrial das nações; pois sem ela julga impossivel que a tão desejável exposição dos productos industriaes e naturaes do paiz seja feita á expensas da Sociedade e sobre tudo sem character official. Para se expor de huma maneira conveniente huma multidão de objectos de diferentes naturasas, volumes e formas, é indispensável haver um local vasto cujo interior seja disposto de maneira tal que os objectos expostos possam ser perfeitamente examinados. Por limitada que seja a nossa primeira exposição, é evidente que a satisfação destas necessidades acarretará despezas mui avultadas, mesmo; no caso de haver um edificio áppropriado, o que não acontece. Tendo por tanto de construir-se hum edificio só mente para este fim, a sua edificação deve custar algumas desénas de contos.¹⁹⁷

A proposta, embora reconhecesse os benefícios das exposições, fora novamente rejeitada por falta de recursos e estrutura. Nesse momento, 1855, o Brasil já havia rejeitado o convite para a participação de duas Exposições Universais, Londres em 1851 e Paris em 1855. Para que os produtos expostos

¹⁹⁶ *O Auxiliador da Industria Nacional*, 4 de setembro de 1847, p.126.

¹⁹⁷ *O Auxiliador da Industria Nacional*, 15 de novembro de 1855, p.153.

pu dessem ser melhor exibidos, seriam necessárias boas somas de dinheiro e um prédio adequado. No caso do dinheiro, ele seria sempre minguado; e no caso do prédio, ele seria uma demanda constante durante todos os eventos. Embora houvesse um entendimento sobre a importância dos eventos expositivos, eles ainda não haviam mobilizado outros grupos, talvez pela novidade do evento. Seriam necessárias duas instituições conjugadas para elaborar um discurso que estimulasse as províncias do império na execução de um evento nacional, mas acreditava-se que as exposições serviriam como ponto de partida para uma primeira “imagem” do todo da nação.

Em inícios de 1860, uma nova matéria no jornal da SAIN retoma a questão de uma primeira exposição nacional:

Por mais e uma vez se tem aventado nos trabalhos das sessões da Sociedade a questão das exposições industriaes. Alguns de seu membros deslumbrados, e com justa razão, com os resultados que as nações industriaes da Europa têm tirado d’esses vastos concursos entre as intellegencias (...) diagnosticam nas exposições as virtudes de um santelmo. Levados por essa palavra sonora, e pela grandeza que ela exprime, não pensam porem nas dificuldades que há a vencer para se levar a effeito uma exposição no Brasil, e no fiasco de um máo successo; que arredaria a idea para além do tempo que é a de mister esperar pelas circumstancias propicias do paiz. Que elle não está preparado para empreender uma exposição nacional, é proposição que não necessita de longos arrasoados para se tornar evidente: uma exposição na côrte, dos principaes productos das províncias, custar-lhe-hia mais do que custou á Inglaterra e à França cada uma das exposições universais de 1851 e de 1855.¹⁹⁸

A questão pode ser posta da seguinte forma: o que o país deveria expor quando sua indústria era diminuta? Mas os eventos expositivos não eram o espaço adequado para adquirir novos conhecimentos e tecnologias? O fato é que, a partir de 1861, o país, sob a tutela de duas instituições, começou a realizar exposições nacionais e participar oficialmente das exposições universais. Participar de tais eventos proporcionaria ao Brasil não apenas a tentativa de construir a imagem de um país que compartilhava da ideia de progresso então em voga, como também permitia que se conhecesse e passasse a dispor de tecnologias que promovessem o desenvolvimento nacional. A lógica econômica pautada no sistema capitalista exigia, como bem ressaltou Hobsbawm, a inteira disposição da lavoura e do mercado como

¹⁹⁸ *O Auxiliador da Industria Nacional*, fevereiro de 1860, p. 73.

também a terra e os homens que nela trabalhavam.¹⁹⁹O espaço da produção aparece como sendo a possibilidade de uma nova relação com o tempo, pois cada nova técnica introduz uma nova temporalidade, adaptando o homem à lógica do instrumento.

¹⁹⁹ HOBSEBAWM, Eric. *Da revolução industrial inglesa ao imperialismo*. Rio de Janeiro: Forense, 2011, p. 89.

2.4. Instrumentalizando a natureza: as patentes.

Associar as exposições nacionais e universais ao progresso da nação brasileira não poderia ser feito de forma automática, pois na prática a coisa não acontecia sem entraves. A pesquisa de doutorado de Cristina Araripe Ferreira consistiu em entender as exposições universais e sua relação com a circulação do conhecimento científico no Brasil. Segundo a autora, “para que houvesse uma política industrial, mesmo incipiente, era necessário que se desenhasse um projeto de estruturação do mercado interno. Da aquisição de maquinaria à imigração de trabalhadores”. Somente assim as forças técnicas e conhecimento científico tornariam os fatos assimiláveis aos objetos técnicos.²⁰⁰O Brasil passaria por transformações sociais mais acentuadas a partir da segunda metade do século XIX, principalmente com a abolição do tráfico de escravos. O país necessitava de uma nova dinâmica interna para dar conta do novo cenário político.

No que diz respeito a uma representação social para a nação, o Brasil acabava por reforçar estereótipos ao montar os seus pavilhões com traços carregados de tropicalidade. Outro ponto a ser discutido diz respeito à tecnologia, pois embora as delegações brasileiras fossem responsáveis por analisar e produzir relatórios sobre novas descobertas que fossem de interesse nacional (agricultura, máquinas etc), havia no país uma estrutura que não permitia grandes avanços devido à lei de patentes aprovada em 1830, e que vigorou quase intacta até meados de 1870; e a escravidão, que mantinha o país em relações de trabalhos arcaicas.

Assim, podemos caracterizar as participações do Brasil nos eventos internacionais como sendo de relevante descompasso. A imagem de um país que se queria moderno, mas não se desvinculava de uma nação tropical e escravocrata, expondo nada mais que produtos da natureza estrativista, dado o baixo nível tecnológico do país. A agricultura, mesmo que melhorada, era ainda a maior fornecedora de riquezas da nação, ocupando, portanto, a maioria dos trabalhadores. Por outro lado, essa mesma agricultura ainda era um dos

²⁰⁰ FERREIRA, Cristina Araripe. *Difusão do conhecimento científico e tecnológico no Brasil na segunda metade do século XIX: a circulação do progresso nas exposições Universais e Internacionais*. Tese (Doutorado em História das Ciências e da Saúde) - Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2011, p. 30 e 56.

setores da economia mais carentes de avanços no que diz respeito às técnicas de cultivo.

Dotar a agricultura de novas tecnologias e potencializar “a riqueza da nação” era uma proposta que as exposições poderiam ajudar a tornar viáveis junto às instituições responsáveis por elas. Outras medidas paralelas foram também pensadas para a atividade agrícola, como melhorar a estrutura material (estradas que viabilizassem um transporte mais rápido e barato), e a concessão de créditos voltados para a atividade. O discurso de civilização que dizia respeito ao uso instrumental da natureza e o progresso técnico era o que caracterizava uma sociedade industrial, sendo os bens de produção e seus métodos de fabricação um dos indicadores da “evolução” da sociedade. O censo de 1872 mostrou que 72% da população economicamente ativa estava empregada na agricultura, 13% no setor de serviços e 7% no setor industrial.²⁰¹ No final do império a agricultura ainda era, de longe a maior fonte de riqueza no incipiente processo de industrialização do país, sendo a indústria têxtil responsável por 60% do setor industrial; 15% correspondia a de alimentos; 10% da química; 4% o setor de madeira; 3,5% o vestuário e 3% o setor de metalúrgica.²⁰²

Em 1866, o Ministro da Agricultura reforçava o pedido a muito reclamado de um crédito especial para a agricultura, pois:

A agricultura pela natureza de sua tarefa não póde usar dos capitais como as outras industrias. Estas, espedidas em seus processos, os renovam rapidamente; e a cada evolução os vêem reproduzidos integralmente para se applicarem novo emprego em que nenhuma demora é admitida.²⁰³

Chama atenção o fato de a agricultura ser também vista como atividade industrial, o que reforça o conceito de que os produtos industriais eram aqueles que resultavam de qualquer alteração feita pelo trabalho do homem. Mas esta se diferenciava de outras atividades, como o comércio, que exige capitais rápidos. A agricultura tem um ciclo diferenciado da atividade do comércio, contando com o tempo da natureza. Plantar, colher, transportar e vender demandava um tempo diferente de outros ramos da economia, e por esse

²⁰¹ PAULA. João Antônio de. O processo econômico. In: *A construção nacional (1830-1889)*. Coord: José Murilo de Carvalho. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012, p. 220.

²⁰² Idem, p. 217.

²⁰³ Relatório apresentado a Assembleia Geral Legislativa na Primeira Sessão da Decima Terceira Legislatura pelo Ministro de Estado dos Negocios da Agricultura e Obras Publicas Manoel Pinto de Souza Dantas. Rio de Janeiro: Typographia Perseverança, 1867, p.12.

motivo exigia capitais voltados para suas particularidades. A diferenciação das atividades produtivas acarretava também distinções no todo da sociedade, dinâmica esta inerente à produção capitalista que alienava não apenas atores de diferentes atividades, como também o produtor de sua própria produção.

Na tentativa de otimizar a atividade agrária e seu ritmo de produção, acabava-se por “maximizar a natureza”, pois mesmo que os ciclos naturais fizessem parte da produção agrária, buscava-se nela uma duração de tempo mais prevista ou previsível de acordo com o ciclo social dos homens. Afinal, a “agricultura, que é a arte de tirar do solo arável a maior somma de productos pelo modo mais perfeito e econômico, constitue uma das bases da prosperidade publica: dotal-a dos meios de engrandecer-se é serviço eminentemente civilizador”.²⁰⁴ Alterar a produção da natureza nacional e encontrar meios de criar mercados e modificar as estruturas materiais do país, através de portos e ferrovias era a melhor forma de evoluir “dentro de si mesmo”. A civilização seria a vitória da sociedade sobre a natureza, vitória essa que transformaria tudo em natureza.²⁰⁵

As transformações impostas às coisas naturais são técnicas. Ao mudarmos e impormos ritmos à natureza, damos a ela tempo. O geógrafo Milton Santos ressaltava a relação entre tempo, técnica e natureza ao expor que “é por demais sabido que a principal forma de relação entre o homem e a natureza, é dado pela técnica”, pois “as técnicas são um conjunto de meios instrumentais e sociais com os quais o homem realiza sua vida, produz e, ao mesmo tempo, cria espaço”.²⁰⁶

“Civilizar” também era um dos objetivos das exposições (provinciais, nacionais e universais). Se as exposições funcionavam como vetores de um “processo civilizador”, é claro que a agricultura não passaria à margem, muito

²⁰⁴ Relatório apresentado à Assembleia Geral Legislativa na Primeira Sessão da Decima Quarta Legislatura pelo Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas Joaquim Antão Fernandes Leão. Rio de Janeiro: Typographia do Diario do Rio de Janeiro, 1896, p. 3. E “serviço eminentemente civilizador” pode ser entendido como uma ideia de processo, onde “civilização não é apenas um estágio de desenvolvimento em si, mas um estágio que está constantemente evoluindo dentro de si mesmo”. EAGLETON, Terry. *A ideia de cultura*. São Paulo: Editora Unesp, 2011, p. 21.

²⁰⁵ ADORNO, Theodor W; HORKHEIMER, M. *Dialética do esclarecimento*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985, p. 153.

²⁰⁶ SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção*. São Paulo: Editora da Unicamp, 2008, p. 28.

pelo contrário. Pela própria posição que ocupava na economia nacional, ela seria dominante nesses eventos. Na Exposição Nacional de 1861 a preocupação de se divulgar e conhecer as novas tecnologias para a agricultura já era bem manifesta nas Instruções:

art. 11. Chama também sua atenção [da Comissão] sobre os melhoramentos introduzidos na rotação e preparo das terras, e sobre quaesquer novos instrumentos empregados na lavoura com mais vantagem, dos quaes enviará desenhos, modelos e descrições: assim como sobre processos que tenham sido adoptados com o fim de destruir ou evitar certas enfermidades, males e pragas que costumão atacar as plantas e cultura, e finalmente sobre tudo quanto possa interessar à salubridade das povoações e das casas, como por exemplo, esgotos, desinfecção, calçamento e iluminação.²⁰⁷

As preocupações e propostas manifestas na primeira exposição nacional figurariam em tantos outros eventos (até mesmo porque o catálogo confeccionado para a exposição de Londres seria a referência para os posteriores). A cada exposição (nacional e universal), formavam-se Comissões compostas de funcionários do governo imperial ou pessoas de conhecida competência para escrever os relatórios sobre as exposições (contendo e descrevendo os assuntos para os quais fora designada sua Comissão). Esse acúmulo de conhecimento era tido como infinito, tal como a ideia de progresso, que tinha por finalidade promover um novo progresso.

O tema agricultura permaneceu o mesmo ao longo de algumas exposições, sendo também o mesmo desejo de incrementos tecnológicos e também os meios de divulgar a riqueza nacional. Uma olhada no catálogo confeccionado para a Exposição Universal de Paris em 1867 (onde o Brasil produziu seu primeiro catálogo com informações detalhadas, pois o Catálogo de Londres foi realizado às pressas e parece ter por finalidade apenas enumerar os produtos enviados) e o catálogo feito para a Exposição de Filadélfia em 1876 (onde o país tentou figurar como uma das grandes nações do novo mundo) percebemos que o trecho que apresenta o Brasil e o potencial de sua natureza é praticamente o mesmo. Para Paris em 1867 foi escrito que:

A agricultura constitue a principal fonte de riqueza nacional, e nella se emprega a maior parte da população. A natureza parece que destinou o Brazil para ser um dos primeiros paizes agrícolas do mundo. Coberto ainda

²⁰⁷ Relatório da Repartição dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas apresentado á Assembleia Legislativa na Segunda Sessão da Decima Primeira Legislatura pelo respectivo Ministro da Decima Primeira Legislatura Manoel Felizardo de Souza e Mello. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1862, p. 2 (Anexo A-KL1-2).

em sua maior extensão por magníficas florestas virgens, conserva o seu solo a primitiva uberdade, que tão larga e generosamente compensa qualquer trabalhos do homem. Sua formação topographica, seus climas variados, ás vezes, em uma mesma província, a força quase geral e constante de sua vegetação tornão seus terrenos aptos em mais ou menos ampla escala para a cultura de todas as plantas do globo.²⁰⁸

Para Filadélfia em 1876 se corroborava:

A maior parte da população emprega-se, na agricultura, que consitue principal fonte da riqueza nacional. A natureza parece ter destinado o Brazil, para um dos primeiros paizes agrícolas do mundo (...). A disposição topographica; os climas variados; a abundancia de águas; a força, quasi, geral, e constante da vegetação tornam os terrenos, no Brazil, adaptáveis, em maior, ou menor escala, à cultura de todas as plantas do globo.²⁰⁹

A repetição nos dois catálogos (incluindo ainda a mesma ideia no catálogo de Viena em 1873) não se traduz em um descaso e tampouco se fez ao acaso. A reiteração desse discurso tem uma razão de ser. Dentre eles, podemos destacar aqui, além da imagem de um país grande, de natureza exuberante e suscetível a receber imigrantes (a questão de substituição de mão de obra escrava estava sendo posta reiteradamente desde 1850 com o fim do tráfico negreiro), o fato de que, dispondo o país de uma topografia tão vasta e climas tão diferentes, poderia-se cultivar de tudo, já que “aqui se plantando de tudo se dá”. A “Terra Prometida”, onde o homem andava livre e feliz pela terra, parecia se concretizar num país de natureza diversificada, disposta em vastas terras adaptadas à cultura de todas as plantas do globo.

A SAIN propagava a ideia de que as descobertas científicas em um país poderiam ser utilizadas sem prejuízos em outros, daí a importância de se compartilhar dos novos conhecimentos agrícolas nas exposições: “as leis e os princípios que regulão a agronomia moderna são universaes como os de todas as outras sciencias. Ellas se estendem, sem nenhuma excepção a todos os terrenos e a todos os climas, e suas regras são tão verdadeiras nos pólos como nos trópicos”.²¹⁰ A verdade científica, a saber, o conhecimento sobre a natureza, era universal, tal como as leis que regem o mundo natural. Uma vez descoberta a verdade bastaria pô-la a serviço dos homens e de suas

²⁰⁸ *O Imperio do Brazil na Exposição Universal de 1867 em Pariz*, Rio de Janeiro, Typographia Universal Laemmert, 1867, p. 68.

²⁰⁹ *O Império do Brazil na Exposição Universal de 1876 em Philadelphia*. Rio de Janeiro. Typografia Nacional, 1875, p. 288-89.

²¹⁰ *O Auxiliador da Industria Nacional*, 1865, p. 16.

respectivas regiões. Mas a questão era que cada região tinha sua diversidade própria. Por outro lado, a força e a função da ciência estaria em juntar as diferenças dentro de um mesmo projeto.

Uma das principais funções das exposições era também fazer um novo inventário da fauna e flora mundial, dado os contatos travados com as partes “exóticas do mundo”. Nesse período desenvolveu-se a ideia de aclimatação, surgida em Paris. O botânico sueco Lineu (1707-1778) sustentava, em fins do século XVIII, que condições físicas semelhantes geravam seres semelhantes,²¹¹ ideia refutada no início do oitocentos, quando se buscava as particularidades dos lugares e de suas riquezas (dentro de um projeto romântico). Embora Lineu estivesse na verdade buscando culturas que se adequassem ao seu país (Suécia), que estava em crise econômica, acabou por reforçar o desejo totalizador e universal da ciência e da natureza.²¹² A tentativa de “roubar” as riquezas típicas de cada nação e implantá-las em outras regiões foi uma constante. Basta lembrar a trajetória do café, que do Oriente passou pela França, que o enviou para a Guiana Francesa, e acabou por ter o Brasil como seu maior produtor. A esse “fato” de uma natureza “migrante” e seus conflitos econômicos, Alfred Crosby deu, com grande lucidez, o nome de imperialismos ecológico.²¹³

A difusão do conhecimento tecnológico, o estímulo à imigração, a criação de uma estrutura material que favorecesse a circulação de pessoas e mercadorias, a busca de créditos para a lavoura, as exposições nacionais etc., faziam parte de um projeto incipiente para a indústria nacional. Acreditava-se que o progresso científico poderia ser disseminado de grupo para grupo ou de país para país, e para este intento as exposições desempenharam um papel importante. Mas na prática, a coisa não era tão fluída. Constava nos catálogos

²¹¹ O naturalista francês Buffon será o grande crítico dessa hipótese. Lineu e Buffon serão as duas grandes referências no que diz respeito às classificações e aos métodos que a botânica deveria seguir. Cf. PRESTES, Maria Elice Brzezinski. *A investigação da natureza no Brasil Colônia*. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2000.

²¹² Mas no século XIX o romantismo buscava as particularidades da natureza e da natureza dos povos, e ainda assim o caráter universal do conhecimento continuava sendo compartilhado. A ciência agrícola apresentava-se como universal, embora as culturas pudessem apresentar-se como locais, ou seja, “os princípios são geraes, embora modificaveis conforme as circunstancias”. O Brasil, que montava seus pavilhões nos eventos “universais”, não compartilhava das mesmas “circunstâncias” dos países sede dos eventos.

²¹³ CROSBY, Alfred W. *Imperialismo Ecológico: a expansão biológica da Europa (900-1900)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011, p. 205.

confeccionados para as exposições que os membros das respectivas comissões colhessem dados necessários e úteis para determinadas indústrias nacionais, porém, o entrave não estava apenas na ausência de tecnologias ou na falta de sua divulgação e sim em sua adoção na vida real e nas atividades econômicas.

A lei de patente aprovada em 28 de agosto de 1830 vigoraria quase intacta até meados da década de 1870 (quando se percebe nos relatórios do Ministério da Agricultura uma forte campanha pela aprovação de novas leis de patente). A grande discussão se dava em torno do patenteamento das invenções, que eram menosprezadas ou não levadas a cabo devido à lei de 1830. Acompanhando o número de patentes realizadas em grande parte da existência do Império do Brasil, percebe-se o quanto a introdução de novas descobertas foi lenta no país:

Têm sido estas as patentes concedidas desde 1830.	
De 1831 a 1835	1
De 1836 a 1840	4
De 1841 a 1845	1
De 1846 a 1850	15
De 1851 a 1855	40
De 1855 a 1860	27
De 1861 a 1865	41
De 1866 a 1870	53
De 1871 a 1875	61
De 1876 a 1880	294
De 1881 a 1882	140
De 1883 a 1888	660
Total ²¹⁴	1.337

O relatório do MACOP, ao coletar os dados de patentes, reforçava ainda que “a estatística deste serviço patenteia o impulso que lhe foi dado pelo regime decretado a 14 de outubro de 1882. É assim que, de 1883 a 1888 foram concedidas 660 patentes contra 677 outorgadas no período de meio século que vigorou a lei de 1830”.²¹⁵ Os dados mostram os entraves da lei de 1830 e seus danos no plano econômico num momento em que a economia caracterizava-se por suas inovações. Para se ter uma ideia das desvantagens do Brasil em relação ao patenteamento, basta citar que a Inglaterra, no período entre

²¹⁴ Relatório apresentado a Assembleia Geral na Quarta Sessão da Vigésima Legislatura pelo Ministro e Secretario de Estado Interino dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas Rodrigo Augusto da Silva. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1889, p.26.

²¹⁵ Idem, p. 26.

1840/49, patenteou 4.581 novos inventos.²¹⁶ Não queremos estabelecer uma comparação entre a nação brasileira e a inglesa, uma vez que os britânicos tinham uma série de elementos que os levaram a ser a “oficina do mundo”, mas desejamos evidenciar como o Brasil foi ficando dependente de tecnologias estrangeiras.

Na lei de 28 de agosto de 1830 constava que:

Art 1º. A lei assegura ao descobridor, ou inventor de uma industria útil a propriedade e o uso exclusivo da sua descoberta, ou invenção; Art. 2º. O que melhorar uma descoberta, ou invenção, tem no melhoramento o direito de descobridor, ou inventor; Art. 3º. Ao introductor de uma industria estrangeira se dara um premio proporcionada à utilidade, e difficuldade da introdução; Art.5º. As patentes se concederão segundo a qualidade da descoberta ou invenção, por espaço cinco até vinte annos: maior prazo só poderá ser concedido por lei (...); Art. 10. Toda a patente cessa, e é nenhuma: 2º. Provando-se ao que se diz inventor, ou descobridor, que a invenção, ou descoberta, se acha impressa, e descripta tal qual elle apresentou, como sua; 3º. Se o agraciado não puzer em pratica a invenção, ou descoberta, dentro de dous annos depois de concedida a patente; 4º. Se o descobridor, ou inventor, obteve pela mesma descoberta, ou invenção, patente em paiz estrangeiro. Neste caso porem terá, como introductor, direito ao premio estabelecido no art. 3º.²¹⁷

A crítica à lei brasileira se dava tendo como parâmetros a lei francesa de 1844, onde se recusavam os privilégios das seguintes espécies de invenções: 1º. Princípios, métodos, sistemas, descobrimentos ou concepções teóricas ou científicas, sem aplicação industrial; 2º. Planos ou combinações sobre créditos e finanças; 3º. Composições farmacêuticas e remédios de qualquer espécie. Ainda havia a crítica de que o prazo de até vinte anos dado a uma patente era longo demais, uma vez que na França o prazo máximo era de quinze anos e na Inglaterra de quatorze anos.²¹⁸ Apesar da campanha que se estabeleceu contra a lei de 1830, no catálogo para a exposição francesa de 1867 constava que “os inventores tem a propriedade de seus descobrimentos. A lei lhes assegura privilegio exclusivo temporario, ou indemnisação da perda que soffrem pela

²¹⁶ LEITE, Ana Cristina. *O algodão no Ceará: estrutura fundiária e capital comercial (1850-1880)*. Fortaleza: Secult 1994, p. 21.

²¹⁷ Collecção das Leis do Brazil de 1830. Parte primeira. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1876, p. 20.

²¹⁸ Relatório apresentado á Assembleia Geral Legislativa na Segunda Sessão da Decima Quinta Legislatura pelo Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas José Fernandes da Costa Pereira Junior. Rio de Janeiro: Typographia Commercial, 1873, p. 24.

vulgarização”.²¹⁹ O espírito de “tudo inventar” que fazia parte das exposições universais, fazia parte da vontade de “tudo conhecer” para de “tudo dispor”. A invenção passava a ser relacionada com o próprio ato de criação do homem e seu uso instrumental sobre as coisas:

A invenção é a civilização: o inventor é o creador de tudo quanto Deos não creou, é o continuador de sua obra, o autor de todo o progresso (...). Os inventores procuram e acham processos novos, simplificam as mechanicas, diminuem as fadigas dos trabalhadores; abreviam as distancias, explicam os phenomenos, encadeam os elementos e os entregam, dóceis e fortes, nas mãos dos homens.²²⁰

O trecho acima descrito sintetiza em vários aspectos a relação entre técnica e tempo: diminuem a fadiga do trabalhador, abreviam as distancias e, principalmente, entregam os elementos dóceis e fortes nas mãos dos homens. A invenção seria a forma objetiva de instrumentalizar a natureza, ou seja, inustrializá-la. A discussão envolvendo a lei de patentes tomou vulto entre as décadas de 1860-1870, sendo o tema muito discutido pelo Ministério da Agricultura e pela Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional. O MACOP, em 1879, assim apresentava e resumia a questão:

A lei de 28 de agosto de 1830 carece de aperfeiçoamento em algumas das suas disposições, para que a nossa legislação acerca de privilégios industriais atinja o nível dos progressos que mostra a de outros paizes. No primeiro quinquênio que se seguiu á Lei de 1830 foi concedida uma patente; 4 no segundo e uma no terceiro. Póde aqui avaliar-se que desenvolvimento havia então a industria entre nós. Por outro lado as communicações transatlânticas, pouco numerosas e menos rápidas, não permittiam a prompta introdução dos inventos e melhoramentos que entre as nações mais adiantadas surgiam. Taes razões induziram o legislador de 1830 a autorizar a concessão de premios pecuniários aos introductores de semelhantes inventos; e nunca se havendo decretados meios para este fim, desde longa data optou a administração o alvitre de substituir o sobredito premio por privilegios dependente da approvação do Poder Legislativo.²²¹

A demanda por novas leis que regulassem as invenções úteis ao progresso do Brasil, como já foi dito, havia se tornado uma constante na década de 1870 a ponto de ser proposto e aprovado em 1874 um novo projeto

²¹⁹ *O Imperio do Brazil na Exposição Universal de 1867 em Pariz*. Rio de Janeiro: Typographia Universal Laemmert, 1867, p. 44.

²²⁰ *O Auxiliador da Indústria Nacional*, 1861, p. 134.

²²¹ Relatório apresentado a Assembleia Geral na Terceira Sessão da Decima Setima Legislatura pelo Ministro e Secretario de Estado Interino dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas. Manoel B. Macedo. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1880, p.155.

de patentes para o país.²²² Criou-se, a partir desse momento, a Diretoria de patentes de privilégios, anexa ao Ministério da Agricultura. Segue-se daí em diante toda uma leva de “inventores” buscando patenteamento para seus produtos. Em 1880, alguns dos “privilégios industriaes” foram dados para invenções como máquina de despolpar café, vidros opacos, fabricação de manteiga, ventilador de café, clarificador de óleos, conservas de peixe, motor de máquina de costura, máquina de lavar roupa etc.²²³ Foi ainda na década de 1870 que outras “novas tecnologias” para a agricultura foram implantadas no país, tal como o arado. O jornal *O Auxiliador da Indústria Nacional*, no ano de 1852, propagandeava e reiterava o uso do arado, pedindo a “todos os agricultores, que nos lêem, e que presão nossas doutrinas, para que admittão o arado no roteio, e amanho de suas terras” e “convimos que a principio hão de apparecer difficuldades, mas os resultados hão de á final compensar todos os sacrificios”.²²⁴

As dificuldades deveriam ser maiores que os argumentos, pois a introdução do arado foi efetivada décadas depois. Como observou Alfredo Bosi, “o emprego do arado pelos fazendeiros de café só iria generalizar-se, por volta de 1870, nas zonas novas de São Paulo”. Ainda segundo Bosi, foi no mesmo período e no mesmo lugar que se introduziu também o depolpador de café. Em inícios da década de 1870, outra nota *D’O Auxiliador da Indústria Nacional*, usando de uma retórica mais elaborada, reforça as qualidades do ferro e seus usos técnicos. Associando a elementos díspares como trabalho, arado e saúde corporal, o ferro aparecia quase como indispensável ao homem:

Ferro - O ferro é um metal que se accomoda ás nossas precisões, nossos desejos e até nossos caprichos; é igualmente serviçal às artes, às sciencias, á agricultura e á guerra; do mesmo modo sahe a espada, a rolha do arado, a gadanha, a fouce, a agulha, o buril, a mola do relógio, e da carruagem, a bússola, o canhão, e a bomba. É medicamento de muita virtude e o único dos metaes favoráveis ao corpo humano.²²⁵

²²² Relatório apresentado a Assembleia Geral na Terceira Sessão da Decima Quinta Legislatura pelo Ministro e Secretario de Estado Interino dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas José Fernandes da Costa Pereira Junior. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1874. ANEXO A-F-13, p.13.

²²³ Relatório apresentado a Assembleia Geral na Primeira Sessão da Decima Oitava Legislatura pelo Ministro e Secretario de Estado Interino dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas José Antonio Saraiva. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1882, p.180.

²²⁴ *O Auxiliador da Industria Nacional*, 8 de fevereiro de 1852, p.286.

²²⁵ *O Auxiliador da Industria Nacional*, 9 de setembro de 1874, p.414.

Antes da introdução do arado, a lida dos camponeses devia ser com certeza mais cansativa. A falta de instrumentos para lavrar a terra era tal que virava até motivo de briga. O historiador Antônio Otaviano relata um caso acontecido na cidade cearense de Icó, em 1817, onde uma grande confusão envolvendo assassinatos teve como motivo a não devolução de ferramentas para o trabalho na lavoura. Instrumentos como enxada, foice e machado não são constantes nos inventários feito pelas famílias cearense na virada do século XVIII para o XIX. O historiador credits isso ao fato de que somente pessoas abastadas deixaram testamentos, e que esses materiais encontravam-se com os trabalhadores pobres que quase nada deixavam de escritos.²²⁶

Se os inventários nos dizem pouco sobre as posses desses instrumentos de trabalho, silenciam mais ainda sobre a circulação dos mesmos. Em 1864 o presidente de província reclamava ainda da parca força produtiva do Ceará e atrelava a questão aos instrumentos rudimentares aqui usados na lida com a terra. Segundo Lafayette Pereira, a agricultura cearense, como em quase todo o império, é “ainda rudimentaria; faz-se com o machado, com a foice e a enxada, esses instrumentos de devastação, com que o colono português conseguiu a séculos penetrar o seio de nossas florestas”.²²⁷ O tempo dos objetos nos dava indícios do “nosso tempo”. Foice e enxada eram resquícios da colonização brasileira. Os “novos e melhores” objetos ainda não havia por aqui. Sendo assim, o trabalho agrícola e seus antigos objetos levavam a práticas rudimentares, de um outro tempo.

Havia outra maneira de lidar com a terra usando de um conhecimento antigo e eficaz: as queimadas. O geógrafo e membro da Comissão Científica Raja Gabaglia, escrevendo sobre a seca no Ceará, atribuía as queimadas influência sobre o fenômeno e responsabilizava parte da população por tais atos. Há um relato de Gabaglia sobre a questão, no qual se mostra surpreso pela naturalidade como a população local tratava do tema:

Ao tratar semelhante assumpto, lembro-me da conversação que tive com um morador do sertão, pessoa abastada e bem intencionada com a qual travei conhecimento em jornada; ao aprear-me no alpendre de sua casa e

²²⁶ VIEIRA JÚNIOR, Antônio Otaviano. *Entre o futuro e o passado: aspectos urbanos de Fortaleza (1799-1850)*. Fortaleza: Museu do Ceará, 2005, p. 254.

²²⁷ Relatório apresentado à Assembleia Legislativa do Ceará pelo Excellentíssimo senhor Dr. Lafayette Rodrigues Pereira por ocasião da instalação da mesma Assembleia no 1º de outubro de 1864. Rio de Janeiro: Typ. Brasileira, 1864, p. 26.

em seguimento de outros objectos me disse, ao mesmo tempo que estendia o braço apontando varios pontos do horizonte: “Veja, em poucos mezes tenho feito bastante... como vê: tudo isto... tudo isto.” Olhei com curiosidade, perscrutando ao que se referia; mas, em vão: era noite, e, diante de mim, divulgava a custo um amplo espaço que deixava ver ao longe duvidosos limites da estrada. O que? Perguntei de novo sem bem atinar ao que alludia-se, “Não vê!! retorquiu-me o interlocutor, pois não vê todo este limpo? Tudo isto era um Matão e eu puz-lhe fogo que agora faz gosto vê.”²²⁸ [Grifos no original].

Pelos casos acima citados percebe-se que a introdução de novas técnicas no país era necessária e urgente. Mas apesar de todos os atrasos vivenciados pela agricultura praticada no país e dos constantes reclames dos relatórios do presidente de província do Ceará e de outras instâncias, as mudanças ainda demorariam a acontecer. Sobre a lei de 1830, segundo o relatório do MACOP, “a maior difficuldade, pois, que se nos oferece consiste em definir com precisão o objecto do privilegio” e indagava-se se “deve-se privilegiar a invenção de todos os que sejam ou possam ser applicados á industria?”.²²⁹

Se invenção e progresso estavam associados à ideia de civilização, as estatísticas das invenções no Brasil colocariam o país na esteira de muitos outros. A Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, em artigo publicado em seu jornal em 1861, ressaltava a necessidade de se rever a lei de 1830, posto que esta acabou por virar um entrave para o progresso do país. Para mostrar isso, divulgou/comparou os números de patentes concedidas em outras nações, mostrando como o país estava aquém das nações ditas “civilizadas”:

²²⁸ GABAGLIA, Raja. Ensaio sobre alguns melhoramentos tendentes à prosperidade da província do Ceará. In. *Escritos de Guilherme de Capanema e Raja Gabaglia*. Fortaleza: Museu do Ceará/Secretaria da Cultura do Ceará, 2006, p. 70. (O referido texto de Gabaglia foi publicado em 1870, mas aqui ele se refere ao acontecido no ano de 1859).

²²⁹ Relatório apresentado à Assembleia Geral Legislativa na Segunda Sessão da Decima Quinta Legislatura pelo Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas José Fernandes da Costa Pereira Junior. Rio de Janeiro: Typographia Commercial, 1873, p. 23.

“O quadro indica o número de privilégios concedidos em 1857 nas principaes nações, comparado com as respectivas populações. Ele foi extraído do relatório da comissão das patentes publicado em Washington, capital dos Estados-Unidos”.²³⁰

Paizes	Nº das patentes	População
França	6.187	35.781,628
Estados-Unidos	2.910	23.191,918
Grã-Bretanha	2.115	27.511,447
Bélgica	1.413	4.368,972
Austria	724	36.514,466
Sardenha	185	4.368,972
Saxonia	116	1.828,732
Canadá	100	1.842,265
Hanovre	49	349.958
Prússia	48	16.923,721
Baviera	45	4.519,516
Paizes-Baixos	43	3.203,232
Suécia	32	3.482,541
Wurtemberg	25	1.733,213
Rússia	64	69.660,146
Brasil	4	4.750,000

O que nos interessa ressaltar aqui não é a relação entre população e patentes, até mesmo porque o censo populacional do Brasil seria realizado apenas em 1872,²³¹ mas sim a importância e a disseminação das invenções e sua ressonância nas práticas sociais. Afinal as descobertas tinham por finalidade promover o domínio do homem sobre o trabalho, mas não apenas o trabalho dito “braçal”, mas uma ampla modificação sobre a esfera das atividades humanas. Para que a tecnologia fosse sentida e reafirmada como necessária ela precisava ser vivenciada ou ter sua experiência compartilhada. Nesse sentido, a matéria do jornal da SAIN reafirmava a introdução dos usos das invenções no cotidiano dos países da Europa, onde as leis de patentes estimulavam os inventores:

Os inventores tem feito maravilhas em favor das donas de casa e das cosinheiras. Ao lado do aparelho de fazer caldo de carne, de fazer ferver os legumes e o chá, está a machina d'agglutinar o pó do carvão,— o systema aperfeiçoado de preparar as batatas. As leitarias não faltão aparelhos privilegiados de todos os modelos possíveis para bater a manteiga, e um amador de leite puro inventou o famoso aparelho d'ordenar

²³⁰ *O Auxiliador da Industria Nacional*, 1861, p. 150.

²³¹ Este censo seria o único a ser feito no Império. Houve tentativas de recenseamento no período colonial, mas seus dados são muito imperfeitos por não se dispor de condições materiais (instituições) capazes de realizar tal empreitada de forma satisfatória.

as vacas, com maior prazer da parte destas, como diz esse amador – inventor.²³²

No catálogo do Brasil confeccionado para a Exposição de Paris em 1867, reafirmava-se a liberdade de patenteamento, o chamado “Direito da propriedade das invenções”, sendo que a lei asseguraria privilégios exclusivos. O tópico sobre patentes não aparece no catálogo enviado para Londres em 1862 porque, ao que parece, devido ao pouco tempo e talvez devido à inexperiência da Comissão Organizadora, consta apenas os produtos enviados, a lista dos ganhadores de prêmios e uma advertência. Para o evento francês, o governo brasileiro elaborou uma lista de muitos “verbetes” sobre o país e, além das patentes, constava um item sobre a “Indústria”, onde o tema das patentes é retomado:

Ha no Brasil plena liberdade de indústria, garantida pela Constituição, contanto que não se oponha aos bons costumes á segurança e saude publica. Póde ser exercida, quer individualmente, quer por meio de associações; occupando-se o individuo de uma só industria, ou exercendo mais de uma. Nenhuma lei ou privilegio a restringe, senão nos casos excepcionaes do exclusivo em favor da invenções ou da introduccão de industria nova. Comquanto o Brasil não seja propriamente um paiz industrial, nem por isso a sua industria manufactureira tem deixado de progredir em muito de seus diferentes ramos (...). Ao introductor de ramo de industria uteis e importantes tem o governo por vezes concedido privilegio exclusivo como premio, ficando porém a concessao dependente da approvaçãõ do Poder Legislativo.²³³

Apesar de a nota afirmar que no Brasil “há liberdade plena de indústria”, o mesmo não se pode dizer a partir da tabela de patentes, que ao longo de décadas foram diminutas. Além da liberdade industrial não se opor aos bons costumes e saúde pública e ficando ao Poder Legislativo a responsabilidade pela concessão e pela introdução de invenções úteis, ou seja, uma fraca indústria era controposta por uma grande intervenção estatal, o resultado seria décadas de atraso técnico para o país e que deveria de alguma forma “recuperar o tempo perdido”.

As exposições, que figuravam como parte de um projeto civilizador, surgiam em forma de processo vetorial, que apontava para um futuro melhor e melhorado através da ciência. Se as novas tecnologias estavam ausentes no país, se as forças produtivas permaneciam estagnadas e o trabalho humano

²³² *O Auxiliador da Industria Nacional*, n.1, janeiro de 1866, p. 25.

²³³ *O Imperio do Brazil na Exposição Universal de 1867 em Pariz*. Rio de Janeiro: Typographia Universal Laemmert, 1867, p. 66 e 68.

ainda se via preso aos ciclos e às forças da natureza, a situação também não parecia ser eterna e imutável. Em janeiro de 1875, ao serem distribuídos os prêmios da exposição nacional realizada neste ano, reafirmava-se que “seria uma illusão acreditar que chegamos quando ainda caminhamos. O progresso não é cousa que se improvise; é um fim para o qual avançamos um pouco todos os dias”.²³⁴ Essa caminhada continuaria sendo ambicionada a cada participação do Império do Brasil nas exposições nacionais e universais. Sabia-se que havia um caminho a ser trilhado e que este caminhar se daria no tempo e graças a ele, pois seria o acontecimento que daria substância ao tempo.

A campanha feita contra a lei de patente de 1830 fez-se sentir já na Exposição Nacional de 1875 e de forma ainda tímida no evento de 1873. Neste ano, o romancista Joaquim Manoel de Macedo participou como “Jury da Terceira Exposição Brasileira em 1873”. Em seu relatório, ressaltava que as exposições universais tinham como função inventariar as forças produtivas naturais e industriais de cada país, estudar e comparar as riquezas das mais diversas nações e somar tudo isso num “inventário universal”. Destacava também a necessidade de se universalizar as invenções técnicas:

O inventor expõe e desde que expõe, os imitadores copiam, concorrem e vendem: onde está em tal caso o privilegio da invenção?... O privilegio e o monopolio são inimigos do progresso; mas a consequência é que em proveito da humanidade e da civilização deve-se banir dos códigos o direito de propriedade sobre invenções e obras da intelligencia ou da imaginação do homem, ou do contrario respeitá-la em todas as produções.²³⁵

O discurso “universalista” de Macêdo estava em sintonia com um liberalismo típico do século XIX, mas que não se refletia nas relações entre as nações, pois quase todas praticavam o protecionismo. Talvez a única nação de livre-mercado na prática e na teoria fosse a Inglaterra, e isso se dava porque suas imensas colônias lhe davam vantagens e garantias em quase todas as trocas comerciais. Os fatores que levaram a Inglaterra a se tornar um país industrial foram tanto o estímulo dado às invenções técnicas como o controle das mesmas, uma vez que, no século XVIII, era proibido qualquer artífice ou empregado de manufaturas no império britânico ensinar ou praticar seu ofício

²³⁴ *O Auxiliador da Industria Nacional*, n.1, janeiro de 1875, p. 38.

²³⁵ MACÊDO, Joaquim Manoel de. Terceira Exposição Brasileira de 1873. Relatório do secretario geral do Jury da exposição Dr. Joaquim Manoel de Macedo. Rio de Janeiro: Typographia da Reforma, 1875, p.17.

em qualquer outro país. A técnica tida como universal era produzida e controlada dentro de uma estrutura político-econômica que dividia e ordenava os países entre produtores e fornecedores de matéria-primas.²³⁶

Em 1875, acontecia no Brasil a exposição que poderíamos chamar a mais “técnica” de todas, já que aconteceram duas exposições paralelas: A Exposição Nacional e a Exposição de Obras Públicas. Os dois eventos ocuparam os três andares e as dezoito salas do recém inaugurado prédio do Ministério da Agricultura, Comércio e obras Públicas.²³⁷ Este evento tentava levar ao público as novas invenções e possibilidades de melhoramento da estrutura técnica do país. Expor seria a forma mais viável de difundir e didatizar a ciência nacional.

Após alguns avanços sobre as leis das patentes, essa exposição visava um maior “melhoramento” tanto no que diz respeito aos ofícios desenvolvidos no país quanto a uma estruturação material, daí a exposição de obras públicas. Segundo a pesquisadora Maria Inez Turazzi, a própria classificação dos objetos solicitados para o evento já trazia avanços em relação aos anteriores. Das dez seções das Instruções, seis destinavam-se a utensílios, máquinas e processos.²³⁸

A partir da década de 1870, as Exposições Nacionais vão mudando de caráter e arregimentando um discurso mais instrumental e industrial. Se até a Exposição Universal da Filadélfia, em 1875, argumentava-se que “a natureza parece ter destinado o Brasil, para um dos primeiros países agrícolas do mundo”, em 1881 o tom era dado pela Primeira Exposição da Indústria Nacional, organizada pela Associação Industrial e com a colaboração do Clube de Engenharia. As propostas e as funções das exposições variavam de evento para evento, com muitas continuidades. Dentre as permanências, estava a possibilidade de se “paginar”, localizar e utilizar as imensas riquezas de um país de dimensões continentais como o Brasil. Registrar por escrito os “avanços” também era uma boa maneira de estabilizar e comparar o movimento obtido, ou seja, o caminho trilhado pelo progresso.

²³⁶ PLUM, Werner. *Exposições no século XIX: espetáculos da transformação Sócio-Cultural*. Bonn: Friedrich-Ebert-Stiftung, 1979, p. 85.

²³⁷ TURAZZI, Maria Inez. A exposição de Obras Públicas de 1875 e os “produtos da ciência, do engenheiro, do geólogo e do naturalista. In. *Ciência, Civilização e Império nos trópicos*/ [Organizaçã, Alda Heizer, Antônio Augusto Passos Vieira]. Rio de Janeiro: Acess, 2001, p. 155.

²³⁸ Idem, p. 156.

2.5. O tempo das exposições.

Se as exposições divulgavam o que mostravam é possível supor que, ao trabalhar os sentidos dos visitantes, acabava-se também por gerar excessos de expectativas. Ideias em “processos” e projetos futuros figuravam nos eventos como sendo o desejo manifesto do possível, do devir. O imaginário de que as máquinas poderiam libertar o homem do “reino da necessidade” para o “reino da liberdade” misturava o real com o imaginário. Maria Inez Turazzi, em seu estudo sobre as fotografias nas exposições universais, discute como as imagens, além de sua materialidade, elaboravam também um discurso da sociedade que se formava nos moldes da sociedade burguesa do século XIX. A autora aborda em determinado momento de sua pesquisa como as novas tecnologias alentavam um imaginário quase fantástico sobre os contemporâneos dos eventos expositivos. Ela nos fornece uma passagem onde figura a proposta de uma máquina voadora, desenvolvida por um sujeito em Baltimore (Estados Unidos) e publicada no *Science American* em 1865. A citação é a seguinte:

Prezado Editor,
Nos últimos meses os senhores publicaram vários artigos sobre máquinas-voadoras, sem dúvida esperando que tais projetos se materializem no futuro. Há anos venho acalentando uma ideia que, no entanto nunca pude colocar em prática (...). No desenho que segue anexo indiquei como as aves por meio de jaquetas fixadas em volta de seus corpos, poderiam ser ligadas a uma estrutura circular de tubos dos que carregariam nas alturas uma cesta de metal grande o bastante para sustentar um homem, formando assim uma máquina voadora natural (...). Não poderia tal invenção levar a um meio de transporte aéreo extremamente simples e econômico?²³⁹

Geralmente eram, os eventos simples e econômicos aqueles que acabavam por despertar mais interesse no público, porque se mostravam ao acesso de todos. Embora a proposta da invenção seja simples e miraculosa, o autor diz que há anos vinha pensando na ideia. Olhando de forma isolada, o fragmento do “inventor” americano parece um tanto que sonhador, mas ampliando a escala e passando para o outro lado do oceano Atlântico encontraremos ideias mais ousadas e também mais elaboradas no continente europeu. Basta uma olhada nos títulos das obras de Júlio Verne para

²³⁹ TURAZZI, Maria Inez. *Poses e trejeitos: a fotografia e as exposições na era do espetáculo*. Rio de Janeiro: Rocco, 1995, p.41.

percebermos que se vivia na era das invenções. Os projetos desenvolvidos e expostos nas grandes exposições não eram mera tentativa de antecipar o futuro e sim meios de moldar novas subjetividades, onde a relação com o tempo parecia domesticada pelos trilhos seguros do progresso.

Um exemplo do quanto as exposições faziam vislumbrar o futuro está no livro, já citado, *Da Terra à Lua*, escrito em 1865. Nele, Júlio Verne aposta na ideia de um canhão que podia jogar um projétil feito de alumínio e contendo um homem dentro até a Lua. O ousado dessa proposta é que, embora os usos provenientes do alumínio tenham sido apresentados pela primeira vez na exposição de Paris de 1855, o uso intensivo do material iria se popularizar apenas no final do século XIX, e só no século XX teria uma produção significativa.²⁴⁰

A possibilidade antecipada pelo futuro, mesmo que expressa apenas em devaneios literários, transforma-se em desejo escriturário e novas formas de desenhar o tempo da experiência. Paul Ricoeur, em seu livro *Tempo e Narrativa*, sugere que a “antecipação” é também resultado da imaginação. Para o filósofo, “parece que o futuro só pode ser representado com a ajuda dessas narrativas antecipadoras [utopias] que transformam o presente vivo em futuro anterior: esse presente terá sido o começo de uma história que será um dia contada”.²⁴¹

Essa nova forma de contar histórias precisaria de acúmulos ao longo do percurso, do processo. Ao menos era essa a proposta da primeira *Exposição de História do Brasil* aberta ao público em 2 de dezembro de 1881, aniversário de D. Pedro II. A Exposição teve como principal meta um grande inventário de fontes históricas sobre o país, existentes tanto em arquivos nacionais quanto estrangeiros. Desta investigação resultou um catálogo de fontes em três tomos. Grande parte dos documentos arrolados eram estampas, litografias, pinturas,

²⁴⁰ Segundo Werner Plum, “depois da publicação do romance [de Júlio Verne] passaram-se ainda 30 anos antes que o alumínio viesse a se tornar interessante para a indústria. Em fins do século XIX a sua produção anual perfazia de 5 a 6 mil toneladas. Somente em 1950 é que a produção mundial subiu a 1,6 milhões de toneladas e se alcançou de repente até 1973 a 12,5 milhões de toneladas”. PLUM, Werner. *Exposições no século XIX: espetáculos da transformação Sócio-Cultural*. Bonn: Friedrich-Ebert-Stiftung, 1979, p. 114.

²⁴¹ RICOEUR, Paul. *Tempo e narrativa: o tempo narrado*. Vol. III. São Paulo: Martins Fontes, 2010, 440.

fotos de paisagens, vistas marinhas etc.²⁴² Ao se incluir documentos que não eram de natureza estritamente escrita desejava-se mais dar a ver (através das imagens) do que “mostrar os fatos brutos”. Visualizar a história passava a ser também um ato lúdico de olhar para as paisagens do passado e sentir nelas as mudanças que se efetivaram graças ao progresso. Olhar a história nacional através da Exposição e de seu catálogo era também uma forma de ler e entender o transcurso do tempo da nação brasileira, que ganhava uma biografia repleta de eventos.

A ideia de se realizar uma exposição da história da nação, segundo o historiador José Honório Rodrigues (que escreveu o prefácio da segunda edição do catálogo em 1981, em comemoração ao centenário da exposição), fora planejada pelo Ministério do Império, chefiado pelo Barão Homem de Mello, que com o apoio do diretor da Biblioteca Nacional, Benjamin Franklin Ramiz Galvão, decidiram organizar uma série de conferências sobre História e Geografia que seriam realizadas na Biblioteca Nacional. A proposta foi oficializada em fins de 1880 e aconteceria no fim do ano seguinte.²⁴³ De pronto, formou-se uma equipe para os trabalhos tendo como destaque a atuação de Ramiz Galvão. Outro destacado membro desse grupo fora o historiador cearense Capistrano de Abreu.

Dias depois da abertura da Exposição de História ocorreu, também no Rio de Janeiro, a 12 de dezembro de 1881, a abertura da Exposição da Indústria Nacional. Esse último evento tinha como meta servir como preparação para a Exposição de Buenos Aires, aberta em inícios de 1882. Como de praxe, a exposição fez um inventário das riquezas naturais do país. Mas o catálogo da exposição inovou ao convocar os industriais a tomarem o progresso como meta, e embora ressaltasse a ajuda dada pelo governo imperial para a realização do evento, acusava a tutela oficial pela parca participação de particulares no evento.²⁴⁴ O catálogo dessa exposição também reiterou diversas vezes a necessidade do país de proteger sua indústria num cenário econômico onde as grandes potências imperialistas pregavam a livre

²⁴² AMADEO, Maria Eliza; KURY, Lorelay. O Catálogo de Exposição de História do Brasil (1881). *Anais da Biblioteca Nacional*, Rio de Janeiro, Vol. 120, 2006, p. 330.

²⁴³ RODRIGUES, José Honório. Introdução. In: Catálogo da Exposição de História do Brasil. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1981, p. X. (Edição Fac-similar).

²⁴⁴ *Arquivos da Exposição da Indústria Nacional. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1882, p. XXXIV.*

concorrência e praticavam um forte protecionismo interno, sinais de um novo arranjo geopolítico. A Exposição Industrial de 1881 tinha um caráter voltado ainda mais para a industrialização do país e tentava arregimentar novos setores da sociedade na busca de um discurso que tirava do Brasil sua suposta vocação agrícola e redimensionava as forças produtivas do país para a indústria.

Essas duas exposições (de história e industrial) mostraram receptividades bem diversas. A Exposição de História do Brasil ficou aberta ao público entre os dias 2 de dezembro de 1881 e 2 de janeiro de 1882 e teve 7.621 visitantes.²⁴⁵ Já a Exposição da Indústria Nacional ficou aberta entre os dias 12 de dezembro de 1881 e 30 de janeiro de 1882, sendo visitada por 62.000 pessoas.²⁴⁶ Por que a exposição industrial atraiu bem mais público do que a de história? O grande público, nas exposições industriais, já era parte do evento, mas contrasta enormemente com a baixa visitação na exposição de história do Brasil. A exposição de 1861 teve 50.703 visitantes; 52.824 visitantes na exposição de 1866; 41.996 visitantes na exposição de 1873 e 67.568 em 1875.²⁴⁷ É possível que as repetidas exposições nacionais tenham, aos poucos, formado seu público, ao contrário da primeira exposição de história. Num único dia a exposição industrial de 1873 chegou a ser visitada por 8.500 pessoas, número superior ao período de todo um mês em que a exposição de história esteve aberta.²⁴⁸

As salas destinadas à Exposição de História foram nomeadas com os “grandes” homens da nação, sendo que a primeira sala tinha o simbólico nome de Pedro II, contando ainda a sala de Ayres de Casal, Varnhagen e Silva Lisboa Veloso.²⁴⁹ No catálogo dessa exposição, as obras foram divididas entre Seção Literária e Seção Artística, e as duas subdivididas em outras. Mas se a exposição era de história e também de geografia, por que não dividir o catálogo entre essas duas disciplinas? Talvez a literatura e a arte fossem campos mais

²⁴⁵ Relatório apresentado à Assembléia Geral na Segunda Sessão da Decima Oitava Legislatura pelo Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio Rodolpho Epiphanyo De Souza Dantas. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1882, p. 43.

²⁴⁶ *Arquivos da Exposição da Indústria Nacional*, 1882, p. XVII.

²⁴⁷ AZEVEDO, Moreira. *O Rio de Janeiro: sua história, monumentos, homens notáveis, usos e curiosidades*. Tomo II. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1875, p. 261.

²⁴⁸ TURAZZI, Maria Inez. *Iconografia e patrimônio: o catálogo da Exposição de História do Brasil e a fisionomia da Nação*. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2009, p.104.

²⁴⁹ RODRIGUES, Op. Cit., p. XI.

estabelecidos no meio intelectual brasileiro, que também buscava a autonomia de outras disciplinas. E embora as salas das exposições tivessem nomes relacionados ao de um Imperador, geógrafo ou historiador, é possível acreditar que esses nomes poucos importavam para a massa da população, composta majoritariamente de analfabetos e excluídos socialmente. A Exposição de História do Brasil tinha trações personalistas, onde a história era escrita para celebrar os grandes feitos dos grandes homens, ideia típica do pensamento histórico do século XIX. Talvez daí o alheamento de parte da população, pois a Exposição não fora feita para elas. Seu intuito era arregimentar uma massa documental sobre o país.

Embora o Brasil não possuísse uma economia industrializada, também era verdade que isso não privava o país de desfrutar de produtos mais “requintados” vindos do estrangeiro. Talvez por isso o imaginário se voltasse mais para ver coisas “curiosas”. As pessoas deslocavam-se para ver as últimas invenções. No catálogo da exposição de 1881 percebe-se novos arranjos discursivos, tais como um maior protecionismo do governo central em relação à indústria nacional e uma crítica à falta de iniciativa privada pois, como já foi ressaltado, os industriais estavam muito acostumados com as benesses do governo. O novo tom do catálogo é reiterado várias vezes, tendo como foco a necessidade de se industrializar e zelar pelos produtos nacionais:

Muitos productos expostos foram uma verdadeira revelação para o nosso publico, pois eram até então desconhecidos como sabidos de nossas fabricas, graças aos titulos e rotulos estrangeiros com que no commercio os encontravamos. Esse triste subterfugio, de procedência supposta, revela bem claramente quão acostumados ainda estamos aos productos estrangeiros e de quanta importancia serão as exposições para arrancar pouco a pouco o fatal preconceito contra o que é nosso, e praticamente ensinar-nos a conhecer e a estimar o que já possuímos no paiz e até que ponto podemos, senão dispensar a importação do similar estrangeiro, ao menos encontrar na competencia nacional largo campo em que o preço e a qualidade melhor possam ser pesados pelo consumidor.²⁵⁰

A exposição, além de desvelar as qualidade dos produtos nacionais, queria também elaborar novos valores, ou melhor, novos projetos de desenvolvimento para a nação, mudando o foco do potencial da riqueza nacional, que fora há muito tempo propalada, de que o Brasil era um país agrícola e era nela que residia a maior fonte de renda. Por outro lado, sabia-se

²⁵⁰ *Arquivos da Exposição da Industria Nacional*, Rio de Janeiro: 1882, p. XVIII.

que a indústria nacional não tinha como concorrer com a estrangeira, tampouco fornecer ao mercado interno produtos de qualidade igual aos importados, daí o grande paradoxo do protecionismo nacional: ele privaria o país de produtos que não tinham como ser produzidos internamente. No catálogo de 1881 buscava-se negar as afirmativas dos catálogos anteriores e consolidar a necessidade de se industrializar o país. Negava-se a propalada ideia da nação brasileira como sendo agrícola e se propunha um país mais industrializado. Na verdade buscava-se sair de um estágio para outro:

Durante muito tempo foi moda aqui dizer-se que o Brazil devia ser um paiz essencialmente agricola. Dizemos que foi moda por que realmente não podemos admittir que essa sentença fosse o resultado de um estudo serio das nossas condições, recursos e aptidões. Foi uma chapa por muito tempo repetida e que grande mal nos tem feito. Como todos os paizes começámos pela agricultura e durante muito tempo não cuidámos da industria.²⁵¹

Enquanto a Exposição de História buscava “organizar” o passado, a Exposição da Indústria Nacional voltava-se para a liberação dos “recursos e aptidões” do país, ou seja, elaborava projeções a serem realizadas. Podemos pensar essas duas exposições como antípodas? Como uma nova sensibilidade em relação ao tempo, ou um novo “regime de historicidade” que perpassava e se materializava nas exposições? As duas exposições, embora lidassem com tempos diferentes, uma voltada para o passado e a outra para o futuro, acabavam por ligar um ao outro, dando uma história passada e uma abertura para o futuro. O que estava em pauta eram as temporalidades vivenciadas no país. Sabia-se de um passado e se planejava um futuro. Era essa a proposta veiculada pelas duas Exposições. O tempo seria a esteira que cimentaria as mudanças no país.

O historiador François Hartog sugere o termo “regime de historicidade” como sendo aquele capaz de nos auxiliar a entender e a descrever as múltiplas maneiras como determinada sociedade, em certo momento histórico, relaciona-se com a passagem do tempo. Pois como era ressaltado em 1881, “começámos pela agricultura e durante muito tempo não cuidámos da industria”, deslocava-se o discurso fisiocrata, onde a riqueza vinha da terra, para um modo de produção voltado para a técnica agrícola, e se havíamos começado na agricultura agora era momento de “avançar” para a indústria, a

²⁵¹Arquivos da Exposição da Industria Nacional, Rio de Janeiro: 1882, p. XXXVIII.

ideia de movimento de uma “degrau” para o outro só era possível devido a uma temporalização da história humana.

O conceito de “regime de historicidade” parece se aplicar bem à sociedade brasileira na virada do século XIX para o XX, época em que as mudanças sociais e políticas geraram novas formas de perceber e planejar o tempo. O positivismo e os ideais republicanos, o movimento abolicionista, a chegada de imigrantes no sul do país, dentre outros eventos, mostraram as fragilidades e o atraso do império, ensejando o desejo de mudanças. Daí a aposta na ciência e na indústria como sendo o vetor privilegiado dessa nova página a ser escrita. Segundo Hartog:

O tempo histórico, se seguirmos Reinhart Koselleck, é produzido pela distância criada entre o campo da experiência, de um lado, e o horizonte de expectativa, de outro: ele é gerado pela tensão entre os dois lados (...). Para Koselleck, a estrutura temporal dos tempos modernos, marcado pela abertura do futuro e pelo progresso, caracteriza-se pela assimetria entre experiência e expectativa. A partir do final do século XVIII, essa história pode esquematizar-se como a de um desequilíbrio que não parou de crescer entre essas duas, sob o efeito da aceleração.²⁵²

Mas a aceleração provocava inevitavelmente o acúmulo, que poderia ser descrito como o progresso em marcha. As exposições transformaram-se na materialização, não apenas do acúmulo, mas na possibilidade de acumular e ordenar os fatos transcorridos no processo histórico dentro de uma perspectiva evolucionista. A cada novo evento mostravam-se os avanços tecnológicos obtidos no país e o quanto eles ainda poderiam se desenvolver com o tempo. Retomava-se o passado para projetar o futuro. Escrevendo em 1875 sobre a exposição nacional ocorrida nesse mesmo ano, o médico e escritor (e membro da comissão organizadora da mesma exposição) Rozendo Muniz desejava que em 1922 fossem exibidos no Rio de Janeiro os melhores produtos do mundo civilizado, e que o centenário da pátria fosse festejado tanto “pela eficácia de libérrimas instituições, quanto pelas utilizadas forças da mais opulenta natureza”.²⁵³ O ano 1922 chegaria inevitavelmente, não mais com a manta do Império, e sim com vestes republicanas, e no evento seria flagrante a tensão entre o novo regime (de 1889), que negava e celebrava o antigo (o Império).

²⁵² HARTOG, François. *Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo*. Belo Horizonte: Autêntica, 2012, p. 39.

²⁵³ *Apud* KUHLMANN JÚNIOR, Moisés. *As grandes festas didáticas: a educação brasileira e as exposições universais*. Bragança Paulista-SP: Editora Universidade de São Francisco, 2001, p. 57.

O prospectivo e retrospectivo foi retomado e reafirmado também na Exposição Nacional de 1908:

A EXPOSIÇÃO NACIONAL de 1908, sendo destinada a marcar no caminho dos séculos o primeiro estágio da vida no Brasil no mundo civilizado, sem a dependência do vínculo colonial que prendia seu comércio nas relações internacionais, deve também apresentar aos olhos dos visitantes com os productos de sua actividade no comércio, na industria e na agricultura, assim como nas ciências, nas letras e nas artes, o aspecto geral do seu território, de sua população e do seu movimento social e economico. A luz da historia, reflectindo nesse quadro brilhante e animado do seu estado actual, fará apparecer desde logo, ao primeiro relance, sem necessidade de demorado e minucioso exame da multidão variada de artefactos vistosamente arrumados em mostruarios e pavilhões, o progresso da vida nacional neste primeiro século de sua existência.²⁵⁴

A exposição de 1908 fez um primeiro balanço “secular” do país: a vinda da família real para o Brasil em 1808 na pauta das grandes mudanças ocorridas na Europa do século XIX. Fugindo de Napoleão e de seu famoso exército, a família real portuguesa também fazia história, pois pela primeira vez um monarca europeu aportava em sua colônia. A abertura dos portos às nações amigas e uma série de mudanças trazidas por D. João VI foram configuradas como o primeiro momento de ruptura com o antigo pacto colonial e o início da independência brasileira. Em 1908 ressaltava-se o progresso feito pelo país quando este se desvinculava da tutela portuguesa em suas relações comerciais, liberando as forças produtivas da nação e permitindo a esta se afirmar de forma direta no comércio internacional. Buscava-se nessa exposição um balanço da evolução econômica efetivada no país, e para isso buscou-se, através de várias comissões, angariar nos estados os dados referentes ao comércio nacional para que fossem disponibilizados no “Boletim Comemorativo da Exposição de 1908”.

O “progresso da vida nacional”, o “movimento social e econômico” nesse “primeiro século de sua existência” aparecem não apenas vistosamente arrumados em mostruários, mas, principalmente, especializados no transcurso do tempo. O tempo do progresso aqui se configurava como um tempo dilatado, onde as realizações, mesmo que acontecidas no tempo, são antecipadas a este. As realizações materiais são tantas que somente um mostruário arrumado seria capaz de dizer e mostrar os acontecimentos acumulados em

²⁵⁴ *Boletim Comemorativo da Exposição Nacional de 1908*. Rio de Janeiro: Typografia da Estatística, 1908, p. V.

um século. Como bem ressaltou o Boletim comemorativo de 1908, “comparada a nossa esquadra de navios de guerra e mercantes e o nosso actual commercio de importação e exportação com o daquele tempo [1808], o progresso parece de mil anos e não de apenas um século de vida nacional”.²⁵⁵ A aparente dilatação de mil anos em apenas cem configura-se também na possibilidade de se pensar um constante distanciamento entre as pontas dessa história, ou seja, uma aparente distância de mil anos entre 1808 e 1908. Entre uma data e outra, segundo o boletim, “o progresso sob todos os pontos de vistas sociais e econômicos é tão extraordinário que o período anterior parece uma era anti-diluviana”.²⁵⁶

Configurava-se de fato um novo regime de historicidade. O distanciamento entre o “espaço de experiência e o horizonte de expectativa” passava a compor a nova forma de se relacionar com a passagem do tempo. Mas essa passagem precisava ser entendida e domesticada, reforçando assim a relação temporal. Segundo Hartog, “o progresso, em seguida, é fortemente colocado em perspectiva. As formas de civilização que éramos levados a imaginar *como escalonadas no tempo* devem, preferencialmente, ser vistas como *desdobramentos no espaço*”.²⁵⁷

As exposições nacionais mostravam-se belos experimentos para escalonar o progresso, desdobrando-se em espaços de tempo. O tempo passaria a contar também a partir do espaço, pois em 1908 comemorava-se não uma “independência” e sim a abertura dos portos brasileiros ao mundo. Agora os portos do Brasil poderiam negociar diretamente com outros países. A entrada do país no comércio mundial nos dava um lugar específico no concerto das nações e do mundo “civilizado”. A comemoração do centenário da abertura dos portos brasileiros “não poderia ser feita de modo mais útil e significativo do que por meio de uma exposição nacional” que “representasse a summa da nossa evolução durante um século”.²⁵⁸ Comemorar um século de abertura dos portos e atividades econômicas era uma forma de dar um contínuo histórico,

²⁵⁵ Idem, p. VI.

²⁵⁶ Idem, p. VI.

²⁵⁷ HARTOG, Op. Cit., p. 35 (itálicos no original)

²⁵⁸ Relatório apresentado ao presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil pelo Ministro do Estado da Industria, Viação e Obras Publicas Miguel Calmon Du Pin e Ameida no anno de 1908, 20º da Republica, Vol. I. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1908, p. XVI.

pois “toda medição reúne pontos distantes e, portanto, estabelece proximidades onde antes havia distância”²⁵⁹

Em 1922 comemorou-se o centenário de independência da nação brasileira, e mais uma exposição nacional foi realizada para contar essa história. O desejo manifesto em 1908 de incluir o país no *mapa mundi* deu resultados, pois a exposição nacional de 1922 ganhou ares de um evento internacional, já que alguns países resolveram participar da festa. Ressalta-se que o evento não se caracterizou como internacional; não fora escolhido como sede pelos países de capitalismo mais desenvolvido. O evento era nacional e portanto local, mas acabou tendo alguns países como participantes dos festejos com pavilhões próprios (Argentina, Estados Unidos, Portugal, Inglaterra, Bélgica, França, Noruega, México, Itália, Dinamarca, Suécia, Tchecoslováquia e Japão), e apenas no decorrer da organização da Exposição é que o termo internacional surgiu. A exposição que comemorava cem anos de independência teria certa dificuldade em lidar justamente com aquilo que comemorava: o tempo.

Até meados do ano de 1920 a exposição não fazia parte dos planos do governo republicano, mas já era, por parte da imprensa local, objeto de cobranças e perspectivas. O jornal *O Paiz* de 3 de julho de 1920 trouxe uma matéria intitulada “Projetos para o Centenário”, em que dava notícias sobre a apresentação de uma proposta feita pelo Sr. Ralph Cobram, empresário britânico com interesses econômicos no Brasil. Segundo o jornal, Cobram apresentou ao Ministro Simões Lopes “um projeto para a instalação, às suas expensas, de uma exposição internacional no Rio de Janeiro, em setembro de 1922, como parte das comemorações do centenário”.²⁶⁰

Segundo o pesquisador Marco Aurélio Martins Santos, a “má vontade” do governo republicano em comemorar o centenário estava disposta no próprio calendário cívico desse regime que instituiu, em 1890, o sete de setembro como o dia da “independência do Brasil” e o 15 de novembro o dia de “comemoração da pátria brasileira”. Ou seja, comemorava-se a nação na parte

²⁵⁹ ARENDT, Hannah. *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009, p.266.

²⁶⁰ SANTOS, Marco Aurélio Martins. Exposição do centenário do Brasil. In: *História das estatísticas brasileiras: estatísticas legalizadas (1889-1936)*. Rio de Janeiro: IBGE, 2006, p. 278.

mais importante, o dia 15 de novembro.²⁶¹ A organização da exposição tentou fazer “uma mistura entre os tempos”. Se a data em voga eram os cem anos de vida independente da nação, que não só começou no Império, mas teve nele suas largas páginas de história, o regime, republicano com suas poucas décadas de existência (e seus muitos desencantos), tentou reelaborar e apresentar o tempo republicano como sendo o do progresso. Usando da medalha comemorativa do evento, o pesquisador Marco Aurélio Martins Santos dissecou a questão:

Os visitantes do espaço da “ciência da certeza” [pavilhão das estatísticas] teriam a oportunidade de conferir os resultados do Censo recente e receber um medalhão de bronze comemorativo da data, com o número total da população brasileira em 1º de setembro de 1920. A propósito, este medalhão veio a se constituir em prova viva, concreta, da implicância do governo republicano com a data da independência brasileira. Senão, vejamos. Em um de seus lados, vê-se a reprodução do “Grito do Ipiranga” e duas figuras alegóricas apoiadas no dístico “1822 – 1922”. No outro, está a efígie do presidente Epitácio Pessoa, entre louros, ladeado pelas frases “população brasileira em 1889 14.058.751” e “população brasileira em 1922: 30.635.605”. E resta, então, a pergunta que não quer calar: por que não foi incluída a população brasileira em 1822, ano da Independência? Se no ano em que as margens plácidas do Ipiranga ouviram “o brado retumbante de um povo heróico” não houve censo, em 1889 também não houve. O número atribuído à população neste ano foi fruto de estimativas, o que poderia ser feito igualmente para 1822. Aquela foi mais uma forma de marcar o ano da proclamação da República em uma comemoração de data festiva a partir de um ato do tempo do Império. Comemoração do centenário, sim, mas nos termos republicanos.²⁶²

A exposição foi aberta à meia-noite do dia 7 de setembro de 1922 com muitos navios nos portos do Rio de Janeiro e o estilhaçar dos fogos de artifícios. Aliás barulho não deve ter faltado na exposição, pois nela ocorreu a primeira transmissão de rádio feita no Brasil. O presidente Epitácio Pessoa “fez um discurso pelo rádio que foi captado por oitenta aparelhos importados dos Estados Unidos em vários pontos da exposição”.²⁶³ O evento foi visitado por 3.626.402 pessoas, uma média de 12.723 por dia (a exposição ficou aberta de 7 de setembro de 1922 a 24 de julho de 1923).²⁶⁴ Cem anos de história e muito

²⁶¹ Idem, p. 273.

²⁶² Idem, p. 561.

²⁶³ DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. O Brasil no mundo: idealismos, novos paradigmas e voluntarismo. In: *Abertura para o mundo* (1889-1930). Lilia Moriz Schwarcz. Rio de Janeiro: Objetiva, 2013, p. 165.

²⁶⁴ SANTOS, Marco Aurélio Martins. Exposição do centenário do Brasil. In: *História das estatísticas brasileiras: estatísticas legalizadas* (1889-1936). Rio de Janeiro: IBGE, 2006, p. 290.

ainda a ser caminhado nos “trilhos do progresso”, principalmente depois da I Grande Guerra Mundial, quando a ideia de progresso é posta em xeque e os países pobres sofrem as consequências econômicas que se generalizou com a grande crise de 1929. Seja como for, o país acumulava e mostrava, quantificava e acrescentava.

Como em todas as exposições, o documento máximo era o catálogo. Mas agora este mudara de nome, pois a ocasião exigia mais requinte e elaboração. O *Livro de Ouro* foi o livro escolhido para contar os cem anos da nação e guardar as lembranças da exposição nacional. Em sua introdução consta o seguinte:

O primitivo plano de organização deste livro apenas abrangia uma calorosa homenagem comemorativa da maior data da História brasileira. Tornou-se, porém, tão complexa a série de comemorações, tomou um tal carácter de grandeza e internacionalidade a grande exposição, que julgamos de melhor aviso ampliar o plano traçado, de forma a poder abranger as mais brilhantes festas e homenagens, todas as notáveis solemnidades a realizar durante o anno de 7 de Setembro de 1922 a 7 de setembro de 1923. E assim é que á parte propriamente original do Livro, subscrita por alguns dos mais ilustres escriptores brasileiros, juntámos excerptos de trabalhos commemorativos publicados em jornais ou revistas, fizemos o resumo das festas, homenagens e congressos, reproduzimos aspectos da Exposição, demos enfim o balanço mais exacto possível do que foi o 1º Centenario da Independencia do Brasil.²⁶⁵

A parte mais original do livro foi a necessidade de se ampliar a escrita sobre a trajetória da nação brasileira. Afinal, o progresso vivenciado pelo país punha o passado como sendo uma era “anti-diluviana”. O resumo mais exato passava também pelo acúmulo de notas esparsas, publicações novas, jornais e congressos. Buscava-se identificar o discurso sobre a nação como sendo a própria nação e a Exposição era um marco desse processo, devendo ser também lembrada e guardada na memória nacional. Não foi casual que o Museu de História Nacional tenha sido fundado em 1922 e estivesse alocado no pavilhão das Grandes Indústrias da Exposição Internacional. Em 1924, quando Museu de História Nacional abriu sua primeira exposição de longa duração, havia a Galeria das Nações, onde estavam expostos fragmentos dos pavilhões do centenário de 1922 e bandeiras dos países que participaram do evento. A Exposição servia também como marco dos avanços trilhados pelo

²⁶⁵ *Livro de Ouro Commemorativo do Centenario da Independencia do Brasil e da Exposição Internacional do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Edição do Anuario do Brazil, 1923.

país e guardava estes marcos como espaços de delimitação da passagem do tempo e seus feitos.²⁶⁶

Para além da exposição (do centenário e do progresso), o que de mais moderno se manifestava no evento era a própria possibilidade de que a história pudesse ser reescrita, posto que no decorrer do tempo, segundo o catálogo, o acúmulo fora progressivo. Moderno também porque, segundo Koselleck, “siempre se há reescrito para corrigir lo falso; reescribir porque la perspectiva cambiante del presente permite descubrir que algo nuevo es algo que solo se hace desde el siglo XVIII”.²⁶⁷ Essa nova escrita que se deseja moderna acaba também por estabilizar a nação. Assim, as palavras ordem e progresso podem ser substituídas pelo dinâmico e estático. A nação era posta em movimento na medida em que o conhecimento sobre ela se modificava, sendo a escrita da história o que possibilitaria a mudança de perspectiva sobre o país. O próprio Varnhagen, ao escrever o prefácio da segunda edição de sua obra lembrava que muitos fatos inéditos foram trazidos a luz com a publicação da primeira edição de seu livro, e reiterava que “não duvidamos declarar que nesta edição se não encontra ainda a nossa ultima palavra”, mas “sim em um exemplar, com grandes margens, em que vamos fazendo correccões, que se aproveitarão por ventura algum dia em um simples suplemento a esta”.²⁶⁸

Se na Exposição Industrial de 1881 alardeava-se que “muitos productos expostos foram uma verdadeira revelação para o nosso publico, pois eram até então desconhecidos”, o mesmo pode ser aplicado às exposições nacionais, pois estas tinham o caráter de escrever uma nova história, não necessariamente para corrigir o falso, mas para acrescentar verdades, aparecidas ao olhar de forma retrospectiva com o “passar dos tempos” da nação. Para narrar o centenário de 1922, o *Livro de Ouro* inicia-se com o texto intitulado “Vaz de Caminha e sua carta” e o descobrimento. Se a nação não tinha mil anos de progresso tampouco o tinha apenas cem. Alargava-se cada vez mais a história do país e assim as possibilidades de se incluir novas datas

²⁶⁶ MAGALHÃES, Aline Montenegro. *Culto da saudade na casa do Brasil: Gustavo Barroso e o Museu Histórico Nacional*. Fortaleza: Museu do Ceará/Secult, 2006, p. 26 e 37.

²⁶⁷ KOSELLECK, Reinhart. *Los estratos Del tiempo: estúdios sobre La historia*. Barcelona – España: Ediciones Paidós, 2001, p.130.

²⁶⁸ PORTO SEGURO, Visconde de. *História do Brasil antes da separação e independência de Portugal*. 2ª muito aumentada e melhorada pelo autor. Tomo Primeiro. Rio de Janeiro: Laemmert s/d, p. XVI.

e novos fatos. Contar os cem anos da história nacional exigia não apenas uma “Exposição Internacional”, mas também um suporte material que contasse e registrasse os feitos e as datas. Na Exposição de 1922 temos um catálogo diferente dos demais, no nome que mudou para Livro de Ouro e nas dimensões deste, diferente de todos os demais em dimensões materiais:

<p>Capa do Livro de Ouro comemorativo da Exposição do Centenário da Independência do Brasil. Altura: 37,5; Cumprimento: 67cm.</p>	<p>Folha de abertura do Livro de Ouro representando a leitura da carta de Pero Vaz Caminha.</p>

A legenda “O primeiro capítulo da história pátria”, acompanhada da gravura que representa a leitura da Carta de Caminha, abre o Livro de Ouro. Abaixo da figura está escrito: “a bordo da capitanea da frota de Cabral, o grande descobridor de nossa terra e frei Henrique de Coimbra ouvem a leitura da carta de Caminha a El-Rei D. Manoel”. A carta que acabou se transformando em mito fundador não teve uma origem nobre, como quase sempre acontece. A carta, segundo o *Livro de Ouro*, passou séculos desdenhada ou esquecida, sendo encontrada por volta de 1790 pelo historiador castelhano J. B Muñoz. O real Arquivo da Marinha conseguiu uma cópia do documento, que foi publicado na íntegra em 1817, no primeiro volume de *Chorographia*, de autoria de Ayres de Casal, sendo depois publicado no tomo

XL da revista do IHGB, por insistência de Varnhagem.²⁶⁹ O documento, que fora esquecido por séculos, virou monumento historiográfico. Tanto a Exposição de 1908 como a de 1922 ressaltavam sua origem portuguesa do Brasil, não rompiam com o passado, e sim redimensionavam a trajetória da história nacional a partir de sua matriz europeia. Diferenciava-se o passado do futuro, não pelo desligamento, e sim pela religação. Elaborava-se aqui uma outra forma de vivenciar a passagem do tempo num contínuo, sendo que as questões não resolvidas do passado poderiam ser resolvidas no futuro, dentro da ordem de tempo estabelecida pelo acontecer histórico. Os cem anos de independência davam ao Brasil seu quinhão como nação independente, mas dentro da continuidade histórica, pois a nossa história se dava dentro das linhas europeias, ou melhor, dentro do progresso do ocidente. Os centenários de 1908 e 1922 também buscavam dar um corpo histórico para o país, pois como bem ressaltou o historiador Benedict Anderson, a melhor concepção de nação é a ideia de um organismo sociológico atravessando cronologicamente o tempo, concebido como uma comunidade sólida percorrendo constantemente a história.²⁷⁰

Se o centenário de 1922 favorecia uma maior apreciação do passado histórico, é fato que a maior coleta de material para compor essa nova narrativa fora realizada na Exposição de História de 1881, e o que talvez tenha resultado de melhor foi o seu catálogo em três volumes, os dois primeiros impressos em 1881 e o terceiro em 1883. Obra monumental para a época, ele continha em seus três volumes 1.758 páginas, totalizando um inventário de 20.337 obras das mais variadas tipologias sobre a história do país.²⁷¹ No prefácio escrito para a segunda edição do catálogo de 1981, José Honório Rodrigues afirma que o documento era um “monumento bibliográfico-histórico, a maior bibliografia histórica publicada sobre um país no mundo”. Ainda segundo o historiador, “nem as bibliografias do mundo europeu, nem as norte-americanas,

²⁶⁹ *Livro de Ouro Commemorativo do Centenario da Independencia do Brasil e da Exposição Internacional do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, 1923, p. I.

²⁷⁰ ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008, p. 56.

²⁷¹ TURAZZI, Maria Inez. *Iconografia e patrimônio: o catálogo da Exposição de História do Brasil e a fisionomia da Nação*. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2009, p. 130.

se comparavam, na época, ao *Catálogo da Exposição de História do Brasil* publicado em 1881”.²⁷² Ele tinha razão, a obra era um verdadeiro monumento.

Se em 1922 a Carta de Pero Vaz de Caminha entrou para a lista de monumentos da nação, uma contribuição de igual importância fora dada também na Exposição de História de 1881. Trata-se do aparecimento de um livro que por si já vale uma boa história. A Obra *História do Brasil*, de Frei Vicente Salvador, foi a grande (re)descoberta do evento. Aqui, os termos redescoberto e descoberto se equivalem, pois o livro do qual se sabia da existência era uma obra desaparecida. José Honório Rodrigues faz uma breve síntese do fato envolvendo a aquisição do livro:

Conta, então, o pouco que se sabia de Frei Vicente do Salvador, os trechos de Jaboatão no Novo Orbe Seraphico Brasileiro, e que Varnhagen folheara o exemplar de sua História na Biblioteca das Necessidades de Lisboa; sumido desde então, sabia-se, diz Capistrano, do capítulo avulso descoberto por João Francisco Lisboa na Torre do Tombo, identificado e impresso por Varnhagen em 1858, na Revista Trimensal do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. "Depois da última data nem a obra nem o nome do autor emergiam mais do mistério". Diz que Varnhagen bem podia tê-lo desvendado quando deparou com a obra na Torre do Tombo em 1872. Na segunda edição da História Geral Varnhagen repetiu novidades ditas no posfácio à segunda edição da História das Lutas, e forneceu outras no primeiro volume da segunda edição da História Geral, as mais das vezes sem indicar-lhes a procedência, ou escudando-se no dizer de um escritor antigo, e outras vezes recorrendo à sigla pouco transparente de F. V. do S. (...) Assim, Exposição despertou gestos como este, de oferecer um livreiro à Biblioteca Nacional uma das maiores preciosidades da historiografia brasileira, um livro que, terminado em 1627, usou pela primeira vez o título de História do Brasil.²⁷³[Grifos no original].

O livro de Frei Vicente Salvador foi descoberto praticamente ao acaso.²⁷⁴

Mas depois de descoberto, coube à Exposição de História integrá-lo ao todo da

²⁷² RODRIGUES, José Honório. Introdução. In: *Catálogo da Exposição de História do Brasil*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1981, p. VIII-IX (Edição fac-similar).

²⁷³ Idem, p. XVI.

²⁷⁴ "E Capistrano relata como se passou a doação do livro de Frei Vicente do Salvador à Biblioteca Nacional, o que dá à Exposição este valor outro de despertar interesse e dedicações à história do Brasil. 'João Martins Ribeiro, inteligente livreiro do Rio... adquiriu papéis vários e alfarrábios e de mistura alguns manuscritos, entre os quais uma história do Brasil de que nunca ouvira falar. Não os quis expor à venda, e doou-os à Biblioteca Nacional, como sua quota para a Exposição que ia ser inaugurada. O mais ligeiro exame do códice revelava seu passado: a encadernação de couro à portuguesa, o aspecto do papel, a letra do copista, denunciavam-no como um dos numerosos volumes copiados dos arquivos e bibliotecas lusitanas na era de 50 por comissão do governo imperial confiada primeiro a Gonçalves Dias e por fim a João Francisco Lisboa. A coleção depois de ficar alguns anos na Secretaria do Império, foi remetida para o Instituto Histórico, donde uma parte escorreu para mãos de particulares.' O manuscrito oferecido procedia indiretamente do espólio do Marquês de Olinda, e Capistrano imaginava como se passara deste para as mãos do livreiro e este o oferecera à Biblioteca, arrebatado pelo sucesso da Exposição." Idem, p. XVI.

nação e fazer dele um “lugar de história”. Os monumentos fixam momentos históricos a serem lembrados. São vestígios dos que seguem em marcha rumo ao progresso. Parar, acumular, quantificar e mostrar. São as tônicas das exposições nacionais e universais. Elas possuem materialidade, funcionalidade e são simbólicas. Os eventos expositivos dialogam diretamente com o conceito de “lugares de memória” elaborado por Pierre Nora. Segundo o historiador francês, os lugares de memória surgiram como resposta à aceleração da história vivenciada no século XX, quando “a ruptura com o passado se confunde com o sistema de uma memória esfacelada” e que o “sentimento de continuidade torna-se residual aos locais”.²⁷⁵ Usamos do conceito de Nora por entendermos que as exposições, ao mobilizarem dispositivos para gestarem memórias, entram também no mundo histórico, sendo que o conceito acaba sendo uma experiência elaborada historicamente.

Hobsbawm também percebeu a relação entre exposição, tempo e comparação. Segundo o historiador inglês:

Os centenários foram inventados no fim do século XIX. Em algum momento entre o centésimo aniversário da Revolução Americana (1876) e o da Revolução Francesa (1889) – ambos comemorados com as exposições internacionais de praxe – os cidadãos instruídos do mundo ocidental tomaram consciência do fato de que aquele mundo, nascido entre a Declaração de Independência, a construção da primeira ponte de ferro do mundo e a tomada da Bastilha, estava completando cem anos. Qual seria o resultado de uma comparação entre o mundo dos anos 1880 e 1780?.²⁷⁶

Não é por acaso que o autor inverte a sequência das datas. Em 1880 experimentava-se uma era de avanços tecnológicos que parecia sem limites, embora haja transcorrido cem anos entre 1780 e 1880. Esta última data havia suplantado e alargado todas as datas anteriores em progresso industrial. Desde então, o caminho do progresso deveria apenas ser seguido, apenas caminhado, pois como bem argumentou Hartog, “os acontecimentos não se produzem mais somente no tempo, mas através dele”.²⁷⁷ Comemorava-se o tempo porque seria ele o vetor do progresso, ou melhor, o progresso se daria no tempo.

²⁷⁵ NORA, Pierre. Entre Memória e História. A problemática dos lugares. *Projeto História*, São Paulo, n. 10 (dez), 1993, p. 7.

²⁷⁶ HOBBSAWM, Eric J. *A Era dos Impérios*. (1875-1914). São Paulo: Paz e Terra, 1988, p. 29.

²⁷⁷ HARTOG, François. *Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo*. Belo Horizonte: Autêntica, 2012, p.137.

Avaliando a Exposição Nacional de 1895 e fazendo um apanhado das exposições nacionais durante a segunda metade do século XIX, o ministro de Estado dos Negócios da Indústria, Viação e Obras Públicas, engenheiro Antônio Olyntho dos Santos Pires, reclamava que o espaço de tempo entre uma exposição e outra não era suficiente para mostrar o desenvolvimento ocorrido no país, não dando uma real imagem do mesmo. Talvez daí a necessidade de a cada exposição amontoar nos pavilhões o máximo possível de objetos e inventos, pois seria o acumulado entre um evento e outro que daria a dimensão do progresso. No relatório do ministro, que constava no frontispício ser o 8º ano da República, ressaltava-se que:

Os longos espaços de tempo, porém, decorrido de uma a outra das nossas exposições industriais muito tem contribuído para que não haja sempre presente uma idéa mais ou menos exacta do desenvolvimento experimentado pela industria nacional. É assim que, remontando-se ás provas deixadas pelas exposições anteriores (1861, 1867, 1873, 1875 e 1887[sic]) verifica-se que ainda hoje reputam-se, como verdadeiros ensaios de industria, aquilo que é ou o resultado estacionário de um ramo industrial ou aperfeiçoamento de industria há muito rudimentar explorado no paiz.²⁷⁸

O tempo do acúmulo e do progresso nos remete ao Anjo da História do qual fala Walter Benjamin. Usando como metáfora um quadro de Paul Klee, *Angelus Novus*, Benjamin traça uma metáfora do anjo arrastado pela tempestade, onde “ele gostaria de deter-se para juntar os mortos e juntar os fragmentos”, mas “essa tempestade o impele irresistivelmente para o futuro, ao qual ele vira as costas, enquanto o amontoado de ruínas cresce até o céu. Essa tempestade é o que chamamos de progresso”.²⁷⁹ Se o progresso se caracterizava como sendo essa tempestade e o resultado sendo a ruína em acúmulo, era preciso não apenas quantificar, mas principalmente selecionar. O discurso das exposições não era do caos e sim da harmoniosa marcha da civilização, ao menos nos documentos oficiais. Mas entre a barulhenta tempestade do progresso havia burburinhos dissonantes. Na Exposição de 1908, uma nota da imprensa operária “disparava” contra o discurso elogioso e comemorativo do evento:

²⁷⁸ Relatório apresentado ao Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil pelo Ministro de Estado dos Negocios da Industria, Viação e Obras Públicas engenheiro Antonio Olyntho dos Santos Pires em maio de 1896. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1896, p.14.

²⁷⁹ BENJAMIM, Walter. *Magia e Técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1994, p. 266.

Exponham, exponham os produtos da nossa flora moral; viciosos, doentes, mendigos e prostitutas. Exponham também operários fartos e bem nutridos e educados nas escolas do estado. Exponham, ainda há tempo e terreno. Para decorá-los usem crânios e ossadas dos famintos do norte. Será a nota original da Exposição.²⁸⁰

A imprensa também lançou notas sobre a Exposição Nacional de 1922, mas apenas algumas foram selecionadas e mostradas no *Livro de Ouro*. O tópico “A voz da Imprensa” transcreve uma nota do Jornal do Commercio e o tom não poderia ser menos apologético. Sobre a imprensa em geral, registrou-se que:

A grande data do primeiro centenário de nossa emancipação política foi comemorada pela imprensa brasileira de modo altamente condigno. Quase todos os jornais e revistas da Capital da República, como dos diferentes Estados, publicaram no dia 7 de setembro grandes edições especiais. Constitue verdadeiro e inapreciável thesouro o acervo dos longos estudos estampados não só nessas edições especiais mas durante todo o período das comemorações, balanceando nossa vida de nação livre em todos os ramos de actividade nos cem anos de esforço decorrido.²⁸¹

Do Jornal do Commercio transcreveu-se a seguinte nota publicada em 7 de setembro de 1922:

O progresso do Brasil, em tres seculos, da primeira colonização á independência, foi notável, uma obra-prima de colonização, que honra os Portuguezes e que entusiasmou Adam Smith na sua obra clássica escripta nos meados do seculo XVIII; e em um seculo de independencia tomou um impulso que veio acelerando, num esplendor crescente, até nossos dias. E é por isso que podemos dar com orgulho o balanço do que fizemos como nação nesta grande comemoração do primeiro centenário da nossa independencia e separação de Portugal.²⁸²

As exposições industriais passaram a compor marcos de memória na medida em que se tornavam centros coletores e difusores não apenas da ideia de progresso, mas da materialização deste. O progresso não é só um dado, mas um dado estatístico através do processo e de procedimentos. No catálogo realizado para a exposição da Filadélfia, ressaltava-se que “parece estar radicada, no espirito dos brasileiros, a necessidade de exposições repetidas, e especiais, como eficaz incentivo, para o desenvolvimento, e progresso das

²⁸⁰ KUHLMANN JÚNIOR, Moysés. *As grandes festas didáticas: a educação brasileira e as exposições universais*. Bragança Paulista-SP: Editora Universidade de São Francisco, 2001, p. 54. A referência original dada pelo autor é a seguinte: A voz do Trabalhador. Ano I, n. 4, 15/08/1908.

²⁸¹ *Livro de Ouro Commemorativo do Centenario da Independencia do Brasil e da Exposição Internacional do Rio de Janeiro, 1923*, p. 273.

²⁸² Idem, p. 273.

industrias úteis”.²⁸³ E, de fato, várias exposições nacionais ocorreram entre o centenário americano e o brasileiro. Se podíamos comemorar o progresso era porque se configurava, através de valiosos acervos, a possibilidade não só de reescrever a história, como também de acrescentar e pontuar novos marcos cronológicos.

Se entendermos, como nos sugere Koselleck, que os métodos que o historiador utiliza para escrever sua história são sempre atuais e que é através desses métodos que podemos extrair seu sentido temporal, podemos também nos indagar quais os elementos que o historiador utiliza para compor sua narrativa.²⁸⁴ São os métodos que nos permitem entender “experiências passadas”, mas sua produção depende da tradução e dos elementos nele utilizados e também coletados. Sendo assim, podemos entender que as exposições acumulavam o que seria utilizado posteriormente, sendo a produção uma outra narrativa para o progresso nacional, uma outra realidade em novos tempos. Tanto a Exposição industrial de 1881 com seus catálogos e suas seções que inventariavam e registravam as riquezas nacionais, como o Boletim Comemorativo de 1908, quanto o Livro de Ouro de 1922, registravam os avanços econômicos e documentos mostrando os percursos “biográficos” do Brasil.

Os discursivos são superfícies de visibilidade e campos de expressões que circunscrevem o que se deseja delimitar, mover e atualizar. Mas atualização é também uma “integração, um conjunto de integrações progressivas, primeiro locais, depois globais ou tendentes a ser globais, que operam um alinhamento, uma homogeneização, um somatório das relações de forças”.²⁸⁵ Essas forças eram compostas, ora em relação ao campo de experiências, ora no campo das expectativas. Embora as exposições industriais se diferenciasssem dos eventos comemorativos dos centenários de 1908 e 1922, todos eles elaboravam um campo de visibilidade sobre o passado e o futuro, diferenciavam e integravam o Brasil num discurso universalizante.

²⁸³ *O Império do Brasil na Exposição Universal de 1876 em Philadelphia*, 1875, p. 551.

²⁸⁴ “Y es que los métodos que utiliza un historiador para traducir las experiencias históricas en narraciones y en ciência son siempre actuales, se refieren a la experiencia actual, han de acreditar-se em Ella, auque el asunto que se ha de transmitir quede en el pasado. De ahí el sentido de plantearse la estructura temporal de la experiencia propia de alguns métodos”. KOSELLECK, Reinhart. *Los estratos Del tiempo: estudios sobre La historia*. Barcelona – España: Ediciones Paidós, 2001, p. 56.

²⁸⁵ DELEUZE, Gilles. *Foucault*. Lisboa: Edições 70, 2005, p. 57.

As exposições nacionais, ao quantificar e classificar, também realizavam uma nova espacialização das possibilidades, formando-se uma nova relação com o passado e o futuro, configurando-se uma outra dimensão temporal. Michel de Certeau, em seu texto clássico sobre a “operação historiográfica”, realizou uma reflexão sobre o exercício do “fazer história”, que parece ser escrita também para as exposições aqui analisadas. Segundo Certeau:

“Colecionar” foi, durante muito tempo, fabricar objetos: copiar ou imprimir, reunir, classificar (...). E com os objetos por ele multiplicados, o colecionador torna-se um ator no encadeamento de uma história a ser feita (ou refeita), segundo novas pertinências intelectuais e sociais. Dessa forma, a coleção, ao produzir uma subversão dos instrumentos de trabalho, redistribui as coisas, redefine as unidades do saber, instaura um lugar de recomeço ao construir uma “gigantesca máquina” que tornará possível outra história.²⁸⁶

Mas essa redistribuição do passado e seu novo enquadramento nem sempre ocorre em uma única direção, tampouco são convergentes, daí os “regimes de historicidade”. As formas como determinadas sociedades elaboram suas experiências podem comportar relações de múltiplas temporalidades. Quando falamos das exposições realizadas em 1881, Exposição da Indústria Nacional e Exposição de História, ressaltamos que a primeira despertou mais interesse que a segunda. Estabelecer hierarquias entre essas duas exposições seria simplificá-las em demasia. Apesar de diferentes lidavam, com determinadas definições de tempo, sendo que cada uma, a sua maneira, colecionou, classificou e quantificou seus respectivos objetos. No final do processo as duas exposições e os dois procedimentos adotados (o passado na Exposição de História e o futuro na exposição industrial) acabaram se unindo e compondo um novo mosaico, pois na Exposição Continental de Buenos Aires em 1882, da qual a Exposição industrial fora preparatória, o catálogo da Exposição de História do Brasil recebeu o “grande prêmio”.²⁸⁷ Por fim, as duas exposições, ao definir um Brasil moderno, acabava por “instaurar um lugar de recomeço ao construir uma gigantesca máquina que tornaria possível outra história”.

²⁸⁶ CERTEAU, Michel de. A operação historiográfica. In: LE GOFF, Jacques e NORA, Pierre (Org). *História: novos problemas*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979. p. 31.

²⁸⁷ TURAZZI, Maria Inez. *Iconografia e patrimônio: o catálogo da Exposição de História do Brasil e a fisionomia da Nação*. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2009, p. 125.

3. A NAÇÃO ENTRE LETRAS E NÚMEROS.

3.1. Quantificando o social.

Entre os anos de 1874-1875 aconteceu em algumas províncias da região que hoje se denomina Nordeste uma revolta popular conhecida como Revolta do Quebra-quilos, causada pela implantação do sistema métrico decimal. O historiador Ronaldo Vainfas assim resume a revolta: [ela] irrompeu em 31 de outubro de 1874, num dia de feira na Vila de Fagundes, Comarca de Ingá, na Paraíba. Um grito anônimo levou a multidão a destruir os novos padrões de pesos e medidas e a protestar contra os preços das mercadorias, perseguindo furiosamente o cobrador de impostos. Depois desse episódio, cerca de 800 pessoas entraram na cidade de Areia – centro comercial importante do sertão da Paraíba – proclamando vivas à religião e morte aos maçons, não raro associados às “modernidades ímpias”. Sucederam-se manifestações em 78 localidades – 35 na Paraíba, 23 em Pernambuco, 13 no Rio Grande do Norte e sete em Alagoas –, cujo estilo era o mesmo: destruição de pesos, balanças e medidas; queima de documentos relativos às coletorias fiscais; destruição de prédios e de objetos pertencentes a repartições do governo.²⁸⁸

Ainda segundo Vainfas, o Brasil foi um dos primeiros países a adotar o chamado “sistema métrico francês”, uma recomendação da Academia de Ciências de Paris, em 1795, só tornada obrigatória em 1840 (na França). Havia no Brasil uma variedade de pesos e medidas tanto quanto a própria diversidade das regiões. As praticas comerciais eram reguladas de forma avulsa e totalmente heterogêneas. Era necessário uma padronização nas trocas internas para otimizar a circulação de mercadorias e também do capital, aumentando assim a produtividade. A questão das trocas através do dinheiro, ou seja, do capital, exigia uma dimensão do valor de troca, essa seria uma característica do sistema econômico dito moderno, que se contrapunha a uma estrutura baseada na troca de uma mercadoria por outra. Agora se trocava uma mercadoria por dinheiro e este dinheiro por outra mercadoria. Para se ter

²⁸⁸ VAINFAS, Ronaldo. Apresentação. In: SENRA, Nelson. *História das estatísticas brasileiras: estatísticas desejadas (1822-1889)*. Vol I. Rio de Janeiro: IBGE, 2006, p. 21.

uma avaliação do quanto devia ser problemático realizar uma transação comercial no Brasil durante o período da Revolta do Quebra-quilos Vainfas, nos fornece algumas das medidas em usos nos mercados brasileiros:

Para que se tenha idéia dos padrões até então adotados, bem como dos óbices que a Estatística enfrentava no país, vale lembrar que as medidas mais comuns de comprimento eram a légua (6 600 m), a braça (2,2 m), a vara (1,1 m) e o palmo (0,22 m). Para o peso, utilizavam a arroba (em torno de 15 Kg), o marco – igual a oito onças (cerca de 230 gramas), o arratel – 16 onças (cerca de 460 gramas), a onça (28,691 gramas) e a oitava, que representava a oitava parte da onça (3,586 gramas), muito usada para o peso do ouro. Na lavoura açucareira, usavam, como peso, o pão (63,4 quilos); o saco (75 quilos); o barril, a barrica e o tonel (120 quilos); a caixa (300 quilos) e a tonelada (1.000 quilos). Um saco de algodão equivalia a 85 quilos. As medidas de volume eram sobretudo a cuia (1,1 litros), a canada (2,662 litros), o quartilho (0,665 litros), o almude (31,944 litros), o alqueire (36,4 litros) e a pipa (485 litros). Não raro se confundia peso e volume. Esta variedade de medidas que mais espelhava a vida rural que a urbana, só começaria a ser contornada com a lei de adoção do sistema decimal, em 1862, com prazo de dez anos para sua implantação em todo o Império.²⁸⁹

A ideia de adoção do sistema métrico fora proposto em 1861 por Raja Gabaglia, Guilherme de Capanema e Gonçalves Dias. Eles foram os representantes do Brasil na Exposição Universal de Paris de 1855 e participaram da reunião internacional que discutia a adoção de um sistema único de pesos e medidas entre os “diversos países civilizados do globo”. Nessa reunião ficou acordado que seria ainda prematuro tratar de questões monetárias, sendo esta a segunda decisão tomada no encontro. A decisão primeira foi a adoção de um sistema métrico, sendo o francês o mais moderno e de maiores probabilidades de êxito em sua funcionalidade.²⁹⁰ A mudança efetiva dos pesos e medidas não foi efetivada de imediato pela população, seja pela complexidade da mudança ou simplesmente porque as medidas usadas no comércio local já estivessem arraigadas.

O catálogo que o Brasil produziu para a participação na Exposição Universal de Paris de 1867 reafirmava a implantação do sistema métrico francês e que aqui se havia adotado uma lei “concernente aos padrões de pesos e medidas, a qual tem por fim uniformisa-los em todo o Imperio,

²⁸⁹ Idem, p. 21.

²⁹⁰ Relatório da Repartição dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas apresentado a Assembleia Geral Legislativa na Primeira Sessão da Decima Primeira Legislatura pelo Respectivo Ministro e Secretario de Estado Manoel Felizardo de Souza e Mello. Rio de Janeiro: Typographia Universal Laemmert, 1861, Anexo: A-E-1.

adoptando-se o systema métrico francez, que de 1872 em diante começará a vigorar” e que o governo havia expedido diversos atos para sua execução e “feito aquisição de padrões, devidamente aferidos, do systema metrico, e commetido a profissionaes o trabalho da conversão naquele systema dos pesos e medidas adoptados actualmente no império”.²⁹¹ A adoção do novo sistema métrico poderia causar nas pessoas comuns que iam à feira um certo espanto, para não dizer abstração. O próprio catálogo realiza a “tradução” entre os vários pesos e medidas vigentes no país e como ficariam os mesmo depois de substituídos por um único padrão:

PESOS E MEDIDAS		
BRASIL	=	FRANÇA
Medidas de peso.		
Grão		4,979 Centigramas
Oitava, igual a 72 grãos		3, 585 Grammas
Onça, igual a 8 oitavas		28, 683Grammas
Marco, igual a 8 onças		229, 464 Grammas
Arretel, igual a 16 onças		458, 928 Grammas
Arroba, igual a 32 arreteis		14, 685 Kilogramas
Quintal, igual a 4 arrobas		58, 742 Kilogramas
Tonelada, igual a 54 arrobas		793, 028 Kilogramas
Medidas de seccos.		
Selamim		0,431 Litros
Maquia, igual a 2 selamins		0, 862 Litros
Quarta, igual a 4 maquias		3, 450 Litros
Alqueire, igual a 4 quartas		13, 800 Litros
Moio, igual a 60 alqueires		8, 280 Hectolitros
Medida de liquidos.		
Quartilho,		0, 353 Litros
Canada, igual a 4 quartilhos		1, 412 Litros
Almude, igual a 12 canadas		16, 950 Litros
Tonel, igual a 50 almudes		8, 475 Hectolitros
Medidas de extensão		
Linha		0,000229 Metro

²⁹¹ O Imperio do Brazil na Exposição Universal de 1867 em Pariz. Rio de Janeiro: Typographia Universal Laemmert, 1867,p. 62.

Pollegada, igual a 12 linhas	0,0275 Metro
Palmo, igual a 8 polegadas	0,22 Metro
Vara, igual a 5 palmos	1,1 Metro
Braça, igual a 2 varas	2,2 Metro
Fonte: Imperio do Brazil na Exposição Universal de 1867. ²⁹²	

A mudança não teve muito sucesso entre a população, que sentia na própria subsistência o preço da “normatização” dos gêneros alimentícios. O relatório do presidente de província do Ceará afirmava, em 1867 que “é corrente que a subta mudança do systema de pesos e medidas produziu no mercado de viveres sensível alteração de preços” e que “o kilograma para o mercador não tem a relação mathematica da lei: a conversão se opera a seu capricho, não no pezo, mas no valor” sendo que “a necessidade de manter a vida obriga o pobre consummidor a submetter-se passivamente”.²⁹³ Os antigos pesos e medidas ainda seriam permitidos até o último dia do mês de junho de 1873, segundo o relatório provincial. Os padrões públicos desde então seriam aferidos pelas cópias do metro e do quilograma, tipos dos arquivos de Paris. A fiscalização dessa medida seria feita com rigor e “findo o prazo de tolerância, o uso publico dos antigos pezos e medidas, será punido com penas de prisão de 5 a 10 dias, ou multa de 10\$000 á 20\$000, e nas reincidências com a de 10 a 15 dias, ou multa de 20\$000 a 30\$000.”²⁹⁴ Terminado o prazo de tolerância, a população, sentido-se prejudicada, não se submeteu de forma tão passiva como se esperava.

A revolta que estourou em algumas províncias do nordeste brasileiro não se diferia muito dos motins europeus causados pelo mesmo motivo e que teve a mesma consequência: a revolta da população e a queima de documentos e quebra de objetos ligados ao governo. Peter Burke ressalta, em sua pesquisa sobre a produção social do conhecimento, que na Europa de inícios da época

²⁹² O Imperio do Brazil na Exposição Universal de 1867 em Pariz. Rio de Janeiro: Typographia Universal Laemmert, 1867, p. 62.

²⁹³ Relatório com que o Exmo. Senhor Tenente-Coronel de Engenheiros João de Souza Mello e Alvim, presidente da Provincia do Ceará, passou á administração da mesma ao Excellentissimo Senhor 1º Vice-Presidente Dr. Sebastião Gonçalves da Silva no dia 6 de maio de 1867. Fortaleza: Typographia Brasileira, p. A19.

²⁹⁴ Relatório com que o Excellentissimo Senhor commendador João Wilkens Mattos abriu a 1ª Sessão da 21ª Legislatura da Assembleia Provincial do Ceara no dia 20 de outubro de 1872. Fortaleza: Typographia Constitucional, 1873, p. 40.

moderna a suspeita dos camponeses em relação às tentativas do governo de realizar censos, diziam que “contar família e gado é escravizar o povo”. Houve oposição manifesta do censo em Parma, em 1550, em Nápoles, na década de 1590, e na França, em 1663 e a queima de arquivos oficiais estavam entre as primeiras medidas dos rebeldes.²⁹⁵

O que estava em pauta era a quantificação do social quanto sua homogeneização, e uma busca de sistematização do mesmo. A estatística surgia nesse momento, embora de forma incipiente, como uma possibilidade de quantificar o todo social, catalogando a população e a natureza. A falta de dados impossibilitava ao governo formular diretrizes de ação, uma vez que não se tinha um relatório concreto sobre as carências econômicas do país. Em 1870, o Ministério dos Negócios do Império reclamava a carência de estatísticas “que faz peccar pela base todos os planos de organização administrativa, torna extremamente difficil, sinão impossivel, a realização de uma divisão mais regular e harmonica do Imperio”.²⁹⁶ No relatório do Ministério da Agricultura, apresentado também em 1870, queixava-se dos malefícios que a falta de dados estatísticos causavam na indústria, pois uma “uma estatística da industria demonstraria o espaço percorrido já, e indicaria com segurança as medidas que reclama o seu desenvolvimento”. Havia poucos dados reunidos e pouco sistematizados, não se podendo dar a estes o nome de estatísticas que ainda “muito deficientes e limitadas, que por ventura, nesta ou naquella época, neste ou naquelle lugar, se haja conseguido reunir”.²⁹⁷

Se as estáticas eram um instrumento de comparação entre as nações que inventariavam e catalogavam os seus mais variados aspectos sociais e mediam, a partir destas, os avanços obtidos e em que lugar da escala evolutiva eles se encontravam, era necessário primeiro universalizar o método entre os países que compartilhavam do mesmo projeto. Não seria aleatório que os congressos de estatísticas surgissem e se desenvolvessem paralelamente e

²⁹⁵ BURKE, Peter. *Uma história social do conhecimento*. De Gutemberg a Diderot. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003, p.127.

²⁹⁶ Relatório apresentado á Assembléia Geral na Segunda Sessão da Decima Quarta Legislatura pelo Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio Paulino José Soares de Souza. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1870, p. 6.

²⁹⁷ Relatório apresentado á Assembleia Geral Legislativa na Segunda Sessão da Decima-Quarta Legislatura pelo Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas Diogo Cavalcante de Albuquerque. Rio de Janeiro: Typographia Universal de E. & H. Laemert, 1870, p. 82.

junto às Exposições Universais. O Primeiro Congresso Internacional de Estatística realizou-se em Bruxelas, em 1853 (dois anos após a exposição de 1851, sendo que a ideia do congresso surgiu a partir desta exposição), e o segundo durante a Exposição Universal de Paris, em 1855.²⁹⁸ Segundo o historiador alemão Werner Plum, o Congresso de 1853 tinha metas ambiciosas e ressaltava, ainda em seu estatuto primeiro, que sua função era: “A associação de peritos em estatísticas de todos os Estados civilizados, há de levar á conciliação de principio absolutamente homogêneos e sincrônicos”, e com isso “proporcionar material comparativo em grande escala, que haverá de promover rapidamente o conhecimento das leis que regem o sistema social”.²⁹⁹

E seriam as “leis que regem o sistema social” o objeto maior das estatísticas. Os aspectos sociais a serem abordados e elaborados dentro dos moldes propostos pelos congressos de estatísticas seriam definidos a cada evento. Mas, segundo o pesquisador Nelson Senra, foi no Sétimo Congresso Internacional de Estatística, em Haia, em 1869, que foi elaborada uma proposta de se organizar um plano estatístico internacional, que seria melhorado e ampliado a partir dos novos dados adquiridos. Desde então, eram os números que diziam quais eram os países “adiantados” e “atrasados”. Elaborou-se nesse congresso uma lista de vários tópicos a serem “organizados”, e quase todos diziam respeito à administração do Estado. Ou seja, a estruturação do Estado-Nação passou a ser a pauta do “desenvolvimento”.³⁰⁰

O ponto em questão seria a classificação da natureza e a quantificação do social dentro de um modelo comparativo estabelecido por uma comunidade de países. Dentro desse padrão, o social e o natural deveriam ser tratados como coisas. A nação deveria ser traduzida em fatores visíveis e observáveis,

²⁹⁸ TURAZZI, Maria Inez. *Poses e trejeitos: a fotografia e as exposições na era do espetáculo*. Rio de Janeiro: Rocco, 1995, p. 63.

²⁹⁹ PLUM, Werner. *Exposições no século XIX: espetáculos da transformação Sócio-Cultural*. Bonn: Friedrich-Ebert-Stiftung, 1979, p. 84.

³⁰⁰ O plano geral das estatísticas contemplava os seguintes pontos: 1. Território e Física do País; 2. Lugar da habitação (grandes cidades); 3. População; 4. Higiene e serviço de saúde; 5. Propriedade fundiária; 6. Agricultura e pecuária; 7. Pesca; 08. Minas e usinas; 9. Indústria; 10. Produção e consumo; 11. Classes trabalhadoras. Preços e salários; 12. Previdência; 13 Moedas, pesos e medidas; 14. Comércio; 15. Transporte, navegação; 16. Instituições bancárias e de crédito; 17. Seguros; 18. Beneficência e assistência pública; 19. Instrução pública, ciências e artes; 20. Justiça; 21. Prisões e polícia pública; 22. Exército e marinha; 23. Finanças; 24. Estatísticas comunais; 25. Estatísticas das possessões européias transoceânicas. SENRA, Nelson. *O saber e o poder das estatísticas: uma história das relações estatísticas com os Estados Nacionais e com as ciências*. Rio de Janeiro: IBGE, 2005, p. 135.

independentes e separados do sujeito (cuja subjetividade ficava, dessa forma, isolada e controlada).³⁰¹ Esta premissa seria reforçada no final do século XIX pelo sociólogo francês Émile Durkheim em seu livro *As regras do método sociológico*, ao afirmar que “a primeira regra e a mais fundamental é considerar os fatos sociais como coisas”.³⁰²

O problema de classificação seria o outro lado do problema, se por um lado buscava-se a coleta e a sistematização deste dados ficaria ainda a pergunta: como ordená-los a partir da escrita? Pois seria o legível das estatísticas que tornaria sua leitura e compreensão pública. A acumulação de dados e sua sistematização de forma legível também teria de ter validade internacional, caso contrário, assim como os pesos e medidas usados no Brasil, poderiam ser adotado ou reformulados de forma aleatória. Seria preciso estabelecer padrões aceitos por uma comunidade que pudesse estabelecer relações de comparação. Ordenando os números seria possível dar ordem ao tempo, ou seja, os números ditavam e ordenavam a “escala evolutiva”, e este daria o grau de “evolução” das nações. Mas lembremos que a ciência política, ao reger tal discurso, não estava neutra. Ela também já vinha imbuída de relações de poder.

A tentativa de “enquadrar” o social num único formato fugia daquilo que Foucault, de forma tão irônica, mostrou não ser de todo improvável. No livro *As palavras e as coisas*, o filósofo francês, trabalhando um texto do escritor argentino Luís Borges, cita “uma certa enciclopédia chinesa” onde estava escrito que os “animais” se dividiam em: a) pertencentes ao imperador, b) embalsamados, c) domesticados, d) leitões, e) sereias, f) fabulosos, g) cães em liberdade, h) incluídos na presente classificação, i) que se agitam como loucos, j) inumeráveis, k) desenhados com um pincel muito fino de pêlo de camelo, l) et cetera, m) que acabam de quebrar a bilha, n) que de longe parecem moscas.³⁰³ Juntar, separar e nomear nem sempre tornam as coisas tão visíveis como se deseja, mas essa metodologia seria aprimorada ao se tentar a dar ver coisas através das palavras. Essa proposta se basearia no pressuposto de que

³⁰¹ SENRA, Nelson. *O saber e o poder das estatísticas: uma história das relações estatísticas com os Estados Nacionais e com as ciências*. Rio de Janeiro: IBGE, 2005, p.33.

³⁰² DURKHEIM, Émile. *As regras do método sociológico*. São Paulo: Martins Fontes, 1999, p. 15. (A primeira edição deste livro é de 1895).

³⁰³ FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas*. São Paulo: Martins Fontes, 2007, p. IX.

“enquanto nos mantivermos nas coisas e nas palavras, podemos pensar que falamos daquilo que vemos, que vemos aquilo que falamos” e que não se pode abrir as palavras sem fazer surgir o visível (e que também não se abre as coisas sem fazer surgir o enunciado).³⁰⁴

O Brasil teria dificuldade para criar suas estatísticas e quantificar o social. Parte dessa empreitada que diz respeito à produção do conhecimento nacional se desenrolaria junto às exposições nacionais e internacionais, posto que para estes eventos seria necessário a produção dos catálogos (provinciais, nacionais e internacionais). No relatório apresentado pelo MACOP no ano de 1861 constava no tópico denominado “Indústria”, que diante de dados e informações pouco precisas sobre o país, não era possível definir as “profissões exercidas no imperio, o do numero de individuos nellas empregados, e, principalmente, das informações pedidas sobre o estado das fabricas mais importantes, que actualmente”.³⁰⁵ Apesar da deficiência de dados, foi confeccionado o “Catálogo de Productos Nacionais e Industriales remetidos das províncias do Império do Brasil que figurarão na Exposição Nacional inaugurada na Corte do Rio de Janeiro no dia 2 de dezembro de 1861” e o “Catálogo de productos Nacional e Industrial remetidos para a Exposição Universal de Londres em 1862”.

A importância dada aos catálogos nas exposições universais nos suscita algumas reflexões. Devemos nos ater tanto ao seu conteúdo quanto a sua materialidade, ambos compondo uma nova forma de portar o conhecimento. Os catálogos foram realizados a partir do saber da ciência da estatística, que se desenvolveu paralelamente ao surgimento das exposições, estando as duas de forma imbricada. Os diversos produtos classificados no catálogo da Exposição Nacional de 1861 foram divididos em quarenta grupos. As quarenta classes de produtos foram distribuídas em cinco grupos: 1. Indústria Agrícola; 2. Indústria fabril e manual; 3. Indústria metalúrgica, artes e produtos químicos; 4. Artes mecânicas e liberais; 5. Belas-Artes.³⁰⁶ Numa breve análise do

³⁰⁴ DELEUZE, Gilles. *Foucault*. Lisboa: Edições 70, 2005, p. 92 e 93.

³⁰⁵ Relatório da Repartição dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas apresentado a Assembleia Geral Legislativa na Primeira Sessão da Decima Primeira Legislatura pelo Respectivo Ministro e Secretario de Estado Manoel Felizardo de Souza e Mello. Rio de Janeiro: Typographia Universal Laemmert, 1861, p. 14.

³⁰⁶ Art. 4º Os diversos artigos e productos serão divididos em quarenta classes a saber: 1º. Mineraes brutos applicáveis á industria e ás artes; 2º. Artefactos em metaes preciosos; joias,

primeiro catálogo percebe-se como o sistema de classificação adotado ainda era deficitário no que diz respeito às palavras e às coisas, como bem observou a pesquisadora Margaret Lopes sobre o catálogo de 1861:

A análise do texto pode levar a algumas conclusões curiosas, como por exemplo a de que as amostras de madeira e as plantas exóticas constituem “classes” no interior da categoria “indústria agrícola”, e que, por sua vez, os animais dissecados são a “décima segunda” classe do grupo referente à “indústria fabril e manual”, ou ainda que a “fotografia” aparece como a “sexta classe” entre as “belas artes”. No entanto o enunciado do catálogo [de 1861] dificilmente permite uma visualização do exposto.³⁰⁷ [Grifo no original].

moedas e medalhas; 3º. Artefactos em metaes usuaes, utensis [sic], ferramentas, machinas e aparelhos agrícolas; 4º. Machinas, aparelhos, ferramentas e utensis [sic] empregados nas artes e officios; 5º. Machinas, aparelhos e utensis ampregados nas fabricas; 6º. Mecanismo de engenharia civil e de architectura; 7º. Mecanismo de engenharia militar e naval – armas; 8º. Intrumentos scientificos, musicaes e cirurgicos; relojoaria; 9º. Cutelaria e serralheira; 10º. Ferragens em geral; 11º. Objectos mineraes empregados na edificação e decoração; 12º. Vidros; 13º. Porcelana e louça de barro; 14º. Productos chimicos e pharmaceuticos; 15º. Substancias animaes e vegetaes que entrão na alimentação; 16º. Productos brutos de agricultura (com a limitação do art. 3º [todos os productos naturaes e os de industria humana serão admittidos na Exposição, exceptuando os animais vivos, plantas e s vegetaes frescos sujeitos a deterioração, uma vez que não estejam em vasos com espírito de vinho. As materias inflammaveis ou detonantes, com exclusão dos fulminados, sómente serão admittidas com o assentimento dos Inspectores da Exposição, mediante as necessidades cautelas], productos agrícolas; melhorados ou fabricados, e estrumes artificiaes; 17º. Diversos productos e substancias vegetaes e animaes; café e seus extractos; chá; tabaco em folha e em rôlo; transformado em rapé, charutos e cigarros; oleos ou azeites, e as substancias d’onde forem extrahidos; barbatana, borracha e seus artefactos; mel, cêras, sebos vegetaes e animaes; velas stearinas, de carnaúba, ceêra, sebo; assucar branco, mascavo, refinado ou crystalino; objectos de palha, redes; chifres seus artefactos; objectos de tartaruga; cacáo, baunilha e chocolate; cascas, plantas, madeira e raízes aromáticas, medicinaes e de tinturaria; gommas e resinas; 18º. Algodão em rama e seus tecidos; 19º. Lã e seus tecidos; 20º. Linho e seus tecidos; 21º. Casulos de bichos de seda, seda fiada e tecida; 22º. Objectos mixtos e tecidos de qualquer natureza; 23º. Couros, arreios, pelles, pennas, cabellos e seus artefactos, marroquins, encerados e oleados; vehiculos de conducção e de transportes; 24º. Papel, impressão e encadernação; objectos escripturario; 25º. Tapeçaria, fitas, rendas, bordados, flôres de pennas, de escamas, de conchas, de seda; 26º. Artigos de vestuário e de modas; 27º. Artefactos tecidos e fiados, feltros; como mostras de impressão e de tinturaria; 28º. Chapéos de pello, de seda, de lã e de palha. 29º. Aves, reptis; insectos e outros animais desecados, próprios para muséu e gabinete de história natural; 30º. Moveis, objectos de armador, papeis pintados, objectos envernizados; 31º. Amostras de madeiras de construcção civil, marítima e de mercenária; 32º. Objectos diversos e mercearias; 33º. Conservas alimentares, fructas em caldas e seccas; substancias animaes e vegetaes conservadas; 34º. Liquidos; acidos, álcool, cerveja, licores, vinhos, vinagre; 35º. Esculptura; cunhos; modelos; mosaicos, obras de gesso; 36º. Modelos e desenhos de architectura; 37º. Pinturas a oleo, aquarellas e desenhos; 38º. Gravuras; lithographias e chrmographias; 39º. Aparelhos photographicos e photographias; 40º. Galvanoplastia; objectos dourados e prateados por outros methods. Relatório da repartição dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas apresentado á Assembleia Geral Legislativa na Segunda Sessão da Decima Primeira Legislatura pelo respectivo Ministro e Secretario de Estado Manoel Felizardo de Souza e Mello. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1862. (Anexo A-KL-1)

³⁰⁷ LOPES, Maria Margaret. O local musealizado em nacional. Aspectos da cultura das ciências naturais no século XIX, no Brasil. In. *Ciência, Civilização e Império nos trópicos* [Organizaçã, Alda Heizer, Antônio Augusto Passos Vieira]. Rio de Janeiro: Acess, 2001, p. 191-192.

Esses primeiros catálogos eram abertos praticamente sem nenhuma introdução. No caso da Exposição Nacional de 1861 pode-se creditar a tal falta à questão do tempo. Já o catálogo sobre a Exposição de Londres não pode ser justificado pelo mesmo motivo. Os catálogos confeccionados para as Exposições Universais que se seguiram a de Londres teriam como texto de abertura uma *Advertencia*, que de forma sucinta descrevia o Brasil. Nas duas exposições primeiras aqui citadas parece haver uma preocupação maior na coleta dos dados. Os produtos são apresentados por província e raramente aparece algum texto informativo sobre os mesmos. Nesse sentido, os catálogos ainda cumpriam suas funções dentro das exposições e, norteados pelas estatísticas, inventariaram máquinas e produtos agrícolas e criariam um suporte dando a ver tudo aquilo que não dava para ser visto de uma só vez.

A questão da compilação dos dados e das estatísticas nacionais e a faltas destas nas exposições internacionais não pegou as instituições brasileiras de surpresa. O problema já vinha de exposições anteriores. Em 1855, a SAIN buscou realizar um levantamento de minerais diversos nas mais variadas províncias para enviar para a Exposição de Paris, a ser realizada naquele ano. O catálogo adotado para a catalogação dos produtos era o Catálogo da Exposição londrina de 1851.³⁰⁸Havia à disposição dos organizadores das exposições nacionais (SAIN e MACOP) um modelo a ser seguido e no qual os dados deveriam ser coletados, mas faltava justamente uma instituição capaz de coletar e sistematizar esses dados. Uma olhada num período de longa duração em alguns catálogos pode nos fornecer dados sobre as mudanças e permanências sobre as exposições nacionais. Escolheremos

³⁰⁸ 1°. Productos mineraes de mineração; 2°. Productos chimicos e pharmaceuticos; 3°. Substancias usadas como alimento; 4°. Substancias vegetaes e animaes empregadas nas Manufacturas; 5°. Machinas para uso directo, incluindo carros, trilhos de ferro e mecanismo marítimo; 6°. Machinas e ferramenta para manufacturas; 7°. Mechanismo de engenharia civil o de architecturas; 8°. Architectura naval, engenharia militar, espingardas e armas; 9°. Machinas e instrumentos de agricultura e horticultura. 10°. Instrumentos philosophicos, musicaes, hozologicose cirúrgicos; 11°. Algodão; 12. Objectos de lã; 13°. Seda e velludo; 14°. Linho; 15°. Fabricas mixtas; 16°. Couros, arreios, pelles e cabelle; 17°. Papel, impressão e encadernação; 18°. Fabrica de tecidos; 19°. Tapeçaria, fitas e bordados; 20°. Artigos de vestuário para uso pessoal ou; 23°. Trabalhos em metaes preciosos e jóias; 24°. Vidros; 25°. Porcellana e louça de barro; 26°. Moveis, objectos de armador, papeis pintados e objectos envernizados; 27°. Manufacturas de objectos mineraes para edificação ou decoração; 28°. Manufacturas de substancias chimicas e vegetaes sem serem tecidas; 29°. Manufacturas de diferentes qualidades e mercearia; 30°. Esculptura, modelos, mosaicos, obras de gesso e esmalte. O *Auxiliador da Industria Nacional*, 1855, p. 347-48).

de três exposições: a de 1861 (por ser a primeira); 1881 (por ser aquela que teve um caráter industrial mais explícito) e 1908 (tanto por já estar no período republicano quanto pelo fato de nesse evento ter-se tentado um balanço geral do comércio nacional desde 1808). A tabela contendo as seções dessas três exposições é a seguinte:

Catálogos e suas respectivas divisões em seções.		
1861	1881	1908
1. Indústria Agrícola	1. Produções naturaes e agrícolas	1. Agricultura
2. Indústria fabril e manual	2. Machinas	2. Industria pastoril
3. Indústria metalúrgica, artes e produtos químicos	3. Productos de industria em geral	3. Varias indústrias
4. Artes mecânicas e liberais	4. Bellas-artes	4. Artes liberais
5. Bellas-Artes	5. Instrução publica.	

Embora com pequenas variações de nomenclatura a primeira seção que se destina à agricultura seria a de maior interesse, pois ainda em 1908 a riqueza nacional encontrava-se na terra. Modernizar o campo e as relações de trabalho foi uma das questões mais discutidas no império brasileiro e continuaria assim por muito tempo. Na segunda seção e também com variações de nome (e não de conceito), estava a indústria, outra grande preocupação nacional. Essas duas primeiras classes e sua permanência ao longo dos anos é significativo, pois seria a indústria um dos vetores para a modernização do campo. Isso é mostrado na terceira seção que, de 1861 a 1881, privilegiava as artes mecânicas e os produtos da indústria em geral, incluindo produtos químicos. As seções serviam como instruções de trabalho, ou seja, direcionavam para aquilo que o país possuía ou deveria ter. Vale notar que a única exposição (entre as citadas) que incluiu a educação em suas instruções foi a de 1881, justamente aquela que se voltou com mais vigor para uma nova política de industrialização no país. Nota-se ainda que tanto nas Exposições de 1861 quanto na de 1881 consta o item relativo às “bellas-artes”, o que denotava o caráter universal dado à questão das Exposições. Havia muitas coisas acontecendo no país, e muito mais ainda por fazer. Faltava,

por exemplo, faltava uma instituição responsável pela coleta que seriam colocados nas seções das exposições nacionais e internacionais. Essa falta seria suprida com a criação da Diretoria Geral de Estatística (DGE).

O Ministro dos Negócios do Império, Joaquim José Rodrigues Torres, aprovou a Lei nº 1.829, de 9 de setembro de 1870, em cujo Art. 2º previa-se a criação da Diretoria Geral de Estatística, com sede na capital do Império, na função de coordenação da atividade censitária e de organização da elaboração das estatísticas das repartições públicas. Criada pelo Decreto nº 4.676, de 14 de janeiro de 1871, começando a funcionar em 1º de março, passando a ser a primeira instituição brasileira de estatística, de caráter público e nacional.³⁰⁹ Após o censo iniciado em 1872 (realizando os trabalhos até 1874) a DGE daria a primeira imagem “segura” de quem era o Brasil em números: 9.930.478 pessoas, sendo 8.419.672 livres e 1.510.806 escravos. O censo final era composto de 23 volumes com 8.546 quadros (tabelas), e foi concluído em 1876. Somente neste ano, aquelas perguntas feitas pelo relatório do MACOP em 1861, que indagava as “profissões exercidas no império, o do número de indivíduos nellas empregados”, foi respondida: das 9.930.478 pessoas recenseadas, 73.100 encontravam-se no exercício das artes liberais; 19.343 no trabalho das manufaturas; 102.343 no comércio; 749.218 nas profissões manuais e mecânicas; 3.233.187 na indústria agrícola. Outras profissões não classificadas ocupavam 1.578.881 pessoas e 4.174.406 estavam sem profissão (incluindo velhos e crianças).³¹⁰ Ainda em 1876 aconteceria nos Estados Unidos a Exposição Universal da Filadélfia, e enquanto o Brasil mostrava orgulhoso o resultado de seu primeiro censo os americanos já se preparavam para a realização de seu décimo censo (iniciado em 1790 e mantendo uma decenalidade ininterrupta).³¹¹

Parece que o único objetivo da DGE seria de produzir o censo nacional de 1872. Após a divulgação dos dados, já em 1877, o Ministério dos Negócios do Império propõe a anexação dos quadros da DGE a este ministério até a feitura do próximo censo a ser realizado em 1885. Não foi o que se sucedeu. Pela lei nº 2.940 de 31 de outubro de 1879 a Repartição da DGE fora extinta,

³⁰⁹ SENRA, Nelson. *História das estatísticas brasileiras: estatísticas desejadas (1822-1889)*, Vol I. Rio de Janeiro: IBGE, 2006, p. 256.

³¹⁰ Idem, p.426.

³¹¹ Idem, p. 203.

deixando de funcionar no dia 13 de novembro. Pelo decreto nº 8.341 de dezembro do mesmo ano, foi criada a Seção de Estatística e anexada ao Ministério dos Negócios do Império, tendo a seu cargo todos os serviços da extinta DGE. Para o orçamento do ano de 1881 não constava os serviços desta seção, nem mesmo para publicação.³¹² A experiência da DGE ficaria por longo tempo no esquecimento, sendo retomada nos primeiros dias da República. Os censos seguintes aconteceriam apenas após a queda do Império brasileiro e seriam bastante deficitários. O único censo digno deste nome surgiria apenas em 1920 e teria seus dados expostos em outra exposição internacional, dessa vez a Exposição Comemorativa do Centenário da Independência do Brasil, em 1922.

Vale ressaltar que o fim da DGE deixou várias pendências no que diz respeito às estatísticas nacionais. Já em 1883 o Ministério dos Negócios do Império reclamava que “não possuindo o Brasil ainda hoje um serviço regular de registro, e tornando-se cada vez mais necessario conhecer o movimento da população do paiz, recorreu o Governo a Igreja do Estado” e criava um decreto para “que os parochos e outros funcionarios competentes enviassem á Secção de Estatisticas as informações constantes dos seus assentamentos”.³¹³ Esse tipo de reclame seria uma constante nos relatórios do MACOP (embora sua função fosse pedir dados sobre os mais variados assuntos, não havia meios seguros de consegui-los). A falta de dados confiáveis e sistematizados constam em todas as páginas da história brasileira na segunda metade do século XIX, mas também nesse mesmo período houve várias ações neste intento, dentre eles destacou-se a participação do Império do Brasil no Congresso internacional de Estatística de Petersburgo, realizado em 1872.³¹⁴

³¹² Relatório apresentado á Assembleia Geral Legislativa na Terceira Sessão da Decima Setima Legislatura pelo Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio Conselheiro Barão Homem de Mello. Rio de Janeiro: Typographia Nacinal, 1880, p. 172.

³¹³ Relatório apresentado á Assembléia Geral Legislativa na Quarta Sessão da Decima Oitava Legislatura pelo Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio Francisco Antunes Maciel. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1884, p. 110.

³¹⁴ Segundo Senra “Sete dos nove Congressos Internacionais de Estatística já haviam sido realizados até a década de 1870, a saber: Bruxelas em 1853, Paris em 1855, Viena em 1857, Londres em 1860, Berlim em 1863, Florença em 1867 e Haia em 1869. Os dois últimos serão realizados na década de 1870, a saber: São Petersburgo em 1872 e em Budapeste em 1876.” SENRA, Nelson. *História das estatísticas brasileiras: estatísticas desejadas (1822-1889)*, Vol I. Rio de Janeiro: IBGE, 2006, p. 261.

O Congresso de São Petersburgo não teria grande influência sobre o censo nacional de 1872, posto que este já estava em andamento, mas podemos supor que as discussões feitas no evento devem ter ajudado a pensar a preparação do Brasil para a Exposição Universal de Viena, que se realizaria em 1873 e que contou com a ajuda da DGE na preparação da Exposição Nacional, preparatória para o evento de Viena. Para São Petersburgo o governo imperial enviaria seu representante diplomático, que se encontrava em Viena, o historiador Francisco Adolfo de Varnhagem, que escreveria um longo relatório sobre o Congresso. Nesse evento duas medidas principais foram tomadas: Primeiro, a ideia, já emitida em outras ocasiões, de se dar uma forma mais prática e produtiva aos trabalhos estatísticos internacionais, organizando-se uma comissão permanente que se reunisse algumas vezes nos intervalos entre um Congresso e outro; Segundo, a de se dar novo impulso à resolução, tomada em Haia em 1869, de se publicar uma estatística internacional e comparada.³¹⁵ Esses congressos, ao tentarem estabelecer padrões e tornar as comparações possíveis, também atuavam como catalizadores temporais. Atualizavam constantemente seus dados (daí a necessidade de congressos constantes) e divulgavam e catalogavam os tempos das nações. O tempo seria marcado a cada evento.

Seria a “comparação” o grande mote para se poder ordenar e trabalhar com padrões sociais entre os países, pois somente comparando se poderia ter uma dimensão não só das semelhanças, mas principalmente das diferenças entre as nações. A universalização do método comparativo seria a contribuição “prática” dos congressos de estatísticas, como consta no texto síntese do encontro e que Varnhagem transcreveu como desfecho em seu relatório:

A estatística acha-se dest'arte collocada em condições particulares, que dão ao Congresso estatístico um character mui differentes dos das outras reuniões scientificas. Estas ultimas são formadas exclusivamente de saberes livres, que não têm o menor interesse de se pôem de accôrdo para emmitirem votos, tratando apenas de formularem theses especulativas que definam a opinião geral da sciencia determinadas questões. A nossa reunião, pelo contrario, não attinge o seu fim sinão estabelecendo, entre as instituições públicas dos diversos paizes, a

³¹⁵ Relatório apresentado a Assembleia Geral em Additamento ao 8 de maio de 1872 pelo Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio Dr. João Alfredo Corrêa de Oliveira. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1872. Anexo D [Relatorio acêrca dos trabalhos do Congresso Estatístico de S. Petersburgo em agosto de 1872, apresentado ao Governo Imperial pelo dellegado oficial Barão de Porto Seguro, p.,1].

harmonia necessária para introduzir uma convencional unidade, tanto nos processos e fórmulas das operações directas, como no agrupamento e publicação dos dados recolhidos.³¹⁶

A proposta dos congressos estatísticos era reunir dados comparáveis e difundí-los, sendo que para isso o conhecimento deveria ser reunido, organizado, alimentado e transmitido. Sendo este o objetivo da estatística, pode-se deduzir dele o próprio objeto de estudo: os fenômenos da existência social. A escrita sobre o social a partir dos números e tabelas advindos das estatísticas estaria ligada tanto à geografia como à história, embora houvesse distinção entre as duas disciplinas. A proposta era universalizar. Esse era o processo civilizador. Por outro lado, buscava-se as especificidades de cada lugar do globo, de cada nação e povo. Tantos lugares e países diferentes não poderiam ser simplesmente suplantados em tabelas, aí buscavam-se também as especificidades, o que havia de original. Afinal, o Brasil apresentava uma série de elementos que não se enquadravam no capitalismo liberal em voga. Se os números enquadravam, a escrita tentava diferenciar.

Em 1851, quando da publicação primeira do Arquivo Estatístico do Rio de Janeiro (criado em 1850 e subordinado à Secretaria da Presidência) constava que:

A estatística não é uma ciência enciclopédica fora do alcance da inteligência humana; está hoje bem definida; e sua linha de demarcação bem traçada; seus pontos de contato, suas articulações com as mais ciências bem conhecida. Ela é considerada não a ciência que descreve países porque esse trabalho respeita à geografia; não a que relata a maneira porque eles se constituíram e as fases porque passaram, pois é isso do alcance da história; não a que indaga como a riqueza é e deve ser produzida, repartida e consumida no interesse da sociedade, o que é da competência da economia política; mas a ciência que se ocupa do exame das leis segundo as quais se verificam os diversos fenômenos da existência social.³¹⁷

E seria nessa possibilidade da sistematização e quantificação do social, a partir das estatísticas, que os catálogos e relatórios produzidos para as exposições tentariam compor um quadro da nação brasileira. Um todo onde as partes estivessem representadas. No relatório apresentado pelo MACOP em 1874 (um ano após a participação do Brasil na Exposição de Viena e quando já se preparava sua ida para a Exposição de Filadélfia, que aconteceria em 1876,

³¹⁶ Idem, p.12.

³¹⁷ SENRA, Nelson. *História das estatísticas brasileiras: estatísticas desejadas (1822-1889)*, Vol I. Rio de Janeiro: IBGE, 2006, p. 122.

e ainda durante a existência da DGE) novamente a queixa era a falta de dados seguros sobre o país e a necessidade destes para uma participação digna nos eventos internacionais.³¹⁸ Os eventos seguintes ainda continuariam acumulando e mostrando as parcas estatísticas registradas, mas ainda assim o acúmulo de dados seguia acontecendo. E seria através deles que se daria um quadro geral da nação, tanto em seus aspectos “universais” como em suas peculiaridades.

Em 1865 publicou-se no Rio de Janeiro o *Elementos de Estatística compreendendo a Theoria da sciencia e a sua applicação á Estatística Commercial do Brazil*, de autoria de Sebastião Ferreira Soares. O livro dedicava-se principalmente a fornecer subsídios a candidatos a empregos na alfândega do Rio de Janeiro, sendo que os dados eram escassos, o livro seria um manual neste caso. O livro buscava também tornar os dados disponíveis sobre o comércio nacional mais acessíveis a quem buscasse informações gerais sobre a administração nas províncias do Império do Brasil. Nessa publicação voltada para as questões comerciais destacava-se também a preocupação com os “fatos sociais” e as leis que regiam os mesmos. Para Sebastião Ferreira Soares seria “preciso organizar-se a estatística geral do Império, porque unicamente sobre ella se poderão estudar os factos sociais, e provel-os do remédio necessário”.³¹⁹ Concepção, digamos, bem positivista, que buscava conhecer o passado para entender o presente e prever o futuro. Mas a proposta era também uma concepção de história que estava subjacente à quantificação do social. Entendia-se a história como uma intervenção, ou melhor, uma fabricação. Tal qual um objeto a ser confeccionado, deveria-se conhecer a sociedade para melhor trabalhá-la em sua construção.

Ainda segundo Soares, “a estatística é indispensável à marcha regular e o progresso dos povos, occupando-se esta vasta sciencia da enumeração de todos os factos sociaes, os estuda, analysa e desenvolve suas diversas

³¹⁸ Relatório apresentado a Assembleia Geral Legislativa na terceira sessão da décima quinta legislatura pelo Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas José Fernandes da Costa Pereira Junior. Rio de Janeiro: Typographia Americana, 1874, p. 29.

³¹⁹ SOARES, Sebastião Ferreira. *Elementos de Estatística compreendendo a Theoria da sciencia e a sua applicação á Estatística Commercial do Brazil*. Tomo I. Rio de Janeiro: Typographia Nacinal, 1865, p. XIII.

phases” para “determinar-lhes o seu verdadeiro modo de ser”.³²⁰As “diversas” fases devem ser entendidas como as etapas da “evolução” social do país através da comparação realizada pelas curvas estatísticas. Essa mesma concepção de tempo e progresso ainda estaria presente no relatório da comissão brasileira na Exposição Universal de 1885, realizada na Antuérpia (grande cidade comercial da Bélgica):

As exposições universais, que se verificam de 30 annos para cá, com frequencia constante, em períodos cada vez mais proximos, nos principais Estados da Europa e da America, não buscam apenas estandear, de modo espetaculoso, as riquezas dos povos. Seu fim principal consiste em revelar a intensidade e as condições do trabalho, e a barateza relativa dos artigos de consumo em todos os Estados, afim de que desse conhecimento pratico provenham aos expositores mercados novos e melhores normas de producção. É por isso que, abrangendo todos os ramos da actividade humana, se tornam verdadeiras encyclopedias materiais, detinadas a patentaer o progresso dos que a ellas concorrem.³²¹

Se os congressos estatísticos (e a configuração dessa nova ciência) surgiram e passaram a acontecer juntamente e paralelo às Exposições Universais, estas, por sua vez, passaram a adotar os “princípios” da ciência estatística como um modelo de progresso a ser corroborado nos eventos expositivos. As Exposições, que se tornaram “verdadeiras encyclopedias materiais, destinadas a patentaer o progresso dos que a ellas concorrem”, deveriam então cumprir os requisitos de uma enciclopédia: produzir verbetes. E seria essa grande função que exerceria a produção dos catálogos e relatórios produzidos para as exposições provinciais, nacionais e universais: produzir um texto que se encaixasse como verbete nessa grande enciclopédia aberta pelas Exposições Universais.

Ainda no relatório sobre a Exposição de Antuérpia ressaltava-se que a “enumeração dos expositores e dos objectos exhibidos foi precedida, em ambas as edições [do catálogo que fora reimpresso], do resumo da situação geral do Brazil e dos recursos que oferecem aos imigrantes e aos capitalistas do velho Mundo”.³²² Nos catálogos produzidos para as exposições provinciais, nacionais e internacionais havia uma divisão padrão que continha elementos

³²⁰ Idem, p. X.

³²¹ Relatório apresentado a S. Ex. Sr. Conselheiro A. da Silva Prado, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas pelo Conde de Villeneuve, Delegado Especial do Governo Imperial na supramencionada Exposição. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1886, p. 3-4.

³²² Idem, p. 9.

da economia política: informações sobre sua população, a divisão desta em classes, seu estabelecimento nas cidades, nos campos, na orla marítima; os diferentes ramos da produção, a exportação e importação, a produção e o consumo anuais, os preços das mercadorias etc. Claro que a própria produção dessas categorias passava também por uma certa abstração social, ou melhor, pela coisificação dos fenômenos sociais a serem produzidos e analisados, pois tal abstração silenciava conflitos e distenções sociais.

Uma análise destes catálogos e relatórios produzidos pode ser interessante para deixar clara a relação entre a produção social das ideias e as condições sociais de sua efetivação, uma vez que há contradições flagrantes entre o que se dispõe nos catálogos e as condições materiais vividas empiricamente no país. Afinal, seria através desse, acúmulo de dados e arquivamentos da massa de documentos produzidos ao longo das Exposições que se poderia compor um acervo onde se pudesse debruçar sobre a história da nação e conhecer melhor as províncias. Cada catálogo provincial e nacional portava em suas páginas uma “legenda”, uma determinada forma de leitura. Tal com os números, as palavras também buscavam seu teor de “verdade”. A escrita fixava e dava a ler o que os números quantificavam. A “legenda” poderia ser lida e relida, fixada nas páginas e a disposição dos seus leitores. O historiador Francisco Régis Lopes, em reflexão sobre a escrita, infere:

O impresso permite idas e vindas do leitor. Leitura e releitura, não mais para memorizar, mas para colocar-se diante do texto. Impressa, a palavra se dissemina, dando asas a proposta de Kant para transformar o ser humano em um ser pensante, que aceita algo não porque a tradição diz que é para aceitar, e sim porque sua própria consciência se torna capaz de crítica e autocrítica.³²³

Os dados coletados para as Exposições e sistematizados, do qual os catálogos são a expressão material, constituem um roteiro de leitura que portam concepções de história e elaboram políticas de memórias ao orientarem as formas de ler e entender o Brasil, dando uma coerência visual ao todo e as partes. Podemos entender que tantos as exposições, quanto os catálogos, constituem o que chamaríamos de dispositivos: qualquer coisa que tenha de algum modo a capacidade de capturar, orientar, determinar, interceptar,

³²³ RAMOS, Francisco Regis Lopes. *O fato e a fábula: o Ceará na escrita da História*. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2012, p. 190.

modelar, controlar e assegurar os gestos, as condutas e opiniões.³²⁴ A ordenação dos catálogos seria uma tentativa de impor rupturas (através do processo histórico e sua “evolução”) mantendo a permanência do espaço (ao dotar o espaço nacional de uma história contínua). A “legenda” que se buscava criar através das exposições seria repleta de rupturas e permanências entre o todo e as partes.

³²⁴ AGAMBEN, Giorgio. *O que é o contemporâneo?* E outros ensaios. Chapecó-SC: Argos, 2009, p. 40

3.2. Catalogando a nação.

Em 1873 o mundo festejava mais uma Exposição Universal e os representantes de várias nações encontravam-se na cidade de Viena. A exposição que se abriu em meio a uma crise financeira e teve um grande déficit no final do evento conseguiu realizar aquela que ficou conhecida como a mais cosmopolita das exposições. Vários países do Oriente e das Américas montaram nessa exposição palácios onde se representavam as riquezas e as particularidades das mais variadas regiões do globo. A capital da Áustria havia derrubado suas velhas fortificações na década de 1850 e reformulado toda a estrutura urbana, estando pronta para afirmar seu lugar no movimento das cidades “urbanizadas”. Todo esse fausto foi aberto com a entrega do Catálogo Oficial da exposição ao Imperador da Áustria.³²⁵ A exposição que tinha o caráter de juntar num único lugar diferentes espaços geográficos não podia deixar de registrar a importância dos catálogos nos eventos. Afinal, o catálogo registrava e conservava um saber enciclopédico que se ligava diretamente às exposições, e que também ia para além delas. Pensando os catálogos a partir de “uma história social do conhecimento” podemos dizer que eles foram produzidos dentro de uma perspectiva do iluminismo e da Enciclopédia. Pretendendo portar conhecimentos úteis sobre os mais variados assuntos a Enciclopédia tornou-se símbolo da “época das luzes”.³²⁶ O que dava um estatuto ao Catálogo não eram apenas as informações nele contidas, mas a nova forma de se dispor deles. O novo estava mais na forma que no conteúdo.

A tentativa de “mapear o universo do saber” deu origem a uma gama de publicações que traziam já no próprio título suas finalidades. As obras de

³²⁵ *Relatório da Comissão que representou o Império do Brasil na Exposição Universal de Vienna D’Austria em 1873*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1874, p. 16.

³²⁶ BOORSTIN, Daniel. *Os investigadores: a história da permanente busca do homem para compreender o seu mundo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 243. A produção da Enciclopédia fez parte de um momento tenso da história das ideias, onde saber e poder se misturam de forma dialética. Robert Darnton, em suas reflexões sobre o iluminismo e a produção enciclopédica que o caracteriza, ressalta que: “Longe de ser um compendio neutro de informações, portanto, a Summa modelava o conhecimento de tal maneira que o tirava do clero e colocava-o nas mãos dos intelectuais comprometidos com o iluminismo. O triunfo final desta estratégia veio com a secularização da educação e o surgimento das modernas disciplinas escolares durante o século XIX. Mas o combate mais importante ocorreu na década de 1750, quando os enciclopedistas reconheceram que o conhecimento era poder e, mapeando o universo do saber, partiram para sua conquista”. DARNTON, Robert. *O grande massacre de gatos e outros episódios da história cultural francesa*. Rio de Janeiro: Graal, 1986, p. 270.

referências como os dicionários, antologias, catálogos, enciclopédias, breviários eram tão correntes no setecentos que em 1758 se publicou em Paris o “Dicionário dos Dicionários”.³²⁷ Essa nova forma de conceber o conhecimento se desdobraria no século XIX tendo nos catálogos das exposições universais a ampliação e a acumulação do saber. Já na exposição londrina de 1851 os catálogos cumpriram a função de inventariar e divulgar o conhecimento. Apesar de o Brasil não ter participado de forma oficial do evento isso não excluiu o país de entrar no “inventário das nações”, sendo incluso no *Official Descriptive And Illustred Catalogue*³²⁸.

A exposição londrina, ao incluir vários países em seu documento maior, trazia para dentro da exposição países e lugares até então desconhecidos no globo, o que se dava pelo simples fato de o próprio globo não ser totalmente mapeado, mesmo após a invenção do cronômetro, em 1761, por John Harrison, que permitiu o cálculo exato das longitudes, pondo o planeta “em uma grade geométrica que enquadrava os mares vazios e as regiões inexploradas dentro de quadriculados medidos com precisão”.³²⁹ Os melhores mapas europeus de 1848 ainda apresentavam enormes áreas em branco, principalmente no que diz respeito à África, Ásia e ao interior da América do Sul e partes da América do Norte e Austrália.³³⁰ Ou seja, ainda havia um mundo a ser inventariado, catalogado e quantificado. A cada Exposição Universal esse projeto se concretizava um pouco mais.

Constava nas “recommendações e encommendas que devem ser feitas ao encarregado da visita e exame da Exposição Cosmopolita de Londres”, feita pela Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional “que envie á Sociedade Auxiliadora um exemplar do catálogo geral da mencionada exposição”.³³¹ O desejo que a SAIN mostrou de ter o catálogo da exposição londrina sugere que ele era portador de “conhecimentos úteis”, devendo ser depositado em instituições brasileiras e para consulta pública, pois se as exposições passavam, os catálogos ficavam para orientar e dizer sobre o que foi feito, o

³²⁷ BURKE, Peter. *Uma história social do conhecimento*. De Gutemberg a Diderot. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003, p.154.

³²⁸ *Official Descriptive And Illustred Catalogue*, 1851, Tomo III, p. 1429.

³²⁹ ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008, p. 239.

³³⁰ HOBBSAWM, Eric. *A era do capital (1848-1875)*. São Paulo: Paz e Terra, 2005, p. 80.

³³¹ *O Auxiliador da Industria Nacional*, 9 fevereiro 1851, p. 453.

que foi mostrado e, principalmente, onde se localizava o que fora divulgado. Essa circulação do saber arregimentava intelectuais e instituições que divulgavam e acumulavam, através das brochuras, o conhecimento produzido principalmente no velho mundo. Surgiu da SAIN e do MACOP a ideia de bibliotecas contendo saberes diferentes e úteis para a instrução dos mais variados ramos produtivos do país. A leitura dos catálogos servia também como suporte de atualização técnica, pois nele constava os últimos inventos.

Pedia-se que nos catálogos constassem as maiores informações sobre os produtos lá mostrados, possibilitando assim o conhecimento diverso sobre variados assuntos e produtos. Os catálogos que “ficavam” passavam a compor, se assim podemos dizer, parte da própria administração do país, pois nele poderia-se consultar e obter informações que muitas vezes encontrava-se apenas neles, pois fora feita para nele constar. Sugerimos que os catálogos podem ser pensados dentro de uma história social do conhecimento porque podemos problematizar “a maneira pela qual as culturas gráficas elegem (ou inventam) suportes específicos e estruturam modos de escritura adaptados as suas funções”.³³² A própria acumulação, comparação e usos dados aos catálogos dava também um ordenamento às Exposições, pois a documentação usada na promoção desses eventos acabava gerando uma memória para as mesmas: se cada catálogo mostrava avanços em relação ao anterior era, supostamente, porque de uma Exposição para outra os “melhoramentos” haviam também acontecido.

Jean Hébrard, em estudo sobre a escritura pessoal e seus suportes, relaciona também os avanços gráficos a uma necessidade de administração judicial, sendo a paginação algo de fundamental importância nesse processo, pois ao paginar uma e outra folha se dava não apenas uma continuidade de pensamento, mas reafirma que os documentos (processos) estavam na íntegra.³³³ No caso dos catálogos seguia-se página após página e província após província as informações gerais do Império do Brasil em seu todo e em todas as suas páginas, contavam-se páginas, mas também o tempo. Mas aqui

³³² HÉBRARD, Jean. Por uma bibliografia das escrituras ordinárias. A escritura pessoal e seus suportes In: *Refúgios do eu: educação, história e escrita autobiográfica* / Ana Chystina Venancio Mignot, Maria Helena Camara Bastos, Maria Teresa Santos Cunha (Organizadoraz). Florianópolis: Mulheres, 2002, p. 42.

³³³ Idem, p. 37.

a administração ia para além do judicial. Criava-se um campo imagético da nação com suas várias províncias e um único texto numa única língua, constituindo uma comunidade de sentido compartilhado pelo vernáculo. A produção dos catálogos em língua própria estava em sintonia com o nacionalismo do século XIX, sendo o “capitalismo tipográfico”, no dizer de Benedict Anderson, um dos vetores na criação do sentimento nacionalista. Ainda, segundo Anderson, “a coisa mais importante quanto à língua é sua capacidade de gerar comunidades imaginadas, efetivamente construindo *solidariedades particulares*”.³³⁴ Do Ceará ao Rio de Janeiro, e deste ao Amazonas, todos poderiam ler e entender que tudo aquilo que estava nos catálogos fazia parte do Brasil.

No catálogo confeccionado para a participação do Brasil na Exposição Universal da Filadélfia em 1876 constava o seguinte texto de abertura (com o título de *Advertencia*):

Se as exposições universais não podem, ainda, por parte do Brazil, servir para competência industrial, é inegável, que lhe tem proporcionado ensejo para ser melhor conhecido, e apreciado, como região agrícola de solo fertilíssimo, e nacionalidade pacífica; inteligente e laboriosa. Para isso tem concorrido, na falta de trabalhos mais completos, as noticias escrupulosas, e leais, que com o titulo Breves Noticias, e, com o do Império-do-Brazil, foram publicadas para as exposições de Paris, em 1867, e de Vienna d’Austria, em 1873.³³⁵

A Exposição Universal realizada na Filadélfia em 1876 foi a primeira a ser concretizada fora do continente europeu (já se faziam exposições industriais nos Estados Unidos, mas de caráter Universal esta foi a primeira), sendo que a travessia do velho mundo para o outro lado do atlântico provocou rebuliço nas Américas. Para esse evento o Brasil montou um pavilhão em estilo mourisco que em nada lembrava os trópicos e nele expôs toda sua natureza exuberante. D. Pedro II, juntamente com o presidente americano, abriu a Exposição acionando uma enorme máquina que ligava os geradores do evento.

Embora o catálogo brasileiro enviado para a Filadélfia fosse o mais atualizado, pois nele constava os dados do censo de 1872 e uma carta geográfica do Império brasileiro, ainda assim não estávamos em sintonia com a

³³⁴ ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008, p. 189.

³³⁵ *O Império do Brazil na Exposição Universal de 1876 em Philadelphia*. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1875.

proposta americana. O Catálogo que estava o nome *O Império do Brasil na Exposição Universal de 1876 em Philadelphia* mostrava de início o regime político era a monarquia: a única na América. Da Exposição de Viena, em 1873, para a americana, em 1876, a escrita sobre o país e os dados internos sobre a nação haviam mudado o conhecimento que se tinha sobre O Brasil, mas pouco havia mudado nas instituições e práticas sociais nacionais. Aqui havia uma plasticidade muito própria de ser moderno.

As novas forças motrizes encarnavam nas Américas a força da natureza e do gênio dos americanos, sendo que a presença do imperador do Brasil junto ao presidente americano sugere a relação entre tecnologia e novas matérias-primas, ficando claro quem era quem nesse certame. Os dois “gigantes da América” (Estados Unidos e Brasil) mostraram na própria abertura do evento, ou melhor, ao ligarem o motor da máquina central, o que a ciência podia fazer quando se tinha o domínio da natureza (e aqui os gigantes se dividem, pois cada um possui parte do processo: os americanos tinham a tecnologia, mas a natureza exuberante era a brasileira). O conhecimento sobre as forças da natureza não serve apenas para dominá-las, mas também para controlar seus usos. Esse pensamento já vinha sendo elaborado pela economia clássica e encontrou em Stuart Mill sua melhor síntese na década de 1840:

No entanto, a Natureza faz mais que do que fornecer materiais; ela oferece também energias. A matéria do globo não é um recipiente inerte de formas e propriedades impressas por mãos humanas; ela encerra energias ativas, através dos quais coopera com o trabalho podendo até ser utilizada para substituí-lo. Nos primórdios, as pessoas convertiam seu trigo em farinha, triturando-o entre duas pedras; logo depois encontraram um meio que lhes possibilitava, girando uma manivela, fazer com que uma pedra girasse sobre a outra, prática esta já um pouco aprimorada (...). O homem não tem outro meio de agir sobre a matéria senão colocando-a em movimento.³³⁶

A natureza aparecia como fonte de energia inesgotável posta em movimento, como reservatório de forças à espera do homem. Mas o movimento que surgiria com as novas técnicas não era mais a mecânica, mas a termodinâmica. E esses homens que mostraram o seu “segredo” ao mundo eram os donos de dois países de dimensões continentais e de inesgotáveis fontes criadoras. A técnica moderna, para Heidegger, caracteriza-se por uma

³³⁶ MILL, John Stuart. Princípios de economia política: com algumas de suas aplicações à filosofia social. São Paulo: Nova Cultural, 1986, p.44-45, Vol. I. Coleção os economistas (1ª edição de 1848).

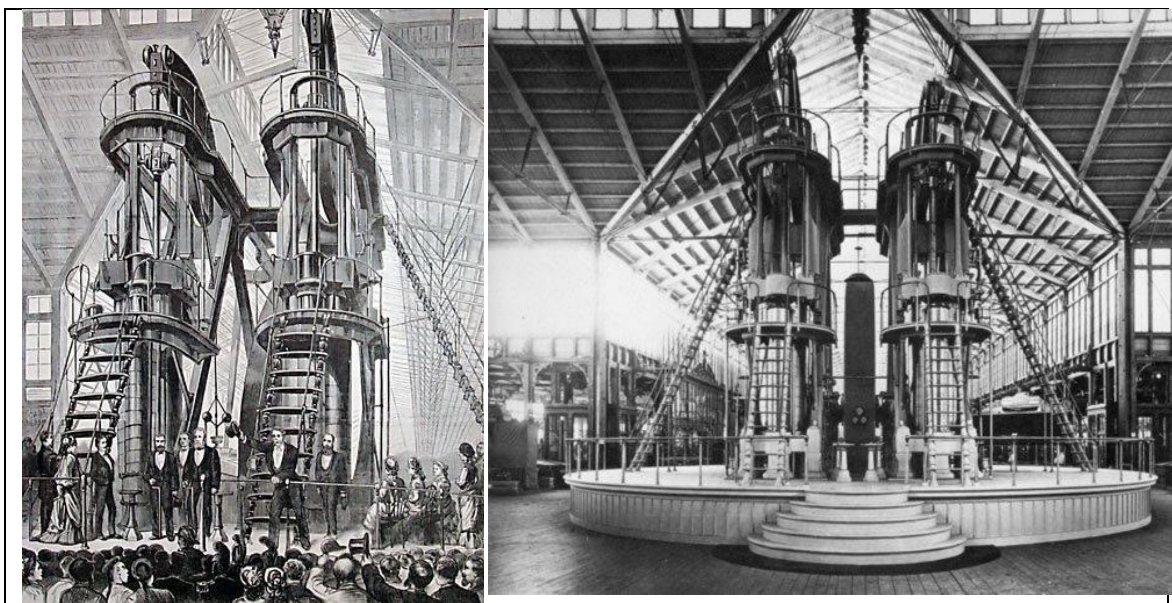
exploração que impõe à natureza a pretensão de fornecer energia. Mas as pessoas que “convertiam seu trigo em farinha, triturando-o entre duas pedras” e as que se beneficiam do moinho de vento não usavam da tecnologia para tirar energias da natureza? Para Heidegger, o que dava originalidade à técnica moderna, na verdade, era a capacidade de extrair energia da natureza e armazená-la. Essa seria a grande descoberta científica. Ainda segundo Heidegger:

O desencobrimento que domina a técnica moderna, possui, como característica, o pôr, no sentido de explorar. Esta exploração se dá e acontece num múltiplo movimento: a energia escondida na natureza é extraída, o extraído vê-se transformado, o transformado é estocado, o estocado, distribuído, o distribuído, reprocessado. Extrair, transformar, estocar, distribuir, reprocessar são todos modelos de desencobrimento. Todavia, este desencobrimento não se dá simplesmente. Tampouco, perde-se no indeterminado. Pelo controle, o desencobrimento abre para si mesmo suas próprias pistas, entrelaçadas numa trança múltipla e diversa. Por toda parte, assegura-se o controle. Pois controle e segurança constituem até as marcas fundamentais do desencobrimento explorador.³³⁷

As máquinas a vapor e os motores de explosão que delimitaram a revolução industrial trouxeram para o domínio da produção as forças elaboradas na natureza, ou seja, a técnica elaborava forças que venciam os obstáculos impostos pela natureza.³³⁸ A foto da abertura da exposição de 1876 se cristalizou e virou a síntese do evento:

³³⁷ HEIDEGGER, Martin. *Ensaios e conferências*. Petrópolis-RJ: Vozes, 2001, p. 20.

³³⁸ ARAÚJO, Hermetes Reis de. Da mecânica ao motor: a ideia de natureza no Brasil no final do século XIX. *Projeto História*. São Paulo, n. 23, 1981, p. 153.



“Para anunciar a abertura da **Exposição do Centenário**, sinos soaram sobre toda a Filadélfia. Estava presentes à cerimônia o presidente dos Estados Unidos, Ulysses Grant e sua esposa e Dom Pedro II Imperador do Brasil com sua esposa. A cerimônia terminou no pavilhão de máquinas e equipamentos com Grant e Dom Pedro dando a partida no motor a vapor Corliss Steam Engine que fornecia energia para a maioria dos outros equipamentos da Exposição”.³³⁹

Segundo Hardman, a divisão social do trabalho mostra-se precisamente como divisão dos países. Os estandes das exposições classificam não só produtos, mas, ao mesmo tempo, países.³⁴⁰ Se assim fosse, o Brasil já estaria em extrema desvantagem, pois os americanos possuíam uma extensa rede ferroviária e desfrutavam de uma grande liberdade de invenções tecnológicas. Apesar do descompasso, um dos grandes destaques dessa exposição foi justamente Pedro de Alcântara João Carlos Leopoldo Salvador Bibiano Francisco Xavier de Paula Leocádio Miguel Gabriel Rafael Gonzaga de Habsburgo e Bragança, o seja, Dom Pedro II. A Exposição também celebrava ois governantes. Ulysses Grant, que venceu a Guerra da Secessão (1861-1865), e D. Pedro II, que saiu vitorioso da Guerra do Paraguai (1865-1870), tendo sido o primeiro monarca a pisar na grande república americana.³⁴¹ Juntamente com o presidente e o imperador, as máquinas, junto à pipoca, foram as grandes atrações mostradas na Filadélfia. Alí foram

³³⁹ Disponível em: <http://imperioibrazil.blogspot.com.br/2010/07/exposicao-universal-de-1876.html>. Acesso em 25 de junho de 2012.

³⁴⁰ HARDMAN, Francisco Foot. *Trem fantasma: a modernidade na selva*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988, p. 60.

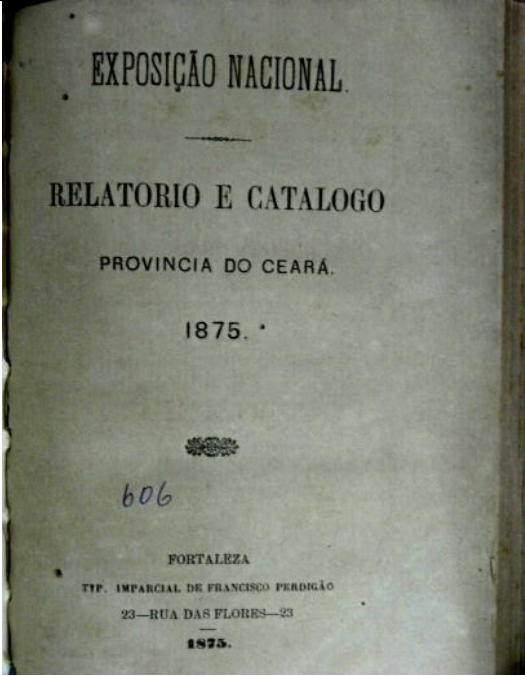
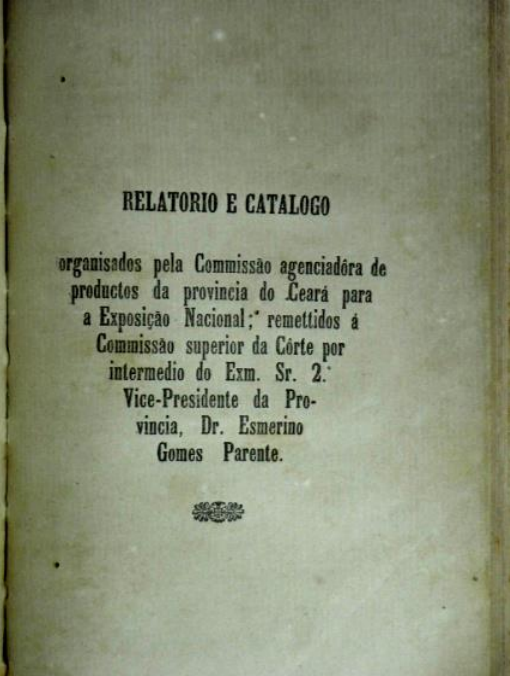
³⁴¹ BETHELL, Leslie. O Brasil no mundo. In: José Murilo de Carvalho. *A construção nacional (1830-1889)*. Coord: Rio de Janeiro: Objetiva, 2012, p 173.

apresentadas ao mundo a máquina de escrever, o telégrafo duplo de Edison e o telefone.³⁴² Sendo que o telefone foi inaugurado por D. Pedro e o inventor Graham Bell. Ainda para este evento terminou-se também a confecção da Carta Geral do Império, sendo também exposta.

Assim, não apenas as dimensões reais da geografia do país como suas potencialidades econômicas foram sistematizadas para comporem um discurso sobre o país que, além de grandes dimensões territoriais, possuía imensas riquezas naturais, tudo isso quantificado em muitas páginas, números, letras e produtos. Houve para esse catálogo um considerável aumento de páginas se comparado às duas exposições anteriores: o catálogo para a exposição de Paris, em 1867, constava de pouco mais de 320 páginas e o de Viena, em 1873, 383 páginas. Na Filadélfia, o Brasil participou das quatro categorias da exposição: matérias-primas, belas-artes, manufaturas e maquinarias. O Catálogo para a Exposição americana constava de 558 páginas. O que se destacava nessa produção era a tentativa de sistematizar os dados estatísticos sobre o Brasil a partir do censo de 1872.

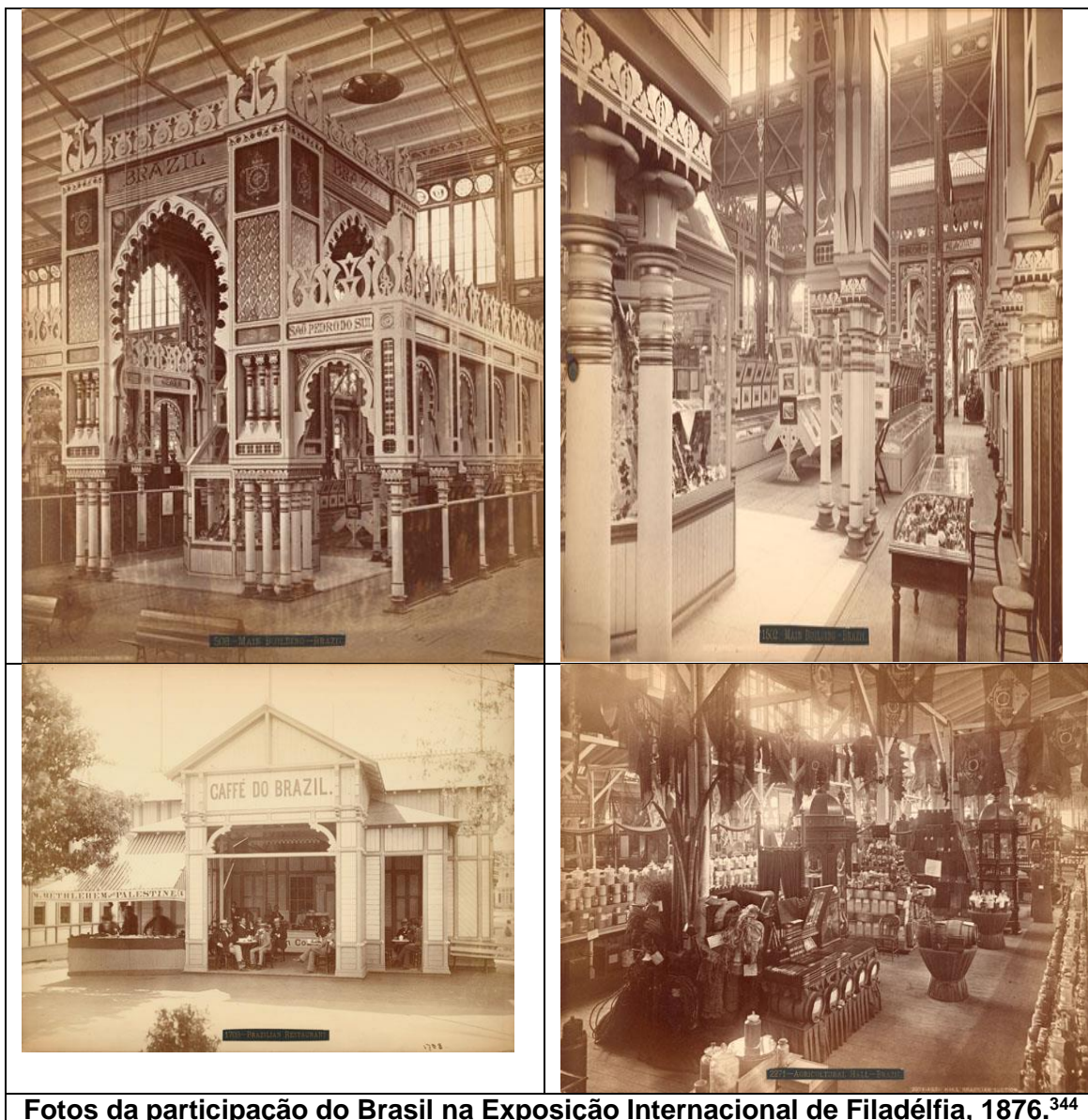
Os catálogos, com pequenas variações, eram do tamanho de um livro comercial, aquele tipo de material fácil de carregar e que se pode ler em qualquer lugar. Os catálogos das exposições nacionais e provinciais mantiveram um certo padrão no tamanho. A única diferença era que os catálogos nacionais tinham uma tendência a um maior número de páginas (essas observações valem principalmente para as exposições do período imperial). Para a Filadélfia, o Ceará mandou o catálogo confeccionado para a Exposição Provincial e dele podemos ter um padrão da materialidade dos catálogos:

³⁴² DANTAS, André Dias. *Os pavilhões brasileiros nas Exposições Internacionais*. Dissertação (Mestrado da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo) - Universidade de São Paulo, 2010, p. 80.

	
<p>Capa do Relatório e catálogo da Exposição provincial de 1875. Altura: 21 cm; Cumprimento: 14 cm.</p>	<p>Página de rosto do Catálogo e Relatório da Exposição provincial de 1875.</p>

As fotos internas do pavilhão brasileiro na Filadélfia mostram que o país tinha mesmo muito que mostrar (e todos os países achavam isso também!), daí o fato de cada um buscar chamar mais atenção que o outro, e o Brasil não deixou por menos. O pavilhão brasileiro era de estilo mourisco, sem muito a ver com as tradições arquitetônicas lusas, mas de grande efeito pelas variadas cores, e brilhante e pela ornamentação exótica, que incluía flores artificiais, penas de pássaros, borboletas e insetos, ou mesmo mostras de algodão:³⁴³

³⁴³ PESAVENTO, Sandra Jatayh. *Exposições Universais: espetáculos da modernidade do século XIX*. São Paulo: Hucitec, 1997, p. 157.



Fotos da participação do Brasil na Exposição Internacional de Filadélfia, 1876.³⁴⁴

A “Advertência” na abertura do texto dos catálogos de Paris (1867) e Viena (1873) não foi feita ao acaso. Se a produção do conhecimento através das estatísticas apresentava-se como sintoma da “civilização”, podemos dizer que, para o Brasil, a exposição de 1876 foi parte desse sintoma. Esses catálogos nos fornecem indícios para acompanharmos um pouco da produção do conhecimento no país, ou melhor, como se deveria ler o país, pois a *Advertência* funcionava como uma legenda na tentativa de orientar/deslocar as leituras feitas no catálogo. E se a exposição fosse universal, os catálogos

³⁴⁴ Disponível em: <http://libwww.library.phila.gov/cencol/tours.htm>. Acesso em 2 de junho de 2012.

nacionais eram traduzidos tanto para a língua sede do evento como para outros idiomas. Na Exposição Nacional de 1908 sugeriu-se que o Boletim Informativo fosse traduzido até para o esperanto. Intentava-se, ao traduzir o Boletim e os catálogos, buscar leitores em outros países. O esperanto, que se propunha a ser uma língua universal no século XIX, seria o idioma que, provavelmente, encontraria falantes em todas as partes do mundo. Mas não apenas o esperanto era visado. Nas edições anteriores, os catálogos foram traduzidos para o inglês e francês. Buscava-se através dessas publicações dialogar com os países europeus.

Devido ao pouco tempo para a organização dos primeiros eventos expositivos, nos catálogos confeccionados no país para a exposição nacional de 1861 e a universal de Londres em 1862 constam basicamente dos produtos remetidos à Corte pelas províncias. Para a Exposição Universal de Paris de 1867 foi elaborado, na primeira parte do catálogo, uma “breve notícia sobre o Império do Brasil”. A “Advertencia”, nota que abria o catálogo, informava que:

As condições desfavoráveis com que se organisou a segunda exposição brasileira, achando-se o Imperio a braços com uma guerra contra elle feita injusta e inesperadamente, absorvida toda a attenção em assumpto da maior gravidade - a desafronta da honra nacional offendida, - não permitirão (com pesar reconhecemos) que o Brasil pudesse comparecer vantajosamente na Exposição Universal de Pariz, dando uma idea approximadamente de suas immensas riquezas naturaes, e forças productivas. Para que o Brazil seja uma das maiores nações do mundo não precisa senão de população, e para attrahila basta ser conhecido. Neste intuito pareceu-nos conveniente acompanhar o catalogo de uma noticia sobre este Imperio, noticia que aliás não é, nem podia ser na occasião mais que um apanhado imperfeito.³⁴⁵

A primeira “notícia” que se tem ao folhear o catálogo é que o Império do Brasil “está situado na parte mais oriental da América do Sul. Compreende 1/15 da superfície terrestre do globo, 1/5 do novo mundo, mais 3/7 da América meridional. A sua costa tem de extensão 1.200 léguas”.³⁴⁶ Informava ainda que “o Brasil é nação livre e independente desde 1822 e que sua constituição política é a terceira em antiguidade no mundo, datando de 1824”³⁴⁷, e que “esta constituição garante a inviolabilidade dos direitos civis e políticos, que tem por

³⁴⁵ *O Imperio do Brazil na Exposição Universal de 1867 em Pariz*. Rio de Janeiro: Typographia Universal Laemmert, 1867, p. 5.

³⁴⁶ *Idem*, 1867, p. 5.

³⁴⁷ *Idem*, 1867, p. 30.

base a liberdade, a segurança individual, e a propriedade dos cidadãos brasileiros”³⁴⁸.

A composição da nação brasileira não foi elaborada ao acaso. Ela obedecia a uma “ordem discursiva”. Esse regime discursivo caracterizava o que Hobsbawm chamou de “princípio da nacionalidade”,³⁴⁹ que estabelecia características liberais às constituições das nações, já que a existência de uma constituição era fundamental para a nova configuração geopolítica que se afirmava dentro do mundo burguês que se contrapunha ao antigo regime e ao absolutismo.³⁵⁰ Ainda segundo Hobsbawm, o conceito de nacionalismo e suas manifestações sofreram variações durante o século XIX e XX. A palavra “nação” aparece no vocabulário político na década de 1830, sendo que o período de 1830 até 1880 é caracterizado pelo “princípio da nacionalidade”, quando a nação se vincula à ideia de território. De 1880 a 1918 fala-se em “ideia nacional”, onde se destacam elementos como língua, religião e raça. De 1918 a 1950 denomina-se de “questão nacional”, definindo-se por uma consciência nacional e uma lealdade política.³⁵¹ No caso em questão, o Brasil afirmava-se como detentor de um grande território, administrado e gerenciado pelo governo imperial.

A constituição garantia “os direitos dos cidadãos” dentro de sua nacionalidade, mas para assegurá-la, os países precisavam também de um segundo princípio, que era a sua própria dimensão territorial. Se algumas nações eram pequenas ou pobres em recursos, isso sugere que elas poderiam não promover seu progresso nem tampouco sua emancipação em relação às outras nações, e isso em proveito de alguns países que podiam correr em seu auxílio (em nome do imperialismo). Os países de capitalismo mais avançado e imbuídos de uma “consciência histórica” de cunho evolucionista arvoravam-se

³⁴⁸ Idem, 1867, p. 41.

³⁴⁹ HOBBSAWM, Eric. *Nações e nacionalismo desde 1780*. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1998, p.104.

³⁵⁰ Em primeiro lugar, o liberalismo de um regime era reconhecido, primeiramente, pela existência de uma constituição. Segundo René Remond, não há contradição entre liberalismo (como o Brasil se apresentava) e monarquia (regime adotado no país). Segundo o autor, “monarquia e liberalismo entendem-se muito bem, porque a presença de uma monarquia hereditária é uma garantia contra as investidas demagógicas e as violências populares”. REMOND, René. *Introdução à história do nosso tempo: o século XIX 1815-1914*. São Paulo: Cultrix, 1976, p. 40.

³⁵¹ HOBBSAWM, Eric. *Nações e nacionalismo desde 1780*. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1998, p.117.

do direito de propagar os ideais de emancipação e de civilização. Coube às nações bárbaras (atrasadas ou simplesmente diferentes) entrar no mundo civilizado através das práticas ditadas pelos “avançados”.

Hobsbawm, no intento de deixar clara a sua ideia de “princípio da nacionalidade” e sua relação com a extensão territorial de um país, fornece um argumento categórico:

A nação teria que ser de tamanho suficiente para formar uma unidade viável de desenvolvimento. Se caísse abaixo desse patamar não teria justificativa histórica. Isso parecia muito óbvio para requerer argumentação, e era raramente discutido. O Dictionnaire Politique de Garnier-Pagés de 1843 pensava ser “ridículo” que a Bélgica ou Portugal quisessem ser nações independentes, dado seu visível pequeno tamanho.³⁵² [Grifo no original].

O Brasil, portanto, obedecendo aos protocolos, apresentava-se como um país liberal, pois possuía a terceira constituição mais antiga do mundo. E como o mapa no final do catálogo de 1867 mostrava, era um país continental, sendo viável seu desenvolvimento como nação. O catálogo (relatório), feito com o intuito de divulgar as riquezas do país e criar uma imagem promissora da nação, foi confeccionado e enviado a Paris junto com o catálogo dos produtos das províncias que participaram do evento em 1867. No ano seguinte, a questão de uma “breve notícia” sobre o país entrava em pauta novamente devido aos preparatórios para a Exposição Universal de Viena com data marcada para 1870 (a exposição veio a acontecer apenas em 1873, quando os preparativos para a mesma foram finalizados). Em 1868, quando foi criada a comissão responsável pela participação do Brasil no evento, constava nas instruções que caberia à comissão fazer o catálogo de modo a ser enviado na primeira remessa para chegar em Viena na data de abertura. E nesse catálogo deveria-se,

Escrever uma noticia minuciosa sobre o Brasil, expondo nella tudo quanto possa interessar ao estrangeiro e habilitar o leitor a formar uma idea adequada do paiz em todas as sua relações. Esta noticia, depois de traduzida em allemão, francez e inglez, será impressa nas quatro línguas, tendo annexo o melhor mappa que houver do Brasil e um numero de exemplares suficientes a poder se fazer larga distribuição por toda a Europa e America.³⁵³

³⁵² Idem, p. 42.

³⁵³ O *Auxiliador da Industria Nacional*, 01 de outubro de 1868, p. 411.

As ordens e as instruções que foram dadas em 1868 para a confecção do catálogo para a exposição de Viena foram cumpridas. Já “as informações mais atualizadas do Brasil”, que constavam neste relatório, eram as mesmas do catálogo de Paris de 1867. No catálogo de 1873, as “notícias” começam com a extensão territorial do Brasil e afirmando a antiguidade de nossa constituição. No tópico relativo ao censo da população do Brasil, a comissão responsável pelo catálogo registrou que não estando ainda concluídos os trabalhos oficiais do recenseamento da população do Império, “inculcido à directoria geral das estatísticas, ultimamente creada, nenhuma alteração pode ser feita acerca do que a tal respeito lê-se na ‘Breve Noticia sobre o Império do Brasil’ [do catálogo da exposição de Paris]”.³⁵⁴ Nenhuma alteração poderia ser mencionada porque os dados eram ainda insuficientes, mas na falta de números confiáveis, escreveu-se um catálogo que se propunha na abertura “a dizer a verdade”. Não era possível ainda dar um diagnóstico do Brasil “real”, mas através dos números isso já era viável. Apostava-se na ciência da estatística para mostrar as especificidades e originalidades do país. E se em 1873 ainda não fora possível tal intento, seria apenas questão de tempo para sua efetivação.

O problema, se assim podemos dizer, não foi apenas a repetição dos dados de um catálogo para o outro, mas o fato de os dados do primeiro catálogo já estarem por demais defasados, defasagem que se repetia de forma consciente. No catálogo de 1867, o censo fornecido pelo Brasil “segundo os ultimo calculos feitos por ordem do governo, e para os quaes, além de diferentes esclarecimentos, tomou-se por ponto de partida o recenseamento oficialmente organizado em 1817 e 1818”.³⁵⁵ Um Império que já constava em 1873 com meio século de existência e se projetava como um país moderno ainda divulgava seus dados adquiridos do período colonial. Se o censo populacional se repetia, o mesmo acontecia com o mapa anexo ao final do catálogo. O “melhor mappá” exigido pela comissão organizadora do evento fora o mesmo de 1867, que também já estava ultrapassado, sendo ele a redução de

³⁵⁴ *O Império do Brasil na Exposição Universal de 1873 em Viena d’Austria*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1873, p. 62.

³⁵⁵ *O Imperio do Brazil na Exposição Universal de 1867 em Pariz*. Rio de Janeiro: 1867, p. 28.

uma carta feita em 1846.³⁵⁶ O material confeccionado pelo Brasil para as Exposições estava eivado de diferentes tempos: o tempo da Exposição, o tempo que o país pretendia mostrar e o tempo das informações divulgadas, que nem sempre eram as mais atualizadas. Nessa multiplicidade de tempos e diferenças, o Brasil constituía sua originalidade num mundo cada vez mais universal.

Muito do que foi escrito no catálogo para Paris se repetiu no de Viena. Mas, como nos alertava Foucault, “o novo não está no que é dito, mas no acontecimento de sua volta”.³⁵⁷ Partes das repetições nos dois catálogos aqui abordados não se devem simplesmente à defasagem dos dados estatísticos, mas sim a reiterar determinadas funções dadas ao catálogo. Enquanto no catálogo para a exposição de 1867 afirmava-se que “para que o Brasil seja uma das maiores nações do mundo precisa senão de população, e para atrahila basta ser conhecida”, em Viena, a “volta” desse argumento se repete de forma mais clara e elaborada:

Conhecer exactamente as regiões da America é hoje necessidade dos Estados da Europa, onde superabunda a população. A uberdade do solo do Brazil e seus variados thesouros de riquezas naturaes offerecem vasto campo a todo o genero de actividade industrial. No intuito de demostralo e promover a imigração para este império aproveitou-se o feliz ensejo que offerece a Exposição Universal de Vienna d’Austria, tratando-se de rever e melhorar a Breve Noticia impressa em 1867 para a Exposição Universal de Paris [...]. Tendo-se por alvo principal tornar bem conhecido o Império do Brazil e esclarecer os immigrants, procurou-se com todo o cuidado dizer somente a verdade.³⁵⁸ [Grifos no original].

O texto de abertura do catálogo de Viena objetivava de imediato a função de tornar o Brasil conhecido para os imigrantes europeus. Essa clareza (ou desespero) de atrair imigrantes para o Brasil se devia a fatores ligados à escravidão e à mão de obra nacional. No catálogo de Paris a questão da escravidão aparece de forma atenuada e quase humanizadora, ressaltando

³⁵⁶ Os trabalhos da Carta Geral do Império findaram em 1875. Os trabalhos que serviram de base para este fim foram reunidos pelo Barão da Ponte Preta e exibidos na Exposição Nacional de 1875 com o título de “Exposição dos Trabalhos Históricos, Geographicos e Hydrographicos que serviram de base para a Carta Geral do Império”. Nele consta (p. 89) que, não havendo no Arquivo Militar uma carta do Império pra ser enviada para a Exposição de Viena, aproveitou-se a redução que o Sr. Tenente Coronel Pedro Torquato Xavier de Brito tinha feito da carta confeccionada pelo Coronel Conrado em 1846. No mapa enviado a Paris consta os nomes de Torquato e Conrado, mas a data refere-se a 1856 (acredito ser um erro de data na publicação do catálogo de Paris).

³⁵⁷ FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. São Paulo: Edições Loyola, 2011, p. 29.

³⁵⁸ *O Império do Brasil na Exposição Universal de 1873 em Viena d’Austria*, 1873. Advertência (abertura do catálogo).

que “o trabalho é hoje moderado, e de ordinario só durante o dia, sendo as noites destinadas ao descanso e em parte à pratica religiosa ou a seu divertimento”. Reafirmava as intenções de por fim a esta “modalidade” de trabalho que fora imposta devido aos primeiros anos do “descobrimento” e às “boas” intenções do governo para pôr fim a escravidão já eram conhecidas no velho mundo, pois foram reafirmadas pelas respostas dadas à “Comissão franceza de emancipação”³⁵⁹. A comissão à qual se fazia referência no catálogo era a *Societé française pour l’abolition de l’esclavage* que enviou em julho de 1866 uma petição ao imperador D. Pedro II. A resposta foi dirigida pelo Imperador e assinada pelo Ministro da Justiça. Nela o imperador afirmava que seria dada prioridade ao assunto assim que terminasse a guerra contra o Paraguai.³⁶⁰ O documento fora entregue ao monarca um ano antes da Exposição Universal de Paris, aberta em abril de 1867.

Há poucas notas sobre a escravidão nos dois catálogos, e os trechos até se repetem ao afirmarem que “os escravos são tratados com humanidade, vivendo em geral em boas acomodações, e bem alimentados. Possuem até, na maior parte das fazendas, suas lavouras particulares, de cujos productos dispõem livremente”.³⁶¹ Mas no catálogo de Viena há um acréscimo porque, “em virtude da lei de 28 de Setembro de 1871, ninguém mais nasce escravo no Brasil”.³⁶² A escravidão no Brasil aparece de forma esporádica nos catálogos, seja porque o país que queria construir a imagem de um país “liberal” e moderno não desejava expor sua dependência ao trabalho servil, ou por já se tratar de um assunto de domínio público e por isso não havia necessidade de muitas reiteraões. Embora o tema sobre o trabalho escravo fosse posto de forma secundária nos catálogos, este era confeccionado em sintonia com a questão da mão de obra nacional, uma vez que as exposições pretendiam fomentar um mercado interno, e tal intento esbarrava na própria estrutura interna na qual estavam montadas as relações de trabalho no país.

Após a lei de 1850, que proibia o tráfico de escravos no Brasil, a questão da mão de obra passou a ser uma das grandes preocupações dos proprietários

³⁵⁹ *O Imperio do Brazil na Exposição Universal de 1867 em Pariz*, 1867, p. 29.

³⁶⁰ SODRÉ, Nelson Werneck. *Panoramas do Segundo Império*. Rio de Janeiro: Graphia, 1998, p. 308.

³⁶¹ *O Imperio do Brazil na Exposição Universal de 1867 em Pariz*, 1867, p. 28; *O Império do Brasil na Exposição Universal de 1873 em Viena d’Austria*, 1873, p. 62.

³⁶² *O Império do Brasil na Exposição Universal de 1873 em Viena d’Austria*, 1873, p. 62.

rurais. O uso de trabalhadores imigrantes europeus pareceu, de início, a solução do problema, mas a questão maior era trazê-los para o Brasil quando os Estados Unidos atraía a maior parte desses trabalhadores. Uma das maiores dificuldades de concorrer com a América do Norte pelo trabalho dos europeus era que, para estes, o norte parecia mais com o velho continente em termos de clima, hábitos e cultivo da terra. Sendo que “os colonos que chegam ao Brasil não acham, ao contrario dos que se dirigem aos Estados-Unidos, cousa alguma análoga ao seu gênero de vida da Europa, e aos seus usos. Tudo lhes é opposto.”³⁶³ Houve tentativas de particulares de trazer imigrantes ao país, que acabavam indo para a Argentina, Uruguai ou até mesmo voltavam para a Europa assim que conseguiam uma quantia necessária para tal. O problema não era apenas trazer trabalhadores estrangeiros, e sim mantê-los em solo nacional.

Para que os imigrantes escolhessem vir para o Brasil deveria ser dado a eles não apenas informações sobre o país, mas informações vantajosas para eles e suas famílias. Além de condições de trabalho e acesso à terra, o país deveria dispor de um mínimo de “civilidade”, pois a migração não acontece em função exclusiva da necessidade ou da oportunidade, mas da conjunção de situações concretas e anseios com as oportunidades.³⁶⁴ Na sensação de estar disputando trabalhadores com outras nações, o país investiu na “publicidade”, usando os catálogos para falar sobre as potencialidades de seu território. Procurando “dizer com todo o cuidado somente a verdade”, divulgava que nos trópicos também havia “theatros, faculdades de direito e medicina, iluminação pública, Academia de Bellas-Artes, museus de História Natural. Imprensa na Corte e nas províncias, conservatório de música, exposições industriais, liberdade individual e uma constituição”.³⁶⁵ As instituições como Academias, Museus e Conservatórios eram argumentos usados tanto para atrair trabalhadores de outras nações como também para compor um discurso de modernidade, onde os “melhoramentos” eram tanto morais como materiais,

³⁶³ *O Auxiliador da Industria Nacional*, 9 de março de 1852. p. 336.

³⁶⁴ SECRETO, Maria Verônica. As Instruções para os imigrantes no contexto da propaganda da imigração. *Trajetos*, Fortaleza, V.3, n.5, 2004, p. 32.

³⁶⁵ *O Império do Brasil na Exposição Universal de 1873 em Viena d'Austria*, 1873. (Esses são alguns dos tópicos encontrados no índice do catálogo)

pois as artes eram tidas como instâncias capazes de produzir “polidez” e refinamento.

Ao se comprometer a “dizer a verdade”, parece que já se havia dito também a mentira. Muitas promessas feitas aos imigrantes não se cumpriram, fazendo com que alguns países europeus alertassem seus cidadãos contra as falácias feitas pelos agenciadores brasileiros na Europa. Essa “contra-publicidade” feita ao Brasil por algumas nações europeias surgiu desde as primeiras tentativas de introduzir no país os novos trabalhadores. Em 1852 a Sociedade Centralização da Colonização Alemã de Berlim lançava uma nota relatando que “infelizmente tem até agora a pratica demonstrado que na maior parte não foram cumpridos os contractos feitos entre o governo do Brasil e os colonos allemães. Muitos exemplos ha, e o governo não tratou ainda até hoje de justificar-se.”³⁶⁶ A imprensa da Corte brasileira revidava tais “difamações”:

Cumpre pois remediar este mal; cumpre empenhar todos os esforços para destruir o inimigo que tanto se oppõe á emigração para o Brasil; cumpre por meio dos factos desmentir os falsos boatos que continuadamente se espalham na Europa e que tanto embaraçam a colonisação. Porém quaes os meios a empregar-se para se conseguir tão desejado fim?³⁶⁷

Quais os meios para desmentir boatos e dar credibilidade às informações dadas sobre o país? Uma das possibilidades de resgatar a credibilidade era através das Exposições Universais e dos catálogos feitos especialmente para elas. Para a Exposição Universal de Viena, o Ministério da Agricultura mandou imprimir 36.000 exemplares em português, francês, inglês e alemão com o fim “de ser distribuído em larga escala nos países mais adiantados da Europa e da America”. A confecção do catálogo para a exposição de Viena estava em sintonia com o momento vivenciado pelo país, que necessitava de trabalhadores estrangeiros, daí a tradução em alguns idiomas e o desejo manifesto de uma larga distribuição do material. Mesmo com o intento de se dirigir especialmente à questão dos migrantes, o catálogo reafirma as condições geográficas do país, bem ao sabor da ciência política do período e do discurso liberal que o caracterizava:

Nesse livro, inspiração e obra benemérita do patriotismo, comtem-se, em linguagem adequada ao assumpto, a fiel exposição das condições physicas, políticas, econômicas e industriais do Brazil. É um trabalho de

³⁶⁶ *O Auxiliador da Industria Nacional*, 4 outubro 1852, p.120.

³⁶⁷ *O Auxiliador da Industria Nacional*, 3 setembro 1852, p. 80.

incontestavel merito e de summa utilidade, máxime pelos benefícios que d'elle nos podem provir em referencia á immigração e colonização. Mandeí distribuil-o, por intermédio das legações e consulados brasileiros, na Europa e nos Estados-Unidos. Para que, porém, melhor consiga propagar a exacta noticia das riquezas do Imperio e da sua civilização, vou autorizar a impressão nos quatro idiomas indicados e no italiano, de um resumo d'essa obra, que deverá constituir-se o manual do immigrante para o Brazil.³⁶⁸

Feita a distribuição, os catálogos circulariam entre pessoas e instituições que passariam a ter em suas mãos a totalidade do país que “está situado na parte mais oriental da América do Sul”. Infelizmente, ainda não temos pesquisas que problematizem o alcance que a propaganda feita pelos catálogos tiveram fora do país, mas nos é possível, através das fontes nacionais, entender que esse mecanismo aparecia como sendo proveitoso. Nas páginas que circulavam pela Europa em línguas locais, o país aparecia em condições e potencialidades naturais para o desenvolvimento, e que havia assinado a petição francesa, posicionando-se favorável à abolição da escravidão e tentava mostrar-se civilizado e atraente para o imigrante, mas não para qualquer imigrante.

O fim do tráfico de escravos e a parca imigração para o Brasil levou o governo imperial a pensar também em outras possibilidades para sanar o problema. A ideia inicial era transpor para cá trabalhadores asiáticos, especialmente os chineses. A proposta sofreu resistência de início devido às impressões negativas que circulavam no país sobre os asiáticos. Mas a questão foi sendo discutida e os argumentos eram de que “nem serão alguns milhares de trabalhadores de raça inferior à nossa, porem incontestavelmente superior á africana, que poderão ameaçar-nos de decadência physica e moral”. Além disso, “O chim é unicamente trabalhador a salário: não se liga a terra estranha, não adopta a segunda pátria, não funda família; torna ao seu paiz cumprido o seu mais ou menos prolongado contracto”.³⁶⁹

³⁶⁸ Relatório apresentado a Assembleia Geral Legislativa na terceira sessão da décima quinta legislatura pelo Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas José Fernandes da Costa Pereira Junior. Rio de Janeiro: Typographia Americana, 1874, p. 28.

³⁶⁹ Relatório apresentado a Assembleia Geral Legislativa na primeira sessão da décima sétima legislatura pelo Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas João Lins Vieira Cansação de Sinimbú. Rio de Janeiro: Typographia Americana, 1878, p. 25.

As imagens utilizadas para caracterizar os asiáticos e os africanos parecem superar a questão posta de início sobre a mão de obra, mas será a necessidade de resolver a dependência econômica subordinada ao trabalho escravo que irá suscitar um debate no campo das ideias e elaborar conceitos desqualificadores a partir do conceito de raça e de progresso. Segundo argumentos do Ministério da Agricultura, na transição “do regimen do trabalho escravo para o do trabalho livre, é entre povos adiantados que devemos procurar os naturaes trabalhadores da obra da civilização que somos chamados a realizar”³⁷⁰. Com a lei de 1871 e a iminência do fim da escravidão, o governo pensou na introdução de imigrantes e na elaboração de novos conceitos sociais. Tempo, raça e progresso eram termos imbricados. Assim como as nações, havia povos mais adiantados e atrasados. Segundo o relatório apresentado, “nem serão alguns milhares de trabalhadores de raça inferior à nossa, porem incontestavelmente superior á africana, que poderão ameaçar-nos de decadência physica e moral”, ou seja, estávamos em grau bem adiantada (em comparação aos europeus?), pois o “chim” e o “africano” estavam na escala inferior a nossa. A historiadora Lilia Moriz Schwarcz, refletindo sobre o cenário político que se apresentava no Brasil na década de 1870, historiciza as “novas ideias” que surgiam:

Raça é um conceito científico e comparativo para os museus; transforma-se em fala oficial nos institutos históricos de finais do século [XIX]; é um conceito que define a particularidade da nação para os homens de lei; um índice tenebroso na visão dos médicos. O que se percebe é como em determinados contextos reelaboram-se símbolos disponíveis dando-lhes um uso original. Se a diferença existia, é nesse momento que é adjetivada.³⁷¹

E seria nesse momento que os trabalhadores agrícolas “seriam adjetivados”, mostrando, nos documentos oficiais, todo o desprezo pelo trabalho braçal, tão comum no Brasil desde a época colonial. Mas a ideia não era colonizar o Brasil através dos chineses e sim apenas atender a demanda de trabalhadores, pois “não se trata de povoar nossas terras incultas, colonizar o paiz com imigração asiática, mas apenas preparar a lavoura para o período

³⁷⁰ Relatório apresentado a Assembleia Geral Legislativa na segunda sessão da décima sétima legislatura pelo Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas João Lins Vieira Cansação de Sinimbu. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 1879, p. 41.

³⁷¹ SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, p. 242.

de transição do trabalho servil para o livre”.³⁷² Na verdade, continuava-se a atrair trabalhadores europeus e, para isso havia brasileiros engajados na Europa para “convencer” os europeus a virem para o Brasil. Outra proposta foi a realização de exposições de produtos brasileiros em vários países da Europa. Através das embaixadas e de comissões organizadas, as exposições localizadas em determinados países eram também uma tentativa de divulgar o país e trazer novos imigrantes.

Se havia a possibilidade de se fazer exposições brasileiras em outros países, o contrário também se mostrava viável. Em 1879 o relatório do Ministério da Agricultura informava que Portugal, “no utilíssimo empenho de estreitar as relações comerciais daquelle paiz com o Imperio do Brazil, projecta abrir periodicamente nesta côrte exposições industriaes do Reino, e dos seus domínios”,³⁷³ sendo a primeira dessas exposições realizada em 1880. Seguindo a mesma proposta, aconteceu em 1882, na cidade de Porto Alegre a Exposição Brasil-Alemanha. Mesmo acontecendo em solo brasileiro a exposição não escondia sua relação com a imigração:

Graças á iniciativa da sociedade filial de geographia de Berlim realizou-se ultimamente na cidade de Porto-Alegre uma exposição de productos industriaes, brasileiros e allemães, a que concorrerão varias províncias do Império. Revelando o gráo de adiantamento da província de S. Pedro do Sul e o efficaz concurso que lhe tem provindo da immigração allemã, é para esperar que este útil certamen contribuirá a um tempo para a emulação do trabalho, e para activar a corrente immigratoria a que tantas condições do prosperidade se deparão nessa importante secção do Imperio. Estas condições vão receber valioso incremento das ferro-vias, que em pouco cortarão o território rio-grandense, e nenhuma occasião mais própria para attrahir braços, pondo em relevo o valor das forças productoras da província.³⁷⁴

Feitas as exposições em território nacional para divulgar as riquezas e potencialidades nacionais, agora era a vez de inverter os termos, pois o Brasil também poderia organizar exposições localizadas em outros países com o intuito de divulgar uma imagem positiva para o país. Em 1883 a Alemanha

³⁷² Relatório apresentado a Assembleia Geral Legislativa na primeira sessão da décima sexta legislatura pelo Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas Thomaz José Coelho de Almeida. Rio de Janeiro: Typographia Perseverança, 1877, p. 20.

³⁷³ Relatório apresentado a Assembleia Geral Legislativa na segunda sessão da décima sétima legislatura pelo Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas João Lins Vieira Cansação de Sinimbu. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 1879, p. 116.

³⁷⁴ *O Auxiliador da Industria Nacional*, 4 de abril de 1882, p. 88.

recebeu os produtos da exposição “Brasil-Alemanha”. Nesse mesmo ano, o Sr. Othon Leonardos, cônsul do Brasil na Grécia, e com o concurso do Centro da Lavoura e do Comércio, “achou-se aberta em Athenas uma exposição de productos brasileiros, a qual despertou vivo interesse”.³⁷⁵ Em todas essas exposições, fossem elas em território nacional ou no estrangeiro, o que se destacavam eram as publicações daí advindas.

Além da proposta de realizar exposições de produtos brasileiros em outros países, vingou a ideia de se expor apenas um produto, a saber, o café. Ainda sob a organização do Centro da Lavoura e do Comércio, realizou-se exposições do café brasileiro em vários “mercados e centros consumidores estrangeiros”, sendo elas apresentadas em Londres, Paris, Bordéos, Viena, Triestes, Nova York, Boston, Montreal, Zurich, Toronto, Copenhag, Nice, Genebra etc.³⁷⁶ Por ocasião da Exposição Internacional de Horticultura em S. Petersburgo, o Centro da Lavoura e do Comércio organizou novamente uma comissão responsável para divulgar o café brasileiro em mais um evento expositivo. O pavilhão dos produtos brasileiros foi posto ao lado do edifício da Exposição Internacional, e quando esta foi oficialmente aberta em 17 de abril de 1883, o Brasil figurava num lugar estratégico:

Visitada a exposição brasileira no mesmo dia 17, por sua Magestade o Imperador da Russia, a Imperatriz, e os demais membros da Imperial Família, ministros de Estado, grandes do Imperio e corpo diplomático, foi logo depois franqueada ao publico, e durante 16 dias, até o encerramento, subiu a mais de 200.000 o numero de visitantes. Dias houve em que as entradas orçaram por 20.000. A curiosidade foi geral, o interesse vivo e constante. Toda a imprensa dedicou aos cafés brasileiros artigos e grande apreço, em que confessaram e proclamaram as eminentes qualidades do nosso producto [...]. Um dos meios de propaganda empregados pela comissão foi a distribuição do producto, já em bebida, no proprio lugar, já moído e fresco, em pequenas caixas de 200 grammas cada uma. O numero dessas caixas distribuidas subiu a 30.000, tendo-se dignado aceitar algumas tanto o Imperador como a Imperatriz, que dirigiram por essa razão palavras de louvor ao ministro do Brazil, Sr. Barão de Alhandra.³⁷⁷

³⁷⁵ Relatório apresentado a Assembleia Geral na quarta sessão da décima oitava legislatura pelo Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas Affonso Augusto Moreira Penna. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1884, p. 53.

³⁷⁶ Idem, p. 53.

³⁷⁷ Relatório apresentado a Assembleia Geral na primeira sessão da décima nona legislatura pelo Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas João Ferreira de Moura. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1885, p. 47.

As exposições de produtos brasileiros atrelados a outros mecanismos não nos fornecem elementos suficientes para tirarmos conclusões quanto à eficácia sobre a corrente migratória para o país. Durante grande parte da década de 1880 o fluxo de imigrantes não obedeceu a nenhuma regularidade e tampouco avanços significativos. Alterações substanciais vão ocorrer apenas a partir da Lei nº 3.270 de 28 de setembro de 1885, relativa ao pagamento integral da passagem dos imigrantes destinados aos estabelecimentos agrícolas.³⁷⁸ Uma olhada nos números de migrantes nos fornece elementos para pensarmos (com o sobe e desce dos números) o quanto o governo brasileiro teve de investir em exposições e propagandas dentro e fora do país para manter um fluxo contínuo de trabalhadores para o território nacional. No relatório do Ministério da Agricultura apresentado em 1889 constam os seguintes dados sobre os imigrantes:

ANO	IMIGRANTES
1879	22.189
1880	29.729
1881	11.054
1882	27.197
1883	28.670
1884	20.087
1885	30.135
1886	25.741
1887	54.990
1888	131.745
	TOTAL³⁷⁹
	381.537

Dados sobre a entrada de migrantes no Brasil, 1879-1888.

³⁷⁸ Relatório apresentado a Assembleia Geral na quarta sessão da vigésima legislatura pelo Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas José Augusto da Silva. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional: 1889, p. 154.

³⁷⁹ Relatório apresentado á Assembleia Geral na Quarta Sessão da Vigésima Legislatura pelo Ministro e Secretario de Estado Interno dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas Rodrigo Augusto da Silva. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1889, p. 154.

A produção desses dados pode ser questionada, mas a questão dos imigrantes era uma pauta urgente. Com a abolição da escravidão em 1888 era necessário arregimentar trabalhadores para as áreas mais dinâmicas do país. Talvez por isso o governo tenha se empenhado neste intento e divulgava os dados que mostravam a eficácia de sua ação, pois no relatório apresentado em 1889 as áreas de maior fluxo de imigrantes eram as regiões produtoras de café situadas em Minas Gerais e São Paulo. Ainda segundo o mesmo relatório, “dos 55.863 [imigrantes] entrados em 1888 pelo porto do Rio de Janeiro, collocaram-se 15.967 nas industria desta capital, ou tomaram destinos não registrados, tendo seguido para as províncias 39.896, a saber”:

São Paulo	17.108
Minas Gerais	10.535
Rio Grande do Sul	4.833
Rio de Janeiro	4.519
Paraná	1.302
Espírito Santo	1.025
Santa Catarina	452
Bahia	53
Pernambuco	38
Amazonas	31
Total ³⁸⁰	39.896
Fluxo de migrantes por província brasileira, 1889.	

As tentativas de mobilizar a diplomacia brasileira para criar mecanismos de “visibilidade” para o país através das exposições e das publicações atreladas a elas estão vinculadas à própria produção de uma história das representações sobre o Brasil. O *Annuaire Almanach Didot-Bottin*, que a partir de 1860 passa a publicar em separado volumes sobre outros países, dedica, em 1880, dez páginas ao Brasil.³⁸¹ Já a política levada à cabo por Rio Branco de enviar representantes “brancos e instruídos” para as delegações no exterior

³⁸⁰ Idem, p. 155.

³⁸¹ TAKEYA, Denise Monteiro. *Europa, França e Ceará*. Origem do capital estrangeiro no Brasil. Natal: Editora Universitária UFRN, 1995, p. 84.

renderam ao Brasil em 1889, na *Grand Encyclopedie*, um espaço maior para o verbete “Brasil” do que o espaço reservado para o verbete “Inglaterra”.³⁸² Mas não era apenas ao exterior que essas publicações se destinavam. Uma vez tendo chegado ao Brasil, o imigrante, ao menos no Paraná, poderia contar com o auxílio dos “Dados estatísticos e esclarecimento para os emigrantes”, publicado pelo Ministério da Agricultura. A publicação seguia toda a estrutura dos catálogos enviados para as Exposições universais e versava sobre as potencialidades da província para receber os imigrantes, registrava as riquezas locais e apresentava a constituição política da nação.³⁸³

As exposições e seus catálogos cumpriam funções diversas na política imperial: buscavam uma unificação interna de seu território, tendo dentro dele uma grande diversidade regional, e divulgavam o país aos trabalhadores estrangeiros de múltiplas nacionalidades. Mas existia uma zona de convergência muito clara nesses eventos: a “nacionalização das riquezas nacionais”. Se os catálogos quantificavam as potencialidades do país, havia, paralelamente e de forma simultânea, uma tentativa de narrar essa mesma nação. O intuito de “(d)escrever” o país foi sendo reforçado juntamente com o desejo de quantificá-lo, até mesmo porque para contar sobre o que se tem é necessário primeiro fazer uma ideia geral do que se tem. Os dados coletados para cada evento expositivo eram o preâmbulo para se escrever uma “*Advertencia*”. Para a confecção do catálogo para a Exposição Universal da Filadélfia (já de posse dos dados atualizados do censo de 1872), esboçava-se um programa de total esquadramento da nação:

Conto que mais completo ainda há de ser o que se destina á exposição de Philadelfia. Para esse fim desde já expedi circular as presidências das províncias recomendado-lhes que colligessem e coordenassem os necessários subsídios, aos quais deverão acrescer os que foram exigidos das mesmas presidencias (...). Ainda assim póde bem suceder que não se consiga obter o exacto inventario das riquezas naturaes do Brazil e nem traduzir com fiel expressão o seu progresso nas múltiplas manifestações da actividade humana. Para que se possa attingir este satisfactorio resultado, convem decretar um crédito especialmente destinado a premiar a melhor memória histórica, geographica, ethnographica e estatística relativa a cada uma das províncias da comunhão nacional [...]. dest'arte, em alguns annos, conseguiremos avultados e valiosos subsídios para um

³⁸² SECRETO, Maria Verônica. As Instruções para os imigrantes no contexto da propaganda da imigração. *Trajetos*, Fortaleza, V.3, n.5, 2004, p. 37.

³⁸³ *Dados estatísticos e esclarecimento para os emigrantes*. Rio de Janeiro: G. Leuzinger & Filhos, 1875.

livro em que se daria ao mundo civilizado a mais completa manifestação da opulência e grandeza do império.³⁸⁴

Circulares enviadas às províncias e prêmios para os estudos da estatística, geografia, etnografia eram formas de dar legibilidade ao todo da nação e criar sua “memória histórica”. A produção e sistematização desses dados numa “grande narrativa”, também escrita dentro de um cânone científico, seria dada por Francisco Adolfo de Varnhagen (1816-1878) e sua clássica e monumental obra *História Geral do Brasil* (publicada entre 1854-57). Embora uma história “geral” da nação estivesse escrita, ela não daria conta de todas as histórias acontecidas em várias províncias e seriam com estas “histórias” locais que se escreveria depois a história do Brasil. Basta lembrar que em 1865, quando o cearense Tristão de Alencar Araripe escreveu sobre a história do Ceará, e ressaltava que: por ora só as matérias podemos reunir; e a história parcial das províncias constituirá o depósito desses materiais”.³⁸⁵

Essa perspectiva de escrever uma história nacional que perpassasse primeiro pelo regional não estava distante da ideia proposta por Von Martius ao ganhar o concurso proposto pelo IHGB em 1844, sobre como se deveria escrever a história da nação. Martius sugeriu que se deveria escrever histórias regionais que garantissem uma direção ao todo, diminuindo assim as diferenças regionais.³⁸⁶ Afinal, como bem argumentou Francisco Régis Lopes Ramos, “os intelectuais do oitocentos sabiam que a tão sonhada construção da nacionalidade só poderia ser efetivada na medida em que o pretérito fosse estudado e trasladado ao presente, para ser filtrado, digerido e transformado em força”.³⁸⁷

A composição de um discurso “moderno” passava também pela escrita do progresso trilhado por cada nação. Se as exposições eram o *lócus*, por excelência, para a comparação de países e seus produtos, não eram a única forma de dar “a ver”. Enquanto as exposições nacionais articulavam em torno

³⁸⁴ Relatório apresentado a Assembleia Geral Legislativa na terceira sessão da décima quinta legislatura pelo Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas José Fernandes da Costa Pereira Junior. Rio de Janeiro: Typographia Americana, 1874, p. 28.

³⁸⁵ ARARIPE, Tristão de Alencar. *História da Província do Ceará*. Dos tempos primitivos até 1850. Fortaleza: Demócrito Rocha, 2002, p. 26.

³⁸⁶ REIS, José Carlos. *As identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC*. Vol.1. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007, p. 27.

³⁸⁷ RAMOS, Francisco Regis Lopes. *O fato e a fábula: o Ceará na escrita da História*. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2012, p. 32.

da Corte todo o restante do país, isso não tirava das províncias suas especificidades, pois ao se articularem ao todo da nação elas também demarcavam suas espacialidades dentro do “corpo da pátria”. Um bom exemplo dessa tensão entre o provincial, o nacional e o internacional pode ser percebido no catálogo enviado pela província de “Goyaz” para a exposição nacional de 1875, que era preparatória para a Exposição Universal da Filadélfia. Lê-se no catálogo:

Quantas vezes não fica o viajante extasiado ao ver desenrolarem-se ante seus passos dilatadas e verdejantes campinas, esmaltadas de um sem numero de flores sylvestres, sulcadas de córregos limpidissimos, ornadas de magestosos buritys, e ao longe emmolduradas por linhas de montanhas caprichosamente recortadas? Quantas? E' isto que Goyaz não pôde enviar ao palácio da exposição nacional. Se o painel é mágico, em compensação as sombras são carregadas.³⁸⁸

A paisagem da qual “não se pode levar para as exposições” é justamente aquela “sombra carregada” que delimita e especifica cada província, sua história e suas particularidades. E se o país era a soma de suas províncias unidas e quantificadas em números, também era verdade que todas as histórias provinciais compunham esse mosaico de províncias chamado de Brasil. Para contribuir para a história do todo nacional cada província se encarregou de elaborar seus “avultados e valiosos subsídios para um livro em que se daria ao mundo civilizado a mais completa manifestação da opulência e grandeza do império”. Neste momento as provínciasbraileiras já escreviam seus catálogos, suas memórias e suas geografias.³⁸⁹ Tempos e espaços diversos eram ordenados numa narrativa nacional, mas o todo só reforça suas partes.

³⁸⁸ *A Província de Goyaz na Exposição Nacional de 1875*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1876, p. 7.

³⁸⁹ O texto do catálogo de Goiás fora escrito para figurar na Exposição da Filadélfia. O autor do texto era o conhecido escritor Alfredo Escragnolle Taunay. Embora reafirmasse a força do Império, o autor se permitia reservar para sua província um lugar de destaque dentro da nação: “e pondo em acção o comprovado patriotismo de seus habitantes, alcance por fim, e em dia não muito afastado, o lugar que lhe compete entre as filhas desta grande pátria, a que todos pertencemos, o Império do Brazil”. *A Província de Goyaz na Exposição Nacional de 1875*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1876, p. 62.

3.3. A Província por escrito.

O exercício de escrita da história nacional levada a cabo pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro foi o projeto de maior visibilidade realizado no século XIX. Após a proclamação da independência do Brasil em 1822 surge um país de proporção continental, esfacelado em termos de autoconhecimento, que precisava criar elos a fim de fundar a nação brasileira. Voltar-se para o passado e encontrar nele razões de um Estado-Nação seria de grande importância para construir um país que almejava estar em consonância com o progresso. Para os pesquisadores István Jancsó e João Pimenta, o Brasil pós-independência era um imenso mosaico de diferenças. Segundo ele, estes historiadores, a identidade nacional brasileira emergiu para expressar a adesão “a uma nação que deliberadamente rejeitava identificar-se com todo o corpo do país, e dotou-se de um Estado para manter sob controle o inimigo interno”.³⁹⁰

Buscava-se, portanto, definir uma identidade para o Brasil e integrar o passado e o presente de forma a evitar rupturas num país de laços sociais e provinciais tão frágeis. Seria função do Estado e de suas instituições escrever uma história nacional e nela delimitar os referenciais espaço-temporais da jovem nação brasileira. Fundado em 1838 como instituição de produção de conhecimento e lugar social de legitimidade de nossa intelectualidade, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) seria o lócus privilegiado de profissionais comprometidos com o “todo da história nacional”. Seria essa a proposta repensada e muitas vezes executada durante todo governo de D. Pedro II, que não só assistia às seções do Instituto, como doava verbas generosas ao mesmo.

Muito já se tem dito e escrito sobre a atuação do IHGB, de certo que sua atuação justifica a razão de tantos estudos.³⁹¹ Mas também cabe outro olhar sobre a atuação e o alcance dessa instituição, uma vez que a atuação do IHGB, que congregava os melhores intelectuais nacionais do Segundo Reinado brasileiro, foi decisiva na composição de uma narrativa nacional, fazendo-nos

³⁹⁰ JANCÓS, István; PIMENTA, João Paulo G. Peças de um mosaico (ou apontamentos para o estudo da identidade nacional brasileira). In: MOTA, Carlos Guilherme (org.). *Viagem incompleta. A experiência brasileira*. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 1999, p. 174.

³⁹¹ Dentre os estudos a grande referência é: GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado: Nação e civilização nos trópicos. O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma História Nacional. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: Vol.1, n.1, p. 5-27, 1988.

supor que tanto esforço se deu devido ao frouxo nacionalismo entre as províncias. Manoel Luis Salgado Guimarães observa que “do esquadramento minucioso das regiões surgiria uma diversidade construída pela história, como que negar teimosamente uma diversidade que insistia em se mostrar”.³⁹² A escrita histórica teria como tarefa dar a conhecer o país em suas mais diversas particularidades, conhecendo e integrando num imenso “mosaico” as províncias, sendo essa a “grande narrativa” proposta pelo IHGB para manter firme a unidade nacional. Mas as Exposições Nacionais também dariam sua contribuição nesse processo de “visibilidade” das partes da nação, onde se juntavam artefatos e catálogos para depois se mostrar uma nação diversificada. Se havia catálogos com o todo (a universalização através da nação) não se deixavam de publicar os mesmos de forma isolada, mostrando a “originalidade” e diversidade das partes.

A “diversidade que insistia em se mostrar” mostrava-se e se institucionalizava. Em 1862 foi criado o Instituto Arqueológico e Geográfico de Pernambuco (IAGP), autodenominando-se “o leão do Norte”. Trazia em seu artigo 1º a necessidade de se conhecer, através da coleta e publicação de documentos, as antigas províncias que faziam parte da capitania de Pernambuco. Entre os anos de 1870 e 1930 as publicações do IAGP que versaram sobre a história local construíram 67% do total.³⁹³ A inauguração do Instituto pernambucano, o segundo do gênero no país, mostrava que a história nacional desenvolvida pelo IHGB não era um projeto homogêneo e nada garantiria sua eficácia por muito tempo. As instituições históricas e geográficas se espalharam pelo Brasil e em 1887 a província cearense fundou o sétimo instituto histórico do país. Se essas instituições eram compostas por intelectuais ligados à política local e interesses partidários, não é difícil imaginar que a escrita seria uma das formas de diferenciação em relação aos interesses provinciais e imperais.

Um primeiro esgarçamento da “grande narrativa” proposta e desenvolvida pelo IHGB pôde ser percebida já nos primeiros anos da república

³⁹² GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. História e natureza em Von Martius. Esquadrihando o Brasil para construir a nação. História, Ciência, Saúde. *Manguinhos*. Rio de Janeiro, v.7, n.2., jul/out, 2000, p. 13.

³⁹³ SCHWARCZ, Lília Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, p. 177.

brasileira, quando da preparação do país para a Exposição Universal de Chicago em 1893. Seria a primeira exposição universal da qual o Brasil republicano participaria, e nela já se manifestavam os sintomas regionalistas do novo regime político. Sandra Jatahy Pesavento chama a atenção para as particularidades da participação do Brasil na exposição norte-americana:

O que cabe assinalar é a participação maior dos estados em detrimento da União no tocante à participação brasileira. Reflexo da forma federativa de governo instaurado? Não se pode esquecer que, pela constituição de 1891, a renda das exportações cabia aos estados, de modo que estes se empenharam numa verdadeira campanha publicitária de suas riquezas. Se na exposição de 1889 havia uma publicação sobre o Brasil como um todo, dando aos estrangeiros o conhecimento da evolução geral do país, na exposição universal de Chicago prevaleceram as publicações de cada estado na propaganda de seus recursos.³⁹⁴

A Exposição Columbianiana (como foi também chamada a exposição de Chicago) comemorava a chegada de Colombo nas Américas. Embora o motivo do evento fosse o quarto centenário da “descoberta do novo mundo”, a exposição girava em torno das “relações comerciais” entre as Américas e o velho mundo. Ressaltamos que de fato essa exposição tratava das novas “relações”, pois os Estados Unidos vinham delimitando sua área de atuação na América e reservando para si uma parte geográfica para seu comércio externo.

Em inícios de 1888 o governo americano resolveu realizar a “Conferencia Internacional de Washington” e convidou países como as repúblicas do México, da América Central, da América do Sul, do Haiti, São Domingos e o Império do Brasil para discutir em solo americano melhorias de integração continental. Entre outros assuntos da pauta constavam: I – Providências tendentes à conservação e desenvolvimento da prosperidade dos diversos Estados Americanos; II – Providências conducentes à criação de uma União Aduaneira Americana, em virtude da qual se promoverá, quanto for possível e proveitoso, o comércio das nações americanas entre si; III – Estabelecimento de comunicações regulares e frequentes entre os portos dos diferentes Estados americanos, e os de cada um deles. O texto ainda

³⁹⁴ PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Exposições Universais: espetáculos da modernidade do século XIX*. São Paulo: Hucitec, 1997, p. 216.

ressaltava que a “conferencia será puramente consultiva e de simples recomendação”.³⁹⁵

A conferência aconteceu em 1889 e nela se firmaram alguns acordos comerciais que depois seriam rompidos – no caso do Brasil – pois as questões econômicas no começo da república levaram a novos ajustes nos acordos. O que chama atenção nessa conferência é o contexto em que ela ocorreu, um momento de extrema rivalidade entre países de política imperialista em que cada pedaço do mundo era disputado. Uma olhada no continente africano confirma o movimento de “conquista do globo” no período, “quando as colônias das potências européias, por exemplo, representavam um décimo do território da África, como acontecia ainda em 1876, a política colonial podia desenvolver-se de forma não monopolista”. Mas, “quando nove décimos da África já estavam ocupados (por volta de 1900) e todo o mundo já estava repartido, começou inevitavelmente a era da posse monopolista das colônias”.³⁹⁶ Tais conferências nada tinham de consultivas, já que eram deliberativas. Geralmente as reuniões aconteciam entre as grandes potências econômicas do período e deixavam de lado os pequenos países que nada tinham a decidir sobre seu destino histórico. Os Estados Unidos, a grande potência do continente, tentavam afirmar e reafirmar suas intenções sobre a América.

O caráter comercial da Exposição de Chicago não escondia o momento histórico do imperialismo que se configurava de forma cada vez mais violento depois da crise econômica iniciada na década de 1870. A comemoração da descoberta da América ficou em segundo plano diante das demandas políticas. Além do mais, a data e o local para se comemorar o evento estavam equivocados. Colombo não aportara em Chicago, nem a data era exata, pois o centenário havia sido no ano anterior. Mas diante do sobe e desce da Roda Gigante – maior invenção que ficou do evento de 1893 – as questões econômicas e políticas pareciam ficar pequenas.³⁹⁷

³⁹⁵ Relatório apresentado à Assembleia Geral na Quarta Sessão da Vigésima Legislatura pelo Ministro e Secretario de Estado Interino dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas Rodrigo Augusto da Silva. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1889, p.23-24.

³⁹⁶ LENIN, Vladimir Ilitch. *Imperialismo, estágio superior do capitalismo*: ensaio popular. São Paulo: Expressão Popular, 2012, p. 166.

³⁹⁷ A Exposição de Chicago atrasou um ano devido aos preparativos para a acirrada concorrência entre as várias cidades para sediar o evento. Chicago saiu vitoriosa devido ao desenvolvimento que apresentava no período, e desejava-se reinserir a cidade no roteiro comercial depois do incêndio de 1871 que devastou a Chicago.

Nessa exposição, o Brasil apresentava novas configurações entre o todo e as partes. Se havia uma “nova” configuração não podemos esquecer que a “antiga” ainda funcionava, mas dentro de novas funções. Os antigos catálogos que estampavam o nome “O Império do Brasil” cedeu lugar para publicações localizadas do tipo “Estado do Ceará na Exposição de Chicago”. Mas a antiga “mistura” entre o nacional e o agora estadual ainda funcionava muito bem. Em Chicago, a comissão do governo brasileiro, “no intuito de tornar mais efectiva e proveitosa a propaganda” do país na exposição assinou um contrato para um número especial da revista ilustrada Graphic. Cerca de “três mil exemplares desta revista e um número não menor de catálogos”³⁹⁸ foram enviados aos Ministérios, a fim de serem distribuído pelos estados:

Os jornais e revistas dos Estados Unidos eram incansáveis em publicar úteis informações sobre os recursos do nosso paiz; e impressos especias foram distribuídos, ademais dos acima mencionados, sobre os objectos expostos. Nesse particular muito se salientaram os Estados de S. Paulo, Ceará, Pará e Amazonas, mandando delegados seus que fizeram a mais activa e intelligencia propaganda em favor dos respectivos productos estadoaes, e isso, tanto por intermédio da imprensa diaria como por meio de livros, photographias e folhetos grandemente distribuídos, conjunctamente com amostras e espécimes de tudo quanto se podia facilitar.³⁹⁹

Nessa festa internacional, onde cada nação e estado americano teve um dia de festa, coube ao Brasil o dia 7 de setembro. O dia foi festejado e o pavilhão brasileiro ficou lotado de visitantes para ver as riquezas nacionais, onde “nenhuma nação pode competir com o Brazil” em exposições de cafés, madeiras, borrachas, farinhas de mandiocas e “herva matte, vegetaes, collecções de caladios de mais de trezentas variedades..., e outras constantes do catalogo”.⁴⁰⁰ O pavilhão ocupado pelo Brasil na exposição e os discursos sobre o país ainda giravam em torno do “nacional”. Já os catálogos eram estaduais. O “Nacional” e o “Estadual” ainda se confundiam, mas essa mistura se mostraria problemática por questões comerciais. Como a república defendia

³⁹⁸ Relatório apresentado ao vice-presidente da República dos Estados Unidos do Brazil pelo Ministro de Estado dos Negocios da Industria, Viação e Obras Públicas Engenheiro Antonio Francisco de Paula Souza no anno de 1893. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1893, p. 37.

³⁹⁹ Idem, p. 37.

⁴⁰⁰ Idem, p. 37.

o federalismo, este primava pela parte em detrimento do todo, causando uma disputa comercial dentro do território brasileiro.⁴⁰¹

Para a Exposição de Chicago fora composta, como para outras exposições, uma Comissão Organizadora. E também como nos demais eventos, os responsáveis pela organização eram intelectuais locais. A diferença dessa última comissão para as demais é que, para além do regime recém instalado no país, os intelectuais ligados à exposição de 1893 estavam atrelados a uma instituição que tinha como razão de ser a escrita da história do Ceará e uma das firmas comerciais mais importantes de Fortaleza, a Casa Boris Frères. Que relações podem surgir da união entre uma casa comercial francesa e uma instituição que englobava os intelectuais devotados a “questões locais”? A resposta, a princípio, pode ser simples. Os membros da referida comissão pertenciam à elite local e tinham comércio na cidade. Basta lembrar que fazia parte dessa comissão um político influente e autoritário e que esteve à frente do governo do Ceará por vários anos, Nogueira Acioly. Esses intelectuais eram responsáveis por inserir o Ceará na “ordem do progresso”, progresso que seria principalmente econômico, para o favorecimento desses mesmos grupos.

Fundado em 1887, o Instituto Histórico, Geográfico e Antropológico do Ceará visava, já no artigo primeiro de seu estatuto, que sua função era “tornar conhecidas a historia e a geographia da Provincia e concorrer para o desenvolvimento das lettras e sciencias”.⁴⁰² Fundada inicialmente por doze sócios efetivos, a instituição se engajaria principalmente na coleta e publicação de documentos relativos à história do Ceará. A mesma instituição organizaria

⁴⁰¹ Em *O Centro Industrial do Rio de Janeiro*, o historiador Edgard Carone analisa o processo de industrialização do Brasil e as implicações que a constituição republicana de 1891 trouxe para o país. Segundo ele: A constituição de 1891, no seu art.7º, reza que é da competência exclusiva da União decretar “impostos sobre a importação de procedência estrangeira” (parágrafo 1º). No art.9º, parágrafo 2º, está escrito que é “isenta de imposto no Estado por onde se exportar a produção de outros Estados”. Legalmente, só o governo federal pode taxar a mercadoria estrangeira e não pode haver o mínimo de ônus fiscal sobre o produto que um Estado vende a outro Estado (...). A realidade, porém, é outra. Os Estados na República, criam impostos sobre produtos de outros Estados que atravessam suas fronteiras e querem taxar novamente mercadorias estrangeiras que já pagaram impostos ao governo federal. A liberdade de ação fiscal e política, permitida pela Constituição de 1891, leva as autoridades estaduais a cometerem abusos arbitrários. O fato é denunciado fortemente no Congresso Nacional e na imprensa, mas a constituição impede que haja intervenção da União nos negócios dos Estados. CARONE, Edgard. *O Centro Industrial do Rio de Janeiro: e a sua importante participação na economia nacional (1872-1977)*. Rio de Janeiro: CIRJ/Cátedra, 1978, p.94.

⁴⁰² Estatutos do Instituto do Ceará. *Revista Trimensal do Instituto do Ceará*. Tomo I. Fortaleza: Typographia Economica, 1887, p.9.

em 1903 a festa de comemoração do “Tricentenário do Ceará”, dando ao estado uma espécie de “biografia” e novas datas para demarcar o “progresso trilhado” nessas terras. A delimitação geográfica, as especificidades históricas e as potencialidades econômicas eram criadas como se desse uma biografia ao Ceará, e como tal, a província deveria sair do estado de infância (atraso) para o de maioridade (adiantado). Essa evolução seria possível desde que o conhecimento social sobre suas terras pudessem ser verificados e gerenciados por uma ciência positiva praticada pelo Instituto do Ceará. O Instituto Histórico do Ceará, através da congregação de seus intelectuais, usava da escrita como mote de intervenção no social, demarcando também um lugar para os homens de letras e reafirmado a autoridade da ciência. Essa escrita engajada dos cientistas por trás das palavras evidenciava o ser e o parecer do poder.⁴⁰³ Como bem ressaltou Francisco Régis Lopes Ramos, “os intelectuais inventaram o passado, na medida em que transformavam o passado em objeto de conhecimento delimitado.”⁴⁰⁴

Ao se propor dotar o Ceará de suas especificidades históricas e geográficas, o que ficava claro era que se buscava uma maior delimitação ante a nação e as demais regiões do Brasil. Na busca maior de um conhecimento sobre suas diferenças culturais e geográficas através de um discurso próprio, a valorização da região e um sentido adequado ao local, acabava-se por mapear as riquezas e potencialidades de uma das partes da nação, mas que agora se fazia um todo dentro do Estado, que no contexto republicano teria até uma Constituição própria para administrar de forma particular seu território.⁴⁰⁵ Para o historiador Almir Leal de Oliveira, a demarcação do regional fazia parte da inserção ao nacional e a um projeto social:

A produção de uma história do Ceará está vinculada a uma possibilidade de inserção deste em uma escalada de progresso. Abraçar os ideais civilizatórios e assumir seus padrões sociais tinha como requisitos

⁴⁰³ BARTHES, Roland. *O grau zero da escrita: seguido de novos ensaios críticos*. São Paulo: Martins Fontes, 2000, p.23.

⁴⁰⁴ RAMOS, Francisco Régis Lopes. *O fato e a fábula: o Ceará na escrita da História*. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2012, p. 109.

⁴⁰⁵ Consta nos artigos iniciais da Constituição do Estado do Ceará que: 1º. O Ceará, parte integrante dos Estados Unidos do Brasil, constituiu-se em Estado autônomo pela forma disposta na Constituição Federal; 3º. Os actuaes limites do território do Ceará só poderão ser alterados de conformidade com a Constituição Federal e mediante disposição legislativa em duas sessões do Congresso Cearense. A Constituição do Estado do Ceará, Fortaleza, 1891, p. 1.

obrigatórios a construção dos referenciais históricos do lugar do Ceará diante da Nação.⁴⁰⁶

Coube ao comerciante francês Sr. Isaie Boris, um dos principais comerciantes de Fortaleza, a presidência da comissão.⁴⁰⁷ Também compunham a comissão dois outros intelectuais de destaque: Thomaz Pompeu de Souza Brazil [Filho] e Antônio Bezerra de Menezes. A solicitação feita pelo Presidente Bezerril Fontenele para que Isaie Boris ficasse à frente da Comissão organizadora da exposição remete às relações comerciais que envolviam a exposição de Chicago dentro do novo cenário americano e a participação que o Ceará almejava ter nessas novas relações. A escolha de Isaie Boris não se deu ao acaso, pois a Casa Boris já havia representado o Ceará na Exposição Universal de Paris em 1889 e ainda o representaria na Exposição Universal Brasileira que aconteceria em 1922. Os eventos expositivos cada vez mais ganhavam um aspecto econômico que ia se acentuando na virada do século XIX para o XX. Com o aumento da população do mundo e o aumento das grandes cidades, as casas exportadoras se espalharam por vários países e realizavam um comércio significativo.

Se a ideia era inserir o Ceará na rota comercial, seria mais viável que essa comissão estivesse ligada aos empresários locais e estes a um círculo internacional.⁴⁰⁸ Caberia à Casa Boris, através de seus representantes espalhados em diversos países, divulgar e criar novos parceiros comerciais para o Ceará, ficando a cargo dos intelectuais locais a escrita desse progresso. Mas a separação não pareceu ser tão rígida, pois havia interesses compartilhados entre as diversas camadas, uma vez que esses intelectuais se envolveriam no comércio local e desejavam o aumento do comércio como forma de aumentarem suas fortunas.

⁴⁰⁶ OLIVEIRA, Almir Leal de. *O Instituto Histórico, Geográfico e Antropológico do Ceará. Memória, Representação e pensamento social. Tese (Doutorado em História Social) – PUC-São Paulo, 2001, p. 29.*

⁴⁰⁷ “Isaie Boris, por solicitação do Presidente Bezerril Fontenele, foi quem presidiu, juntamente com o Dr. Antonio Pinto Nogueira Acioly e William H. Mardock, a comissão organizadora da participação cearense [em Chicago]”. TAKEYA, Denise Monteiro. *Europa, França e Ceará. Origem do capital estrangeiro no Brasil*. Natal: Editora Universitária UFRN, p. 167.

⁴⁰⁸ A documentação da Casa Boris está depositada no Arquivo Público do Estado do Ceará [mais exatamente no Arquivo Intermediário, uma espécie de anexo]. Nele consta uma vasta correspondência para diversas cidades europeias, mas até hoje o acervo não foi catalogado, dificultando uma pesquisa mais sistemática.

Mas o momento histórico em que ocorreu a Exposição de Chicago não era de “progresso” e sim de “depressão”. Após a Exposição de Viena em 1873, o capitalismo passou por uma crise que durou até quase o final do século, daí a corrida imperialista que se deu nesse mesmo período. A busca por novos mercados consumidores era necessidade urgente, e a expansão dos mercados era uma lógica advinda da retração dos capitais. “A grande depressão poderia ser resolvida por meio de um grande esforço de exportação”, como bem observou Hobsbawm, após a crise de 1873. Essa observação valeria até os anos finais do século XIX.⁴⁰⁹ Mas para exportar mais precisava-se de regiões fornecedoras de matéria-prima e ao mesmo tempo consumidoras dos produtos industriais. Nesse momento há uma mudança na prática dos países capitalistas: eles passaram a ocupar (invadir) novos territórios.

O geógrafo Raimundo Jucier Sousa de Assis, em estudos sobre a participação do Estado do Ceará na exposição de Chicago, elaborou uma listagem “quantificada” dos produtos enviados. Para ele, ao denominar o catálogo enviado para Chicago de “testamento territorial”, o Ceará apresentava-se como um território “aberto para ser explorado” por aqueles que, “com capital acumulado nos centros imperialistas, se sentissem atraídos pela propaganda do Catálogo e pelos produtos que poderiam ser visualizados, expandidos e comercializados”.⁴¹⁰ Aprofundando sua análise, Raimundo Jucier, ao problematizar o Catálogo, busca entender a sua própria confecção e sua estruturação como sendo o livro dos inventários, ou poderíamos dizer, um livro para ser lido. O Catálogo fora organizado em onze seções: a) “Agricultura, Horticultura, Floricultura e Productos Florestaes”; b) “Viticultura, Horticultura e Floricultura”; c) “Gado, Animaes domésticos e selvagens”; d) “Peixes e Productos de Pescaria”; e) “Minerais e Metalurgia”; f) “Machinismo”; g) “Transportes”; h) “Manufacturas”; k) “Bellas artes”; l) “Artes Liberais”; m) “Ethnologia e Archeologia”.

Raimundo Jucier divide essa estrutura em duas: de A até E e de F até L. Para ele, a primeira parte seria dedicada ao que ele chamou de “produtos da

⁴⁰⁹ HOBBSAWM, Eric. *A Era dos Impérios (1875-1914)*. São Paulo: Paz e Terra, 1988, p. 101.

⁴¹⁰ ASSIS, Raimundo Jucier Sousa de. *O Território no Catálogo da Periferia: representações do Ceará – Brasil – para a Exposição Universal de Chicago – Estados Unidos (1892-1893)*. Anais: Encuentro de Geógrafos de America Latina, Peru, 2013, p. 19.

natureza do território”, e a segunda de “representação da indústria, da máquina e da natureza transformada”.⁴¹¹Sobre a primeira seção o geógrafo contabilizou:

Na seção dos produtos da natureza ou do território, os representantes da Comissão apresentam 50 amostras de milho, 23 amostras de arroz, 18 tipos de capim, 29 exemplares de Mandioca, 116 amostras de feijão, 12 amostras de cana, 58 amostras de café, 25 amostras de algodão, 152 amostras de cascas de árvore, 359 exemplares de raízes e folhas, sem falar dos produtos da vegetação, dos frutos e das flores, das madeiras e outras planas, do fumo, do amendoim, do cacau e do jerimum que, mesmo em menores quantidades, vão sendo lançados no catálogo.⁴¹² [Grifo no original].

Sobre o segundo grupo ele comenta:

No entanto, essa seção sobre as transformações na natureza a partir das máquinas, de certa maneira, é a apresentação que o Ceará, em relação aos meios de produção, se encontra distante de outros centros no próprio país, como é o caso de São Paulo e Rio de Janeiro, bem como, dos industriais das cidades imperiais. A apresentação dessas primeiras fábricas expressa, para a Elite e para o Exterior, o discurso de um estado que engatinha no mundo fabril, na formação de uma classe operária assalariada e com um nível racional de produtividade de mercadorias, passando de certa maneira a criar uma autonomia da natureza natural. Mesmo na apresentação dos produtos da indústria foi à manufatura rural - como todo o seu peso de decisão baseado mais nas mãos e não das máquinas, o que ganhou destaque nessa compartimentação, tendo, como exemplo, a produção de bengalas, de cadeira de madeira, de chapéus de palha de carnaúba, de chicotes, de colcha, toalha, pentes e cachimbos, etc, os produtos que se fazia no Ceará além da agricultura e da criação de animais nos quintais, ou mesmo, em algumas vilas.⁴¹³ [Grifo no original].

De um lado se expunha produtos naturais e de outro máquinas, sugerindo que no estado havia matérias primas e meios de transformá-las em produtos industrializados, ou então reafirmando a natureza do território cearense como dotado de possibilidades de serem movidas por forças produtivas, pois tínhamos máquinas e muita natureza. Ainda foram catalogadas 405 amostras de minerais do Ceará.⁴¹⁴ As amostras de minerais eram bastante recorrentes nas exposições universais. Segundo Paulo Coelho Mesquita Santos, o envio de minerais para os eventos expositivos era uma das melhores formas de divulgar as riquezas do Brasil, salientando que o país “oferecia condições seguras para o emprego de capital estrangeiro”.⁴¹⁵ No catálogo

⁴¹¹ Idem, p. 13-14.

⁴¹² Idem, p. 14.

⁴¹³ Idem, p. 16.

⁴¹⁴ Idem, p. 15.

⁴¹⁵ SANTOS, Paulo Coelho Mesquita. *O Brasil nas Exposições Universais (1862-1911): mineração, negócio e publicação*. Dissertação (Mestrado defendido no Programa de Pós-

sobressaía os aspectos naturais capazes de gerar lucros. Já os aspectos materiais, capazes de permitir a circulação de capital, ficavam em segundo plano e mostravam uma vez mais as fragilidades econômicas do Ceará, ratificando nosso lugar dentro do sistema produtivo.

O estudo de Pompeu Filho intitulado *O Ceará na Exposição de Chicago* consta de mais de duzentas páginas; e em separado o *catálogo* de objetos coletados por Antônio Bezerra contendo duzentas e setenta páginas, mostrando o trabalho levado a cabo pelos intelectuais cearenses para mostrarem as riquezas do Ceará no evento expositivo de 1893. Nas páginas escritas por Pompeu Filho encontramos informações sobre a posição astronômica do Ceará, reino mineral, reino animal, reino vegetal, açudes, agricultura, exportação pelo porto de Fortaleza, indústria, comércio, higiene, escolas, população.⁴¹⁶ Esses itens são de certo modo padronizados. Todos os demais catálogos estaduais seguem a mesma divisão. O que diferencia um catálogo do outro são os esforços feitos por cada comissão local (a nível dos estados) de demarcar suas “riquezas naturais”.

Pompeu Filho, na abertura do catálogo de 1893, ressalta a importância de avaliar/quantificar as riquezas da província, pois “de 1861 para cá as indústrias e relações administrativas experimentaram profundas modificações. Mostrar quales foram, expor o presente, tal foi o meu intento”.⁴¹⁷ Quais os objetivos envolvidos nessa tentativa de mostrar as “profundas modificações”? E quais eram as modificações sofridas pelo Ceará? Não era essa também uma forma de mostrar “um outro Ceará”? Ou melhor, se as transformações aconteceram de forma acentuada, isso mostrava que o progresso havia chegado nessas terras e precisava ser registrado, ou seja, escrito. Os catálogos cheios de “informações científicas” portavam novas formas de apreender a província cearense. O intuito era mostrar como o Ceará, evoluía e apesar das dificuldades, estava-se saindo do campo para as cidades, da natureza para a cultura, do atraso para o progresso.⁴¹⁸

Graduação no Instituto de Geociências na Universidade Estadual de Campinas), Campinas-SP, 2009, p. 4.

⁴¹⁶ *Estado do Ceará na Exposição de Chicago*. Catálogo e relatório. Fortaleza. Tip. Da República, 1893, p. 217.

⁴¹⁷ Idem, (Prefácio sem paginação).

⁴¹⁸ RAMOS, Francisco Regis Lopes. *O fato e a fábula: o Ceará na escrita da História*. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2012, p. 107.

As estatísticas, os produtos da economia local, os valores de importação e exportação, as condições geográficas, eram formas de dizer e mostrar, mas não somente isso. Pretendia-se criar um campo de visibilidade/discursividade para o Ceará, dando novas formas de ler o espaço vinculado a seus usos. Os catálogos eram confeccionados para a promoção das exposições e devem ser pensados não apenas como o desejo de saber enciclopédico, mas como um novo modo de vincular, ao mesmo tempo, as coisas ao olhar e ao discurso. Essas camadas discursivas são as formas de criação/delimitação do objeto do qual se fala.⁴¹⁹

Um vasto inventário das condições econômico-sociais do Ceará foi realizado para quantificar suas riquezas, sendo o resultado apresentado no catálogo confeccionado. Ao comerciante Isaie Boris coube a tarefa de gerenciar a comissão; a Pompeu Filho escrever as riquezas do Ceará no catálogo; e a Antônio Bezerra coletar os objetos para a Exposição a ser realizada no Rio de Janeiro. Podemos atribuir a riqueza de detalhes com a qual Antônio Bezerra dotou o catálogo destinado a representar o Ceará em Chicago ao fato de que ele há muito vir estudando as riquezas da província. Entre os anos de 1884-1885, a pedido do presidente da província, Antônio Bezerra participou de uma Comissão que percorreu parte do território cearense registrando as riquezas locais. O resultado dessa experiência veio em 1889 no livro *Notas de Viagem*, contendo mais de quatrocentas páginas de anotações sobre a história e geografia dos municípios cearenses, costumes, economia, fauna e flora.

No livro, o autor afirmava que “tratei de colher os dados precisos que tornassem mais conhecida a Província” e que “ia percorrer grande parte do território cearense; conhecer sua natureza, seu solo, suas belezas, as fontes de sua riqueza futura” e que iria “visitar lugares célebres, uns por feitos de heroísmo na sustentação da integridade do império, outros pela história dos

⁴¹⁹ Michel Foucault nos chama atenção para esses arquivos de enunciados. Segundo ele, o dado e sua legenda não se confundem. Finalmente, um gráfico, uma curva de crescimento, uma pirâmide de idades, um esboço de repartição, formam enunciados; quanto às frases de que possa estar acompanhados, elas são sua interpretação ou comentário; não são equivalentes dele: a prova é que, em muitos casos, apenas um número infinito de frases poderia equivaler a todos os elementos que estão explicitamente formulados nessa espécie de enunciados. Não parece possível, assim, definir um enunciado pelos caracteres gramaticais da frase. FOUCAULT, Michel. *Arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997, p. 93.

crimes dos seus primeiros povoadores”.⁴²⁰ Essas anotações eram necessárias para avaliar os próprios avanços feitos no Ceará, tal com fizera Pompeu Filho em relação aos estudos do pai. Antônio Bezerra, tempos depois, escreveria sobre a Exposição, que “os filhos do Ceará, com um pequeno esforço, fizeram a sua terra competir com as outras irmãs mais prosperas e mais ricas, e ella ostentou no grande certame a riqueza de que póde dispor no futuro, direi antes quando se realizem os melhoramentos que tanto necessita”.⁴²¹

Há uma crônica, publicada em 1944, que relata o engajamento de Antônio Bezerra em fazer com que os produtos do Ceará fossem conhecidos na Corte. Na crônica de José Luiz de Castro, o fato se deu da seguinte forma:

Antônio Bezerra acompanhou ao Rio de Janeiro o mostruário do Ceará destinado à Exposição de Chicago. Antes de prosseguirem viagem para os seus destinos, os produtos de todos os Estados ficaram expostos ao público, por algum tempo, no Rio. Antônio Bezerra pensou na melhor maneira de chamar a atenção dos cariocas para a coleção sob sua guarda: combinou com os empregados do recinto que ele chegaria ali todas as tardes como a pessoa mais estranha do mundo. Assim poderia falar à vontade sobre as coisas do Ceará, sem que desconfiassem que ele era o maior interessado. Todas as tardes via-se chegar aquele visitante displicente: - Que é isto aqui, menino? - Labirinto, renda do Ceará. - Do Ceará? – Sim Senhor. E o empregado, devidamente instruído: - Isto é feito pelas caboclas velhas, em almofadas. E explicava o que era almofada. Um dia a admiração de Antônio Bezerra excedeu-se diante de uma cangalha: - Como se chama isto menino? – Cangalha. - Para que serve cangalha? - Para se botar carga. Agente enfia dois caçuás, um de cada lado. – Que povo engenhoso, laborioso, forte só é o cearense! Vai começando Antônio Bezerra o discurso sobre os costumes. Mas nesse momento, uma senhora cearense da mais alta sociedade carioca, parece que a esposa do Dr. Frederico Borges, lhe bate ao ombro: - Antonio Bezerra, donde veio você, que não sabe mais o que é cangalha? A assistência caiu na gargalhada, e o Bezerra safou-se entre o povo, na carreira.⁴²²

Apesar de todo o cuidado de Antônio Bezerra, vários artigos da seção do Ceará desapareceram alguns dias depois da abertura da exposição (17 de dezembro de 1892), o que levou o Ministério da Agricultura a pedir que outras províncias enviassem seus produtos diretamente para Chicago e não mais para

⁴²⁰ BEZERRA, Antônio. *Notas de Viagem*. Fortaleza: Imprensa Universitária, 1965 (1ª edição de 1889), p.18 (Grifo nosso).

⁴²¹ BEZERRA, Antônio. *O Ceará e os cearenses*. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 2001, p.79. (Edição fac-similar - 1ª edição de 1906)..

⁴²² CASTRO, José Luiz de. Antônio Bezerra (a propósito de um folheto do Instituto). *Revista do Instituto Histórico, Geográfico e Antropológico do Ceará*. Fortaleza: Typografia Minerva, 1941, p. 47.

a Corte.⁴²³ Entre os produtos expostos pelo Ceará em Chicago constam, entre outros, a farinha de mandioca, granitos, publicações (exposta pela Comissão do Estado do Ceará); café, algodão (Boris Frères); punhais com cabos de prata, elegante coleção (Antônio Bezerra); rendas e bordados (Santa Casa de Misericórdia Fortaleza).⁴²⁴

Em 1918, Antônio Bezerra escreveu o livro *Algumas origens do Ceará*. O que se destaca nessa obra não são apenas as novas discussões historiográficas abordadas pelo autor e sim a sua perspectiva de ser a obra mais original sobre o tema. Ele começa o livro desqualificando outros estudiosos da história do Ceará, entre eles o Senador Pompeu, João Brígido e Pedro Théberge. As exposições, tais como as obras desses intelectuais, servem como indícios para entender os projetos e tensões pelas quais o Ceará vinha se envolvendo em suas (des)construções como território, ou melhor, as tentativas que vinha sendo realizadas na busca de uma memória social para a província cearense e a instrumentalização desta num projeto dito progressista, que buscava na natureza a liberação das forças produtivas.

Os autores vistos e revistos por Antônio Bezerra mostra quão fecunda fora a questão envolvendo a escrita da história do Ceará. Essa relação entre intelectuais, instituições, publicações e suas divergências nos mostra que “não havia um objeto de estudo à espera de estudiosos, mas um passado que foi se configurando em determinados limites a partir de demandas políticas que interagiam com a própria divisão do país em províncias”.⁴²⁵ Mesmo havendo divergências interpretativas entre os intelectuais eles tematizavam o mesmo passado e compartilhavam da fé no progresso.

O próprio catálogo de 1893 era um esforço de “atualizar” a escrita da história do Ceará. Nele, Pompeu Filho, ao deixar claro que “de 1861 para cá as indústrias e relações administrativas experimentaram profundas modificações. Mostrar quales foram, expor o presente, tal foi o meu intento”, estava se referindo à obra de seu pai, Senador Pompeu, que publicou no início da

⁴²³ O Brasil na Exposição de Chicago (400º da descoberta da América). *Revista Trimestral do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia*. Salvador: Typografia Diário da Bahia, 1895, p.47.

⁴²⁴ Relatório apresentado ao Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil pelo General de Brigada Dr. Bibiano Sérgio Maciel da Fomoura Costallat Ministro de Estado dos Negocios da Industria, Viação e Obras Publicas. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1894, p. 41.

⁴²⁵ RAMOS, Francisco Regis Lopes. *O fato e a fábula: o Ceará na escrita da História*. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2012, p. 118.

década de 1860 o *Ensaio Estatístico da Província do Ceará*. O catálogo referendava as obras anteriores e, ao mesmo tempo em que mostrava os “progressos realizados no Ceará”, apresentava-se como o mais “atualizado”. Essa atualização seria também a integração do novo, da mudança e do diferente. Caberia aos autores do Catálogo dar conta do espaço cearense em sua dinâmica e buscar novos padrões, ditos modernos, para esse novo estado de coisas que mudou, na opinião de Pompeu, na segunda metade do século XIX, pois atualizar-se é, simultaneamente, integrar-se e diferenciar-se. Não que houvesse uma ligação direta entre a escrita da história cearense e a produção dos catálogos para as exposições, mas sim que a produção e sistematização dos dados em forma de narrativa e catálogos com tabelas e números corroborava e circunscrevia o espaço cearense, integrando as diferenças e potencializando suas particularidade. A história integrava o passado e o presente na medida em que os catálogos localizavam o específico da região. O exercício de escrever e descrever a nação aparecia como a ideia de progresso, ser de cunho cumulativo e evolutivo, sendo que “a escrita constituiu as raízes, desenhou a identificação nacional, enquadrou a sociedade num projeto (...), desencadeando e canalizando a força desejanste”.⁴²⁶

O “grupo” escolhido para organizar a participação do Ceará em Chicago não poderia ser mais emblemático para esclarecer as finalidades comerciais do evento, pois Pompeu Filho era genro de Nogueira Acioly e os dois foram os responsáveis pela instalação, em 1884, do primeiro estabelecimento industrial da cidade de Fortaleza. A Fábrica de Tecidos Progresso foi uma das pioneiras na utilização da máquina de tecer.⁴²⁷ Numa cidade com crescimento urbano rápido e desordenado, não faltariam trabalhadores vindo do campo para os novos estabelecimentos na cidade. A modernização cearense, como em todo o Brasil, passava primeiro pelo campo e a agricultura, pois se o primeiro estabelecimento industrial da capital era a fábrica têxtil, seus trabalhadores seriam agricultores expulsos pela seca. Assim, a cidade que crescia e organizava seu núcleo urbano vivia e desenvolvia-se sob a influência do mundo

⁴²⁶ RAMAS, Angel. *A cidade das letras*. São Paulo: Brasiliense, 1985, p. 98.

⁴²⁷ QUEIROZ, Priscilla Régis Cunha de. *Trabalho e cotidiano: produção e comércio de gêneros alimentícios em Fortaleza do XIX e inícios do século XX*. Dissertação (Mestrado em História Social) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2011, p. 36.

agrário.⁴²⁸ Problema que se agravaria a partir da seca de 1877, que expulsou milhares de sertanejos para Fortaleza na busca de melhores condições de vida.

Com o crescimento da cidade havia sérios problemas a serem resolvidos, entre eles a questão de abastecimento de Fortaleza. Mas esse fato poderia ser duplamente favorável: havia mão de obra em abundância na cidade e o consumo poderia ser expandido para as classes populares. Enquanto os intelectuais construíam um discurso sobre as riquezas “naturais e industriais” do Ceará para as Exposições Universais, o comércio local também tirava vantagens dos eventos expositivos. A Merceria Arruda, situada na Rua Formosa nº 43, anunciava em 1892:

Exposição de Chicago: vendas de produtos que figurarão em Chicago. A conhecida e famosa Merceria Arruda tem a venda os mais finos e deliciosos vinhos e licores nacionais que devem figurar na Exposição Columbiana [Chicago], bebidas estrangeiras e uma variedade enorme de doces. Além de tudo isso, a merceria tem à disposição do público gêneros de primeira qualidade, como sejam o café, assucar, arroz, sabão, batatas, milho para mungunzá, cebolas.⁴²⁹

Na década de 1860 podemos identificar um intenso trabalho historiográfico e as primeiras tentativas de demarcar as particularidades da província cearense através de narrativas, “desencadeando e canalizando a força desejante”. De forma sintética, podemos elencar as seguintes obras: *Diccionario topographico e estatístico da província* (1861) e *Ensaio Estatístico da Província do Ceará* (1864), de Tomaz Pompeu de Souza Brasil; *História da Província de Ceará*, de Tristão de Alencar Araripe (1867); *Lendas e Canções Populares*, de Juvenal Galeno (1865); *Esboço histórico sobre a Província do Ceará*, obra póstuma de Pedro Théberge (1869) e *Iracema* (1865), de José de Alencar, que através de seu romance fez de sua província a única a possuir uma epopeia fundadora. Romances, catálogos, poesias e muitas histórias objetivaram o espaço cearense e estabilizaram um discurso sobre o mesmo, fazendo-o reconhecível ao todo e às partes do território nacional. Caberia a esses intelectuais mostrarem, através de suas narrativas e respectivos saberes, o progresso material da província.

⁴²⁸ Idem, p. 97.

⁴²⁹ O *Diário*, 08 de junho de 1892. p. 4. A Rua Formosa, aludida no anúncio, corresponde à atual Major Facundo (centro de Fortaleza).

A obra *Ensaio Estatístico da Província do Ceará* (1864), do Senador Pompeu, teve relevância na produção do conhecimento sobre a província cearense, tanto pela pesquisa levada a cabo na tentativa de dar uma dimensão das riquezas de que se dispunha no momento de sua publicação quanto pela própria função que esta cumpria. Como explica o autor na introdução de sua obra, ela fora resultado de um contrato realizado com o governo provincial para a confecção do livro em 1855. Esse livro seria uma das grandes obras de referência sobre o Ceará a partir de sua publicação, já que depois dele se poderia medir os avanços realizados na produção local. Pompeu buscava nesse trabalho um projeto para investigar o passado cearense, pois somente a avaliação/comparação permitiria propor alternativas capazes de tornar os melhoramentos viáveis.⁴³⁰ O livro, escrito em dois tomos, explicava o Ceará através dos dados coletados e sistematizava o território dentro dos limites naturais. Na descrição dos aspectos físicos estava a compreensão das leis sociais que agiam sobre o espaço, daí um esforço gigantesco para “traduzir” os dados e utilizá-los de forma eficaz. O primeiro tomo do livro trás dados e informações gerais do Ceará. Já o segundo tomo trata das especificidades das cidades. E nesse jogo de escala se configurava o Ceará e sua diversidade.

Embora o governo estivesse na obrigação de ceder todos os dados necessários para a elaboração do *Ensaio Estatístico*, o livro veio à tona, apenas em 1862, justamente pela dificuldade de acumular dados estatísticos que se encontravam dispersos. Outra publicação importante de Senador Pompeu foi o *Dicionário Topográfico*, escrito em 1861. Em 2 de novembro do mesmo ano, o jornal *O Araripe* publicou a seguinte nota:

DICCIONARIO TOPOGRAPHICO: Fomos obsequiados pelo Sr. Dr. T. Pompeu de Sousa B. com um exemplar do seo dictionario topographico e estatistico do Ceará: Obra muito recomendavel aos que se interessão pelas cousas da provincia, e que, com justiça, foi admittida como um dos escriptos mais uteis destes ultimos tempos. O Sr. Dr. Pompeu tem sido incansavel em fazer conhecido o Ceará, e só elle tem conseguido muita cousa neste sentido. A seos exforços devemos a consideração, em que o Ceará é hoje tido como entre as demais provincias. Elle tem feito conhecer todos os seos elementos de riqueza, sua adiantada civilização, a belesa e recursos de seu solo, e finalmente quanto é susceptivel do maior incremento e prosperidade. Seos escriptos e ultimamente a exposição dos arte-factos e productos naturaes que acaba de faser o Sr. Dr. Lagos

⁴³⁰ BASTOS, José Romário Rodrigues. *Natureza, tempo e técnica: Thomaz Pompeu de Souza Brasil e o século XIX*. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza: 2013, p. 101.

habilitão o resto do imperio para conhecer melhor o Ceará do que muitas das opulentas províncias. O diccionario topographico existe á venda nas livrarias da capital.

Os estudiosos e intelectuais cearenses informavam e mostravam os progressos do Ceará diante das demais províncias do império brasileiro. Quantificavam e localizavam as riquezas locais e punham à venda as informações aos mais interessados. Uma topografia das potencialidades do Ceará passava por uma escrita que localizava e mostrava cada rincão da região. A geografia e a estatística unidas davam corpo à província, uma localizando e a outra quantificando o que de “útil” havia nas terras cearenses. O Ceará mostraria que sua maior riqueza seria a contribuição para a prosperidade da nação. Dessa forma, no Dicionário Topográfico, as riquezas se fizeram conhecer através do seguinte subitem do verbete “Província do Ceará”: “Produção, industria e comercio - Na parte mineralógica encontra-se ouro em várias partes, prata, plumbagina, chumbo, ferro, antimônio, amianto, arsênico, antrocita, mármore, calcareo, porphyros, diversos crystaes e salinas em toda a costa. Entre as plantas, muitas medicinais”.⁴³¹

Os escritores cearenses resolveram usar como instrumento de enaltecimento da província as ideias sobre o solo rico em ouro. Senador Pompeu escreveu, através de seu conhecimento geográfico, sobre a existência de ouro no Ceará. O mesmo ocorreu em relação ao conhecimento histórico, pois Tristão de Alencar de Araripe, ao publicar a *História da Província do Ceará* em 1867, insiste na existência de ouro nessas terras. Araripe indicava as riquezas da província ao dizer da existência de suas potencialidades minerais como ouro, prata, zinco, salitre, pedra-hume⁴³². Interessante ressaltar que o “famigerado” ouro registrado pelos escritores cearenses já havia sido motivo da vinda da Comissão Científica para o Ceará, sendo que o dito ouro não foi encontrado e acabou por gerar críticas aos cientistas da Comissão. Apesar disso, os boatos sobre as riquezas minerais que já circulavam antes da vinda dos cientistas da corte continuariam a circular com a publicação de livros por

⁴³¹ BRAZIL, T. P. de Souza. *Diccionario topographico e estatístico da província do Ceará*. Rio de Janeiro: E. & H. Laemmert, 1861, p.27.

⁴³² ARARIPE, Tristão de Alencar. *História da Província do Ceará*. Dos tempos primitivos até 1850. Fortaleza: Demócrito Rocha, 2002. p.53.

parte dos cearenses na década de 1860.⁴³³ Ouro em rochedos onde se encontravam letreiros de cor vermelha, lendas de tesouros encantados, pregos em árvores que apontavam para cavernas encantadas, ouro que vinha na raiz do capim. Essas foram as histórias que os cientistas seguiram em suas rotas. Ciência e lenda não estavam dissociadas no Ceará, pelo contrário. O saber popular direcionou em parte o roteiro dos cientistas do IHGB. “No lugar do ouro lendário, os cientistas encontraram um território abundante e miserável, que não obstante, em 1824 tinha proclamado, por forças das suas elites políticas, a República no Brasil. Por tudo isso, não havia dúvida para o império: a província do Ceará deveria ser melhor conhecida”.⁴³⁴

Esses livros/discursos podem servir de análise sobre o projeto político desenvolvido pela citada intelectualidade cearense. Havia um tentativa de delimitação desse espaço geográfico, mas tal espaço não poderia ser mais um e tampouco qualquer um. Ele teria uma história própria, em um ambiente rico e cheio de possibilidades de desenvolvimento, do qual seu conhecimento era parte da proposta. Nesse sentido, mobilizaram-se os intelectuais na tentativa de criar e esquadrihar um passado e um presente para o Ceará, inserindo-o na nação que se pretendia consolidar. Ao se colocarem questões sobre a origem do Ceará e seu progresso, acabava-se por tematizar e historicizar a região. Ao se dar uma história para o Ceará criava-se também a noção de tempo, o tempo moderno do progresso.

Em 1867, quando Araripe publicou o livro sobre a história da província cearense, “dos tempos primitivos até 1850”, seu desejo era assinalar as particularidades da província cearense e inseri-la à nação através de uma escrita histórica. Para o autor, “cumpre assinalar o caminho que trilhamos na pomposa marcha do povo brasileiro e mostrar a parte que tivemos na obra de nossa majestosa nacionalidade”.⁴³⁵ Era preciso escrever e registrar, nos cânones de métodos válidos do século XIX, que o progresso também se fazia presente na província cearense e a história, ou melhor, a escrita da história o

⁴³³ Cf. SANTOS, Paulo César dos. *O Ceará Investigado: a Comissão Científica de 1859*. Dissertação (Mestrado em História Social) - Universidade Federal do Ceará. Fortaleza: 2011.

⁴³⁴ RIOS, Kênia. *Seca e identidade nacional*. In: CAPANEMA, Guilherme; GABAGLIA, Raja. *A SECA NO CEARÁ: Escritos de Guilherme de Capanema e Raja Gabaglia*. Fortaleza: Museu do Ceará/Secretaria da Cultura do Ceará, 2006, p. 23.

⁴³⁵ ARARIPE, Tristão de Alencar. *ARARIPE, Tristão de Alencar. História da Província do Ceará. Dos tempos primitivos até 1850*. Fortaleza: Demócrito Rocha, 2002, p. 64.

mostrava. As exposições eram momentos de reafirmação dessa história de progresso que se dava na província e a cada novo evento se reafirmava os “avanços tidos dos tempos primitivos até aqui”. Registrar os avanços acontecidos através do processo da escrita também era uma experiência moderna e pautada num saber dito científico que mensurava o percurso do tempo marcando e registrado a linha evolutiva rumo ao progresso.

A terceira exposição provincial foi preparada para acontecer em 20 de abril de 1875, tendo sido anunciada pelos jornais locais até o dia 16 do mesmo mês,⁴³⁶ mas acabou não acontecendo, como esclarece o relatório do presidente de província, pois o inverno rigoroso que tantos “prejuízos ocasionou à lavoura e as indústrias, frustrou-lhes a actividade que soube ella [comissão] desenvolver, impossibilitando as remessas do interior da provinca”.⁴³⁷ A abertura da exposição provincial marcada para o dia 20 de abril não aconteceu, mas ainda segundo o relatório, uma exposição industrial já havia acontecido em janeiro do mesmo ano na capital sob a orientação da Santa Casa de Misericórdia. Tal evento supria o segundo. Mesmo sem a exposição provincial ter acontecido, produziu-se um catálogo contendo as riquezas e potencialidades da província cearense, posteriormente enviado à Corte, que por sua vez o remeteu à Exposição da Filadélfia (1876).

Tanto a Exposição de 1875 (a terceira exposição provincial) quanto a de 1862 (a primeira exposição provincial) foram organizadas pela Santa Casa de Misericórdia. Uma instituição religiosa envolvida no programa das exposições sugere que o tema envolvia e interessava a muitos, para além do fato de a igreja estar ligada ao Império. O projeto de caridade e o tempo da igreja se imbricava no comércio e no tempo do capital. Em discurso de abertura da Exposição Provincial, realizada em 1862, o vice-diretor da instituição, José Smith de Vasconcellos, juntava num mesmo pensamento o tempo do progresso e da religião:

Este sublime pensamento de uma tão grande nação não podia morrer estéril na terra em que nasceo; porque o sublime é fecundo; e, pois como a

⁴³⁶ Até o dia 16 de abril a Comissão Diretora da Exposição Provincial, sob as ordens de Henrique Theberge, solicitava, através do jornal *Fraternidade*, objetos para a exposição. Cf. *Gazeta Oficial*, 16 de março de 1866.

⁴³⁷ Fala com que o Excellentissimo Senhor Dr. Esmerino Gomes Parente abriu a 2ª Sessão da 22ª Legislatura da Assembléia Provincial do Ceará no dia 2 de julho de 1875. Fortaleza: Typografia Constitucional, p. 28.

luz, que se estende por toda a terra, veio insinuar-se em todos os espíritos, e, através do tempo e do espaço, como uma verdade q' nada tem do próprio e exclusivo, chegou a produzir hoje o phenomeno desta brilhante reunião, para admirarmos a civilização e progresso desta nossa província, ainda tão mal conhecida das outras suas irmãs, e menos ainda das nações estrangeiras. Digo nossa província, porque, bem que nascido em paiz estrangeiro, devo-lhe o amor de patria: aqui se passara os mais bellos dias de minha juventude, e d'ella é tudo o que possuo de mais caro sobre a terra.⁴³⁸

E ainda:

A nossa exposição ou reunião não é somente especulativa de interesses particulares, concorrida pelo egoísmo e vaidade, puramente humana e terrestre: mas tambem é, principalmente, pholanthropica, moral, quase celeste ou divina; pois podemos, senão devemos considerar esta santa casa como o altar da caridade em que a província vem depositar suas offerendas, ou o gasoldacio (sic) em q' todos os Cearenses vieram lançar o óbolo da beneficencia para remédio. Allivio e consolação de seus irmãos soffredores; pois todos estes productos que aqui vemos expostos à nossa admiração lhes pertencem e seram arrematados em leilão para ser o seu preço applicado em beneficio d'elles. Ha nada mais grandioso, mais sublime, mais terno, más digno do homem e de um povo civilizado e generoso que isto?⁴³⁹

A generosidade religiosa passava pela venda arrematada para a Exposição provincial, tendo os “irmãos soffredores” como beneficiários. A ética do capital não se dissociava do tempo religioso, ou podemos supor que há muitos tempos envolvidos nas Exposições. Basta lembrarmos que no âmbito nacional as Exposições eram organizadas pela Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional. Por fim, seja na esfera provincial ou nacional, os tempos e discursos eram muitos. Cada catálogo não era só um inventário dos produtos, mas a própria escrita do tempo.

O “Relatório e Catálogo” elaborado pela Comissão da Província do Ceará encarregada de arrecimentar objetos para a Exposição Nacional de 1875 abre suas “noticias” com algumas “considerações” sobre a província cearense:

Antes porem de exhibir tal catalogo, permita V. Exc., que esta comissão entre em algumas considerações não só acerca da tarefa que lhe foi commetida por essa presidência, e do resultado perspecivo, como das riquezas naturais da província, e de suas industrias fabril, agricultura e manofatureira (...). Deve ficar aqui consignado antes de tudo, que havendo esta comissão pedido o concurso de todas as Câmaras Municipais da

⁴³⁸ *Gazeta Official*, 03 de 12 de 1862, p. 1.

⁴³⁹ *Idem*.

Província – nomeando trinta comissões especiaes em diversos pontos do interior para obtenção dos productos.⁴⁴⁰

Nas páginas seguintes do catálogo há tópicos e descrições sobre as riquezas da província. Encontramos substâncias vegetais e animais com emprego na indústria: “cera de carnaúba; óleo extraído de côco de palmeira; artefatos de produtos animaes; productos chimicos; redes de dormir; chapéu de palha de carnaúba; colheres de pau; cesta de vime; saca de algodão” e em anexo a Memória do Naturalista Feijó sobre as *Minas de Cangaty*.⁴⁴¹ O catálogo que a província cearense produziu para a Exposição Nacional de 1875 era “rico de informações e de elementos scientificos”⁴⁴², merecendo destaque na imprensa carioca.⁴⁴³ Os dados científicos eram resultados de um inventário das riquezas locais redistribuídos em seções e classes dentro de uma sistematização. O que se destacava novamente nessas páginas eram as informações sobre o algodão, borracha, café, açúcar, fumo, bordados etc. Este seria o primeiro passo para realizar “informações científicas”, onde o conhecimento não apenas está nas coisas/objetos, mas é necessário em sua utilização. Na Corte, os jornais divulgavam os produtos cearenses em exposição chamando atenção para as riquezas naturais. Dava-se destaque para os produtos de carnaúba, vegetais medicinais, feijão, plumbagina, zinco, fumo, redes, produtos também elencados por Tomaz Pompeu de Souza Brasil em seu *Diccionario topographico e estatístico da província do Ceará*, de 1861.

A Comissão do Ceará na exposição de 1875 ficou a cargo do Visconde de Cauhape (presidente) e Henrique Théberge (secretário). Este último seria o responsável pela publicação de *Esboço Histórico da Província do Ceará*, obra póstuma de seu pai, Pedro Théberge. Segundo o filho, embora o pai houvesse morrido em 1864, a dita obra já estava finalizada em inícios de 1860, tencionando assim dar a seu pai o mérito primeiro da historiografia cearense. Fosse através da obra de seu pai ou do catálogo para a exposição de 1875 (ou de ambas as formas), havia em Henrique Théberge uma tentativa de mostrar e demarcar o território cearense principalmente através da escrita.

⁴⁴⁰ *Exposição Nacional. Relatório e catálogo do Ceará*, 1875. Fortaleza: Tip. Imparcial de Francisco Perdigão, 1875, p. 1-2.

⁴⁴¹ *Idem*, p. 93.

⁴⁴² *Idem* p. 4.

⁴⁴³ *Estudos sobre a quarta Exposição Nacional de 1875*, José de Saldanha da Gama. Rio de Janeiro: Tip. Central de Brown & Evaristo, 1876, p. 113.

Esse projeto (e o processo) de produção e acumulação do conhecimento da província cearense não estava desconectado das demandas nacionais por maiores esclarecimentos sobre as mais variadas regiões do país. Em 1867 o Ministério da Agricultura enviou uma circular para que as províncias sistematizassem uma série de informações locais na tentativa de conhecer a realidade econômica e as potencialidades naturais das mesmas, no intuito de fomentar a imigração. Como o Ceará, “com limitado numero de escravos, soffrerá pela diminuição de escravos arrancados à lavoura pelo recrutamento”, uma vez que o país estava em guerra contra o Paraguai, seria “preciso crear convicção sincera e intima de que no Ceará o estrangeiro industrioso e morigerado encontrará trabalho para accumular riqueza, até colossal”⁴⁴⁴:

Será um dos mais importantes serviços, que se poderá prestar ao Ceará, fazer bem conhecidos ao estrangeiro os seus recursos naturaes, animando-se por todos os modos possíveis essa emigração [...]. A fertilidade do terreno, a natureza do clima, e a facilidade com que elles aqui poderão encontrar meios de subsistencia, devem ser outros tantos estímulos para que não se arrefeça d’ora em diante o entusiasmo desses emigrantes para a vossa província.⁴⁴⁵

Na tentativa de mostrar que “os vastos campos se tornaram cidades em desenvolvimento”, o progresso se tornava visível através da escrita, sendo também um processo legível, foi publicado o *Almanak administrativo, mercantil e industrial da província do Ceará para o ano de 1870*. Esse tipo de publicação visava divulgar a cidade, seu comércio, sua urbanidade e seus espaços. A “cidade por escrito” afirmava sua existência de forma racionalizada. No prefácio desse documento a “necessidade” da publicação se atrelava ao desejo de dar a conhecer o progresso. Aqui o escrito corrobora o legível na medida em que a capital cearense é dada a ver por impresso, pois na “cidade grande” nem todo mundo se conhece e nem se conhece a cidade como um todo, sendo o almanaque um meio de atender às demandas de mercado das grandes capitais:

Não haverá nenhum de nossos assignantes, que desconheça o progresso que tem feito esta província e a necessidade da presente publicação; o que nos obrigou, no meio de muitas preocupações, a não desanimarmos

⁴⁴⁴ Relatório apresentado a Assembleia Legislativa Provincial pelo Primeiro Vice-Presidente desta Província o Excellentissimo Senhor Doutor Sebastiao Gonçalves da Silva. Fortaleza, Typografia Cnstitucional, 1867, p. 8.

⁴⁴⁵ Falla com que o Excellentissimo Senhor Desembargador Joao Antonio de Araujo Freitas Henrique abriu a 1ª Sessão da 18ª Legislatura da Assembleia Provincial do Ceará. Fortaleza, Typografia Constitucional, 1870, p. 36.

de levar a efeito o projecto, que há muito tínhamos em vista. Prometemos melhorá-lo, quanto nos for possível para o futuro, não olhando as despesas e fadigas, afim de correspondermos ao favorável acolhimento de nossos subscritores, que reconhecendo a utilidade de nossa empresa não nos faltará com a continuação de seu auxilio.⁴⁴⁶

O “projeto” desenvolvido entre os intelectuais do período pode ser entendido a partir dos múltiplos papéis assumidos por essas publicações que veiculavam concepções e projetos de grupos sociais, instituindo sensibilidades e práticas de leitura, constituindo-se em instrumentos de afirmação de identidades.⁴⁴⁷ Publicações dos gêneros mais diversos podem ser entendidas como maneiras múltiplas de tentar afirmar a existência de uma província onde se acreditava que o progresso já estava presente e podia ser apreendido, sendo esta capacidade de apreensão a própria ideia de progresso ao afirmar e dar visibilidade ao que antes era disperso. Do *Dicionário Topográfico* do Senador Pompeu, passando pelo Almanaque de 1870 até o catálogo de 1893, as publicações visavam atender a uma “necessidade” de apreender as demandas políticas do momento. Essas publicações surgem como “energias” desenvolvidas para descrever, através da escrita, o ambiente da província. Sendo a descrição do espaço através da escrita também um ato instituinte, pois os intelectuais ao vislumbrarem e planejarem uma determinada forma de “civildade” para a província acabavam por “silenciar” tantos outros, aquilo (e aqueles) que estavam fora dos padrões não mereciam registros.

Mas não foi só a escrita o único recurso utilizado para descrever o Ceará. Para além dos muitos objetos enviados para Chicago, foram também coletadas fotos, principalmente da cidade de Fortaleza. Era necessário mostrar como a capital do Estado se “civilizava” em suas ruas largas e cafés. Entre as fotos constam a Escola Militar, o café Java e uma vista do porto de Fortaleza. Ainda na busca de legitimar o progresso urbano de Fortaleza, a Casa Boris Frères mandaria confeccionar o *Álbum de vistas do Ceará* em 1908. O material produzido em Nancy, França, pretendia divulgar o Ceará para o Brasil e

⁴⁴⁶ *Almanak administrativo, mercantil e industrial da província do Ceará para o ano de 1870*. Fortaleza: Typ. De Odorico Colas, 1870 (prefácio não paginado).

⁴⁴⁷ MACAMBIRA, Débora Dias. *Impressões do tempo: os Almanaques no Ceará (1870-1908)*. Dissertação (Mestrado em História Social) - UFC. Fortaleza: 2010, p. 100.

Europa. Afinal o estabelecimento que o produziu era naquele momento a maior casa comercial de importação e exportação aqui instalado.⁴⁴⁸

No *Álbum*, quem se destaca mesmo é a cidade de Fortaleza, com seu comércio, seus cafés e seus espaços de sociabilidade “burguesa”, mas há fotos da Estrada de Ferro de Baturité, que afinal seria o sinal maior do progresso.⁴⁴⁹ As fotografias enviadas para as exposições cumpriam, segundo Turazzi, duas “funções simultâneas”: a primeira era de ordem real, onde as fotografias impressas e palpáveis registravam e davam a ver as cidades e os objetos de lugares distantes; a segunda seria de ordem subjetiva, simbólica e produzida para o espetáculo das exposições.⁴⁵⁰

De fato, os discursos e as fotos que mostravam os cafés, praças e ruas largas não mostravam os retirantes, os bairros pobres e nem os descasos com os muitos trabalhadores de Fortaleza, pois a cidade “ainda cheirava a cavalo”. O discurso que afirmava a cidade de Fortaleza como centro de convergência do moderno e civilizado estava em sintonia com o papel que as próprias cidades cumpriam naquele momento, quando o mundo ainda era rural. Em 1900, 16% da população vivia nas cidades. Mas a cidade era o espaço por excelência da aceleração do tempo e o crescimento urbano era vertiginoso.⁴⁵¹ Para Chicago, o Ceará enviou fotos de suas ruas largas e seus cafés, mas nada disso se comparava ao progresso urbano feito por Chicago, que naquele momento era sinônimo de aglomeração urbana, pois sua população que era de apenas 30 mil habitantes em 1850 chegou em 1890 com mais de um milhão de habitantes, o sexto maior centro urbano do mundo.⁴⁵² Se as cidades fossem um indicador do grau de “evolução” de um país, o Brasil ocuparia um lugar secundário, já que em 1890 apenas 5,7% da população do país vivia em cidades com mais de 20 mil habitantes. Em 1919 a urbanização

⁴⁴⁸ SILVA FILHO, Antônio Luiz Macêdo. Entre a duração e o instante. Apresentação. In: *Álbum de vistas do Estado do Ceará*. Fortaleza: Edições Nudoc/Expressão Gráfica, 2006, p. 7 (Edição fac-similar).

⁴⁴⁹ As fotos que foram enviadas à Chicago constam apenas nominalmente e de forma dispersa pelo Catálogo, que em sua estrutura se apresenta em três colunas: expositor, localidade e objeto, sendo o último especificado por colunas de ordem, grupo e classe.

⁴⁵⁰ TURAZZI, Maria Inez. *Poses e trejeitos: a fotografia e as exposições na era do espetáculo*. Rio de Janeiro: Rocco, 1995, p. 25.

⁴⁵¹ HOBBSAWM, Eric. *Globalização, democracia e terrorismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p. 48.

⁴⁵² HOBBSAWM, Eric. *A era do capital (1848-1875)*. São Paulo: Paz e Terra, 2005, p. 197.

ainda seria de 9,8%.⁴⁵³ Nas cidades, o tempo não era mais o dos sinos da igreja e nem dos ciclos da natureza. O tempo acelerado se instala e o relógio marca cada minuto, demarcando que tempo é dinheiro. As cidades demarcam o moderno, onde o tempo e os progressos materiais se instalam. As cidades passam a ser cada vez mais associadas à velocidade, daí que a partir do início do século XX a palavra "planejamento da cidade" passa a circular de forma mais eficaz. A cidade passa a ser também um artefato técnico.⁴⁵⁴

Entre 1861 e 1893 realizaram-se três exposições provinciais e sete nacionais, nas quais circularam produtos, livros e muitas intenções em prol de uma inserção do Brasil nos "trilhos do progresso".⁴⁵⁵ Mas para inserir o todo da nação na ordem desejada era necessário enquadrar também as partes, que muitas vezes buscaram limites próprios. Se esses limites ainda não estavam dados, buscou-se, através de uma série de dispositivos, estabilizar campos discursivos que fossem capazes de mobilizar os sentidos e criar uma imagética com traços próprios. Para tal empreitada nada melhor que a escrita, pois ela "possuía rigidez e permanência, um modo autônomo que arregimentava a eternidade (...), consolidava a ordem por sua capacidade de expressá-la rigorosamente ao nível cultural".⁴⁵⁶

⁴⁵³ FRANCO, Gustavo H. B & LAGO, Luiz Aranha Corrêa do. A economia da Primeira República 1889-1930. In: *Abertura para o mundo (1889-1930)*. Coordenação Lilia Moritz Schwarcz. Rio de Janeiro: Objetiva, 2013, p.199.

⁴⁵⁴ HOBBSAWM, Eric. Tempos fraturados: cultura e sociedade no século XX. São Paulo: Companhia das Letras, 2013, p. 145. Segundo Hobsbawm, a palavra "planejamento da cidade" foi usada pela primeira vez em 1904.

⁴⁵⁵ As exposições provinciais ocorreram nos anos de 1862, 1866 e 1875. Já as nacionais aconteceram nos anos de 1861, 1866, 1873, 1875, 1881, 1889 e 1893.

⁴⁵⁶ RAMAS, Angel. *A cidade das letras*. São Paulo: Brasiliense, 1985, p.30.

4. A NAÇÃO EM COMPOSIÇÃO.

4.1. A guerra e a exposição.

Em 1859, o botânico Freire Alemão, membro da Comissão Científica, em suas andanças pelo Ceará, registrava em seu diário o sentimento de pertença dos provincianos, a quem a nação parecia um conceito abstrato, não tendo significado frente aos regionalismos espalhados e vivenciados no cotidiano da população, que se identificava com a sua região e não com a pátria em construção:

É notável como o povo do Ceará entende a sua nacionalidade: para eles o Brasil é o Ceará, os mais provincianos são estrangeiros (...). Em geral não estimam as das províncias limítrofes. De Piauí falam com desprezo e denominam a província de Terra dos Serões, o que eles têm horror (...). De Pernambuco não cessam de fazer comparação (...) com os do Maranhão há mais rivalidade: os maranhenses chamam aos cearenses cabeças-chatas e os não tem bom conceito. A gente do Ceará que tem uma certa cultura mostram-se invejosos e prevenidos contra o Rio de Janeiro; todas as desgraças de sua província são causadas ou pelo menos não remediadas pelo governo, que só trata do Rio de Janeiro.⁴⁵⁷

Percebe-se na narrativa de Freire Alemão uma rivalidade entre as províncias. Mas agora não se tratava mais de províncias e sim de nação. O desejo gestado pelo Segundo Reinado brasileiro era de uma pátria homogênea, onde as divergências entre as províncias e a Corte seriam minoradas, posto que todos pertenciam à nação brasileira. Maria Odila Dias afirma que o “estranhamento” entre províncias se devia ao fato de que a independência do Brasil em 1822 não foi marcada por um processo nacionalista nem revolucionário, não sendo, portanto, portador de um sentimento de pertença. O “afrouxamento” de nossa unidade nacional era visível para os contemporâneos à independência. Segundo a historiadora:

Os políticos da época eram bem conscientes da insegurança das tensões internas, sociais, raciais, da fragmentação, dos regionalismos, da falta de unidade que não dera margem ao aparecimento de uma consciência nacional capaz de dar força a um movimento revolucionário disposto a reconstruir a sociedade. Não faltavam manifestações exaltadas de nativismo e pressões bem definidas de interesses localistas. No entanto, a consciência propriamente “nacional” viria pela integração das diversas províncias e seria uma imposição da nova Corte no Rio de Janeiro (1840-

⁴⁵⁷ ALEMÃO, Francisco Freire. *Diário de viagem de Francisco Freire Alemão*: Fortaleza-Crato 1859. Fortaleza: Museu do Ceará/Secretaria da Cultura do Ceará, 2006, p.82-83.

1850) conseguida a duras penas por meio da luta pela centralização do poder e não pela “vontade de ser brasileiro”.⁴⁵⁸

Esse “distanciamento” entre as províncias e a Corte era patente e foi bem percebido pelo jornal *Minerva Brasiliense*, que circulava na capital do Império em 1843:

Estranhas umas as outras, falta às nossas províncias a força do laço moral, o nexos de nacionalidade espontânea que poderia prender estreitamente os habitantes desta imensa peça, que a natureza abarcou com os dois maiores rios do universo (...). Uma história geral e completa do Brasil resta a compor, e se até aqui nem nos era permitido a esperança e que ao cedo fosse satisfeito esse “desideratum”, hoje assim não acontece, depois da fundação do Instituto Histórico, cujas importantíssimas pesquisas no nosso passado deixam esperar, que esta ilustre corporação se dê à tarefa de escrever história nacional, resultado final, para que devem convergir todos os trabalhos.⁴⁵⁹

Segundo José Carlos Reis, o Brasil independente precisava da história e dos historiadores para oferecer um passado e abrir-se um futuro.⁴⁶⁰ A fragilidade da coesão nacional e a necessidade de sua integração apresentavam-se ao governo imperial como um projeto que garantiria a própria existência da nação. Uma série de instituições foram criadas para o que poderíamos chamar de a produção de “estruturas de sentimentos”. Esse sentimento do caráter provincial para o nacional seria redimensionado a partir de um dos eventos mais dramáticos da história da América Latina: a guerra contra o Paraguai (1865-1870).

Os 139 mil brasileiros que lutaram contra o Paraguai eram oriundos de todas as províncias do país. Pela primeira vez, as províncias do norte e as do sul estavam aliadas contra um inimigo da nação. Os brasileiros se posicionavam contra um “outro”.⁴⁶¹ A nação aparecia agora como uma totalidade, cabendo a cada província proteger a causa maior dos “brasileiros”. Um ato concreto, a guerra, foi capaz de criar toda uma “comunidade imaginada”, que apresentava relações internas frouxas e a partir desse

⁴⁵⁸ DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *A Interiorização da Metrópole e outros estudos*. São Paulo: Alameda, 2005, p. 17.

⁴⁵⁹ *Apud* GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Nação e civilização nos trópicos. O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma História Nacional. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v.1, n.1, 1988, p. 14.

⁴⁶⁰ REIS, José Carlos. *As identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC*. Vol.1. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007, p. 26.

⁴⁶¹ CARVALHO, José Murilo de. A vida política. In: *A construção nacional (1830-1889)*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012, p.109.

momento encontra-se tendo que partilhar uma causa maior contra uma outra nação, o Paraguai.⁴⁶² A guerra envolvendo os países sul-americanos (Brasil, Argentina e Uruguai contra o Paraguai) pode ser um mote de reflexão para esmiuçarmos a construção do artefato “nacional” no que diz respeito à política imperial.⁴⁶³

Grande parte da historiografia sobre a guerra do Paraguai tem se pautado na política econômica britânica e sua extensão capitalista liberal sobre outros países e na experiência de “emancipação” econômica levada a cabo pelo governo paraguaio. A tese se sustenta numa perspectiva marxista, em que o fator econômico teve peso decisivo no conflito. A partir da década de 1990, o tema passou a ser revisitado com novos acordos teórico-metodológicos, vindo na tensão regional a explicação para o conflito.⁴⁶⁴ No caso aqui em análise, parece que as interpretações da guerra suplantaram o próprio acontecimento, daí a necessidade de “reabrir o passado” e reelaborar as discussões já cristalizadas, sendo esta a tarefa levada a cabo por Francisco Doratioto em seu livro *Maldita Guerra*.⁴⁶⁵ O autor abre novamente o debate para o tema da Guerra do Paraguai, pondo em relevo novas possibilidades de entendimento e evidenciando as relações dos países envolvidos no evento.

Há duas hipóteses de trabalho elencadas e discutidas por Doratioto que são significativas para uma compreensão do que se passava no Paraguai antes da guerra. A primeira diz respeito ao fato de que este país vinha

⁴⁶² As guerras exigem a extensão e organização do poder do Estado, subordinando e canalizando toda uma logística em função do “inimigo”. Para a manutenção de uma guerra se criam ministérios, departamentos, soldados e muitas outras atribuições atreladas a esse movimento, tal como abastecimento, invenções e armas.

⁴⁶³ Benedict Anderson, em seu estudo sobre a difusão do nacionalismo, infere que as comunidades são resultados de processos históricos datados e o que importa na compreensão desse fenômeno não é a dicotomia falso/verdadeiro do sentimento de pertença, e sim “o estilo como são imaginadas e os recursos de que lançam mão”. Nessa mesma linha de entendimento segue Hobsbawm, para quem “enfatizaria o elemento do artefato, da invenção e da engenharia social que entra na formação das nações”. Cf: ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008, p. 12; HOBBSAWM, Eric. *Nações e nacionalismo desde 1780*. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1998. HOBBSAWM, Eric. *Nações e nacionalismo desde 1780*. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1998, p. 12.

⁴⁶⁴ MORAIS, Fábio André da Silva. “*Às armas cearenses, é justa a guerra*”. Nação, honra, pátria e mobilização para a guerra contra o Paraguai na Província do Ceará (1865-1870). Dissertação (Mestrado em História Social) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza: 2007, p. 15.

⁴⁶⁵ DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. *Maldita Guerra: nova história da Guerra do Paraguai*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

desenvolvendo um processo econômico independente do capitalismo britânico, ideia rejeitada pelo autor, pois os projetos de melhoramentos materiais do Paraguai foram feitos através de capitais ingleses. A Inglaterra era um dos poucos países com condições financeiras e tecnológicas para investir em projetos em outros países, e o Paraguai não fugiu à regra, pois não se desenvolveu “a partir de dentro”, e sim com ajuda de outros países.⁴⁶⁶

O estopim da guerra fora o aprisionamento do navio *Marquês de Olinda*, em fins de 1864 por tropas paraguaias e o avanço desta pelo Mato Grosso. Solano Lopes pediu também permissão para passar pelo território argentino de Misiones para atacar o Rio Grande do Sul. Tendo o pedido negado, declarou guerra à Argentina. O Uruguai, como país menor, girava entre a influência brasileira e argentina e acabou entrando na guerra, até mesmo porque o presidente uruguaio fora deposto e foi refugiar-se no Paraguai, sendo um dos motivos usados por Solano para deflagrar a guerra. Toda essa trama envolvendo as políticas dos países implicados ficou em segundo plano em análises posteriores sobre a guerra. Os historiadores, ao buscarem uma justificativa para o conflito a partir de um “contexto”, acabaram por perder de foco a dinâmica de cada país e suas respectivas influências políticas na região.

A ida do Imperador em 1865 para o sul do Brasil, onde a guerra se desenrolava, foi decisiva para despertar em toda a nação o sentimento de “brasilidade” tão necessário no momento. No Ceará, a imprensa divulgava os últimos acontecimentos, ressaltando a ida do monarca ao cenário da guerra: “Cearenses! A terra da pátria está invadida pelo inimigo estrangeiro! O chefe da nação acaba de dar um exemplo heróico, partindo para a guerra”⁴⁶⁷. O próprio Imperador endossava o discurso dos voluntários da pátria. Quando fizeram objeções sobre sua ida para o “teatro da guerra”, alegou que “se me podem impedir que siga como imperador, não me impedirão que abdique, e siga como voluntário da pátria”.⁴⁶⁸ Ser voluntário era reafirmar a vontade de defender as causas da nação, manter seu território livre da “tirania” implantada no Paraguai. Reafirma-se princípios ditos nacionais, sendo que a escravidão interna punha por terra muitos desses valores.

⁴⁶⁶ Idem, p. 30.

⁴⁶⁷ Jornal *A Constituição*, Fortaleza, 27 de julho de 1865 apud MORAIS, Op. Cit., p. 72.

⁴⁶⁸ DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. *Maldita Guerra: nova história da Guerra do Paraguai*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 179.

O discurso sobre “ser um voluntário da pátria” parece mais querer convencer o povo a ir à guerra do que uma mostra de nacionalismo espontâneo. Para fugir do alistamento, muitos se declararam adeptos do partido liberal, sendo assim protegidos pelos chefes políticos de suas províncias, havendo casos em que jovens se casaram com mulheres que tinham o dobro de sua idade para evitar a ida ao campo de batalha.⁴⁶⁹ Outros fugiam ou tentavam mandar escravos em seu lugar. Assim havia também aqueles para quem a guerra não valia mais que vida e até mesmo não tinha sentido. Sabemos um pouco sobre os voluntários da pátria, mas havia muitos involuntários também.

Apesar das muitas resistências tentativas de convencer e obrigar os brasileiros a participarem do conflito, o contingente humano nacional envolvido foi grande:

A contribuição de cada província de Império. Em voluntários e Guardas Nacionais. ⁴⁷⁰	
Província	Voluntários e Guardas Nacionais.
1. Rio Grande do Sul	33 803
2. Bahia	15 197
3. Município Neutro (Corte)	11 461
4. Rio de Janeiro	7 851
5. Pernambuco	7 136
6. São Paulo	6 504
7. Ceará	5 648
8. Mato Grosso	5 511
9. Maranhão	4 536
10. Minas Gerais	4 090
11. Pará	3 827
12. Piauí	2 805
13. Alagoas	2 956
14. Paraíba	2 454
15. Sergipe	2 254
16. Paraná	2 020
17. Santa Catarina	1 537
18. Rio Grande do Norte	1 311
19. Espírito Santo	9 66
20. Amazonas	705
21. Goiás	426
SUBTOTAL	122 698
Montevideu	450
Total	123 148

⁴⁶⁹ DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. *Maldita Guerra: nova história da Guerra do Paraguai*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 265.

⁴⁷⁰ Idem, p. 460.

Segundo Doratioto, o Brasil levou à guerra cerca de 139 mil homens, de um total de pouco mais de 9 milhões de habitantes, cerca de 1,5% da população.⁴⁷¹ Podemos pensar que essa mobilização, envolvendo fugas de um lado e desejos de defender o país de outro, gerou na população de cada província uma nova forma de entender a nação. Fosse de forma positiva ou negativa o que se discutia eram os interesses e as causas em pauta, mas redimensionados para o todo da pátria. Uma nova divisão por região pode nos fornecer uma dimensão dos envolvidos por proximidade com a região do conflito:

Região	Voluntários da pátria	Guarda Nacional	Recrutamento e escravos libertos	total	%
Norte	2 451	1 725	356	4 532	3,68
Nordeste	15 512	8 855	2 179	26 546	21,57
Leste	25 147	12 255	4 417	41 819	33,97
Sul	9 740	32 653	1 474	43 864	35,63
Centro-Oeste	1 692	4 182	63	5 937	4,82
Montevideú	450	-	-	450	0,35
Totais ⁴⁷²	54 992	59 669	8 489	123 148	100

Já no início da guerra parece haver um redimensionamento sobre as formas de perceber o espaço nacional como um todo, e um todo brasileiro. Uma nota sobre a guerra publicada pelo jornal *O Cearense* em 16 de fevereiro de 1865 traz um poema intitulado *Às armas!*, onde a relação entre província e nação aparecem não mais como concorrente, e sim como integrante um do outro:

E se a pátria o socorro nos pede,
É porque nos cearense confia,
N'esses filhos distintos e honrados
Em quem nunca se viu cobardia

Nossos caros irmãos lá do sul
Denodados e fortes guerreiros
Já no campo de guerra mostraram
A bravura e valor – Brasileiros.⁴⁷³

Nesse poema as palavras “cearense”, “irmãos” e “brasileiros” funcionam dentro de uma nova configuração, diferente daquela descrita por Freire Alemão

⁴⁷¹ Idem, p. 458.

⁴⁷² Idem, p.458.

⁴⁷³ *O Cearense*, 16 de fevereiro de 1865 (grifo nosso).

poucos anos antes. Embora a tendência na segunda metade do século XIX fosse as províncias escreverem suas histórias regionais atrelando-as à nação, nesse momento, o sentimento de pertença apareceu como um vetor discursivo dentro das províncias. Outros poemas seriam escritos na senda do anterior, incluindo-se aí até mesmo os livros mais “regionalistas”.

O escritor cearense Juvenal Galeno (1836-1931) publicou sua coletânea de poemas *Lendas e Canções Populares* em 1865, uma espécie de inventário de cenas, tipos e ideias “populares”. Juvenal Galeno irá, sob orientação de Gonçalves Dias (quando este passou pelo Ceará entre os anos de 1859-60, também como membro da Comissão Científica), tentar retratar o cotidiano do povo e traçar “identidades” para o Ceará. A coletânea de poesias e contos que servia para demarcar traços e tipos culturais trazia também poemas versando sobre a guerra e contra o inimigo externo.

Às armas! À guerra! – Brasil, ó gigante
És forte, qual vasto – que imenso poder!
Tens ferro no seio para armar teus bravos,
E matas para os mares de esquadra encher;
Assim quem te vence, quem pode curvar-te?
Só Deus, minha Pátria, te pode vencer:
À guerra, ó gigante! Aos campos de glória!
És forte, qual vasto – que imenso poder!⁴⁷⁴

Em outro poema:

Adeus gente desta terra,
Campinas do meu Sertão,
Que a corneta está chamando
Os caboclos da nação;
Vou-me embora para a guerra:
Comigo quem é que vai?
Que sou cabra de fama
Vou mostrar no Paraguai!

Quando bolem nesta terra,
Comigo bolem também;
O cacete relampeja;
Quando cai derruba cem!
Traveja pancadarias...
Maçaramduba lá vai..
Qu’atrevido está ralhando
O Lopes do Paraguai!⁴⁷⁵

⁴⁷⁴ GALENO, Juvenal: Galeno, Juvenal. *Lendas e Canções Populares*. Fortaleza: Secult, 2010, p.308. (Poema: A guerra)

⁴⁷⁵ Idem, p. 310 (Poema: o voluntário do norte – escrito em 1866 e incorporada a outras edições do livro).

Enquanto na América do Sul se desenrolava o conflito, na Europa se planejava outra arena, dessa vez uma “arena pacífica para o progresso”. A França convidava o Império do Brasil para a Exposição Universal de 1867, a ser realizada em Paris. Seguindo a lógica organizacional do evento, deveriam ser realizadas exposições provinciais como um primeiro ensaio para a realização da nacional. Desta vez o Ceará realizou sua própria exposição, ao contrário da exposição nacional de 1861, quando enviou seus produtos para a exposição provincial de Pernambuco e uma comissão desta província os reenviou à Corte. O ofício do Ministério da Agricultura ordenando a organização das exposições provinciais foi dado em dezembro de 1865:

Illm. E Exxm. Se.

Remmetendo a V. Exa., 50 exemplares das instruções aprovadas em 14 de outubro ultimo, para a exposição de productos agrícolas e industriaes e de obras de artes nas províncias do imperio, recommendo a V. Exa., que, por todos os meios de publicidade a seu alcance, as faça chegar ao conhecimento das pessoas que, nos termos das referidas instruções se acharem em circunstancias de contribuir para que a exposição, que se há de verificar nessa província, no anno próximo, atteste de modo irrevogável a natureza do país e o progressivo desenvolvimento de sua industria. Importa ter muito em vista que o Brasil vae ser de novo julgado pelas mais cultas nações da Europa, e é de indeclinável necessidade empregar diligencias e perseverantes esforços para que no grande certame industrial, que deve abrir-se em Paris em 1867, fique elle de um modo condignes de recursos de que dispoe e do grão de civilização que tem attingido.⁴⁷⁶

Esse primeiro ofício não faz alusão à guerra pelo simples fato de o assunto não ser segredo e por estar no centro das atenções da política imperial naquele momento. Uma outra circular do Ministério da Agricultura para o presidente da província do Ceará pedia cautela nos gastos com a exposição, pois não tendo a lei do orçamento n. 1.245 de 28 de junho de 1865 conseguido fundos para arcar com a Exposição Nacional, que deveria acontecer no ano seguinte (1866), de conformidade com as ordens em vigor, e “convindo nas atuaes circunstancias do pais que haja toda a cautela na distribuição do dinheiro publico, recommendando a V. Ex., a maior economia na despesa que tiverem de ser realizados com a Exposição nessa província.”⁴⁷⁷ O motivo da

⁴⁷⁶ Avisos do Ministério da Agricultura, Commercio e Obras Públicas ao Presidente da Província do Ceará, 21 de dezembro de 1865. Data Crônica 1865-1867, livro 25.

⁴⁷⁷ Avisos do Ministério da Agricultura, Commercio e Obras Públicas ao Presidente da Província do Ceará, 04 de junho de 1866. Livro: 28.

cautela era óbvio demais para ser citado: a guerra contra o Paraguai, que pela própria natureza do evento consumiria muito das verbas governamentais.

Apesar do desenrolar da guerra, o presidente de província do Ceará afirmava, em 1866, a necessidade de manter seus trabalhos internos e não se abater devido ao conflito, pois “em quanto não se decidir com feliz êxito esse pleito de honra, prossigamos regularmente a gerencia de nossos negócios internos, e demos ao mundo esse testemunho honroso da vitalidade da nação brasileira de nossas sabias instituições”.⁴⁷⁸A ocasião exigia manutenção dos assuntos internos do país, movimentando e canalizando os discursos em torno do Brasil, que se encontrava em situação de “agressão estrangeira” e precisava manter a honra de seus filhos. Sair vitorioso da guerra e manter as Exposições era uma forma de mostrar a vitalidade da nação.

Apesar do relatório do MACOP pedindo a organização de exposições locais ser dirigido aos presidentes das províncias, o que se destaca é a dimensão dada ao “nacional”, posto que o Brasil ia ser “julgado pelas mais cultas nações”. Se as exposições provinciais eram um inventário inicial das riquezas regionais, era nos catálogos para as exposições universais que esses dados seriam sistematizados, pois as exposições provinciais e nacionais, embora tivessem dinâmicas próprias e funcionalidades específicas, eram realizadas em prol das Exposições Universais. Reafirmava-se novamente a diferenciação do Brasil, que ia ser novamente julgado pelas mais “cultas nações da Europa”. O todo precisava das partes para ser posto em comparação com outros países expostos em produtos e pavilhões nos eventos internacionais. No certame internacional, o país deveria expor o que de mais relevante havia. O Brasil mostraria que estava trilhando os rumos marcados pela civilização ocidental e mostraria seu lado exótico, ou melhor, diferente.

A realização dos eventos nacionais em função dos internacionais em nada diminui a complexidade interna do país, pelo contrário. Aqui a nação emergia como a síntese entre o local e o internacional. O Brasil Imperial realizava a universalização do país através da atuação das mais variadas instituições, surgindo daí o Estado como nação. A realização da exposição

⁴⁷⁸ Relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial pelo presidente da mesma província o Exm. Sr. Dr. Francisco Ignacio Marcondes Homem de Mello na 1ª Sessão da 22ª Legislatura em 1º de julho de 1866. Fortaleza: Typographia Brasileira, p.5.

nacional de 1866 surgiu como a possibilidade de mostrar que o país, apesar do momento vivido, estava trilhando os rumos do progresso:

Parecerá talvez á alguém não ser a época actual a mais apropriada para o Brazil, que se acha em luta com um paiz estrangeiro, patentear ao mundo civilisado o vasto repositório de seus productos, quer naturaes, quer resultados da intelligencia e do trabalho de seus filhos. Nós, porém, pensamos de modo diverso, e sem querermos negar a influencia da paz no desenvolvimento das nações; acreditamos, todavia que o brilho das armas não marea nem offusca o esplendor das letras, das sciencias e da industria, e abrindo o livro da historia e folheando suas paginas encontraremos mais de um facto em prol de nossa opinião.⁴⁷⁹

Se “exposições são, como havemos dito, a manifestação da civilização das nacionalidades”⁴⁸⁰, elas pareciam estar atreladas aos conflitos de cunho nacionalista, pois, lembrava o artigo do jornal *O Auxiliador da Indústria Nacional* sobre a exposição de 1866, que o outro evento internacional fora inaugurado quando “a França em 1855 sustentava a 800 léguas de suas fronteiras uma guerra gloriosa [contra a Rússia], a guerra do direito contra a iniquidade, inaugurava ao mesmo tempo, sob a presidência do príncipe Napoleão, essa magnífica exposição” em que, sem distinção de “nacionalidades nem de crenças religiosas, tomarão parte todos os povos do mundo” e que “a gloria das armas, pois, como dicemos, nao embacia o esplendor das sciencias e das letras, e nem impede a manifestação dos productos da industria e da agricultura.”⁴⁸¹ A guerra acabou por gerar um discurso “belicista” em que, talvez pela primeira vez no reinado brasileiro, exigia-se uma lealdade à nação:

Unidos e sacrificando no altar da pátria o ódio e as recriminações avancemos afoutos em busca da terra da promessa, não descansando sem que divisemos suas gigantescas cumiadas, e no momento em que o auri-verde estandarte fluctua triumphante nos vastos campos paraguayos, hasteados por nossos valorosos soldados, despertem também nossos corações ao estampido glorioso de nossas armas, e contribuindo fervorosamente para uma das mais esplendidas manifestações do gênio, possamos como soldados das artes e da industria, mostrar-nos dignos emulos daqueles nossos devotados irmãos.⁴⁸²

Enquanto na Corte se organizavam os preparativos para a exposição nacional e francesa, nas províncias os discursos também giravam em torno do provincial e do nacional. O Ceará arregimentava “voluntários da pátria” para

⁴⁷⁹ *O Auxiliador da Indústria Nacional*, 5 de maio de 1866, p. 202.

⁴⁸⁰ *O Auxiliador da Indústria Nacional*, 7 de julho de 1866, p. 283.

⁴⁸¹ *O Auxiliador da Indústria Nacional*, 5 de maio de 1866, p. 203.

⁴⁸² *O Auxiliador da Indústria Nacional*, 8 de agosto de 1866, p. 318.

lutarem no exército nacional e reafirmava o papel desempenhado pelos cearenses no cenário da guerra. Em junho de 1866, antes da abertura da exposição, registrava-se que “agora mesmo estão os bravos d’esta província derramando o seu sangue pela nossa causa”. O presidente da província, Francisco Ignacio Marcondes Homem de Mello, assinalava a importância do papel que os voluntários cearenses tinham no desenvolver do conflito e seu compromisso com a nação:

E quando um dia, perscrutando os domínios do passado, a história pedir à cada província do Império contas do auxilio prestado para a sustentação da causa sagrada da dignidade nacional, o Ceará pode apparecer com honra e responder tranquilamente com o seu exemplo. Agora mesmo lá estão os bravos d’esta província derramando o seu sangue pela nossa causa, tendo sellado seu valor nas eventualidades terríveis de um combate desigual (...). dirijamos fervorosos votos ao Altíssimo, para que menos penosos sejam os sacrificios, que pela honra da pátria fazem nossos irmãos. Em meados de julho do anno passado chegou à esta província a noticia da invasão do Rio Grande do Sul pelos paraguayos e a partida de Sua Magestade o Imperador para o theatro da guerra.⁴⁸³

Se por um lado Marcondes de Mello atuava na arregimentação de voluntários cearenses para a guerra contra o inimigo externo por outro ele trabalhava para a realização da exposição provincial e nacional. Interessante notar que na mesma nota ele chama atenção para a participação dos cearenses na guerra e ressalta o exemplo dado pelo Imperador, como que cabendo às províncias seguir o exemplo maior, ou seja, do Imperador e da nação brasileira. A “nossa causa” transcende as fronteiras administrativas e geográficas, porque há agora o “outro” em luta contra “nós”. Se havia um território a ser defendido, havia também uma história a ser escrita e lembrada, e quando um dia essa história fosse contada, a província cearense ocuparia páginas de destaque. Mas acontece que a história da guerra estava apenas começando em 1866.

Num primeiro momento, a guerra exigiu uma movimentação e união entre as províncias, mas posteriormente a mesma iria mostrar quão frágeis eram as bases do governo imperial. Francisco Ignacio Marcondes Homem de Mello, em seu relatório de Presidente de Província, ressalta a relação entre a exposição provincial do Ceará e a causa nacional:

⁴⁸³ Relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial do Ceará pelo presidente da mesma província o Exm. Sr. Dr. Francisco Ignacio Marcondes Homem de Mello na 1ª Sessão da 22ª Legislatura em 1º de julho de 1866. Fortaleza: Typographia Brasileira, 1866, p. 6.

Por aviso expedido pelo ministério da Agricultura, determinou o Governo Imperial, que se fizesse n'esta capital uma exposição de productos agrícolas e industriaes. Realizada esta tem de proceder-se à selecção dos artigos mais notáveis e productos mais aperfeiçoados para serem remmettidos à côrte com destino a grande exposição de Paris em 1867. É sem dúvida ver uma nação nova, que sustenta em pé de guerra um exército respeitável na defesa de seus mais sagrados direitos, cultivando ao mesmo tempo as artes da paz com esse desempenho. ⁴⁸⁴

A segunda exposição cearense aconteceu em 30 de agosto de 1866, e foi aberta com um discurso do presidente de província chamando a atenção para a defesa da causa nacional, novamente aparecendo o vulto da guerra contra o Paraguai.⁴⁸⁵ A exposição provincial era um serviço em prol da nação, da manutenção do “corpo da pátria”, e a exposição fazia parte desse exercício. Já no relatório escrito pela comissão do Ceará, encontramos várias lacunas por seções. Muito do que se pedia se respondeu que “não há na província, e nem se cuida deste ramo” ou “não foram representadas”. Se a exposição destinava-se a “proceder-se à selecção dos artigos mais notáveis e productos mais aperfeiçoados”, acabou-se por mostrar as fragilidades da província. O relatório enviado à Corte pela comissão provincial afirmava que a “exposição veio, pois, demonstrar a necessidade de melhorar alguns ramos da pequena industria que existe na província, e póde-se dizer que ainda se achão em estado primitivo”.⁴⁸⁶

A Exposição colocava em evidência a fragilidade econômica da província, sendo necessário “melhorar alguns ramos da industria” que ainda se encontravam em “estado primitivo”. Esse melhoramento do “primitivo” para o “avançado” seria registrado nos catálogos que passariam a contar a história dos melhoramentos acontecidos. Cada acontecimento (ou evento expositivo) era tido como marco a ser inventariado e comparado no passar do tempo.

No relatório cearense que foi enviado e publicado juntamente com os das demais províncias, no volume que tratava da exposição nacional, afirmava-

⁴⁸⁴ Relatório apresentado a Assembléia Legislativa Provincial do Ceará pelo Presidente da mesma província o Exm. Sr. Dr. Francisco Ignácio Marcondes Homem de Mello na 1ª Sessão da 2ª Legislatura em 1º de julho de 1866, p. 52 (Grifo Nosso).

⁴⁸⁵ Para esta exposição, compunham a Comissão Geral os Drs. Manoel Fernandes Vieira, Gonçalo D’Almeida Souto, Joaquim Alves Antônio Ribeiro, Coronel João Antônio Machado e Adolpho Herbster (Ofício do Ministério da Agricultura, 03/04/1866).

⁴⁸⁶ Relatório da exposição de productos agrícolas, industriais e de obras d’arte da província do Ceará remettidos pela respectiva comissão à comissão central do Rio de Janeiro, p. 431-437. In: Rego, Antonio José de Souza. Relatório da 2ª Exposição Nacional. Vol. 2. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1869, p. 437.

se a pequena indústria existente na província. O discurso de abertura da exposição provincial, feito pelo presidente da província, parecia ser mais otimista:

A exposição que hoje inauguramos não pode representar todas as notáveis conquistas, que tendes obtidos sobre o solo, que vos coube por sorte. Mal podemos render esta solemne homenagem ao dogma do trabalho, nós, que n'este momento pomos em contribuição toda a energia do caráter nacional para defender causa sagrada da nossa nacionalidade em pleito, em que teremos afinal o triumpho, como triumpho sempre a causa da justiça dos desregramentos da força. É a festa do trabalho, singela e sem galas e o trabalho é uma lei suprema, que Deos estampou na face do universo: nas ondas que se agitam, na vegetação que cresce todos os dias, no homem que caminha sempre.

F.I.M. Homem de Mello.⁴⁸⁷

A exposição provincial foi aberta em 30 de agosto de 1866, sendo os produtos enviados à Corte alguns dias depois para a exposição nacional que seria aberta em setembro. Essa exposição nacional, ao contrário do que se poderia esperar devido à guerra, contou com a participação de quase todo o Império. Das vinte províncias, dezesseis participaram do evento, o que mostra que o apelo ao sentimento nacional durante a guerra teve alcance nas mais diversas paragens.⁴⁸⁸ No discurso de abertura da segunda exposição o Imperador Pedro II reforçava a dimensão entre a exposição nacional e as riquezas espalhadas pelo vasto território brasileiro. O sentimento de pertencer a um território que fora invadido por um “ditador” despertou sentimentos até nos estrangeiros que moravam no país.

O escritor Rodolfo Teófilo, em suas memórias que remontam ao ano de 1868, descreve uma passagem onde um português residente em Fortaleza grita em público a felicidade de as tropas brasileiras terem entrado em terras paraguaias. O senhor Major Carneiro, diante do feito dos soldados brasileiros, correu para a sacada de sua casa, onde o povo começou a gritar pedindo um discurso, que foi o seguinte: “O nome de Solano tem cinco letras: L, leão; O, onça; T, tigre; P, perbesso; E, estrangulador da própria mãe; S, serpente. Depois vivou o Imperador e os heróis do grande feito”. Ainda segundo Rodolfo Teófilo, “a multidão acclamou-o algum tempo. Aquellas palavras atôa, sem

⁴⁸⁷ *Aurora cearense*, 02 de setembro de 1866.

⁴⁸⁸ HARDMAN. Francisco Foot. *Trem fantasma: a modernidade na selva*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988, p. 86.

nexo sahida de uma alma patriótica e commovida valiam pelo melhor dos discursos”.⁴⁸⁹

Um português dando vivas no Ceará à guerra do Brasil contra o Paraguai é emblemático ao mostrar que os sentimentos em torno do nacional estavam de fato em movimento, pois mudava o âmbito do discurso do regional para o todo. No relatório de presidente de província de 1867 a questão do todo e as partes se fundem novamente, pois “o paiz inteiro dando exemplos de abnegação, heroísmo e valor” e “se me é grato recordar aqui tão nobre attitude do povo brasileiro, não me é menos poder felicitar o Ceará pelo brilhante papel que tem representado”.⁴⁹⁰ Quando a história fosse contada para os brasileiros, o Ceará teria nela um lugar de destaque. Mas seria através dessa narrativa “que a história do Ceará vai se configurando na linha de montagem das unidades que passam a funcionar na medida em que dão coêrencia ao tempo”. Pois “a história dava não apenas tempo ao espaço, dava-lhe também um corpo simbólico”.⁴⁹¹

O dever nacional fundia-se com o dever provincial, onde palavras como “trabalho”, “cidadão” e “província” perdem contornos em prol de uma forma maior encarnada numa causa também maior. A abertura da exposição era a entrada para um território de muitas riquezas que, pertencentes a todos, deveriam ser por todos protegidas. O discurso entre o nacional e o local se dissolveria em prol da defesa da pátria. Segundo o Imperador:

Auxiliar a animar o trabalho nacional é dever de todos os cidadãos, e mormente do primeiro representante da nação; venho, pois, com o maior jubilo abrir a segunda exposição brasileira. Symbolisa ella a uniao deste vasto império, baseada no futuro grandioso que lhe promettem tamanhas riquezas naturaes derramadas por suas provincias; afiança o desenvolvimento das relações que tanto nos interessa cultivar com outros povos; enfim, é o mais nobre incentivo ás conquistas da paz, as quaes os brasileiros só pretendem, e cujos louros reunirão aos que tem ganho e ganharão defendendo a honra da sua pátria e a causa da civilização. Está aberta a segunda exposição nacional.⁴⁹²

⁴⁸⁹ TEÓFILO, Rodolfo. *O caixeiro*: reminiscências. Fortaleza: Museu do Ceará, 2006, p. 43-44 (Edição fac-similar).

⁴⁹⁰ Relatório com que o Exmo. Senhor Tenente-Coronel de engenheiros João de Souza Mello e Alvim Presidente da Provincia do Ceará passou a administração da mesma ao Excellentissimo Senhor 1º Vice-Presidente Dr. Sebastião Gonçalves da Silva no dia 6 de maio de 1867. Fortaleza: Typographia Brasileira, 1867, p.3.

⁴⁹¹ RAMOS, Francisco Régis Lopes. *O fato e a fabula*: o Ceará na escrita da História. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2012, p.166.

⁴⁹² *O Auxiliador da Industria Nacional*, 01 de janeiro de 1867, p. 33.

Tanto os discursos dos presidentes de província quanto o do Imperador D. Pedro II, ao reafirmarem as potencialidades do Brasil e a necessidade de enfrentar e vencer o inimigo externo, acabavam por encobrir suas fragilidades internas, que não eram poucas. Articular um país de proporções continentais como o Brasil para uma guerra, exigia uma demanda administrativa e comunicativa que o país ainda não tinha. Seus dados estatísticos (contando com o censo populacional) e o conhecimento geográfico do governo ainda eram incipientes. A própria experiência da guerra, ao forçar o governo a reabilitar o discurso nacional, também esgarçava o mesmo, pondo todas as fragilidades da estrutura material e do próprio conhecimento que dispunha a nação sobre si. Na primeira fase da guerra o Brasil só teve acesso fluvial ao Paraguai por intermédio do território argentino, o que foi facilitado pela Tríplice Aliança. Esse fato mostra o quanto as comunicações internas era dificultadas pela falta de conhecimento da geografia nacional e a total carência estrutural do país.⁴⁹³

A guerra acabou fortalecendo um sentimento de “nacionalidade”, e não surpreende que o primeiro *Atlas Escolar* feito no país tenha surgido nesse período, em 1868. Cândido Mendes de Almeida, seu autor, era jurista e professor de geografia. Além de pedagógico, o *Atlas*, destinado sobretudo ao Colégio Pedro II, pretendia também despertar o patriotismo ao materializar um suporte visual para a nação.⁴⁹⁴ A obra foi dedicada ao Imperador do Brasil pelo incentivo aos estudos sobre a geografia e história nacionais. Segundo Mendes, faltava ainda um estudo apurado sobre o país que reafirmasse a importância de se conhecer a “aglomeração de territórios que hoje formão o Imperio do Brazil”:

Se um povo ou uma nação representa no nosso planeta uma idéa, e essa idéa, resulta, alem da doutrina que adopta esse povo, do território e do clima que lhe imprimem certas disposições e tendências; He claro que o povo que deseja na terra representar bem sua missão, satisfazer à idéa que tem de realizar, tem por dúplici obrigação estudar o território que occupa. Ora esse estudo ainda não fizemos depois da nossa emancipação política. A aglomeração de territórios que hoje formão o Império do Brazil não foi resultado do acaso. He um facto providencial. Temos por sem duvida uma missão a desempenhar na terra. Se não fôra providencial

⁴⁹³ SOUZA NETO, Manoel Fernandes de. *Planos para o Império: os planos de viação do segundo reinado (1869-1889)*. São Paulo: Alameda, 2012, p. 305.

⁴⁹⁴ CARVALHO, José Murilo de. A vida política. In: José Murilo de Carvalho. *A construção nacional (1830-1889)*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012, p. 87.

aquelle facto, uma constante fortuna não teria acompanhado nossos maiores na luta com os indígenas, e com outros povos, que nos disputarão a posse, e o domínio dos terrenos que hoje ocupamos. Se temos essa missão, convem que nos preparemos seriamente para o seu desencargo. Esse preparo pressupõe o exame do nosso estado, quando estamos aguardando o cumprimento de um dever.⁴⁹⁵

O conhecimento da geografia aparece ligado a uma missão integrante do processo de formação do Estado Nacional, mas essa manutenção e integração da “aglomeração de territórios” e a luta contra os indígenas e outros povos parecem estar também atreladas a uma missão bélica e religiosa, a um ato de violência, como se a formação da nação fosse gerada através do poder. Poder e violência eram realmente a pauta nacional quando da publicação do *Atlas*. Nele as partes apareciam como um todo homogêneo, silenciado e apagando as diferenças, justificadas por uma missão.

No catálogo escrito para a Exposição Universal em Filadélfia na 1876 constava que “todos os brasileiros são obrigados a pegar em armas, para sustentar a independência, e integridade do Imperio”⁴⁹⁶, e que “a força pública do Império era composta por exercito, armada, guarda nacional, e corpos de policia”. O país mostrava ainda no catálogo os números de cada corporação e informava que “na Republica do Paraguay, mantem o Imperio uma brigada de 1.500 homens das três armas”⁴⁹⁷. O *Atlas* do Senador Cândido Mendes exposto na Exposição Universal de Viena em 1873 foi premiado com a medalha de mérito.⁴⁹⁸

Se o *Atlas* dava uma dimensão visual e contornos mais ou menos nítidos ao país, essa composição discursiva seria elaborada através de outros recursos, como fotos. Tal como na exposição de 1861, o evento de 1866 produziu seu “álbum” intitulado *Recordação da Exposição Nacional de 1866*, constando um apanhado geral do evento. Manoel Luiz Salgado alerta que “essa visibilidade só pode ser compreendida se levarmos em conta não apenas o que significa ‘ver’ nessa cultura, como também os lugares

⁴⁹⁵ ALMEIDA, Candido Mendes de. *Atlas do Império do Brasil: compreendendo as respectivas divisões administrativas, ecclesiasticas, eleitorais e judiciarias*. Rio de Janeiro: Litographia do Instituto Philomathico, 1868, p. 7.

⁴⁹⁶ *O Império do Brazil na Exposição Universal de 1876 em Philadelphia*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1875, p. 140.

⁴⁹⁷ Idem, p. 141.

⁴⁹⁸ *Relatório da Comissão que representou o Império do Brazil na Exposição Universal de Vienna D’Austria em 1873*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1874, p. 34.

responsáveis por esta visibilidade”.⁴⁹⁹ A mobilização levada a cabo por instituições e intelectuais na produção de mapas, catálogos e fotos sugerem um esforço imagético para dar conta do “corpo simbólico” da nação, de forma a contar uma biografia nacional.

Ainda seguindo as reflexões de Manoel Salgado, a definição dessa visualização do passado implica uma escrita sobre os eventos pretéritos “como também um projeto de patrimonialização desse mesmo passado em instituições que dão suporte a esta visualização”.⁵⁰⁰ As fotos coletadas para a *Recordação da Exposição Nacional de 1866* faziam parte da tentativa de tornar o passado patrimônio. Ao se confeccionar o “álbum de recordações” também buscava-se datar o evento e dar a ele a grandeza que a história daria aos acontecimentos nacionais:

⁴⁹⁹ GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Vendo o passado: representação e escrita da história. *Anais do Museu Paulista*, São Paulo. Vol. 15. n. 12. jul-dez, 2007,p.21.

⁵⁰⁰ Idem, p. 12.



Recordação da Exposição Nacional de 1866.⁵⁰¹

Afinal, ler um quadro, um mapa ou uma foto fazia parte do próprio evento que eram as exposições universais e nelas, desde cedo, as fotografias figuraram. No caso do álbum de 1866, as salas, apesar de parecerem um bazar, eram ainda uma das formas de mostrar as “coisas” nacionais e a arrumação pode nos levar a reflexões maiores sobre o regime visual das exposições. O álbum mostra as várias salas do prédio e o próprio edifício em destaque que, apesar de espaçoso, teve os objetos arrumados de forma amontoada. Não houve uma preocupação de separar nem mesmo os quadros

⁵⁰¹ Disponível em: <http://bndigital.bn.br/200anos/exposicoes.html>. Acesso em 20 de agosto de 2013.

(como na foto do primeiro quadrante). Esse tipo de exposição evidencia um gosto antiquário de mostrar as coisas, onde o que importava era trazer objetos dispersos e dar ao olhar do expectador. Também na Exposição da Filadélfia foi exposta a primeira Carta Geral do Império. A exposição dos trabalhos que serviram de base à Carta era na verdade outra tentativa de contribuir para a vulgarização do conhecimento geográfico do país, como consta na introdução da obra:

Os trabalhos Históricos, Geographicos e Hydrographicos que, por ordem do Governo, têm sido feitos no Brazil, desde épocas remotas, por commissões scientificas e por peritos especiaes, não são vulgarmente conhecidos, e como é nelles que se basêa essencialmente a Carta Geral do Imperio, que se acaba de publicar e está exposta em uma das salas do Palacio da Exposição Nacional, julgamos conveniente offerecer ao publico uma exposição, ainda que resumida, desses trabalhos.⁵⁰²

A Carta que foi para a Exposição Universal da Filadélfia fora resultado do esforço do governo Imperial de mostrar a grandeza territorial da nação brasileira junto aos Estados Unidos. O catálogo, ao mesmo tempo em que pretendia portar certa imagem progressista do Brasil no estrangeiro, também mostrava as fragilidades da construção do Estado nacional, pois no catálogo da Filadélfia, enquanto as dimensões do país eram mensuradas em “8. 337. 218 kilometros quadrados”⁵⁰³, ainda não se podia dar as dimensões exatas das províncias, “visto dependerem de deliberações legislativas os limites de algumas.”⁵⁰⁴ Talvez pelo fato de desconhecerem os reais limites de cada província tenha sido mais fácil ao Brasil, durante a guerra contra o Paraguai, entrar neste país por rota argentina que pelos mal delimitados traços nacionais. A carência de dados e a deficiência de um domínio geográfico das províncias, e por consequência do país, seria uma pauta que perpassaria toda a história do reinado brasileiro (como demonstra uma sequência de requerimentos pedindo as demarcações provinciais, documentada pelo Ministério dos Negócios do Império).

O conhecimento geográfico e administrativo do país tinha por finalidade facilitar, em certa medida, a governabilidade do imperador, pois ao delimitar os

⁵⁰² *Exposição dos Trabalhos Históricos, Geographicos e Hydrographicos que serviram de base para a Carta Geral do Império*. Rio de Janeiro: Typographia Internacional, 1876, p. 1.

⁵⁰³ *O Império do Brazil na Exposição Universal de 1876 em Philadelphia*. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1875, p. 2.

⁵⁰⁴ *Idem*, p. 2.

reais contornos geográficos das províncias se deduz facilmente que tenha havido descontentamentos para quem por ventura tenha perdido alguma parte de seu território. A situação dos limites provinciais, que ainda permanecia na referência ao catálogo de 1876, já vinha de longa data. Até mesmo nas províncias centrais do Império a geografia administrativa era falha. Em 1861 a questão já era posta de forma muito clara na Assembleia do Rio de Janeiro:

Crescem os inconvenientes da falta de uma exacta demarcação dos limites desta província com a de Minas-Geraes, e de semelhante estado já surgem dificuldades que se podem tornar graves. As autoridades do termo de S. Fideles me representarão ultimamente acerca da occurrencias que se derão entre as da província de Minas, as quaes, não respeitando as divisas das provisórias fixadas no decreto de 19 de maio de 1843, já teem invadido território desta, e nelle exercem jurisdição, promovendo dest'arte conflictos, e obrigando os fazendeiros e lavradores fluminenses, com prejuízo seu e dos cofres desta provincia a pagarem àquella impostos. Levei todo o ocorrido ao conhecimento do governo imperial, do qual sem duvida partirão providencias que fação repellir semelhante pretensão, e garantir a posse do território.⁵⁰⁵

Antes e depois da elaboração da Carta Geral do Império, as questões envolvendo os limites provinciais continuariam a preocupar a boa “governabilidade”. Por mais que se expusessem as falhas dos limites, eles persistiram. No relatório apresentado em 1886 pelo Ministério dos Negócios do Império, a falta de mapas e dados estatísticos era tida como fator que impossibilitava a demarcação nacional, e que em alguns casos as linhas divisórias ainda eram feitas por fatores geográficos, como rios e montanhas o que remontava às fronteiras do período colonial. Segundo o relatório, no tópico intitulado “Limites de Províncias”:

A carência de mappas minuciosos e trabalhos estatísticos exactos e completos tem sido obstáculos a que se tente uma revisão geral dos limites das nossas províncias, que com pequenas alterações, correspondem ainda á antiga divisão territorial dos tempos coloniaes. Accentua-se, entretanto, de dia para dia a necessidade de curar este assumpto, a fim de que desapareçam muitas difficuldades com que luta a administração, e entre as vinte províncias, hoje tão desproporcionalmente divididas e povoadas, se estabeleça o equilíbrio de forças necessário para que pesem com igualdade na balança política. Das 36 linhas divisórias, algumas extensíssimos, que se contam entre as nossas províncias, umas se distinguem facilmente por terem as suas balisas em rios navegáveis ou cordilheiras importantes: outras porem não passam de imaginários traços, que se prolongam por dezenas de kilometros, sem a necessária

⁵⁰⁵ Relatório com que ao Exm. Sr. Dr. José Ricardo de Sá Rego, Vice-Presidente da Provincia do Rio de Janeiro entregou a administração da mesma província ao ex-presidente Ignacio Francisco Silveira da Mota no dia 16 de abril de 1861. Rio de Janeiro: Typ. Do Correio Mercantil, 1861, p. 11.

demarcação geographica, o que dá logar a contestações nas dilligencias judiciaes e actos eleitoraes, e na percepção de impostos.⁵⁰⁶

Se em 1886 os contornos internos do país ainda eram indefinidos e motivo de disputa entre as províncias, o que se pode dizer dos anos anteriores? O fato de a Guerra do Paraguai ter de forma temporária diminuído as tensões entre “aglomerados de territórios” não significa que eles não ressurgiriam, mas a Guerra forçou o país a se pensar e a se representar geograficamente. Depois do censo de 1872, o Brasil passaria a ter não apenas um corpo mais delimitado como também números mais completos, por serem as primeiras tentativas tanto o censo como o mapa, embora também incompletos, mas já era alguma coisa. E ambos foram mostrados na Exposição de Filadélfia em 1876.

A Carta Geral do Império, ao ser elaborada e exposta nas exposições nacional e universal, podia ser lida de duas maneiras. A primeira dizia respeito à Carta enquanto objeto e sua feitura. Como ela exigia conhecimento e aparatos técnicos, isso mostrava que o Brasil contava com pessoas capacitadas no império e dispunha de homens e instituições voltadas para o saber científico. Afinal, aquelas pessoas mais “instruídas” que visitavam as exposições sabiam que a Carta representava o resultado de um trabalho especializado.

Outra leitura a ser feita para a Carta é a sua função de organizadora do espaço, racionalização para uma melhor administração do território nacional. Cobia às instituições imperiais (a Comissão responsável pela produção da Carta ficou sob a tutela do Ministério da Agricultura) o encargo de minorar a tensão interna entre as províncias para viabilizar projetos nacionais. Ao se levar a questão dos limites imperiais ao conhecimento do governo imperial, ficou claro não apenas a quem competia a responsabilidade de gerir tal disputa, como ao solicitá-lo acabava-se por reforçar a autoridade imperial. Finda a guerra, caberia ao governo central dar continuidade ao processo de integrar a nação. Na província do Ceará reconhecia-se que a “conclusão d’essa sanguinolenta e duradoura guerra abriu uma nova era de paz e prosperidade

⁵⁰⁶ Relatório apresentado á Assembleia Geral Legislativa na Primeira Sessão da Vigésima Legislatura pelo Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Império Barão de Mamoré. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1886, p. 9.

para o paiz, podendo-se agora tratar com socego das reformas e melhoramentos, de que carecemos”.⁵⁰⁷

O país poderia “agora”, no pós guerra, resolver seus problemas internos, pois saíra fortificado do conflito. Tão fortificado que, segundo Nelson Werneck Sodré, resistiria ao Manifesto Republicano de 1870, não tendo o fato repercussão notável, tanto que seus assinantes voltariam a ocupar seus cargos no interior das instituições imperiais. Ainda segundo o autor, se a guerra contra o Paraguai marcou o auge da solidificação do Império, este seria também o momento do movimento descendente. Se por um lado a guerra tentou unir os brasileiros das mais variadas partes do território nacional, irmanados numa causa única, a guerra também mostraria as fissuras dessa ligação, porque “aqueles que tinham ficado abafados voltariam à baila”.⁵⁰⁸

De fato, a guerra trouxe todas as fraturas do corpo nacional e o maior deles pode ser percebido no Exército. Convocados às pressas para a guerra, o Exército levou, para o final do conflito, as insatisfações de décadas de descaso, pois no início do conflito “a remuneração era a mesma desde 1825, quando a moeda valia o dobro em relação a 1865”.⁵⁰⁹ A falta de conhecimento sobre o país parecia ser geral e ia desde as estruturas burocráticas até mesmo às reais dimensões do país. Essas carências junto à centralização política foram deixando a monarquia paralisada em suas ações de arregimentação da nação. A guerra, que apareceu como um vetor de dinâmica, acabou por gerar as contradições e necessidades maiores que o governo imperial não quis ou não soube resolver.

A falta de um conhecimento geográfico detalhado do país foi uma das justificavas apresentadas por Cândido Mendes de Almeida ao publicar o *Atlas do Império Brasil*. A intenção do autor ao demarcar os limites provinciais acabava por tentar “costurar” o “império das províncias”. O autor explicava o intuito de seu trabalho na introdução da obra:

Para fazer bem conhecidos os limites nacionais ou interprovinciais, e justificar os que traçamos nos nossos mapas, forçoso nos foi descer a

⁵⁰⁷ Falla com que o Excellentissimo Senhor Desembargador João Antonio de Araujo Freitas Henrique abriu a 1ª sessão da 18ª Legislatura da Assembleia Provincial do Ceará no dia 1º de setembro de 1870. Fortaleza: Typographia Constitucional, 1870, p. 2.

⁵⁰⁸ SODRÉ, Nelson Werneck. *Panoramas do Segundo Império*. Rio de Janeiro: Graphia, 1998, p. 131.

⁵⁰⁹ DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. *Maldita Guerra: nova história da Guerra do Paraguai*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 111.

maiores detalhes, expondo o histórico da organização dos territórios das atuais Províncias: esforço que para alguns parecerá inútil, mas que julgamos necessário para perante o público do nosso país, e sobretudo os entendidos, demonstrarmos a racionalidade e acerto das divisões que fixamos em matéria tão complexa, ou melhor tão confusa, e por isso mesmo tão disputada.⁵¹⁰

Se a tentativa de “mostrar” para “unificar” deu certo ou não é uma outra questão, mas parece ter dado resultados. Fato é que a participação do Brasil na Exposição Universal de Paris em 1867 foi positiva.⁵¹¹ O país obteve um espaço maior entre todos os países latino americanos, sua dimensão continental o favoreceu nisso. Embora o Brasil tenha ocupado uma área de 785 metros quadrados menor do que a extensão ocupada por outras potências, ainda era maior que a de todos os demais países da América Latina (Argentina, Uruguai, Paraguai, Chile, Bolívia, Peru, Equador, Venezuela, Nova-Granada, Costa Rica, São Salvador, Nicarágua, México e Haiti), que juntos perfaziam 603 metros quadrados.⁵¹² Agora buscava-se administrar esse espaço para além de suas fronteiras geográficas. As partes, que eram muitas, ampliaram muito o espaço do todo em Paris. O que fazer com o todo? O conhecimento que foi sendo criado sobre o país precisaria ser “estabilizado”, afinal era essa também uma das funções das exposições: acumular, mostrar e estabilizar. O que o país precisava era mostrar o seu espaço e suas riquezas espalhados pelo seu grande território. E que lugar melhor para se mostrar as riquezas acumuladas que um museu?

⁵¹⁰ ALMEIDA, Candido Mendes de. *Atlas do Império do Brasil*: compreendendo as respectivas divisões administrativas, ecclesiasticas, eleitorais e judicarias. Rio de Janeiro: Litographia do Instituto Philomathico, 1868, p. 7-8.

⁵¹¹ “Os nossos productos tiveram 100 recompensas: Grande premio, 1; Fora de Concurso, 3; Medalha de ouro, 2; Medalha de prata, 16; Medalha de bronze, 16; Menção honrosa, 44”. Relatório do MACOP, 1868, p. 69.

⁵¹² PESAVENTO, Sandra Jatthy. *Exposições Universais*: espetáculos da modernidade do século XIX. São Paulo: Hucitec, 1997, p. 137.

4.2. Um museu para as exposições.

José de Saldanha da Gama, em seu *Estudos sobre a Quarta Exposição Nacional de 1875* (publicado em 1876), traçou um breve histórico dos eventos expositivos no Brasil e reclamou um museu para guardar e mostrar as riquezas do país, pois “a construção de um palácio permanente para estudos e manifestações constantes das nossas riquezas é medida reclamada de há muito por grande numero de homens experimentados no serviço e nos labores desta natureza”.⁵¹³ Museus e exposições apareciam como questões imbricadas. Basta lembrarmos que a exposição de produtos cearenses realizada pelos membros da Comissão Científica de Exploração em 1861 foi realizada no Museu Nacional.

Enquanto não se construía um museu com todas as riquezas da nação, as exposições continuariam acontecendo e catalogando a diversidade da fauna e flora brasileira. O próprio José de Saldanha da Gama já havia usado da Exposição Universal de Paris em 1867 para elaborar e completar seus estudos sobre as riquezas vegetais do Brasil.⁵¹⁴ Os eventos expositivos, que por si só já eram uma forma de inventariar as riquezas nacionais, também pediam um “templo” para tudo juntar e mostrar, os museus. Museus, exposições, Institutos Históricos e outras instituições atuavam como geradoras de discursos na criação/delimitação do Brasil enquanto nação. Ao inventariar, catalogar e mostrar, o Museu transforma a natureza brasileira em objeto de investigação, gerando assim um campo de visibilidade sobre o nacional. Mas o “templo” das coisas nacionais também levaria tempo para sair do papel, e de forma irrisória.

As reivindicações de José Saldanha da Gama por um museu durariam mais que o Império Brasileiro. Já a possibilidade de um espaço único contendo a variedade da flora nacional aconteceu na exposição de floricultura e trabalho industrial que aconteceu em 16 de outubro de 1871, promovida pela Sociedade

⁵¹³ *Estudos sobre a quarta Exposição Nacional de 1875 por José de Saldanha da Gama*. Rio de Janeiro: Tip. Central de Brown & Evaristo, 1876, p. 9-10. José de Saldanha da Gama era membro da Comissão Diretora da Quarta Exposição Nacional e foi lente da Escola Politécnica e sócio do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (os dados aqui transcritos encontram-se na introdução que o autor escreveu sobre a Quarta Exposição Nacional).

⁵¹⁴ GAMA, José Saldanha. *Synonymia de diversos vegetais do Brasil*. Feita segundo os dados colhidos no Império do Brasil e na exposição Universal de Paris por José de Saldanha da Gama. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1868.

Auxiliadora da Indústria Nacional.⁵¹⁵ A ideia do museu seria proposta e retomada no fim do Império e começo da República brasileira. Em princípio, interessa-nos entender qual a função exercida pelos museus no século XIX e sua relação com as exposições. Se os museus eram espaços reservados aos objetos (com sua materialidade) e as exposições voltavam-se mais para uma imagética nacional, a junção dessas duas instâncias serviria como ótimo catalisador para mostrar as riquezas da nação com toda sua carga de subjetividade.

Bruno Soares, em suas reflexões sobre os museus no Brasil no século XIX, infere que os mesmos realizavam a mediação entre um projeto historiográfico local e um discurso civilizador universal.⁵¹⁶ Os objetos que vão para os museus são mais que acervos que se tornam públicos. Eles acabam por compor narrativas, necessárias e presentes nas exposições universais, onde novas identidades nacionais se apropriaram dos museus como forma de reinventar um passado materializado, arrumado e exposto.⁵¹⁷

Configurava-se através dos museus um discurso científico voltado para a História Natural que alimentava um discurso progressista que ia além dos limites nacionais. Buscava-se dar à nação brasileira princípios ditos universais, e a ciência praticada nos museus era uma das bases desse discurso. Maria Margaret Lopes ressalta em seu estudo sobre as ciências naturais no século XIX que tanto no Brasil quanto na América Latina, nesse período, os museus cumpriam funções que diferenciavam-se dos museus europeus (que se voltaram para um discurso histórico).

⁵¹⁵ Relatório apresentado à Assembleia Geral Legislativa na Quarta Sessão da Decima-Quarta Legistatura dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas. Barão de Itaúna. Rio de Janeiro: Typographia Universal de E & H. Laemmert, 1872, Anexo A-A2 p.4.

⁵¹⁶ SOARES, Bruno C. Brulon. O rapto das musas: apropriações do mundo clássico na invenção dos museus. *Anais do Museu Histórico Nacional*, Rio de Janeiro, 2011, p. 59.

⁵¹⁷ Seguindo o conceito de “semióforo”, elaborado por Pomian, podemos entender que essa mediação entre o local (ou nacional) e o universal não se efetiva sem uma exposição material e esta se torna mediadora entre aqueles que olham e o mundo que representam. O semióforo seria então aquele objeto que saíria do mundo do consumo para entrar para o mundo das “representações”, que também são consumidas de forma simbólica. A tentativa de significar a coisa representada também passa por certas legitimidades: “Porque, em geral, o número de objetos que formam a coleção depende do local em que se acumulam, do estado da sociedade, das suas técnicas e do modo de vida, da sua capacidade de produzir e acumular o excedente, da importância que se atribui à comunicação entre o visível e o invisível por intermédio dos objetos”. POMIAN, Krysstof. Coleção. In. *Enciclopedia Einaudi*. Vol I. Memória-História. Porto: Imprensa Nacional – Casa da Moeda. Ed. Portuguesa, 1984,p.67.

O Museu Nacional brasileiro se voltou para a representação da nação buscando dar a ela valores universais e civilizados, sendo que essas propostas deveriam ser comumente compartilhadas, individualizando e diferenciando as nações dentro do que elas possuíam de diferentes das demais.⁵¹⁸

A institucionalização dos museus no Brasil aconteceu ainda na colônia, com a criação do Museu Nacional em 1818. Sua função reclamava atualizações que acabaram por gerar reformas na década de 1870.⁵¹⁹ Analisando a reforma do Museu Nacional de 1875, Marcus Freitas discorre sobre o projeto modernizador realizado a cabo na instituição e sua relação com o poder imperial. Ou seja, se por um lado a modernização do museu acarretava um avanço nas práticas científicas do país, por outro visava a construção imagética da nação. Mas nem sempre a renovação das instituições imperiais significava um avanço nas práticas científicas do país.⁵²⁰ O museu nacional cumpriria portanto duas funções: ao mesmo tempo em que construía, sob a tutela imperial, um espaço voltado para o território nacional, também elaborava um discurso voltado para o progresso de cunho universalizante. Ao criar uma simetria entre o passado e o futuro, o Museu se inseria num discurso moderno, onde a diferença entre o velho e o novo era possível de ser medida.

Vale ressaltar que em 1868 o Museu Nacional passou a ficar sob a responsabilidade do Ministério da Agricultura, sendo desde então reivindicadas reformas (e novas funções) para a instituição:

Com a reforma da Secretaria da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, este interessante e útil estabelecimento passou para o ministério a meu encargo. O Museu Nacional, no estado, em que se acha, não pode prestar o serviço e auxilio, que à sciencia e ás artes deve. Com um pequeno sacrificio, durante alguns annos, pode-se eleva-lo à altura de sua missão, sendo para isto tão somente necessária a aquisição de colleccção dos nossos tres reinos naturaes, que, dotando-o de tudo quanto respeita à historia natural, igualmente o habitem a obter productos estrangeiros por

⁵¹⁸ LOPES, Maria Margaret. O local musealizado em nacional – aspectos da cultura das ciências naturais no século XIX, no Brasil. In. *Ciência, Civilização e Império nos trópicos* [Organizaçã, Alda Heizer, Antônio Augusto Passos Vieira]. Rio de Janeiro: Acess, 2001, p.93-94.

⁵¹⁹ A reforma dessa repartição, autorizada pelo art. 20 da lei nº 2.640 de 22 de setembro de 1875, foi levada a cabo pelo Decreto n. 6.116 de 9 de fevereiro de 1876. Relatório apresentado à Assembleia Geral Legislativa na Primeira Sessão da Decima Sexta Legislatura pelo Ministro e Secretario dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas Thomaz José Coelho de Almeida. Rio de Janeiro: Typographia-Perseverança. 1877, p. 78.

⁵²⁰ FREITAS, Marcus Vinicius de. *Charles Frederick Hartt: um naturalista no império de Pedro II*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2002, p. 184.

meio de troca com o estabelecimentos analogos de outros paizes, avidos de manterem com elle este mutuo commercio.⁵²¹

A proposta do Museu era que este subordinado a outra instituição, o MACOP, que era o órgão responsável pela organização das Exposições Nacionais, e ao propor relação com outros museus, prática científica comum no século XIX, mostrava de forma clara um projeto de universalização do país, permitindo ampliar o comércio com outras nações, afinal o progresso passava pela circulação de capital. Mas as portas de entrada nesse comércio eram cada vez mais acirradas, sendo necessários alguns anos de reformas e planejamento para que o Museu pudesse dar sua contribuição. A ciência que se praticava no país almejava possibilitar práticas ditas modernas, ou melhor, através do saber científico buscava-se a inserção do país no comércio mundial e no tempo que o regia. Anos depois, a necessidade da reforma do prédio e sua função junto ao Ministério da Agricultura ficavam mais claras nos relatórios do MACOP:

Cresce todos os dias a necessidade de reforma radical neste estabelecimento que, embora já importante por suas riquezas, não está em condições correspondentes aos fins da sua instituição (...). A reunião desses objectos em um espaço limitado servirá sómente para os iniciados nos mysterios da sciencia, se não houver quem, zelando sua conservação, imcumba-se de demonstrar ao povo, em linguagem accomodada à sua intelligencia, as vantagens que a lição dos que se dedicaram ao ímprobo trabalho de observar a natureza e arrancar-lhe os segredos, tão recatadamente escondidos, pôde ministrar à industria, aos differentes ramos da agricultura.⁵²²

A associação entre Museu e ciência sob a tutela do Ministério da Agricultura também estava ligada ao projeto de desenvolvimento no país, que primava por modernizar a agricultura nacional. Aos Museus naturais cabiam as tarefas de colecionar, catalogar, mostrar e, principalmente, analisar e conhecer os “segredos da natureza” e dela se utilizar. Esse pensamento “utilitarista” e iluminista corroborava a experiência moderna do homem emancipado da natureza, ou melhor, da humanização da natureza pelo trabalho humano. Os

⁵²¹ Relatório apresentado á Assembleia Geral Legislativa na Primeira Sessão da Decima Quarta Legislatura pelo Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas Joaquim Antão Fernandes Leão. Rio de Janeiro: Typographia do Diario do Rio de Janeiro, 1869, p. 19.

⁵²² Relatório apresentado á Assembleia Geral Legislativa na Quarta Sessão da Decima Quarta Legislatura pelo Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas Barão de Itaúna. Rio de Janeiro: Typographia Universal de E. & Laemmert, 1872, p. 50.

museus associavam ciência e progresso num caráter civilizador, na medida em que serviam como instrumento de educação. Não seria tão aleatório que após a Exposição Pedagógica, realizada em 1883 no Rio de Janeiro, resultasse daí o Museu Escolar.⁵²³ Os museus tentavam tornar a ciência cultural mais didática, através de cursos profissionalizantes e exposições técnicas buscava-se tornar paupável e manipulável os instrumentos técnicos. Tentava-se articular uma formação pedagógica ao ato de expor. A palavra “conhecer”, na língua grega, deriva da palavra “ver”. Primeiro vemos e depois conhecemos.⁵²⁴

A reforma do Museu Nacional passava também por uma reformulação do conhecimento nacional sobre a ciência e o campo científico. Na tentativa de adequar os museus nacionais aos novos campos científicos, o Governo Imperial passou a usar as Exposições Universais como um dos motes para modernizar a ciência imperial.

No *Programa dos estudos cometidos aos membros adjuntos da comissão que tem de representar o Brasil na Exposição Universal de Viena*, elaborado pelo Ministério da Agricultura, constava a esta comissão deveria fazer estudos comparativos sobre a importância dos museus e sobre as facilidades de permutas de produtos e artefatos, e examinar quais eram os métodos empregados nos cursos públicos dos museus e qual deles conviria adotar no Museu Nacional, cabendo ainda coligir catálogos dos museus visitados.⁵²⁵ O programa e as propostas eram variadas e ambiciosas. Talvez o excesso de expectativa e as poucas condições efetivas de trabalho para o Museu tenham acabado por sobrecarregar a instituição, pois ainda em 1873 (ano da exposição de Viena) o diretor do Museu Nacional reclamava as iniciativas que “sequer poderá ter um estabelecimento científico desta natureza, cujos directores nada mais têm que sessenta e seis mil réis mensais

⁵²³ Relatório Apresentado á Assembleia Geral Legislativa na Segunda Sessão da Vigésima Legislatura pelo Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura do Imperio Barão de Mamoré. Rio de Janeiro: Imprensan Nacional, 1887, p. 81. Ressaltamos que essa Exposição foi realizada como preparatória a para a Exposição de Higiene e Educação realizada em Londres em 1884.

⁵²⁴ ARENDT, Hannah. *A vida do espírito: o pensar*. Lisboa: Instituto Piaget, 1997, p. 234.

⁵²⁵ Relatório apresentado á Assembleia Geral Legislativa na Segunda Sessão da Decima Quinta Legislatura pelo Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas José Fernandes da Costa Pereira Junior. Rio de Janeiro: Typographia Commercial, 1873, Anexo F, p. 7.

como a única retribuição de suas locubrações e inúmeras fadigas”.⁵²⁶ Se as condições das instituições científicas não eram das melhores, o mesmo não se dava no campo discursivo. O Governo Imperial investia mais no discurso que na prática para equipar o Museu com instrumentos necessários às pesquisas nacionais. Modernizar os Museus era dar-lhe instrumentos científicos e um corpo técnico capaz de inventar e manejar novos objetos.

Na Exposição de Viena, o Governo Imperial desejava buscar informações para “modernizar” o Museu Nacional. No catálogo enviado para essa exposição, o item relativo aos museus informa apenas que a função do Museu Nacional era “colleccionar e estudar todas as producções naturaes do paiz, e fazer prelecções publicas sobre as sciencias de que se occupa, diffundindo pelo povo conhecimentos theoricos e práticos”.⁵²⁷ Já na exposição seguinte, da Filadélfia em 1876, o discurso sobre os museus parecia concretizar o desejo esboçado em Viena: difundir conhecimentos teóricos e práticos tão úteis na formação de trabalhadores da “indústria agrícola”. A relação entre o Museu e as Exposições estava tão imbricada que quando houve a reforma deste, no ano de 1870, de imediato tentou-se atrelar as exposições à tutela do Museu, como lembrava seu diretor Ladisláu Netto, “a collecção mineralogica, apresentada na Exposição de 1862 [em Londres], foi em grande parte devida ao Museu Nacional cujo director constituiu-se, além disso, um dos mais uteis e mais activos auxiliares daquella festa altamente civilizadora”.⁵²⁸ O Museu deveria ser, portanto, um lugar de encontros, de preleções, lugar onde a prática e a teoria poderiam ser postas em uso.

As definições e os usos dados aos museus estavam em sintonia com o caráter civilizador, mas o problema era que, naquele momento, a monarquia brasileira ainda era escravocrata e com grande parte de sua população analfabeta. Daí serem comuns no período as várias escolas pertencentes a

⁵²⁶ Relatório apresentado á Assembleia Geral Legislativa na Sessão da Decima Quinta Legislatura pelo Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas José Fernandes da Costa Pereira Junior. Rio de Janeiro: Typographia Americana, 1874, Anexo L, p. 8.

⁵²⁷ *O Império do Brasil na Exposição Universal de 1873 em Viena d’Austria*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1873, p. 312.

⁵²⁸ Investigações Histórica e Scientificas sobre o Museu Imperial e Nacional do Rio de Janeiro acompanhada de uma breve noticia de suas collecções e publicadas por ordem do Ministerio da Agricultura pelo Dr. Ladisláu Netto director da seção de botânica do mesmo. Rio de Janeiro: Instituto Philomatico, 1870, p. 127.

associações que pretendiam modernizar o país, caso da escola noturna oferecida pela Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional. A instrução e a divulgação de novas descobertas feitas pelo jornal da SAIN tinha por meta instruir para o trabalho útil e eficaz, tanto para a agricultura quanto para a indústria. Periódicos especializados nesses assuntos circulavam no período, mas era através do plano demonstrativo que se buscava instrumentalizar o trabalhador.

Além do Museu Nacional, o catálogo que o país confeccionou para a Exposição da Filadélfia trazia ainda um item relativo à intenção da criação de um Museu Industrial. A proposta fora feita pelo Imperial Instituto Fluminense de Agricultura (órgão atrelado ao Ministério da Agricultura). O Museu constaria de quatro salas com as seguintes propostas:

A primeira sala servirá para a collecção de amostras das madeiras do Brazil, proprios para construcção naval, e civil, que for possivel obterem-se das provincias do Imperio. A estas amostras, convenientemente preparadas, e com as dimensõe necessarias, a fim de poderem ser bem estudadas; apreciadas, e classificadas scientificamente, addicionar-se-ha especial descripção sobre a natureza, e propriedade de cada uma; procedencia, e meios de acquisição; usos, e applicações, depois de seguros estudos acêrca de sua resistencia, e outras condições, que as tornem recommendaveis, de par com os resultados do exame comparativo, que se deve estabelecer, entre as madeiras do Brazil, e as de outras regiões. Correspondente á esta sala, e o mais perto que for possivel, haverá uma área de terreno, em que se tratará de plantar as respectivas arvores, para que possam ser, mais facilmente, conhecidas, e apreciadas as madeiras.

A segunda sala será destinada para exposição permanente de productos mais interessantes da grande, e pequena lavoura do Brazil, tambem com especial descripção, e circumstanciada noticia, acêrca da respectiva cultura; de seu progresso, e aproveitamento, e dos meios de melhora-la. O chimico da fazenda normal fará repetidas experiencias, sobre os preservativos mais efficazes, para a conservaço do milho; feijão; arroz, e outros productos susceptiveis de se deteriorarem, em curto espaço de tempo, em consequencia das variações atmosphericas, e da acção destruidora de certos insectos.

A terceira sala servirá para uma especie de exposição industrial, contendo artefactos provenientes de generos de producção nacional, quer seja esta espontânea, quer resultado da cultura. Ahí se organizarão collecções de fibras, e plantas textis que tanto abundam, nas florestas brazileiras, no intuito de vulgarisal-as, e fazer vêr o proveito, que, em muitos logares do Imperio, se obtém das ditas plantas para diversos usos, e o que, em larga escala, se póde d'ellas esperar, mediante processos aperfeiçoados.

A quarta sala será o deposito de todos os productos, que se puderem conseguir das provincias não comprehendidos nas classes anteriores, e pertencentes aos diversos reinos da natureza. Os gabinetes

são destinados, principalmente, para os que, alli, quizerem examinar, e estudar mais detidamente os productos existentes no Museu-Industrial.⁵²⁹

As ideias elaboradas pelo Museu Industrial podem ser resumidas nas palavras “ver” e “vulgarizar”. Aqui, a proposta do museu se confunde com a intenção das exposições nacionais: mostrar a potencialidade econômica das riquezas do Império do Brasil. Na verdade, a ideia da criação do Museu Industrial levado a cabo pelo Imperial Instituto Fluminense de Agricultura surgiu a partir da necessidade do Ministério da Agricultura de conseguir um prédio próprio para as Exposições Nacionais. A exposição nacional de 1861 foi realizada na Escola Politécnica; em 1866 no novo prédio destinado à Casa da Moeda; em 1873 realiza-se novamente na Politécnica (agora Escola Central) e em 1875 no novo prédio do Ministério da Agricultura.⁵³⁰

As funções exercidas pelo Museu Nacional passaram a demandar também espaços que possibilitassem a exibição das seleções feitas. As projeções para o Museu Industrial dão a entender as atribuições dadas aos museus: classificar. Da primeira à terceira sala, há definições claras como coleção de madeiras, passando por uma sala de exposição permanente de produtos agrícolas, por fim, uma sala destinada a exposições industriais. Mas o que chama atenção é que a última sala seria destinada como “deposito de todos productos, que se puderem conseguir das províncias não compreendidas nas classes anteriores”. As classificações dariam uma dimensão do território e principalmente colocariam em ordem as arbitrariedades da cultura comparando-as às regularidades das coisas da natureza, dando um lugar para cada objeto. E se a cada exposição a coleta dos “produtos da terra” aumentava, era necessário mais espaço para que mais coisas pudessem ser postas no inventário dos museus. Mas os objetos industriais ainda eram naturais. A natureza era a origem da riqueza nacional.

A frequência com que as exposições começaram a ocorrer e as dimensões que elas ganharam exigiam espaços apropriados ao evento. Em 1861 as visitas foram contabilizadas em 50.703 visitantes, e a venda de bilhetes de entrada renderam 15:367\$000. Em 1875 os visitantes somaram

⁵²⁹ *O Império do Brasil na Exposição Universal de 1876 em Philadelphia*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1875, p. 312-313.

⁵³⁰ TURAZZI, Maria Inez. *Poses e trejeitos: a fotografia e as exposições na era do espetáculo*. Rio de Janeiro: Rocco, 1995, p. 248.

67.568, gerando uma receita de 20:590\$000.⁵³¹ As Exposições Nacionais, para maior efetivação de suas propostas, precisavam não apenas de um prédio próprio, mas de exposições permanentes para dar estabilidade e visibilidade às riquezas provinciais e nacionais. Acompanhando o acontecer das exposições nacionais, é possível rastrear um pouco das demandas científicas gestadas no Segundo Reinado brasileiro, pois os prédios exigidos e não construídos para o Museu mostram quão frágeis eram os discursos de cunho universalizante no Brasil, onde as bases materiais eram frágeis demais. Embora o país se embasasse no modelo europeu de modernidade, não o fazia como se fosse uma folha em branco. Aqui as coisas aconteciam dentro de uma dinâmica própria a ser entendida. A nossa cópia tinha moldes originais. O Brasil era uma monarquia escravista, um Estado centralizador e com uma natureza a ser domesticada.

Em 1875 foi também realizada uma Exposição de Obras Públicas (junto à Exposição Nacional), tanto para mostrar os avanços materiais surgidos no país, como também para chamar a atenção de que o país precisava estar atento aos melhoramentos urbanos, sendo a cidade o resultado do trabalho do homem sobre o meio e não se poderia desvencilhar deste, pois “raras vezes a criação de uma cidade é resultado de causas fortuitas. Quer tenha sido rápida, quer lentamente desenvolvido, o grande centro de população é quasi sempre consequencia de circumstancias locais favoraveis ao commercio, á industria, ou a uma e outra conjuntamente”.⁵³² A ideia de pensar a cidade na Exposição de 1875 evidenciou as controvérsias de se criar um espaço para um museu permanente para as exposições nacionais.

Quem era contra a criação de um Museu permanente para as exposições argumentava que “lastimámos a infeliz idéa da construcção de um parque e palacio para a exposiçãõ de machinas. E aparelhos, que nenhuma vantagem offerecerá aos lavradores e industriaes, espalhados pela vastissima superfície deste paiz”.⁵³³ O autor do texto, publicado no *Jornal do Commercio*,

⁵³¹ AZEVEDO, Moreira de. *O Rio de Janeiro: sua historia, monumentos, homens notaveis, usos e curiosidades*. Vol. II. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1877, p. 265 e 269.

⁵³² Melhoramentos da cidade do Rio de Janeiro. Crítica dos trabalhos da respectiva comissão. Colleção de artigos publicados no *Jornal do Commercio* de 13 de fevereiro a 15 de abril de 1875. R. Vieira Souto. Bacharel em Sciencias phisicas e mathematicas e engenheiro civil. Rio de Janeiro, 1875, p. 5.

⁵³³ Idem, p. 123.

achava desnecessário investir em mais um espaço permanente na cidade quando os já existentes eram vazios, como o Passeio Público e outros parques. Parecia concordar que “a reunião desses objectos em um espaço limitado servirá sómente para os iniciados nos mysterios da sciencia”. Não se duvidava da função do museu, mas se exigia posições efetivas na melhoria da estrutura produtiva como um todo, pois:

Que diremos tambem da idéa de formar um parque e construir um vasto edificio, destinando-os á exposição permanente de machinas e aparelhos industriaes e agricolas? Julga a commissão que o estado de atrazo em que jazem a nossa lavoura e industria é proveniente da falta de um musêo de machinas e aparelhos? Póde-se por ventura esperar que os agricultores, espalhados pela vastíssima superficie do Brazil, emprehenderão uma viagem á corte para examinar o modelo de uma machina? Por nossa parte acreditamos que empregando o dinheiro em espalhar a instrucção industrial e agrícola por meio de escolas, publicações e livros profissionaes, bem como em auxiliar a abertura de novas vias de comunicação e a criação de bancos de credito rural, obteremos melhor resultado do que formando parques e exposição: que ahi ficaraõ esquecidos pelo nosso povo, por natureza pouco curioso.⁵³⁴

O autor concordava que a instrução seria a base necessária para viabilizar o progresso da agricultura e da indústria no país, devendo o dinheiro ser investido nesses setores. O Museu parecia não ter funcionalidade pois, diante da suposta “natureza pouco curiosa” do povo, o museu seria apenas um lugar para se distrair e não para aprender. Mas se a questão voltava-se para os intentos de “espalhar a instrução” agrícola e industrial, os museus seriam um lugar privilegiado para tornar as descobertas úteis ao alcance de todos. A proposta da criação do Museu não estava vinculada a ser um “depósito”, mas um lugar onde o tempo passado dialogava com o futuro, na medida em que se mapeava as riquezas nacionais e se calculava seus usos em benefício da nação. O Museu seria um vetor na divulgação das ideias de progresso no país.

Os defensores da criação do Museu responderam a essas notas em “Refutação da resposta à critica dos trabalhos da respectiva Commissão [da Exposição de Obras Públicas]”:

Tambem se esforça a commissão por provar que foi luminosa a idéa de um parque e palacio destinados á exposição de machinas e aparelhos agricolas. Em seu parecer não são as escolas, publicações e livros profissionaes os meios mais certos de instruir os nossos lavradores. A Grã-Bretanha, que tem 32.000:000 de habitantes concentrados em 314,000 kilometros quadrados, reconhecendo a efficacia daquelles meios,

⁵³⁴ Idem, p. 38-39.

completou-os com as exposições de machinas e aparelhos: logo o Brazil, que tem apenas um terço daquela população, espalhada por uma área vinte vezes maior, deve começar por onde os Inglezes terminarão (...). A escola, que instrue, educa e desenvolve a vocação; as publicações especiaes, que dão conta do progresso diariamente feito nas artes e sciencias; o livro, que em toda a parte penetra e por toda a parte nos acompanha como infallivel conselheiro são recursos de que não podemos tirar resultado; mas a exposição permanente, essa será productiva, porque obrigará o lavrador do norte e do sul do Imperio a effectuar uma dispendiosa viagem de 15 a 50 dias, afim de vir examinar a machina de que carecer.⁵³⁵

A resposta reafirmava a necessidade do Museu e usava argumentos obtidos na Inglaterra, o que mostrava quão deslocado o Brasil estava em relação às referências reais de progresso. O deslocamento para os ingleses, com suas redes ferroviárias, poderia ser realizado com mais frequência e menos custos. Além do mais, os britânicos já haviam realizado uma série de mudanças políticas, onde a educação, ou pelo menos, a alfabetização já estava bem mais adiantada que no Brasil. O Museu brasileiro, que deveria realizar as mesmas funções que os museus europeus, ainda seria muito discutido até ser finalmente esquecido. A querela que se desenvolveu ocultava também uma questão de ofício, uma vez que a Exposição de Obras Públicas tinha os engenheiros como organizadores e estes buscavam uma intervenção direta no espaço. A ciência proposta por esse grupo era de cunho técnico e não de distração ou contemplação. Os defensores do Museu reafirmavam a necessidade de uma exposição permanente como forma de estabilizar um discurso sobre a nação. A questão poderia ser posta também da seguinte forma: como planejar uma ação intervencionista na ausência de dados, quando as carências de informações, principalmente de estatísticas, acompanhariam a história do Segundo Reinado?

Embora a ideia de um prédio para o Museu Industrial e exposições permanentes ganhasse força após 1875, a intenção de se criar um espaço com essa finalidade já vinha sendo pensada desde 1855 pela Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, quando nessa instituição se discutia a aprovação de um novo estatuto. Entre as novas propostas constavam as funções às quais a SAIN se destinava e os meios de realizá-las:

⁵³⁵ Melhoramentos da cidade do Rio de Janeiro. Refutação da resposta à critica dos trabalhos da respectiva Commissão. Rio de Janeiro: 1876, p. 42.

Artigo 1 ° - A Sociedade Auxiliadora da Industria Nacional tem por fim promover por todos os meios ao seu alcance o melhoramento e a prosperidade dos diversos ramos da industria do paiz, e auxiliar o Governo sempre que por elle fôr consultada sobre todas as questões concernentes ao dito fim.

Art. 2.º - Para preencher seus fins terá a Sociedade: 1º. Uma escola pratica d'agriculturas. 2.º Cursos theòricos em que se desenvolvam as doutrinas e se expliquem os princípios sobre que se baseam as diversas industrias. 3º. Um museu industrial onde sejam recolhidos todos os objectos de industrias do paiz para que se possa estudar o estado e progresso de cada uma, e onde estejam devidamente classificadas collécções de todos os. productos brasileiros. Fará parte deste museu: 1º. Um gabinete ou deposito de machinas ou modelos. 2º. Uma bibliotheca especial composta de obras que tratem de questões industriais. 3º. Todos estes objectos estarem disponíveis ao publico em dias para isso designado. 4º. Uma exposição geral e parcial de productos geraes, industriaes, e artísticos nas epocas fixadas pela Assembleia Geral.⁵³⁶

Nos estatutos do MACOP havia a proposta de colecionar e expor produtos industriais e agrícolas.⁵³⁷ As exposições exigiam cada vez mais coleções, espaços e, por consequência, uma maior atenção na montagem e visualidade dos objetos. As várias instituições imperiais usavam dos museus como meio de produção de conhecimento. O IHGB também tinha seu “templo” para guardar tanto a história como a geografia da nação sobre as quais o instituto se propunha a escrever. Mas para descrever era também necessário ver os “diversos objectos interessantes, que de algumas províncias se lhe remettêrão em virtude de ordem expedidas pelo Governo”.⁵³⁸ O relatório enviado pela Comissão do Ceará para a Exposição Nacional de 1866 destacava a importância de um museu provincial que se dedicasse à História Natural, “onde o publico vê na fonte pratica da instrução, excita e desenvolve o gosto e aptidão para aquisição das cousas pátrias, e assim o prepara para bem comprehender o fim de uma exposição”.⁵³⁹

Importava nas exposições não apenas “juntar” objetos de naturezas diversas. A intenção do evento era mostrar os objetos de uma forma mais

⁵³⁶ *O Auxiliador da Industria Nacional*, 22 de julho de 1855, p.87.

⁵³⁷ *Collecção das leis do império do Brasil de 1861*. Tomo XXII, parte I. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1862, p. 129.

⁵³⁸ Relatório que se manda apresentar a Assembleia Geral Legislativa da Terceira Sessão da Decima Pimeira Legislatura pelo Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio Marques de Olinda. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1863, p. 13.

⁵³⁹ Relatório da exposição de productos agrícolas, industriais e de obras d'arte da província do Ceará remettidos pela respectiva comissão à comissão central do Rio de Janeiro, p. 431-437. In: Rego, Antonio José de Souza. Relatório da 2ª Exposição Nacional. Vol. 2. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1869, p. 436.

instrumentalizada ou utilitária. Aqui o regime de visibilidade das coisas faz toda diferença, pois a visão daria uma dimensão imaginária e lúdica, até mesmo instrutiva dos eventos expositivos. O visível portava também o invisível na medida em que jogava com a imagética dos objetos. O didatismo das exposições se apresentava como uma “aula de coisas úteis”:

Uma Exposição para despertar curiosidade e promover interesse entre os milhares de indiferentes que a visita deve procurar revestir um carácter artístico, ter um cunho seductor que obrigue os meros curiosos a deterem-se, para examiná-la. Se bastasse a simples apresentação dos productos e artefactos sem nenhum atractivo pitoresco tanto valia ir visita-lo nos armazéns e nas officinas.⁵⁴⁰

Na Exposição Nacional de 1875, as oficinas pareciam ir até as pessoas:

As pessoas que assistirão aos trabalhos de tintura na estamperia de sedas, a bonificação do café pelo concussor Ribeiro e aparelho Roquette, ao fabrico do panno de algodão, das flores de penna, de rendas do paiz, de flores e ornamentos de assucar para pães de Lott, de moveis de vime, de gelo artificial, de mobílias, de sapatos por meio de machinas a vapor, de esmalte a fogo sobre ouro e porcellana, de chapeos do Chile e de pello de seda, de impressão de cartões, de gaz, ar, de cerâmica, de fiação de seda, aprenderão em poucas horas o que longos dias não lhes farião comprehender.⁵⁴¹

Doris Kosminsk chama a atenção para o fato de as exposições universais (e nacionais) servirem de ferramenta na composição visual moderna, sendo que no século XIX esse “regime de visualidade” passava também pelo compartilhamento de experiências coletivas, na qual os participantes compunham uma comunidade. A autora cita o texto da Exposição Pan Americana de 1901, que dizia: “Por favor, ao passar por estes portões, lembre-se que você é parte deste show”.⁵⁴² A exposição que instruíra parecia juntar todos numa “comunidade de sentidos”, mostrando aos visitantes objetos de lugares distantes, atrelando numa única experiência a diferenciação do espaço nacional e domesticando a diversidade interna. Esse “olhar” seria também uma visão panorâmica do progresso industrial alcançado pelo país, que dispostos e organizados ao alcance de qualquer operário no museu industrial acabaria por ser um estímulo na formação profissional dos sujeitos através de ensinamentos demonstrativos.

⁵⁴⁰ *O Auxiliador da Industria Nacional*, 12 de dezembro de 1884, p.270.

⁵⁴¹ *O Auxiliador da Industria Nacional*, 01 de janeiro de 1876, p.20.

⁵⁴² KOSMINSK, Doris Clara. *O olhar inocente é cego: a construção da cultura visual moderna*. Tese (Doutorado Artes e Design) - da PUC – Rio, Rio de Janeiro: 2008, p. 221.

Após sua reforma, o Museu Nacional passou a publicar a revista *Archivos do Museu Nacional*. Argumentava-se que com essa reforma “deixou o Museu de ser sómente o repositório de muitas riquezas para se constituir também agente activo da civilização”.⁵⁴³ Os *Archivos* se constituíram na primeira revista científica sistemática dedicada às ciências naturais no país, reafirmando seu caráter científico.⁵⁴⁴ Se por um lado o projeto modernizador se efetivou no Museu Nacional, a mesma sorte não se daria com o Museu Industrial, que entraria na lista daquelas obras tão propaladas no Segundo Reinado, mas que se efetivaria no início da República. O “ato de civilização” que era destinado ao Museu Industrial também era uma daquelas ideias vindas de fora e que não vingou nos trópicos. Isso não significa que elas eram totalmente deslocadas ou inviáveis, apenas requeriam pequenas adaptações que fugiam às vezes da ideia original. A publicação que se tornou agente de “civilização” modernizava, ao divulgar, as práticas científicas do país. Ao atualizar as últimas descobertas científicas, mobilizava-se tempos e espaços, dando ao Museu uma função de atualização temporal.

A proposta da criação do Museu Industrial surgiu logo após a integração do Museu Nacional ao Ministério da Agricultura, e tomaria fôlego com o passar da Exposição de 1875, quando o prédio do MACOP sediou a exposição. A ideia ganharia novos contornos a partir de 1881 com a participação do Brasil no Congresso do Comércio e da Indústria realizado na Bélgica. O governo brasileiro resolveu aderir às sugestões dos belgas na tentativa de articular a criação de um museu comercial com o intuito de propagar e tornar presentes o interesse pela produção industrial:

O plano do Museu é mostrar, em grande numero de artefactos, todas as suas transformações desde a planta até ao feitiço, e ao mesmo tempo oferecer, systematicamente colligidos, todos os dados necessários ao estudo dos specimens expostos e ao exacto conhecimento de tudo quanto interessar á observação, quer sob o aspecto scientifico, quer sob o aspecto industrial ou commercial.⁵⁴⁵

⁵⁴³ Relatório apresentado á Assembleia Geral Legislativa na Primeira Sessão da Decima Sexta Legislatura pelo Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas Thomaz José Coelho da Silva. Rio de Janeiro: Typographia Perseverança, 1877, p. 79.

⁵⁴⁴ LOPES, Maria Margaret. O local musealizado em nacional – aspectos da cultura das ciências naturais no século XIX, no Brasil. In. *Ciência, Civilização e Império nos trópicos* [Organizaã, Alda Heizer, Antônio Augusto Passos Vieira]. Rio de Janeiro: Acess, 2001, p. 88-89.

⁵⁴⁵ *O Auxiliador da Industria Nacional*, 04 de abril de 1881, p.184.

Ainda em 1881, acontecia a Exposição Nacional, preparatória para a Exposição de Buenos Aires. Novamente o prédio cedido para o evento foi o do Ministério da Agricultura. Mas as propostas sobre o Museu Industrial não estavam mortas, apenas em descompasso com as promessas. A construção (e conclusão) do Museu Industrial fora planejada logo após a Exposição Universal de Viena e constaria ainda no catálogo da Filadélfia em 1876. No Relatório do Ministério da Agricultura apresentado em 1874 constava que o novo edifício ia já muito adiantado e teria o comprimento de 54 metros, contendo 4 quartos para estudos e trabalhos científicos, 4 salas, cada uma com 18 metros de comprimento e 108 metros quadrados de superfície, além do vestíbulo e de certos ornamentos, e que se estava trabalhando para dar brevidade à obra.⁵⁴⁶

Entre breves citações e silenciamentos, os relatórios vão dando notícias sobre a construção do prédio, até que o relatório de 1884 anuncia que dentro de meses poderia ser o museu inaugurado em edifício apropriado, localizado na vizinhança do Jardim Botânico, “tendo de ocupar a área de 1.200^{m2}. O edifício cuja construção vai adiantada terá de 100^m de comprimento sobre 12 de largura, com seis salas e outros compartimentos de menores dimensões”.⁵⁴⁷ O Museu, que vinha sendo anunciado como em andamento e quase em fase de entrega, acabou por não ser concluído. O relatório do Ministério da Agricultura apresentado em 1889 traz o desfecho da longa promessa de construção do Museu. A história (ou o museu) que não aconteceu deixou muitas intenções e pouca efetivação:

Reconstrução completa, aproveitando-se apenas algumas paredes, do edifício que estava a desabar, e era destinado ao museu industrial. Foi demolida uma grande parte, segundo a deliberação do Ministerio a cargo de V. Ex. que, por sua vez, autorisou esta directoria a aproveitar o material que pudesse ser empregado na construção. Assim se fez, e o Imperial Instituto não trepidou em collocar madeiramento todo novo, para ter vastas

⁵⁴⁶ Relatório apresentado á Assembleia Geral Legislativa na Terceira Sessão da Decima Quinta Legislatura pelo Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas José Fernandes da Costa Pereira Junior. Rio de Janeiro: Typographia Perseverança, 1874, Anexo B1, p. 11.

⁵⁴⁷ Relatório apresentado á Assembleia Geral Legislativa na Quarta Sessão da Decima Oitava Legislatura pelo Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas Affonso Augusto Moreira Penna. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1884, p. 60.

salas onde estabeleceu um bom laboratório analytico e pretende aproveitar para outras collecções, almoxerifados, etc.⁵⁴⁸

Com a instalação do regime republicano e do federalismo, a obtenção de dados dos Estados, que já era difícil, piorou ainda mais, uma vez que o federalismo imposto pelo novo regime deixou ainda mais frouxa a relação entre os estados e entre estes e a capital do país.⁵⁴⁹ O caráter comercial do Museu Industrial estava relacionado ao didatismo na divulgação de novas tecnologias, uma vez que as invenções tecnológicas eram ainda incipientes no Brasil e menor ainda era a habilidade de grande parte da população no uso de novos aparelhos. O país se via atrasado em sua capacidade produtiva. O prédio, em sua materialidade, não se efetivou, mas as exposições nacionais que continuaram (de forma mais esporádica) a acontecer no início da República brasileira e a necessidade de se inventariar a riqueza nacional continuaram a existir, exigindo suportes estruturais de forma mais efetiva

Apresentado em 1886, O Relatório do MACOP ressaltava a importância do museu para a indústria nacional:

A criação dos museus industriaes não pode merecer menos a vossa solicitude pelas vantagens que offerecem aos proprios fabricantes e aos consumidores. Ao passo que servem para o estudo comparado dos diversos generos da industria, prestam-se ao mesmo tempo, transformando-se, de certo modo, em uma exposição permanente para exhibir diante dos consumidores os artefactos de que precisam. Tal é, em minha opinião, o principal auxilio que os poderes públicos devem dispensar á industria do império; outros quaesquer não terão a mesma influencia, porque não irão actuar sobre a causa do mal que todos lamentamos, a imperfeição das manufacturas e a ignorância dos novos processos e das novas applicações industriaes. E tanto isso é verdade que as leis das patentes de invenção e das marcas de fabrica e de commercio, assegurando direitos e garantindo privilégios, têm sido inefficazes, e pouco hão concorrido para o progresso da industria nacional.⁵⁵⁰

Buscava-se entre as muitas possibilidades ofertadas pelo Museu suprir a carência de tecnologia do país. Mas se a lei de patente de 1830 havia sido substituída por outra na década de 1870, por que esta não trouxe o tão desejado progresso ou as mudanças estruturais internas no país? O Brasil

⁵⁴⁸ Relatório apresentado á Assembleia Geral Legislativa na Quarta Sessão da Vigésima Legislatura pelo Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas Rodrigo Augusto da Silva. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1889, p. 48.

⁵⁴⁹ SENRA, Nelson. *História das estatísticas brasileiras: estatísticas legalizadas (1889-1936)*, Vol. II. Rio de Janeiro: IBGE, 2006.

⁵⁵⁰ Relatório apresentado á Assembleia Geral Legislativa na Primeira Sessão da Vigésima Legislatura pelo Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas Antonio da Silva Prado. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1886, p. 43.

pode até ter “feito seu dever de casa”, mas a entrada no “mundo civilizado” não era apenas uma questão de ter ou não tecnologia. O problema é que o protecionismo entre as grandes potências europeias e a americana se acirrou cada vez mais. O protecionismo praticado em fins do século XIX deixava pouco espaço para os países fornecedores de matéria-prima, como no caso do Brasil. Como observou Eduardo Galeano, “o desenvolvimento é uma viagem com mais naufragos do que navegantes”.⁵⁵¹

As funções de um Museu industrial atrelado às propostas das exposições nacionais continuariam, mesmo com a mudança do regime monárquico para o republicano. Nesse momento de virada de século, os projetos de desenvolvimento para o Brasil pareciam voltar-se mais para a política norte-americana que para a europeia. No novo cenário geopolítico aconteceu nos Estados Unidos a Exposição Comercial da Filadélfia, reativando a proposta do Museu. O relatório do agora “Ministério de Estado dos Negócios da Indústria, Viação e Obras Públicas”, apresentado em 1900, traz no tópico “Exposições Agrícolas e Industriais” a seguinte proposta:

Reconhecendo, entretanto, a vantagem do concurso de nosso paiz á exposição levada a effeito pelo Museu Commercial de Philadelphia, em outubro ultimo, e com o fim de obter remessa de abundantes e condignas amostras de nossos principaes productos, destinados á exportação, resolveu o Ministerio, ora a meu cargo fazer apello aos Governadores e Presidentes dos Estados, a varias autoridades federaes e municipaes, a companhias e empresas diversas no sentido de prestarem, pelo melhor modo, o seu auxilio áquelle certamen.⁵⁵²

Como intermediário e incentivo para a criação do Museu Comercial e com a intenção de contribuir no “desenvolvimento commercio, lavoura e industria”, foi criado no Rio de Janeiro em 1899 uma filial do *Museu Commercial de Philadelphia*, feito realizado junto à Associação Comercial, em cujo edifício se achavam em exposição permanente variados produtos.⁵⁵³ Para a Exposição Comercial da Filadélfia (realizada em outubro de 1899) foram expedidas ordens para os estados e municípios enviarem produtos a partir de duas categorias: produtos da natureza brasileira e publicações sobre o país. A

⁵⁵¹ GALEANO, Eduardo. *As veias abertas da América Latina*. Porto Alegre: L&PM, 2011, p. 243.

⁵⁵² Relatório apresentado ao Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil pelo Ministro de Estado dos Negocios da Industria, Viação e Obras Publicas Alfredo Eugenio de Almeida Maia. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1900, p. 63.

⁵⁵³ Idem, p. 63.

finalidade desses produtos, como bem ressaltava o ofício transcrito no relatório, era fomentar o comércio entre Brasil e Estados Unidos. Pedia-se ainda que cada expositor especificasse o máximo possível os dados sobre os produtos enviados e as melhores condições de compra dos mesmos. Procedência, quantidades que podiam ser fornecidas, preços de embarque pelos portos eram algumas das informações solicitadas. O ofício era claro sobre a tipologia dos produtos:

A – de amostras das diversas espécies de madeiras, cascas, folhas, fructos, sementes, raízes, resinas, fibras, lãs, sedas, algodões, couros crus e curtidos, peles, materias corantes e para cortume, productos alimentícios, oleos mineraes, vegetaes e animaes, plantas e drogas medicinaes e odoriferas, borracha, mineraes, etc.

B – de mappas, cartas, estatísticas, monographias, relatorios de Associações Commerciaes, Industriaes, de Credito, de Companhias de Estradas de Ferro e de Navegação, catalogos de obras referentes ao Brazil, preços correntes no mercado e emprego dos diversos productos enviados, e tudo quanto possa dar a conhecer o seu valor commercial e industrial.⁵⁵⁴

Tentava-se não apenas mostrar as riquezas naturais do país, mas encerrá-las dentro de uma imagética própria. Numa relação entre as palavras e as coisas, estabelecia-se um sistema de referências entre a riqueza e a nação, ou melhor, uma nação onde a natureza era potencial. A nação brasileira, ao mostrar a opulência de seu território, também mostrava, através de uma narrativa, que as bases materiais do país estavam em sintonia com a ordem capitalista, que necessitava de certas territorialidades para se desenvolver. Ao se pedir dados comerciais sobre o país através das publicações, cumpria-se o resultado mais imediato da primeira Conferência Pan Americana em Washington em 1889. Embora as propostas americanas de estabelecer moeda comum e uma união aduaneira entre os vários países do continente foram embargadas principalmente pela Argentina. Mas enquanto outras conferências não aconteciam, os Estados Unidos “mapeavam e liam” sobre o que havia ao sul do Equador.⁵⁵⁵

A própria ideia de criação do Museu Comercial da Filadélfia parece ter surgido depois da Exposição de Chicago. Após a visita de Willian Wilson,

⁵⁵⁴ Idem, p.63.

⁵⁵⁵ DORATIOTO. Francisco. O Brasil no mundo: idealismos, novos paradigmas e voluntarismo. In: O Brasil no mundo: idealismos, novos paradigmas e voluntarismo. In: *Abertura para o mundo* (1889-1930). Coordenação Lilia Moriz Schwarcz. Rio de Janeiro: Objetiva, 2013, p.135.

professor de botânica da Universidade da Pensilvânia, este resolveu guardar “as lições” expostas nos diversos pavilhões.⁵⁵⁶ Mais que guardar as lições para depois lembrá-las, pretendia-se guardar essas riquezas, uma vez que a proposta do museu comercial já vinha sendo elaborada por outros países como a França, onde, após a Exposição Universal de 1889, surgiu a proposta de se criar um Museu Comercial em Paris com produtos mineiros através da Sociedade de Geografia Econômica do Estado de Minas Gerais.⁵⁵⁷ Os museus comerciais cumpriam a função de cartografar o mundo, especializando os espaços geológicos e geográficos das mais diversas partes do globo, permitindo o fluxo de informações e capitais e estruturando a luta imperialista e sua busca desesperada por mercados.

E seria justamente o Museu Comercial que encontraria ecos no início do governo republicano, ao contrário do Museu Industrial, que deixou muito rastros e pouca efetivação. A experiência do Museu da Filadélfia seria retomada em 1906, quando o Congresso Nacional, através do Ministério do Estado da Indústria, Viação e Obras cedeu a quantia de 25:000\$ para o Museu, que ficou a cargo do diretor da Academia de Comércio, sendo inaugurado no ano seguinte juntamente com um Gabinete de Informação e a Biblioteca do Museu.⁵⁵⁸ Dentre suas atividades constavam a capacitação sistemática de informações; coleta de amostras dos produtos nacionais; serviço de divulgação de produtos poucos conhecidos; serviço de publicação e auxílio à Exposição Nacional de 1908. Dentre outras funções, o Museu ia “adquirindo, classificando, analisando e distribuindo amostras dos variados espécimes da produção nacional”.⁵⁵⁹

As funções exercidas pelo Museu Comercial não só iam na mesma direção das Exposições como a elas se fundiam, pois este Museu seria responsável pela Exposição Nacional de 1908, que comemorava a abertura

⁵⁵⁶ SANTOS, Paulo Coelho Mesquita. O Brasil nas Exposições Universais (1862-1911): mineração, negócio e publicação. Dissertação (Mestrado defendido no Programa de Pós-Graduação no Instituto de Geociências) - Universidade Estadual de Campinas-SP, 2009, p.36.

⁵⁵⁷ Idem, p. 33.

⁵⁵⁸ Relatório apresentado ao presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil pelo Ministro do Estado da Industria, Viação e Obras Publicas Miguel Calmon Du Pin e Almeida no anno de 1908, 20º da Republica, Vol. I. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional 1908, p. 5.

⁵⁵⁹ Relatório apresentado ao presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil pelo Ministro do Estado da Industria, Viação e Obras Publicas Miguel Calmon Du Pin e Almeida no anno de 1909, 21º da Republica, Vol. I. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional 1909, p. 13.

dos portos do Brasil ao estrangeiro. E era para o exterior que o Museu voltava também suas ações, visando exposições de produtos nacionais em outros países e realizando permutas seja de produtos ou de informações. Nos relatórios do Ministério do Estado da Indústria, Viação e Obras Públicas há uma lista de museus comerciais espalhados pelo mundo com os quais o Brasil manteve uma relação constante, destacando-se o Museu Comercial de Trieste (a ideia de uma exposição de produtos brasileiros nessa cidade foi adiada em 1908 devido aos preparativos para a Exposição Nacional, mas de imediato o governo brasileiro enviou os produtos solicitados pelo referido Museu). Foram remetidos 91 caixotes contendo algodão, cera de carnaúba, borracha, fumo, couros, madeiras, minerais, café, plantas medicinais etc.⁵⁶⁰

Ao mesmo tempo em que se investia na “divulgação” dos produtos brasileiros através do Museu Comercial, era exigido também a coleta e difusão entre os demais estados da confederação, sendo que a ideia de museus locais e exposições permanentes ganhariam um novo reforço. Em 1908 a questão relacionando “Museus Regionais” e “Exposições do Museu [Comercial]” aparecem juntas no Relatório do Ministério do Estado da Indústria. Por um lado, estimulava-se os museus regionais “com o fim de facilitar a sua propaganda, tornando mais prompta e completa a collecta de amostras e informações sobre os recursos naturais do país” e ainda, segundo o relatório, caberia ao próprio Museu Comercial promover exposições por Estado.⁵⁶¹ A finalidade última dessas exposições seria a montagem de uma exposição permanente no Rio de Janeiro. Os eventos seriam destinados a promover os produtos nacionais quanto estrangeiros, pois, de acordo com as medidas tomadas, a alfândega da Capital federal estaria livre de impostos na importação de amostras de produtos estrangeiros em caso de exposições permanentes.⁵⁶² O Museu Comercial encontraria um alentado desenvolvimento na Exposição Nacional de 1908, onde se fez um primeiro balanço econômico da nação brasileira.

⁵⁶⁰ Idem. p, 29.

⁵⁶¹ Relatório apresentado ao presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil pelo Ministro do Estado da Industria, Viação e Obras Publicas Miguel Calmon Du Pin e Almeida no anno de 1908, 20º da Republica, Vol. I. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional 1908, p. 12-15.

⁵⁶² Relatório apresentado ao presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil pelo Ministro do Estado da Industria, Viação e Obras Publicas Miguel Calmon Du Pin e Ameida no anno de 1909, 21º da Republica, Vol. I. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional 1909, p. 35.

Em inícios da década de 1930 o escritor brasileiro Monteiro Lobato, em viagem pelos Estados Unidos, especificamente na Filadélfia, escreveria de forma fictícia sobre sua visita ao país dos ianques. Lobato cria uma narrativa para o evento. O narrador é convidado por um anfitrião a visitar o então Museu Comercial. O registro da personagem foi o seguinte:

- Quer ver o Museu Comercial? Existe lá uma seção de seu país que talvez o interesse, sugeriu o Mr. Slang. Paramos na grande cidade para ver o que havia ali de Brasil. Artes de D. Pedro II. Tinha o grande monarca a mania de interessar-se por sua terra. – daí o baniram-no, como castigo. Naquele Museu, um tanto antigo, vimos a embolorada seção brasileira, com tudo quanto o Brasil podia apresentar ao estrangeiro naquela época. Espantoso! Eram as mesmas coisas que se pode apresentar hoje (...). Minerais, fibras, tralha de índios, café (café não valorizado), borracha, os nossos eternos produtos coloniais, eterna colônia produtora de matéria prima que somos⁵⁶³ [Grifo nosso].

A crítica de Lobato se instalava em outro contexto, onde os projetos de desenvolvimento da nação e a ideia de indústria eram também diferentes. Mas ao afirmar com espanto que os produtos lá expostos “eram as mesmas coisas que se pode apresentar hoje”, Lobato nos remete à seguinte pergunta: será que nada havia mudado na virada do século e nos cerca de trinta anos que separavam o evento e a visita do escritor ao Museu Comercial? Claro que a virada do século não teria como consequências mudanças imediatas, uma vez que as mudanças sociais não obedecem aos cortes do calendário. Mas o país mudara com o advento da República e o mundo mudara após a I Guerra Mundial.

Ao citar D. Pedro II e o castigo que este obteve “por interessar-se por sua terra”, Lobato sugere o seu desencanto com o governo republicano que nasceu prometendo “civilidade”, mas que ao ser forjada sem a participação do povo virou mais uma promessa que não vingou em nossa longa história de exclusão social, em que o país é pensado para o povo, mas sem o povo. Lobato parece se ater à república que nunca abraçou seu filhos, e lembra de um monarca que, apesar de tudo, deixou junto à filha que libertou os escravos uma imagem mais cordial. Podemos elaborar melhor as críticas feitas por Lobato analisando outra observação, feita pelo cearense Aldolfo Caminho ainda no século XIX.

⁵⁶³ LOBATO, Monteiro. *Obras Escolhidas*. América. Vol. 9. São Paulo: Editora Brasiliense LTDA, 1957, p.75.

Enquanto guarda-marinha, Adolfo Caminha participou da comissão responsável por apresentar o navio *Almirante Barroso* na exposição Internacional de Nova Orleans (Estados Unidos), acontecida em 1886. Dessa experiência seria publicado, em 1894, como diário de viagem, o livro *No país dos ianques*. A finalidade dessa viagem era mostrar o próprio navio, o progresso e a genialidade dos brasileiros no país que era modelo de tudo isso. O autor assim narra o episódio:

O Brasil — é triste dizê-lo — fizera-se representar de modo bem insignificante. Brilharíamos pela ausência, se o Governo não tivesse a lembrança de mandar o Almirante Barroso. Amostras de madeiras, café em grão, fumo, artigos de borracha, constituíam os principais produtos brasileiros expostos à curiosidade dos visitantes de quase todas as partes do mundo civilizado. O pavilhão do Brasil deixava-se ficar em plano inferior aos das outras nações, como se fôssemos um pobre país, cujos produtos não valessem a pena de ser expostos num certame internacional! Daí, talvez, o assombro dos americanos ao verem o Almirante Barroso, esse esplêndido vaso de guerra de envergadura possante, capaz de resistir aos mais fortes temporais e que eles, os estrangeiros, duvidavam fosse obra nossa. — Como? Pois no Brasil também se fabricam navios de guerra? Está muito adiantado o Brasil! E repetiam com um ar de dúvida e de ironia medindo de alto a baixo e de popa a proa o majestoso cruzador, que balouçava de leve sobre o Mississipi: — Está muito adiantado o Brasil!⁵⁶⁴[Grifos no original].

Tanto na Exposição de Nova Orleans de 1886 quanto na Exposição Comercial de 1899 e nos reclames de Lobato em 1930 os produtos de exportação como café, madeira e algodão são as repetições que tomam a cena. Essa constante retomada da natureza como sendo a riqueza nacional pode não ser tão acidental. A imagem que o Brasil divulgava para o mundo era a de suas potencialidades naturais, daí, segundo Adolfo Caminha, o espanto dos americanos quando viram um navio de guerra sendo produzido no Brasil, por brasileiros e com recursos tecnológicos nacionais:

E quando afirmávamos que a máquina do *Barroso* era de ferro Ipanema e d'outros metais brasileiros, que todo o navio, da popa à proa, era construção inteiramente nacional, subia de ponto a surpresa dos nossos vizinhos. O quê! No Brasil já se constroem navios de guerra? — It is impossible!... E toda a população, tomada de um quase espanto, duvidando, talvez, da nossa habilidade, afluía ao cais!⁵⁶⁵ [Grifo no original].

⁵⁶⁴ CAMINHA, Adolfo. *Tentação/No país dos ianques*. Rio de Janeiro: J. Olimpio/Fortaleza: Academia Cearense de Letras, 1979, p. 140.

⁵⁶⁵ Idem, p. 142.

O que parecia impossível não era a produção do navio de guerra no Brasil, mas sim um país que em todas as exposições compunha seu cenário com a mais exótica flora e fauna pudesse agora aparecer com outra imagem e tentando compor outra paisagem. A “corrida” dos americanos para o cais não se devia à simples presença do navio, que para eles não era novidade, mas para certificar-se de que havia outras coisas no Brasil além de florestas e tropicalidade. O navio estava no porto e os produtos nacionais expostos no pavilhão brasileiro. No cenário discursivo entravam novos elementos como frutas e ferro. Havia mudanças dentro de uma longa história de permanências, onde a natureza permanecia no centro das discussões.

Sobre o Almirante Barroso, ele era movido a propulsão mista (vela e vapor), pesava 2.050 toneladas, tinha 71 metros de comprimento, comportava 340 pessoas e era equipado com seis canhões e dez metralhadoras.⁵⁶⁶ Apesar dessa nova composição, as palavras ditas pelo geólogo Capanema em 1855, quando de sua participação na comissão que fora enviada à Exposição Universal de Paris naquele ano em que o Brasil “brilharia pela ausência”, foram retomadas em 1886 por Adolfo Caminha e também poderiam ser ditas por Lobato em 1930. Havia uma insistência reiterada em mandar para as exposições internacionais os mesmos produtos que eram a pauta de exportação nacional. Os eventos corroboravam ainda mais a “vocação agrícola” do Brasil do que mostravam os avanços tecnológicos obtidos no país.

Parece haver em Capanema, Adolfo Caminha e Lobato uma coincidência e uma crítica compartilhada por todos. Ao mesmo tempo (e em momentos diferentes) em que eles questionavam “os nossos eternos produtos coloniais”, acabavam também por reforçar a imagem de um país cuja principal riqueza era a natureza. Capanema, quando compunha a Comissão Científica que esteve no Ceará, advogava um maior uso das riquezas provinciais (tão desleixados para com os produtos inexplorados). O que estava em questão era a natureza nacional, mas o que se criticava não eram os abusos cometidos em seu nome, mas a ausência do uso instrumental sobre a mesma, pois o Almirante Barroso, motivo de orgulho de Adolfo Caminha, era feito tanto por

⁵⁶⁶ MELLO, Custódio José de. *Vinte e um meses ao redor do planeta: descrição da viagem de circum-navegação do cruzador Almirante Barroso*. Rio de Janeiro: Cunha & Irmãos Editores, 1896.

tecnologia nacional como pelos minérios dos quais o Brasil era tão rico. Questionava-se na verdade a parca força produtiva do país diante de uma natureza tão exuberante e promissora. Mas para domesticá-la, seriam necessárias técnicas modernas, instituições científicas, constantes publicações que atualizassem as mais recentes descobertas. Domesticar a natureza passava também pelo domínio da política e sua esfera pública.

Lobato, em inícios do século XX, escreveria em seus contos infantis do “Sítio do Pica Pau Amarelo” um cenário onde, desde cedo, as crianças entravam no mundo mágico das florestas nacionais e sua vasta imponência tropical e discutiria ainda, em seus contos, a possibilidade de que o país explorasse e nacionalizasse o petróleo.⁵⁶⁷ Já Adolfo Caminha, de forma emblemática, fez de seu diário de viagem um roteiro comparativo entre o norte e o sul do continente americano e, apesar de criticar a participação do Brasil em Nova Orleans, apostava no progresso da República brasileira e investia no futuro de suas potencialidades naturais:

Anuncia-se para o ano vindouro uma Universal Great Exhibition, nos Estados Unidos, cujo sucesso irá rivalizar, talvez, com o da Exposição Universal realizada há meses em Paris e notável pela colossal e tão célebre Torre Eiffel. Nenhuma razão assiste para que a grande nação da América do Sul, o Brasil, não se faça representar com todo o brilho de sua incontestável riqueza. Agora que somos república, torna-se duplamente preciso que patenteemos ao mundo inteiro a infinita variedade de nossas produções agrícolas, a opulência invejável da flora brasileira e da indústria já bastante adiantada deste belíssimo país, cuja natureza extasiou Humboldt, Agassiz e tantos outros sábios da Europa. Se cada Estado souber cumprir seu dever não poupando esforços para esse nobilíssimo fim, certo desta vez não teremos que corar perante as outras nações como nos tempos do anacrônico império do Sr. D. Pedro II.⁵⁶⁸

Caminha faz uma retomada entre tempo e narrativa. Escrevia suas memórias sobre a Exposição, que ocorrera ainda no período imperial, mas que era agora lembrada nos anos iniciais da República. Ele parte de um descrédito para com o “anacrônico Império” que não soube concretizar, ou melhor, não soube fazer o progresso acontecer. Mas de lacunas também viveria a história republicana brasileira. A criação do Centro Industrial do Rio de Janeiro, em

⁵⁶⁷ CARVALHO, Daniel Alencar de. De volta ao Reino das Águas Claras: natureza e nacionalismo e progresso na literatura infantil de Monteiro Lobato. In. *Natureza e Cultura: capítulos de História Social*. Kenia Rios, Ana Isabel [et al]. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2013, p. 64.

⁵⁶⁸ CAMINHA, Adolfo. *Tentação/No país dos ianques*. Rio de Janeiro: J. Olimpio/Fortaleza: Academia Cearense de Letras, 1979, p.142.

1904, trará em seu estatuto propostas de “uma exposição permanente, um museu de matérias-primas nacionais, conferências e cursos livres, exposições periódicas a cada cinco anos, congressos econômicos e industriais”.⁵⁶⁹ As exposições e o museu novamente ficaram relegados como tantas outras ideias do Império, que foram retomadas e esquecidas na República, confirmando o destino de “eterna colônia que somos”. As críticas de Caminha incidem não apenas sobre os produtos expostos, mas no regime político que o país possuía à época da exposição. Os “tempos do anacrônico império do Sr. D. Pedro II” havia passado e “agora que somos república” caberia dar ao mundo uma nova imagem do Brasil: republicano e moderno. O desencanto de Caminha pode ser explicado pelo fato de a República brasileira não ter cumprido o que prometia, pois, “o republicanismo era, portanto, um conceito de movimento, que cumpria na ação política aquilo que o progresso prometia na história”.⁵⁷⁰

As exposições feitas pelos três autores citados mostram os usos da natureza na tentativa de compor o “processo do progresso nacional”. Os discursos e os objetos que comporiam o Museu Industrial seriam idênticos aos reclames feitos por Capanema, Adolfo Caminha e Monteiro Lobato. O Museu seria composto principalmente por essa tensão entre o passado de Capanema e o futuro de Lobato, ou melhor, pelo futuro desejado por Caminha e o passado desdenhado por Lobato e ironizado por todos eles. Se os Museus colecionavam e mostravam uma história de acúmulos e projetos, a natureza nacional se enquadraria nessa tensão entre o mostrado e o desejado, entre o passado e o futuro, pois o progresso não surge sozinho. Seria necessário criar uma estrutura onde o tempo moderno pudesse se manifestar.

As exposições que atravessaram o século XIX e o XX, que perpassaram o Brasil monárquico e o republicano, que assistiram ao surgimento do imperialismo também viram surgir um novo regime de temporalidade. Nele, o Brasil buscou sua universalização e delimitação do que lhe era próprio. O país se modernizava ao demarcar sua cultura dentro da civilização ocidental. Nisso o país mostrou que aqui éramos um outro, em um outro tempo, ainda que moderno.

⁵⁶⁹ CARONE, Edigard. *O Centro Industrial do Rio de Janeiro: e a sua importante participação na economia nacional (1872-1977)*. Rio de Janeiro: CIRJ/Cátedra, 1978, p. 76.

⁵⁷⁰ KOSELLECK, Reinhart. *Estratos do tempo: estudos sobre história*. Rio de Janeiro: Contraponto: PUC-Rio, 2014, p.309.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A conquista da terra, que antes de mais nada significa tomá-la dos que tem a pele de outra cor ou o nariz um pouco mais chato que o nosso, nunca é uma coisa bonita quando a examinamos bem de perto. Só o que redime a conquista é a ideia. Uma ideia por trás de tudo; não uma impostura sentimental mas uma ideia; e uma crença altruísta na ideia - uma coisa que possamos pôr no alto, frente à qual possamos nos curvar e oferecer sacrifícios (Joseph Conrad, 1899).⁵⁷¹

O livro *Coração das Trevas*, de Joseph Conrad, escrito em 1899, era um opúsculo do que foi o século XIX e do que seria o XX.⁵⁷² A ênfase dada na “ideia” poderia ser alargada para o campo da ideologia, ou seja, na lógica da ideia. A “conquista” da terra precisava ser legitimada e, principalmente, ordenada. Seria a expansão do mundo através da universalização de uma sociedade baseada na técnica, que faria da humanidade uma, unificada em padrões morais e racionais. Essa era a “ideia” que tinha no movimento do imperialismo sua lógica. A crítica de Conrad sugere que em algum momento da sociedade burguesa do século XIX houve uma ruptura no projeto de unificação global e seu conseqüente melhoramento social e técnico, sendo que o melhoramento através da técnica parece ter se separado da ética social, daí a necessidade de justificar tal desvio.



Conrad não estava sozinho em sua aversão ao imperialismo. Uma outra crítica, também em fins do XIX, corroborava suas ideias. A caricatura "The Rhodes Colossus" foi publicada no semanário inglês *Punch*, em 1892. Cecil Rhodes aparece segurando o cabo do telégrafo, ao mesmo tempo em que cruza todo o continente africano de uma só vez. A imagem faz referência à ambição colonialista britânica. Cecil John

⁵⁷¹ CONRAD, Joseph. *Coração das Trevas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008, p. 15.

⁵⁷² O livro *Coração das Trevas* foi publicado em três partes em 1899 em uma revista britânica. Foi publicado em forma de livro em 1902.

Rhodes (1853-1902), o homem mais rico da África, rei dos diamantes, dedicou metade da sua vida ao engrandecimento do Império Britânico. Foi um insaciável representante do capitalismo colonial e concebeu um dos projetos mais ambiciosos do colonialismo: o de unir a cidade do Cabo, na África do Sul, à cidade do Cairo, no Egito, através de uma estrada de ferro transcontinental.⁵⁷³ A charge que mostra Cecil Rhodes de ponta a ponta sobre o continente africano seria viável através do suporte técnico que ele carregava em suas mãos: o telégrafo. Seria através dele que as ideias circulariam e, ao circularem, administrava terras, pessoas e objetos. A velocidade das informações seria uma das marcas do poder que criava cada vez mais articulações. As ideias estavam mesmo à frente de tudo e no alto.

Outro marco no processo de expansão do imperialismo pode ser identificado juntamente com a Exposição Universal de Viena em 1873, data que dá início a uma crise econômica que se estenderá até o fim do século. Essa Exposição já sinalizava os rumos políticos que ganhariam contornos nas décadas seguintes, sendo a “unificação” do mundo e sua integração na dinâmica econômica europeia parte desse processo. O próprio fato dos pavilhões no evento serem dispostos de acordo com sua localização no planeta sugere que o “inventário mundial” estava em plena confecção. Tal catalogação ainda estava em pleno funcionamento quando Conrad escreveu seu livro, pois em determinada passagem o narrador da história, ao entrar na sala de um empregador europeu que arregimentava trabalhadores para a África, registraria que havia numa das extremidades da parede um grande mapa exibindo todas as cores do arco-íris e que “havia uma vasta extensão de vermelho – o que é bom de se ver a qualquer momento, porque indica que estão trabalhando de verdade naqueles lugares – um bocado de azul, um pouco de verde, pequenas manchas de laranjas”.⁵⁷⁴ Essa descrição da África colonial era o reflexo da divisão do continente pelas potências europeias onde, cada cor indicava a posse de determinado país (o vermelho se referia às colônias britânicas).

A lógica na qual se dava a dominação desses países era justificada em nome do progresso, sendo este o curso “natural” da “história”. Seria a junção

⁵⁷³Disponível em:<http://disciplina-de-historia.blogspot.com.br/2010/09/o-colosso-de-rhodes.html>. Acesso em 08 de agosto de 2014.

⁵⁷⁴ CONRAD, Joseph. *Coração das Trevas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008, p. 19.

entre a natureza e a história que fazia do progresso algo tão devastador, pois ao fundir uma na outra deixou ambas indefiníveis, quebrando assim qualquer obstáculo para o avanço do “progresso modernizador”. O progresso estava imbricado entre a história e a natureza desde seus primeiros pressupostos, pois se no século XVII ele significava o avanço em termos de conhecimento, no século XVIII ganhava uma conotação de emancipação dos sujeitos em sua era de maturidade e de domínio pleno da razão. No século XIX, a palavra progresso aparece carregada de uma conotação de realização sem limites, onde há um caminho a ser trilhado, mas esse mesmo caminho tem um horizonte infinito, e quanto mais se caminha, mais o horizonte se alarga. O que deu o caráter ilimitado à ideia de progresso foi justamente o desenvolvimento científico obtido nas ciências naturais, ganhando daí tanto seu caráter infinito quanto universal, tal como a ciência.⁵⁷⁵

Outro determinante para essa nova perspectiva de um progresso infinito era o simples fato de um caminho poder ser trilhado ou projetado de forma retilínea. Seria o trem um dos grandes símbolos e vetores dos “novos tempos”, já que ele materializava a própria proposta da modernidade: o domínio do tempo sobre o espaço. Muito se tem discutido sobre o impacto das ferrovias sobre o tempo social, pois os trens passariam desde então a sincronizar o relógio das várias cidades interligadas pelas redes ferroviárias. Por outro lado, o deslocamento de pessoas pelos trens permitiria idas e vindas cada vez mais constantes, o que também poderia gerar encontros inusitados a cada traslado, diminuindo o tempo cronológico e alargando o campo das experiências desses sujeitos. Seja como for, a malha ferroviária de cada país passou a determinar o seu nível de progresso (quanto maior a malha maior o caminho trilhado?). O mundo havia sido cortado de tal forma durante o século XIX e inícios do XX pelas ferrovias que em 1913, somando a rede ferroviária das cinco maiores potências do globo, seria possível construir duas linhas até a Lua (uma de ida e outra de volta).⁵⁷⁶ Se em 1865 Júlio Verne lançava seu livro com a proposta de lançar o foguete tripulado até a Lua, no início do século XX poderia-se dizer

⁵⁷⁵ ARENDT, Hannah. *Sobre a violência*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013, p. 46.

⁵⁷⁶ Em milhares de quilômetros: Estados Unidos, 413; Império Britânico, 208; Rússia, 78; Alemanha, 68; França, 63. Total: 830. LÊNIN, Vladimir Ilitch. *Imperialismo, estágio superior do capitalismo*: ensaio popular. São Paulo: Expressão Popular, 2012, p. 134. A distância entre a Terra e a Lua é de 384.403 Km (variando com o movimento de rotação).

que o trem também já estava a caminho e com uma tripulação bem maior e mais aventureira.

E o Brasil, que lugar ocupava no caminhar infinito para o progresso? Se levarmos em conta a malha ferroviária como medida e comparação veremos que o país havia caminhado pouco. Quando em 1871, no Ministério Rio Branco, a implantação da malha ferroviária nacional teve impulso, o país dispunha de 820 quilômetros de ferrovias, das quais 33% eram estradas nortistas. No fim do império havia em funcionamento 8.930 quilômetros de ferrovias, sendo que agora apenas 22% estavam concentradas no norte.⁵⁷⁷ Pelos dados é possível perceber que os avanços da malha ferroviária brasileira estavam condicionados aos produtos de exportação, e que a diminuição das ferrovias do norte se deve ao aumento do café, cultivado no sudeste, como principal produto de exportação do Brasil, sendo a região paulista a mais desenvolvida, passou também a concentrar a malha ferroviária (75%). Se fizermos uma comparação entre o desenvolvimento nacional e sua malha ferroviária pode-se dizer que ele (o progresso) era incipiente, volátil e concentrado.

A estrada trilhada pelo Brasil rumo ao progresso teve seus caminhos tortuosos, incluindo uma grande crise econômica no começo do período republicano. Em 1928 o país tinha a maior dívida externa da América Latina, com cerca de 44% do total (seguido pela Argentina com 27% e o Chile com 12%). A dívida originou-se da necessidade de se modernizar o país com a implantação de ferrovias e portos, tudo isso financiado (ou a ser pago) com os lucros vindo do maior produto de exportação da época: o café.⁵⁷⁸ Além de tudo isso, as utopias geradas pela República logo caíam no esquecimento, mostrando uma história de longa duração para as camadas menos favorecidas que continuariam à margem ainda por muito tempo.

A crise que se abateu no começo da República brasileira já se fazia sentir em seus primeiros anos a ponto do país resolver não participar da última exposição universal do século XIX, a ser realizada em Paris em 1900. Se esses eventos eram momentos de se avaliar e comparar os avanços obtidos entre as

⁵⁷⁷ MELLO, Evaldo Cabral de. *O Norte agrário e o Império (1871-1889)*. Rio de Janeiro: Top Book, 1999, p.192.

⁵⁷⁸ FAUSTO, Boris. *História concisa do Brasil*. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 2012, p. 165.

nações, mais uma vez melhor fazer-se ausente. No relatório do Ministério da Agricultura apresentado no ano de 1900 constava que “não achando-se devidamente habilitado, deixou este ministério, no decurso do ano findo, de corresponder a alguns convites que lhe foram presentes, afim de se fazer representar em exposições promovidas por Governos estrangeiros”.⁵⁷⁹A exposição de fim de século em Paris tinha o caráter comparativo mais acentuado que as demais, pelo simples fato de ser um apanhado geral do século XIX, e nela o Brasil não quis arriscar uma participação secundária.

Por outro lado entendemos que a participação do Brasil nos eventos expositivos não se configurava como um simples apêndice em relação aos países mais industrializados. Ao mobilizar instituições, intelectuais e publicações, o país forjava ritmos próprios e descotitava sua originalidade no concerto das nações. Embora o país tivesse como parâmetros de progresso o modelo europeu, era em solo brasileiro que se dava a lida com o trabalho escravo e com o latifúndio. E era também no espaço geográfico nacional que se buscava otimizar o uso da natureza com as técnicas arcaicas aqui praticadas, ou seja, o espaço, a técnica e os tempos eram diferentes e geravam práticas sociais distintas.

O país também não participaria da primeira Exposição do século XX, que se realizou em Glasgow, na Escócia. Embora houvesse recebido o convite, a causa era a crise econômica causada pelo café, havendo poucos recursos para a participação no evento.⁵⁸⁰ A ausência nessas duas exposições

⁵⁷⁹ Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo Ministro de Estado dos Negócios da Indústria, Aviação e Obras Públicas Alfredo Eugênio de Almeida Maia no ano de 1900, 12º da República. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1900, p. 63.

⁵⁸⁰ Alguns pesquisadores não incluem essa Exposição entre as Universais: “Outras Exposições Internacionais tem pleiteado o direito de denominar-se Universal: Florença 1861, Dublin 1865, Londres 1871, Londres 1872, Londres 1873, Sidney 1879, Amsterdam 1885, Bruxelas 1888, Anvers 1894, Amsterdam 1895, Glasgow 1901, Buffalo 1901, Filadélfia 1926, São Francisco 1939/40, Nova York 1964/65, etc. Contudo, adotamos aqui a combinação de diferentes critérios de classificação. Para tanto, utilizamos como fonte: Le livre des expositions universelles, 1851-1989; Paris, Union Centrale des Arts Decoratifs, 1983; K. W. LUCKHURST. The Story of Exhibitions. London, New York, The Studio Publications, 1951; P. ORY. Les expositions universelles de Paris: panorama. Paris, Ramsay, 1982; B. SCHROEDER-GUDEHUS et A. RASMUSSEN. Les fastes du progres. Le guide des Expositions universelles. 1851-1992. Paris, Flammarion, 1992; e, finalmente, a lista oficial do Bureau International des Expositions (BIE) disponível em seu sítio internet em 1º de julho de 2008: <http://www.bie-paris.org/main/index.php?p=257&m2=253>”. FERREIRA, Cristina Araripe. *Difusão do conhecimento científico e tecnológico no Brasil na segunda metade do século XIX: a circulação do progresso nas exposições Universais e Internacionais*. Tese (Doutorado em História das Ciências e da Saúde). Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2011, p. 292.

evidencia que o projeto (ou o entusiasmo) republicano de modernização do país sofria de sérias lacunas desde seu começo. Já em 1904, o Brasil participaria da sua primeira Exposição Universal do século, realizada em Saint-Louis, nos Estados Unidos. O pesquisador Marco Aurélio Martins Santos analisa um fato bem inusitado da participação brasileira no evento, pois constava em um dos itens das instruções realizadas pelo Ministério da Agricultura que o pavilhão montado para abrigar o país no evento deveria ser desmontado e montado novamente na capital federal brasileira, algo inédito até então, pois era praxe doar o prédio para o país sede. Como bem ressaltou o pesquisador, era a primeira vez numa exposição que se “pedia a devolução do casco”.⁵⁸¹ Em 1905, o pavilhão brasileiro da Exposição Internacional de Saint-Louis, que seria conhecido como Palácio Monroe, já estava reedificado, agora na capital brasileira, pronto para servir de sede para o 3º Congresso Pan-Americano. No ano seguinte, em uma das próprias salas do Monroe, foram entregues os prêmios aos expositores agraciados na Exposição de Saint-Louis.⁵⁸² Em 1908, ano do centenário da abertura dos portos brasileiros ao “comercio mundial”, chegaria o convite para a participação do Brasil na Exposição Universal e Internacional da Bélgica, a ser realizada em 1910. Ainda em 1908, foi definido o programa de participação, que tinha “o propósito de encontrar na capital da Bélgica a síntese dos progressos realizados nos países civilizados do mundo, em todos os ramos da atividade humana”.⁵⁸³ O atraso brasileiro não era apenas quanto ao progresso nacional, mas também na capacidade de realizar tal comparação.

As Exposições Universais, que tiveram grande fôlego na segunda metade do século XIX, perderam seu prestígio já no início do século seguinte, em parte devido aos eventos dramáticos do período, como as duas guerras mundiais e uma gigantesca crise econômica. Também a indústria se especializou muito nesse período, sendo que as exposições perderam seu caráter de totalidade.

⁵⁸¹ SANTOS, Marco Aurélio Martins. Exposição do centenário do Brasil. In: *História das estatísticas brasileiras: estatísticas legalizadas (1889-1936)*, Vol. II. Rio de Janeiro: IBGE, 2006, p.544.

⁵⁸² Idem, p. 546.

⁵⁸³ Idem, p. 546.

As Exposições Universais tiveram na sua origem uma relação com o espaço (ao reunir num único lugar países os mais variados possíveis) como também uma relação com o tempo (ao juntar países em diferentes estágios técnicos), daí surgiu uma dinâmica político-econômica que permitiria uma nova configuração do poder dentro de uma outra lógica com o saber. Catálogos e relatórios registravam (e datavam) os estágios de cada nação participante dos eventos, letras e números passaram a compor a “kilometragem” de cada país, o tempo gasto nesse percurso e o lugar onde ele se realizou. Essa concepção de tempo, extremamente moderna, veio no bojo da tradição europeia, que se queria universal.

As Exposições Universais eram na verdade um grande laboratório da filosofia moderna que tentava criar um tempo homogêneo e uma separação entre ciência e política, cultura e natureza, catalogando e separando as coisas e a cada uma delas dando um nome e um lugar no inventário mundial. Tudo isso entrou em crise e o pós-moderno foi o nome dado a um modelo que não mais se sustentava e não justificava as críticas feitas a ele. O que, de forma apressada e didática, caracteriza o pós-moderno seria também o tempo, o tempo múltiplo. Mas seria o entendimento sobre a temporalidade, outras formas de elaborar a experiência com o tempo, que subjaz toda a modernidade e neste sentido podemos pensar que o tempo das exposições nos serve como um grande laboratório de pesquisas. Bruno Latour, refletindo sobre a crise moderna e sua relação com o tempo, elaborou reflexões que podem nos orientar nessa senda de múltiplos caminhos:

Suponhamos, por exemplo, que nós reagrupemos os elementos contemporâneos ao longo de uma espiral e não mais de uma linha. Certamente temos um futuro e um passado, mas o futuro se parece com um círculo em expansão em todas as direções, e o passado não se encontra ultrapassado, mas retomado, repetido, envolvido, protegido, re combinado, reinterpretado e refeito. Alguns elementos que pareciam estar distantes se seguirmos a espiral podem estar muito próximo quando comparamos os anéis. Inversamente, elementos bastante contemporâneos quando olhamos a linha tornam-se muito distantes se percorremos um raio. Tal temporalidade não força o uso dos rótulos “arcaicos” ou “avançados”, já que todo agrupamento de elementos contemporâneos pode juntar elementos pertencentes a todos os tempos. Em um quadro deste tipo, nossas ações são enfim reconhecidas como politemporais.⁵⁸⁴

⁵⁸⁴ LATOUR, Bruno. *Jamais fomos modernos*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1994, p. 74.

Ainda segundo Latour, essa perspectiva de tempo nos possibilitaria uma liberdade de movimento e de relações com outras culturas e povos que a modernidade havia nos negado. Ao superar a dicotomia entre “arcaicos” e “avançados”, estaria disponível outra dimensão de entendimento das experiências humanas. A sugestão de Bruno Latour pode ser aplicada ao estudo das Exposições Universais, pois as misturas de tempos e de conceitos estão imbricadas em cada evento expositivo, sejam internacionais, nacionais ou provinciais. Os temas e abordagens realizadas durante as Exposições Universais ainda ressoam no tempo.

Joseph Conrad, tempos depois da publicação de *Coração das Trevas*, relatava que o tema abordado em sua obra “tinha de ser tratado com uma sinistra ressonância, uma tonalidade própria, uma vibração contínua” que, esperava ele, “soaria no ar e permaneceria no ouvido depois que a última nota tivesse sido tocada”.⁵⁸⁵ Faz-se necessário, elaborando novas perguntas e utilizando novos métodos, problematizar as Exposições Universais, “juntando, catalogando e expondo” as novas perspectivas e abordagens teóricas. Quem sabe assim nos tornaríamos mais suscetíveis para ouvir as notas que ainda soam do passado e nos aproximaríamos de novos arcos, vislumbrando novas temporalidades e compondo novas narrativas. É preciso mudar nossa forma de mudar.

⁵⁸⁵ ALENCASTRO, Felipe. Posfácio. In: CONRAD, Joseph. *Coração das Trevas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008, p. 179.

FONTES

Jornais.

O Cearense (1859 - 1862),
O Araripe (1859 - 1862)
O Sol (1859-1862)
Gazeta Official (1862)
Aurora Cearense (1866)
Fraternidade (1875)
O Auxiliador da Indústria Nacional (1845-1896)

Relatórios oficiais.

Relatórios de Presidentes de Província do Ceará (1860-1895)
Relatórios da Repartição do Ministério dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas (1860-1900; 1908-1910; 1921-1915).
Relatório da Repartição do Ministério dos Negocios do Imperio (1860-1888)

Relatórios e catálogos das exposições da província do Ceará.

- Relatório da exposição de productos agrícolas, industriais e de obras d'arte da província do Ceará remetidos pela respectiva comissão à comissão central do Rio de Janeiro, p. 431-437. In: Rego, Antonio José de Souza. Relatório da 2ª Exposição Nacional. Vol. 2. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1869.
- Exposição Nacional. Relatório e catálogo do Ceará, 1875. Fortaleza: Tip. Imparcial de Francisco Perdigão, 1875.
- Estado do Ceará na Exposição de Chicago. Catálogo e relatório. Fortaleza: Tip. Da República, 1893.
- Exposição de Chicago. Productos do Ceara, remetidos a exposição preparatória do Rio de Janeiro. Fortaleza: Typographia Econômica, 1893.
- Synopse Histórica da Estrada de Ferro de Baturité para a Exposição Universal de Artes, Indústrias Manufactureiras e Productos do Solo, das Minas e do Mar, Chicago, 1892 por CUNHA, Ernesto Antonio Lassance (fac-símele). In:

CAMPELO FILHO; SARMIENTO, Lúcia. Arquitetura Ferroviária no Ceará. Fortaleza: Edições UFC, 2010, Anexo, p. 252-272.

Relatórios e catálogos das exposições provinciais e nacionais.

- Catálogo de Produtos Nacionais e Industriais remetidos das províncias do Império do Brasil que figurarão na Exposição Nacional inaugurada na Corte do Rio de Janeiro no dia 2 de dezembro de 1861. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1862.
- Catálogo de productos Nacional e Industrial remetidos para a Exposição Universal de Londres em 1862. Londres: Typographia de C. Whiting, Beaufort House, 1862.
- Catálogo dos Nomes de expositores da segunda Exposição Nacional, 1866. Rio de Janeiro: Typographia Perseverança, 1866.
- Recordação da Exposição Nacional de 1866 (álbum de fotografias).
- Relatório sobre a Exposição Universal de Paris em 1867. Paris: Typographia de Julie Claye, 1867.
- O Imperio do Brazil na Exposição Universal de 1867 em Pariz. Rio de Janeiro: Typographia Universal Laemmert, 1867.
- Synonymia de diversos vegetais do Brasil. Feita segunda os dados colhidos no Império do Brasil e na exposição Universal de Paris por José de Saldanha da Gama. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1868.
- O Império do Brasil na Exposição Universal de 1873 em Viena d'Austria. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1873.
- Terceira Exposição Brasileira de 1873. Relatório do secretario geral do Jury da exposição Dr. Joaquim Manoel de Macedo. Rio de Janeiro: Typographia da Reforma, 1875, p. 17.
- O Império do Brazil na Exposição Universal de 1876 em Philadelphia. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1875.
- Dados estatísticos e esclarecimento para os emigrantes. Rio de Janeiro: G. Leuzinger & Filhos, 1875.
- A Provincia de Goyaz na Exposição Nacional de 1875. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1876.

- Estudos sobre a quarta Exposição Nacional de 1875 por José de Saldanha da Gama. Rio de Janeiro: Tip. Central de Brown & Evaristo, 1876.
- Catalogue of the Brazilian section. Philadelphia. International Exhibition, 1876.
- Arquivos da Exposição da Industria Nacional. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1882.
- Relatório apresentado a S. Ex. Sr. Conselheiro A. da Silva Prado, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas pelo Conde de Villeneuve, Delegado Especial do Governo Imperial na supramencionada Exposição. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1886.
- Boletim Commemorativo da Exposição Nacional de 1908. Rio de Janeiro: Typografia da Estatistica, 1908.
- Livro de Ouro Commemorativo do Centenario da Independencia do Brasil e da Exposição Internacional do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Edição do Anuario do Brazil, 1923.

Relatórios e catálogos das exposições internacionais.

- *Official Descriptive And Illustred Catalogue, 1851*, Tomo III.

Fontes escritas e impressas.

- Estatutos da Sociedade Auxiliadora Da industria Nacional. Rio de Janeiro: Typografia Imperial e Nacional, 1828.
- Ofícios ao Ministério da Agricultura (Data crônica: 1861-1872, livro: 134).
- Avisos do Ministério da Agricultura, Commercio e Obras Públicas ao Presidente da Província do Ceará (Data Crônica: 1861-1862, livro 21; 1865-1867, livro 25; 1871-1873, livro 28; 1874-1875, livro 29).
- A Constituição do Estado do Ceará, Fortaleza, 1891.
- Trabalhos da Comissão Scientifica de Exploração. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1862.
- O Brazil na Exposição de Chicago (400º da descoberta da América). Revista Trimestral do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia. Salvador: Typographia Diário da Bahia, 1895.

- Collecção das leis do imperio do Brazil de 1861. Tomo XXII, parte I. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1862.
- Collecção das Leis do Brazil de 1830. Parte primeira. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1876.
- Correspondência ativa de Antônio Gonçalves Dias. Anais da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, vol. 84, 1964.
- Correspondência passiva de Antonio Gonçalves Dias. Anais da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, vol. 84, 1971.
- Almanak: administrativo, mercantil e industrial da província do Ceará para o ano de 1870. Ceará: Typ. De Odorico Colas.

Livros.

- ALEMÃO, Francisco Freire. *Diário de viagem de Francisco Freire Alemão*. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 2011.
- _____. *Diário de viagem de Francisco Freire Alemão: Fortaleza-Crato 1859*. Fortaleza: Museu do Ceará/Secretaria da Cultura do Ceará, 2006.
- ARARIPE, Tristão de Alencar. *História da Província do Ceará*. Dos tempos primitivos até 1850. Fortaleza: Demócrito Rocha, 2002.
- AZEVEDO, Moreira de. *O Rio de Janeiro: sua historia, monumentos, homens notaveis, usos e curiosidades*. Tomo II. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1877.
- BEZERRA, Antônio. *Notas de Viagem*. Fortaleza: Imprensa Universitária, 1965.
- _____. *Algumas origens do Ceará*. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 2009 (edição fac-similar).
- BRAZIL, T. P. de Souza. *Diccionario topographico e estatístico da província do Ceará*. Rio de Janeiro: E. & H. Laemmert, 1861.
- _____. *Ensaio Estatístico da Província do Ceará*. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 1997 (Edição fac-símilar).
- ALMEIDA, Candido Mendes de. *Atlas do Império do Brasil: compreendendo as respectivas divisões administrativas, ecclesiasticas, eleitorais e judicarias*. Rio de Janeiro: Litographia do Instituto Philomathico, 1868.
- CAPANEMA, Guilherme Schüc de. *Ziguezagues do Dr. Capanema: Ciência, cultura e política no século XIX*. Estudo introdutório e notas de Maria Sylvia Porto Alegre. Fortaleza: Museu do Ceará/Secretaria da Cultura do Ceará, 2006.

COSSA, Luigi. *Primeiros Elementos de Economia Política*. Rio de Janeiro: Laemmert & C, 1888.

GABAGLIA, G. Raja. *Porto da Cidade de Fortaleza ou Ceará*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1860.

_____. Raja; CAPANEMA, Guilherme A seca no Ceará: Escritos de Guilherme de Capanema e Raja Gabaglia. Fortaleza: Museu do Ceará/Secretaria da Cultura do Ceará, 2006.

NETTO, Ladisláu. *Investigações Históricas e Científicas sobre o Museu Imperial e Nacional do Rio de Janeiro acompanhada de uma breve noticia de suas collecções e publicadas por ordem do Ministerio da Agricultura pelo Dr. Ladisláu Netto director da seção de botânica do mesmo*. Rio de Janeiro: Instituto Philomatico, 1870.

MELLO, Custódio José de. *Vinte e um meses ao redor do planeta: descrição da viagem de circum-navegação do cruzador Almirante Barroso*. Rio de Janeiro: Cunha & Irmãos Editores, 1896.

Melhoramentos da cidade do Rio de Janeiro. Critica dos trabalhos da respectiva comissão. Colleção de artigos publicados no Jornal do Commercio de 13 de fevereiro a 15 de abril de 1875. R. Vieira Souto. Bacharel em Sciencias phisicas e mathematicas e engenheiro civil. Rio de Janeiro, 1875.

Melhoramentos da cidade do Rio de Janeiro. Refutação da resposta à critica dos trabalhos da respectiva Commissão. Rio de Janeiro, 1876.

PORTO SEGURO, Visconde de. *História do Brasil antes da separação e independência de Portugal*. 2ª Edição Tomo Primeiro. Rio de Janeiro: Laemmert s/d.

SOARES, Sebastião Ferreira. *Elementos de Estatística comprehendendo a Theoria da sciencia e a sua applicação á Estatística Commercial do Brazil*. Rio de Janeiro: Typographia Nacinal, 1865, p. XIII,

TEÓFILO, Rodolfo. *O caixeiro: reminiscências*. Fortaleza: Museu do Ceará, 2006 (Edição fac-similar).

VON IHERING, Rodolfo. *Ciência e beleza nos sertões do Nordeste*. Fortaleza: DNOCS, 1983.

Publicações do Instituto do Ceará.

- Quarenta e seis annos atraz. A 1ª Exposição provincial de industria no Ceará a 2 de dezembro de 1862. *Revista do Instituto Histórico do Ceará*. Fortaleza: 1910.
- Antonio Bezerra (a propósito de um folheto do Instituto). *Revista do Instituto Histórico do Ceará*. Fortaleza: Typografia Minerva, 1941.
- DIAS, Antônio Gonçalves. Cartas enviadas ao jornal do Comércio do Rio de Janeiro durante sua estadia no Ceará, como membro da Comissão Científica. *Revista do Instituto Histórico do Ceará*: Fortaleza, 1924.

Obras literárias.

- ALENCAR, José. *Iracema*. São Paulo: Editora Ática, 1997.
- BEZERRA, Antônio *O Ceará e os cearenses*. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 2001.
- CAMINHA, Adolfo. *Tentação/No país dos ianques*. Rio de Janeiro: J. Olimpio/ Fortaleza: Academia Cearense de Letras, 1879.
- CONRAD, Joseph. *Coração das Trevas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- DOSTOIÉVSKI, Fiódor. *Notas do subsolo*. Porto Alegre: L&PM, 2013.
- GALENO, Juvenal. *Lendas e Canções Populares*. Fortaleza: Secult, 2010.
- GARRET, Almeida. *Viagens na minha terra*. São Paulo: FTD, 1992.
- LOBATO, Monteiro. *Obras Escolhidas*. América (Vol.9). São Paulo: Editora Brasiliense, 1957.
- VERNE, Julio. *Da Terra à Lua*. São Paulo: Editora Melhoramentos, 2008.
- _____. *À roda da Lua*. Lisboa: Livraria Bertrand, s/d.

Sites Institucionais.

- Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas (MACOP):
<http://www.crl.edu/brazil/ministerial/agricultura>
- Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional (SAIN):

<http://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/auxiliador-industria-nacional/302295>

ALMANAK

<http://www.crl.edu/brazil/almanak>

CATÁLOGO BIBLIOTECA NACIONAL

<http://bndigital.bn.br/200anos/exposicoes.html>

BIBLIOTECAS DIGITAIS

<http://tesourobibliografico.wordpress.com/catalogos/bibliotecas-digitais/>

OBRAS RARAS RIO DE JANEIRO

<http://www.obrasraras.museunacional.ufrj.br/>

IBGE

<http://biblioteca.ibge.gov.br/>

MEMÓRIA ESTATÍSTICA DO BRASIL: NO ACERVO DA BIBLIOTECA DO
MINISTÉRIO DA FAZENDA NO RIO DE JANEIRO.

<http://memoria.org.br/index.php?b=1>

MINISTERIOS

<http://www.crl.edu/brazil/ministerial>

MINISTERIOS DOS NEGÓCIOS DO IMPÉRIO

<http://www.crl.edu/brazil/ministerial/imperio>

BIBLIOGRAFIA

- ADORNO, Theodor W; HORKHEIMER, M. *Dialética do esclarecimento*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.
- AGAMBEN, Giorgio. *O que é o contemporâneo? E outros ensaios*. Chapecó-SC: Argos, 2009.
- ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. *Nos destinos de Fronteiras: História, espaços e identidade regional*. Recife: Bagaço, 2008.
- _____. *A Invenção do Nordeste e outras artes*. São Paulo: Cortez, 2006.
- ALENCASTRO, Luiz Felipe. Vida Privada e Ordem Pública no Império. In: ALENCASTRO, Luiz Felipe (org). *História da Vida Privada no Brasil*. Império. Vol. 2. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
- _____. ALENCASTRO, Felipe. Prefácio. In: CONRAD, Joseph. *Coração das Trevas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008
- ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- AMADEO, Maria Eliza & KURY, Lorelay. O Catálogo de Exposição de História do Brasil (1881). *Anais da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro, 2006.
- ARAÚJO, Hermetes Reis de. Da mecânica ao motor: a ideia de natureza no Brasil no final do século XIX. *Projeto História*, São Paulo, n. 23, p. 151-167, 1981.
- ARENDT, Hannah. *Origens do Totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- _____. *A vida do espírito: o pensar*. Lisboa: Instituto Piaget, 1997.
- _____. *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009
- _____. *Sobre a Revolução*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011, p.85.
- _____. *Sobre a violência*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.
- _____. Hannah. *Entre o passado e o futuro*. São Paulo: Perspectiva, 2013.
- ASSIS, Raimundo Jucier Sousa de. *O Território no Catálogo da Periferia: representações do Ceará – Brasil – para a Exposição Universal de Chicago – Estados Unidos (1892-1893)*. Anais: Encontro de Geógrafos de America Latina, Peru, 2013.
- BARBUY, Heloísa. *A Exposição Universal de 1889 em Paris*. São Paulo: Edições Loyola, 1999.

BARTHES, Roland. *O grau zero da escrita: seguido de novos ensaios críticos*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

BASTOS, José Romário Rodrigues. *Natureza, tempo e técnica: Thomaz Pompeu de Souza Brazil e o século XIX*. Dissertação (Mestrado em História Social). UFC: Fortaleza, 2013.

BRAGA, Renato. *História da Comissão Científica de Exploração*. Fortaleza: Imprensa Universitária do Ceará, 1962.

BENJAMIM, Walter. *Magia e Técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar: aventuras da modernidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

BETHELL, Leslie. O Brasil no mundo. In: *A construção nacional (1830-1889)*. Coord: José Murilo de Carvalho. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.

BOORSTIN, Daniel. *Os investigadores: a história da permanente busca do homem para compreender o seu mundo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BOSI, Alfredo. *Dialética da colonização*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

BURKE, Peter. *Uma história social do conhecimento. De Gutemberg a Diderot*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

CARONE, Edgard. *O Centro Industrial do Rio de Janeiro: e a sua importante participação na economia nacional (1872-1977)*. Rio de Janeiro: CIRJ/Cátedra, 1978.

CARVALHO, José Murilo de. *A Construção da Ordem: A elite política imperial*. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1989.

_____. A vida política. In: *A construção nacional (1830-1889)*. Coord: José Murilo de Carvalho. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.

CARVALHO, Daniel Alencar de. De volta ao Reino das Águas Claras: natureza e nacionalismo e progresso na literatura infantil de Monteiro Lobato. In: *Natureza e Cultura: capítulos de História Social*. Kenia Rios, Ana Isabel [et al]. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2013.

CATROGA, Fernando. *Caminhos do fim da História*. Coimbra: Quarteto, 2003.

_____. *Nação, mito e rito: religião civil e comemoracionismo (E. U.A, França e Portugal)*. Fortaleza: Edições NUDOC/ Museu do Ceará, 2005.

CERTEAU, Michel de. *A Escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

_____. A operação historiográfica. In: LE GOFF, Jacques e NORA, Pierre (Org). *História: novos problemas*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979.

CHARTIER, Roger. *Escribir las prácticas: Foucault, De Certeau, Morin*. Buenos Aires: Manantial, 2001.

CHAUÍ, Marilena. *Cultura e democracia*. O discurso competente e outras falas. São Paulo: Editora Cortez, 1989.

_____. *Brasil: mito fundador e sociedade autoritária*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2000.

_____. *Cidadania cultural: o direito à cultura*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006.

_____. *Contra a servidão voluntária*. Belo Horizonte: Autêntica Editora; São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2013.

CORTEZ, Ana Isabel Parente. Em torno da Estrada de Ferro de Baturité: a construção de um novo Ceará (1870-1926). In. *Natureza e Cultura: capítulos de História Social*. Kenia Rios, Ana Isabel [et al]. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2013.

CROSBY, Alfred W. *Imperialismo Ecológico: a expansão biológica da Europa (900-1900)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

DANTAS, André Dias. *Os pavilhões brasileiros nas Exposições Internacionais*. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

DARNTON, Robert. *O grande massacre dos gatos e outros episódios da história cultural francesa*. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

DE DECCA, Edgar. Colonialismo como a glória do império. In: *O Século XX: o tempo das certezas/ Organização*, Daniel Aarão Reis Filho, Jorge Ferreira, Celeste Zenha. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

DELEUZE, Gilles. *Foucault*. Lisboa: Edições 70, 2005.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *A Interiorização da Metrópole e outros estudos*. São Paulo: Alameda, 2005.

DILTHEY, Wilhelm. *A construção do mundo histórico nas ciências humanas*. São Paulo: Editora Unesp, 2010.

DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. *Maldita Guerra: nova história da Guerra do Paraguai*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

_____. O Brasil no mundo: idealismos, novos paradigmas e voluntarismo. In: *Abertura para o mundo (1889-1930)*. Coordenação Lilia Moriz Schwarcz. Rio de Janeiro: Objetiva, 2013.

DRUMMOND, José Augusto. A História Ambiental. Temas, fontes e linha de pesquisa. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 8, p.177-198 1991.

DURKHEIM, Émile. *As regras do método sociológico*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

EAGLETON, Terry. *A ideia de cultura*. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

FAUSTO, Boris. *História concisa do Brasil*. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 2012.

FERREIRA, Cristina Araripe. *Difusão do conhecimento científico e tecnológico no Brasil na segunda metade do século XIX: a circulação do progresso nas exposições Universais e Internacionais*. Tese (Doutorado em História das Ciências e da Saúde) - Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2011.

FOUCAULT, Michel. *Arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.

_____. *A ordem do discurso*. São Paulo: Edições Loyola, 2011.

_____. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

_____. *As palavras e as coisas*. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

FRANCO, Gustavo H. B & LAGO, Luiz Aranha Corrêa do. A economia da Primeira República 1889-1930. In: *Abertura para o mundo (1889-1930)*. Coordenação Lilia Moritz Schwarcz. Rio de Janeiro: Objetiva, 2013.

FREITAS, Marcus Vinicius de. *Charles Frederick Hartt: um naturalista no império de Pedro II*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2002.

JANCSÓ, István; PIMENTA, João Paulo G. Peças de um mosaico (ou apontamentos para o estudo da identidade nacional brasileira). In: MOTA, Carlos Guilherme (org.). *Viagem incompleta. A experiência brasileira*. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 1999.

LATOUR, Bruno. *Políticas da natureza: como fazer ciência na democracia*. Bauru - SP: EDUSC, 2004.

_____. *Jamais fomos modernos*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1994.

_____. *Ciência em ação: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora*. São Paulo: UNESP, 2011.

LEITE, Ana Cristina. *O algodão no Ceará: estrutura fundiária e capital comercial (1850-1880)*. Fortaleza: Secult, 1994 (Coleção Teses Cearenses).

LÊNIN, Vladimir Ilitch. *Imperialismo, estágio superior do capitalismo: ensaio popular*. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

_____. *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia: o processo de formação do mercado interno para a grande indústria*. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

LIMA, Solange Ferraz de; CARVALHO, Vânia Carneiro de. *Fotografias: usos sociais e usos gráficos*. In: *O historiador e suas fontes*. Carla Bassanezi Pinsky e Tania Regina de Lucas (orgs). São Paulo: Contexto, 2009.

LOPES, Ana Patrícia Quaresma. *Exposições parisienses Oitocentistas*. Prova final de Licenciatura em Arquitetura/DARQ/FCTUC/COIMBRA, 2007.

LOPES, Maria Margaret. *O local musealizado em nacional: aspectos da cultura das ciências naturais no século XIX, no Brasil*. In: *Ciência, Civilização e Império nos trópicos/* [Organizaçã, Alda Heizer, Antônio Augusto Passos Vieira]. Rio de Janeiro: Acess, 2001.

LOWHENTAL, David. *Como conhecemos o passado*. *Projeto História*, São Paulo, n. 17, 1993.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*: Rio de Janeiro: Contraponto/Ed. Puc-Rio, 2006.

_____. *Los estratos Del tiempo: estúdios sobre La historia*. Barcelona – España: Ediciones Paidós, 2001.

_____. *Estratos do tempo: estudos sobre história*. Rio de Janeiro: Contraponto: PUC-Rio, 2014.

KOSMINSK, Doris Clara. *O olhar inocente é cego: a construção da cultura visual moderna*. Tese (Douorado em Design). PUC – Rio, Rio de Janeiro, 2008.

KUHLMANN JÚNIOR, Moysés. *As grandes festas didáticas: a educação brasileira e as exposições universais*. Bragança Paulista - SP: Editora Universidade de São Francisco, 2001.

KURY, Lorelai. História natural, utilidade e felicidade no iluminismo francês. In: *Natureza e Cultura: capítulos de História Social*. Kênia Rios, Ana Isabel [et al]. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2013.

GADAMER, Hans-Georg. *O problema da Consciência Histórica*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998.

GALEANO, Eduardo. *As veias abertas da América Latina*. Porto Alegre: L&PM, 2011.

GOMES, Ângela de Castro. Temas clássicos, temas novos. Perceptivas inovadoras. In: *Trabalho, cultura e cidadania: um balanço da história social brasileira*. Ângela Maria de Oliveira Araújo (Organizadora). São Paulo: Scritta, 1997.

GUABIRABA, Célia. *Ceará: A crise permanente do modelo exportador*. Fortaleza: Edições da Memória do povo cearense, 1989.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado: Nação e civilização nos trópicos. O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma História Nacional. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, Vol.1, n.1, p. 5-27, 1988.

_____. Expondo a História: imagens construindo o passado. *Anais do Museu Nacional*, Rio de Janeiro, Vol.34, p. 71-86, 2002.

_____. História e natureza em Von Martius. Esquadrinhando o Brasil para construir a nação. *História, Ciência, Saúde. Mangueiras*, Rio de Janeiro, Vol.7, n.2, 2000.

_____. Vendo o passado: representação e escrita da história. In: *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, Vol. 15. n. 12, p. 11-33, jul-dez, 2007.

GUMBRECHT, Hans Ulrich. *1926: Vivendo no limite do tempo*. Rio de Janeiro: Record, 1999.

HARDMAN, Francisco Foot. *Trem fantasma: a modernidade na selva*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

HARTOG, François. *Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo*. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

HÉBRARD, Jean. Por uma bibliografia das escrituras ordinárias. A escritura pessoal e seus suportes In: *Refúgios do eu: educação, história e escrita autobiográfica* / Ana Chystina Venancio Mignot, Maria Helena Camara Bastos, Maria Teresa Santos Cunha (Organizadoras). Florianópolis: Mulheres, 2002.

HEIDEGGER, Martin. *Ensaio e conferências*. Petrópolis-RJ: Vozes, 2001.

HOBBSAWM, Eric. *Nações e nacionalismo desde 1780*. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1998.

_____. *A era do capital (1848-1875)*. São Paulo: Paz e Terra, 2005.

_____. *A Era dos Impérios. 1875-1914*. São Paulo: Paz e Terra, 1988.

_____. *Da revolução industrial inglesa ao imperialismo*. Rio de Janeiro: Forense, 2011.

_____. *Globalização, democracia e terrorismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

_____. *Tempos fraturados: cultura e sociedade no século XX*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

HUBERMAN, Leo. *História da riqueza do homem*. Rio de Janeiro: Zahar Editora, 1976.

MACAMBIRA, Débora Dias. *Impressões do tempo: os Almanques no Ceará (1870-1908)*. Dissertação (Mestrado em História Social) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2010.

MAGALHÃES, Aline Montenegro. *Culto da saudade na casa do Brasil: Gustavo Barroso e o Museu Histórico Nacional*. Fortaleza: Museu do Ceará/Secult, 2006.

MAGNOLI, Demétrio. *O Corpo da pátria: Imaginação geográfica e política externa no Brasil (1808-1912)*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista/Moderna, 1997.

MARX, Karl. *Crítica do nacionalismo político*. Lisboa: Antígona, 2009.

_____. *Contribuição à crítica da economia política*. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2007.

_____. *O Capital*. Livro I, Tomo II São Paulo: Editora Nova Cultura, 1996.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Manifesto do Partido Comunista*. São Paulo: Martin Claret, 2004.

MARTIN, Oliver. Da estatística política à sociologia estatística. Desenvolvimento e transformação da análise da sociedade (séculos XVII-XIX). *Revista Brasileira de História*, São Paulo, Vol. 21, n. 41, 2001.

MELLO, Evaldo Cabral de. *O Norte agrário e o Império (1871-1889)*. Rio de Janeiro: Top Book, 1999.

MILL, John Stuart. *Princípios de economia política: com algumas de suas aplicações à filosofia social*. São Paulo: Nova Cultural, 1986. Vol. I. Coleção os economistas.

MINDLIN, José E. Viajantes no Brasil: Viagem em torno de meus livros. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 4, n. 7, p. 35-54, 1991.

MORAIS, Fábio André da Silva. “Às armas cearenses, é justa a guerra”. Nação, honra, pátria e mobilização para a guerra contra o Paraguai na Província do Ceará (1865-1870). Dissertação (Mestrado em História Social) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2007.

NEVES, Frederico de Castro. *Imagens do Nordeste: A construção da memória regional*. Fortaleza: Secult, 1994.

NEVES, Margarida de Souza Neves. A “Machina” e o indígena. O Império do Brasil e Exposição Internacional de 1862. In. *Ciência, Civilização e Império nos trópicos/* [Organizaçã, Alda Heizer, Antônio Augusto Passos Vieira]. Rio de Janeiro: Acess, 2001.

NOBRE, Geraldo da Silva. *O processo histórico de industrialização do Ceará*. Fortaleza: Senai/DR, 1989.

NORA, Pierre. Entre Memória e História. A problemática dos lugares. *Projeto História*, São Paulo, N. 10 (dez), 1993.

OLIVEIRA, Almir Leal de. *O Instituto Histórico, Geográfico e Antropológico do Ceará: memória, representação e pensamento social*. Tese (Doutorado em História Social) – PUC-SP, São Paulo 2001.

ORTIZ, Renato. *Cultura e Modernidade*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1991.

PAULA, João Antônio de. O processo econômico. In: *A construção nacional (1830-1889)*. Coord: José Murilo de Carvalho. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.

PATACA, E. Moutinho; PINHEIRO, Rachel. Instruções de viagem para a investigação científica do território brasileiro. *Revista da SBHC*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 1, jan./jun, p.58-79, 2005.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Exposições Universais: espetáculos da modernidade do século XIX*. São Paulo: Hucitec, 1997.

PINHEIRO, Francisco José. Solo fértil na Capitania. Um projeto para o Ceará em fins do século XVIII. *Documentos* (Revista do Arquivo Público do Ceará). Fortaleza, Vol.1, 2005.

PLUM, Werner. *Exposições no século XIX: espetáculos da transformação Sócio-Cultural*. Bonn: Friedrich-Ebert-Stiftung, 1979.

POMIAN, Krzysztof. Coleção. In. *Enciclopedia Einaudi*. Vol I. Memória-História. Porto: Imprensa Nacional – Casa da Moeda. Ed. Portuguesa, 1984.

_____. *Sobre la historia*. Madri :Ediciones Cátedra, 2007.

PORTO ALEGRE, M. Sylvia. Apresentação. In: *Ziguezagues do Dr. Capanema: Ciência, cultura e política no século XIX*. Fortaleza: Museu do Ceará/Secretaria da Cultura do Ceará, 2006.

PRESTES, Maria Elice Brzezinski. *A investigação da natureza no Brasil Colônia*. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2000.

QUEIROZ, Priscilla Régis Cunha de. *Trabalho e cotidiano: produção e comércio de gêneros alimentícios em Fortaleza do XIX e inícios do século XX*. Dissertação (Mestrado em História Social) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2011.

RAMAS, Angel. *A cidade das letras*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

RAMOS, Francisco Regis Lopes. *O fato e a fábula: o Ceará na escrita da História*. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2012.

_____. *José de Alencar, historiador*. In: *José de Alencar e Euclides da Cunha*. Academia Cearense de Letras. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2010.

_____. & RIOS, Kênia. O cultivo da lembrança no multiculturalismo: além da memória, mas aquém da história. In: *África-Brasil-Portugal: História e ensino de história*. /Euripedes Funes, Francisco Regis Lopes Ramos, Franck Ribard, Kenia Sousa Rios (Organizadores). Fortaleza: Editora da UFC, 2010.

REIS, José Carlos. *As identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC*. Vol.1. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

REMOND, René. *Introdução à história do nosso tempo: o século XIX (1815-1914)*. São Paulo: Cultrix, 1976.

RIOS, Kênia. Seca e identidade nacional. In: CAPANEMA, Guilherme; GABAGLIA, Raja. *A SECA NO CEARÁ: Escritos de Guilherme de Capanema e Raja Gabaglia*. Fortaleza: Museu do Ceará/Secretaria da Cultura do Ceará, 2006.

_____. *Campos de concentração no Ceará: isolamento e poder na Seca de 1932*. Fortaleza: Museu do Ceará, 2006.

RICOEUR, Paul. *Tempo e narrativa: o tempo narrado* (Vol. III). São Paulo: Martins Fontes, 2010.

ROCHE, Daniel. *História das coisas banais: nascimento do consumo nas sociedades do século XVII ao XIX*. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.

RODRIGUES, José Honório. Introdução. In: *Catálogo da Exposição de História do Brasil*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1981 (Edição Fac-similar).

ROVIGHI, Sofia Vanni. *História da Filosofia contemporânea: do século XIX à neoescolástica*. Edições Loyola: São Paulo, 2004.

SAID, Edward W. *Orientalismo: o oriente como invenção do ocidente*. São Paulo: Companhia das letras, 2007.

_____. *Cultura e imperialismo*. São Paulo: Companhia das letras, 2011.

SANTOS, Marco Aurélio Martins. Exposição do centenário do Brasil. In: *História das estatísticas brasileiras: estatísticas legalizadas (1889-1936)*, Vol II. Rio de Janeiro: IBGE, 2006.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção*. São Paulo: Editora da Unicamp, 2008.

_____. *Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico informacional*. São Paulo: Editora Hucitec, 1998.

SANTOS, Paulo César dos. *O Ceará Investigado: a Comissão Científica de 1859*. Dissertação (Mestrado em História Social) - Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2011.

SANTOS, Paulo Coelho Mesquita. *O Brasil nas Exposições Universais (1862-1911): mineração, negócio e publicação*. Dissertação (Mestrado no Instituto de Geociências) - Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2009.

SCHERER, Fabiano de Vargas. *Expondo os planos: as exposições universais do século XX e seus planos urbanísticos*. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002, p. 47.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *As barbas do Imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

_____. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SECRETO, Maria Verônica. As Instruções para os imigrantes no contexto da propaganda da imigração. *Trajeto*. Fortaleza, V.3, n.5, 2004.

SENRA, Nelson. *O saber e o poder das estatísticas: uma história das relações estatísticas com os Estados Nacionais e com as ciências*. Rio de Janeiro: IBGE, 2005.

_____. *História das estatísticas brasileiras: estatísticas desejadas (1822-1889)*. Vol. I. Rio de Janeiro: IBGE, 2006.

_____. *História das estatísticas brasileiras: estatísticas legalizadas (1889-1936)*. Vol. II. Rio de Janeiro: IBGE, 2006.

SILVA FILHO, Antonio Luiz Macêdo. Entre a duração e o instante. In: *Álbum de vistas do Estado do Ceará*. Fortaleza: Edições Nudoc/Expressão Gráfica, 2006, p. 7.

SILVA, Joelma Tito da. *Nina Rodrigues: os naufragos do tempo e a esfinge do futuro*. Tese (Doutorado em História Social) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2015.

SMITH, Adam. *A riqueza das nações*. Vol I. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2012.

SOARES, Bruno. O rapto das musas: apropriações do mundo clássico na invenção dos museus. *Anais do Museu Histórico Nacional*, Rio de Janeiro, Vol. 43, p. 41-65, 2011.

SODRÉ, Nelson Werneck. *Panoramas do Segundo Império*. Rio de Janeiro: Graphia, 1998.

SOUZA NETO, Manoel Fernandes de. *Planos para o Império: os planos de viação do segundo reinado (1869-1889)*. São Paulo: Alameda, 2012.

STALLYBRAS, Peter. *O casaco de Marx: roupa, memória, dor*. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

STAROBINSKI, Jean. *As máscaras da civilização: ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

TAKEYA, Denise Monteiro. *Europa, França e Ceará*. Origem do capital estrangeiro no Brasil. Natal: Editora Universitária UFRN, 1995.

THOMAS, Keith. *O homem e o mundo natural: Mudanças de atitude em relação às plantas e os animais (1500-1800)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

THOMPSON, E. P. *A peculiaridade dos ingleses e outros artigos*. Campinas – SP: Ed. Unicamp, 2001,

TURAZZI, Maria Inez. *Poses e trejeitos: a fotografia e as exposições na era do espetáculo*. Rio de Janeiro: Rocco, 1995.

_____. *Iconografia e patrimônio: o catálogo da Exposição de História do Brasil e a fisionomia da Nação*. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2009.

_____. A exposição de Obras Públicas de 1875 e os “produtos da ciência, do engenheiro, do geólogo e do naturalista. In. *Ciência, Civilização e Império nos trópicos/* [Organizaçã, Alda Heizer, Antônio Augusto Passos Vieira]. Rio de Janeiro: Acess, 2001.

VIEIRA JUNIOR, Antônio Otaviano. *Entre o futuro e o passado: aspectos urbanos de Fortaleza (1799-1850)*. Fortaleza: Museu do Ceará, 2005.